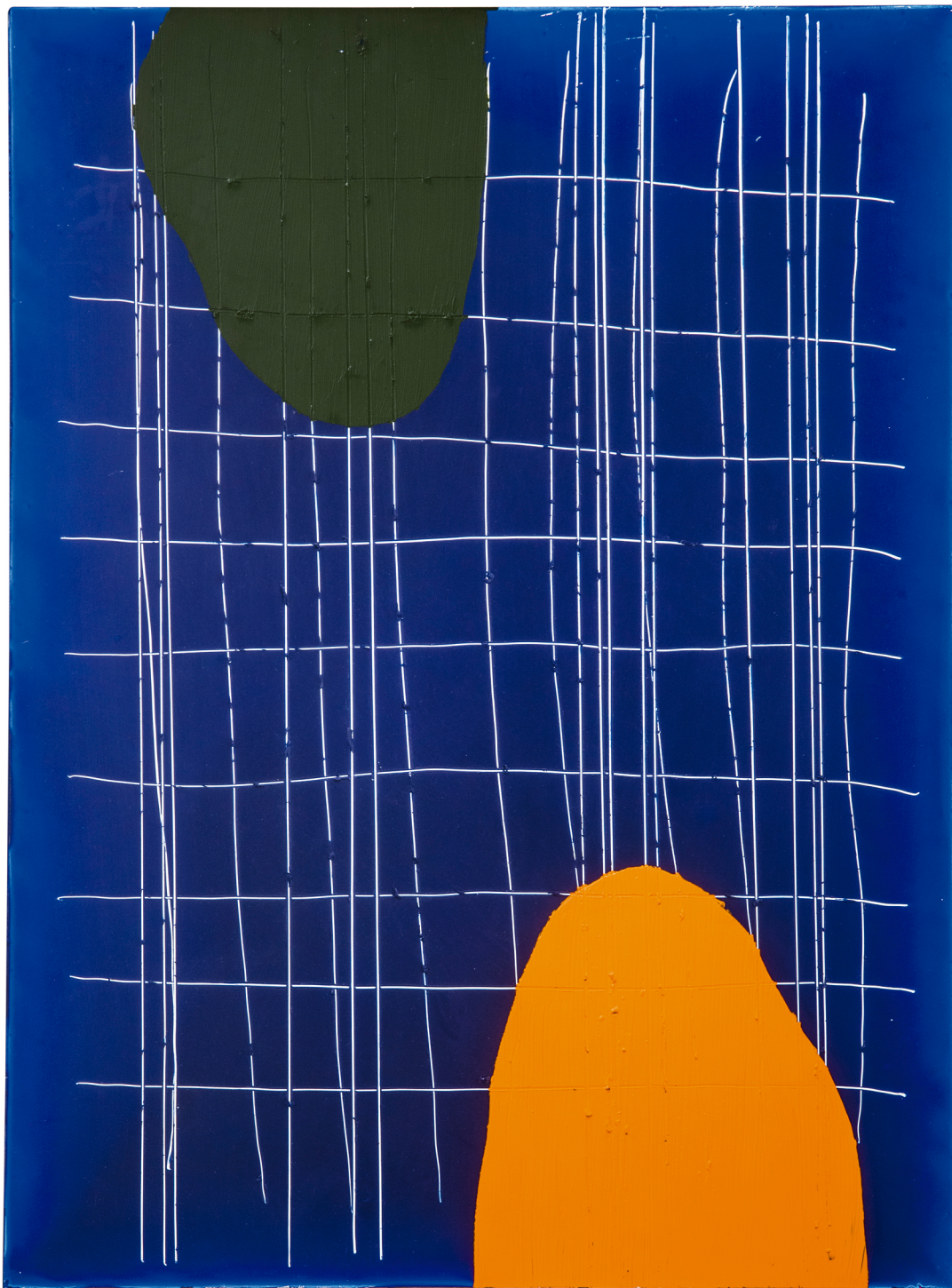




Percursos76

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXVIII : JUNHO DE 2026



Percurso: Revista de Psicanálise / Instituto Sedes Sapientiae.
Ano XXXVIII, n. 76 (2026). São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae.

Publicada desde 1988

Periodicidade semestral
ISSN 01.036.815

1. Psicanálise 2. Periódicos 1. Instituto Sedes Sapientiae

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE - ANO XXXVIII - JUNHO DE 2026

Conselho Editorial

Carolina Kimie Moriyama, Claudia Monti Schonberger, Cleusa Pavan, Eugênio Canesin Dal Molin, Marcia Regina Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila), Marina Bialer.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Antonio de Almeida Neves Neto, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso e Silvio Hotimsky.

Grupo de Debates

Bruno Esposito, Gisela Haddad (coordenadora), Ivy Semiguem, Lucas Simões Sessa e Tania Corghi Veríssimo.

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa, Paula Peron e Sérgio Telles (coordenador).

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Elisabeth Antonelli, Janaina Namba (coordenadora), Lia Novaes Serra, Sérgio Telles e Susan Markuszewer.

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urandia Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia).

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Simone Zaccarias (11) 998.971.362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 991.133.243 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Carlito Carvalhosa. Sem título, óleo e cera sobre alumínio espelhado, 122 x 90 cm, 2018. Coleção particular. Foto: Nelson Kon.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010
São Paulo • Tel.: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • deptodepsicanalise@sedes.com.br

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicologia (BiViPsi) e nível B2 no Qualis da CAPES.

DOI da publicação: 10.70048/percurso.76



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretária do Departamento:
Claudia Dametta
deptodepsicanalise@sedes.org.br

Metapsicologia
e historicidade

Percursos 76

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXVIII : JUNHO DE 2026

Sumário

Table of contents

DOI da edição: 10.70048/percurso.76

3	Sumário <i>Table of Contents</i>	3
7	Editorial <i>Letter from the Editors</i>	

TEXTOS PAPERS

9	Lo primitivo: un comienzo que nunca termina <i>The primitive: a beginning that never ends</i> Marcelo N. Viñar	
15	Pensando con Freud en el siglo XXI: yo y el otro en la formación analítica <i>Thinking with Freud in the 21st Century: Self and Other in Psychoanalytic Training</i> Marcelo N. Viñar	
21	Angústia e trabalho psíquico em Freud como vetores da escuta em psicanálise <i>Anxiety and psychic labor in Freud as vectors of listening in psychoanalysis.</i> Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)	

- 33 A experiência do tempo, o mundo interno e a ternura
The experience of time, the inner world, and kindness
Teresa Pinheiro
- 43 Poder morrer: um trabalho de Eros
Being able to die: a work of Eros
Gláucia Faria da Silva
- 49 Feminismo decolonial e psicanálise: caminhos de hibridação
Decolonial feminism and Psychoanalysis: paths of hybridization
Mara Caffé
- 59 Identidade, ilusão e alteridade: Winnicott, Freud e o debate identitário contemporâneo
Identity, illusion, and otherness: Winnicott, Freud, and the contemporary identity debate
Marcelo Soares da Cruz
- 67 Christopher Bollas: um pensamento antifundamentalista na psicanálise
Christopher Bollas: an anti-fundamentalist thought in psychoanalysis
Lia Pitliuk
- 77 Sustentando a implicação: desafios e possibilidades da postura ética em Winnicott e Masud Khan
Sustaining the analyst's implication: challenges and possibilities of the ethical stance in Winnicott and Masud Khan
Amanda Watson Martins + Nelson Ernesto Coelho Júnior
- 89 Escrita e experiência psíquica: simbolização, gradeamento e clínica
Writing and psychic experience: symbolization, containment, and clinic
Kadichary Garcia Ivassaki

ENTREVISTA INTERVIEW

101

Híbrido, indisciplinado e brasileiro de coração
Hybrid, undisciplined, and Brazilian at heart
Thamy Ayouch

DEBATE DEBATE

123

Misoginia, falha civilizatória? Uma violência que
urge ser exposta, cuidada
*Misogyny, a civilizational failure? A violence that
urgently needs to be exposed and addressed.*
Alessandra Affortunati Martins + Estevão Rafael Fernandes
+ Felipe Lattanzio + Tania Rivera

DEBATE CLÍNICO CLINICAL DEBATE

133

Veridiana, o normal e a razão
Veridiana, normality and reason
Camila Salles Gonçalves + Celia Blini de Lima +
Julieta Jerusalinsky

5

LEITURAS BOOK REVIEWS

145

A tradução no meio do caminho [A escrita de Freud:
travessia traumática e tradução]
The translation halfway through
André Carone

149

Anna Freud revisitada por Elisabeth Danto: clínica
psicanalítica social e pedagogia psicanalítica
comunitária [Anna Freud, a teoria tem seus prazeres]
*Anna Freud revisited by Elisabeth Danto: social
psychoanalytic clinic and community psychoanalytic
pedagogy.*
Mônica Guimarães Teixeira do Amaral

154

Rastros e restos da paixão e da loucura
na clínica psicanalítica [Paixão e loucura nos limites
da clínica psicanalítica]
*Traces and remnants of passion and madness in the
psychoanalytic clinic.*
Leda Maria Codeco Barone

- 157 Analista conversa com artistas sobre psicanálise
[*Conversa infinita*]
An analyst talks with artists about Psychoanalysis.
Sérgio Telles
- 161 Perversão e dissidência sexual na psicanálise hoje:
a urgência de um debate (re)atualizado [*Psicanálise e
sexualidade: quem fala de sexualidade hoje?*]
*Perversion and sexual dissidence in psychoanalysis
today: the urgency of a (re)updated debate*
Júlia Rocha
- 165 Eu sei, mas mesmo assim... mas o psicanalista sabe?
[*Dimensões da recusa*]
*I know, but even so... but does the psychoanalyst
know?*
Caio Ferreira Romano
- 170 A dor e a delícia: mulheres pioneiras da psicanálise
[*Mulheres pioneiras da psicanálise: uma antologia*]
*Pain and pleasure: pioneering women in
psychoanalysis*
Janaina Namba
- 173 Autores deste número
Contributors to this issue
- 175 Equipe da revista
Team of this journal
- 177 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 183 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

DOI: 10.70048/percurso.76.7-8

Metapsicologia e historicidade

7

Ano de 2026, mundo em convulsão, e a psicanálise se apresenta como uma porta aberta à transformação dos sujeitos humanos.

É nossa intenção publicar textos que reflitam sobre o que pode a psicanálise no século XXI.

Este número da *Percurso* traz uma amostra de como é possível pensar e praticar uma psicanálise implicada, que trabalha temas atuais a partir de seus paradigmas e limites, e atualiza temas sempre presentes, com o rigor teórico necessário.

Demos a partida com os dois textos de Viñar que dispensam comentários sobre sua atualidade e engajamento. Psicanálise viva e em movimento.

Seguimos com textos que fazem trabalhar temas atemporais e universais; a angústia, o tempo, a ternura, as identificações e a pulsão.

As condições contemporâneas da subjetivação, em face das transformações históricas, culturais, políticas e clínicas, são investigadas a partir de diferentes perspectivas teóricas, tomando como referência autores como Sigmund Freud, Jean Laplanche, Donald Winnicott, Sándor Ferenczi, Christopher Bollas e Masud Khan, bem como contribuições provenientes de formulações do feminismo decolonial.

Thamy Ayouch, que é o entrevistado deste número, ao se juntar ao manifesto “Por uma Psicanálise Decolonial”, defende que o inconsciente possui cor, território e memória. Seu trabalho visa compreender os efeitos psíquicos das relações sociais de poder em suas

múltiplas dimensões, instigando a psicanálise a dialogar com os estudos da colonialidade e a integrá-los em sua teoria e prática clínica.

O Debate Clínico, ao discutir o caso de uma paciente, levanta questões tais como a normatização das regras sociais e a submissão ao desejo materno.

A seção Debate, por sua vez, diante do recrudescimento do fascismo em sua face de agi-

gantamento de crimes sexuais, discute violência de gênero, misoginia, ódio, feminismo, bem como estruturas familiar e social tradicionais em sua resistência ao surgimento de laços sociais mais igualitários.

Neste número da *Percorso*, temos uma ótima amostra do que pode a psicanálise em nosso tempo.

Boa leitura!

Lo primitivo: un comienzo que nunca termina¹

Marcelo N. Viñar

Marcelo N. Viñar Psicanalista, Miembro de Honor de la Asociación Psicoanalítica del Uruguay.

Resumen Mito del acceso a una realidad originaria y fundadora; punto de partida del itinerario de una búsqueda. Un biólogo situaría el origen de la vida en la penetración del espermatozoide en el óvulo; un psicoanalista lo haría en el relato del anhelo de una pareja humana para procrear. Arké no es entonces un hecho material localizable en una cronología histórica, sino una opción del investigador. Los supuestos básicos del descubrimiento freudiano no son hoy los mismos que en el tiempo del fundador; revolución digital y vértigo civilizatorio mediante. Buscar la Arké para discernir las fronteras entre realidad y fantasía, o entre público y privado, son aristas a interrogar para entender los lazos sociales del siglo XXI.

Palabras-clave lo arcaico; subjetivación; lenguaje; pensamiento; cultura; tiempo; comunicación.

DOI 10.70048/percurso.76.9-14

Abrimos este número da Percurso com a publicação, no original espanhol, de dois textos² de Marcelo Viñar (1936-2025).

Uruguaio, referência na psicanálise da América Latina, e no mundo, Viñar dedicou-se à clínica, docência e reflexão teórica, deixando um legado vivo que segue reverberando na comunidade psicanalítica.

Foi analista didata da Asociación Psicoanalítica del Uruguay, da qual foi também presidente; assessor do Consejo Nacional de Educación, no Uruguai, para temas de convivência saudável e prevenção da violência.

Seu currículo é extenso. Citamos algumas de suas inserções institucionais, que nos dão uma amostra do humanista incansável que foi, pensando e praticando uma psicanálise engajada ao campo social e voltada para as populações vulneráveis.

Ao longo de sua vida, pensou temas como o terrorismo de Estado, a tortura e o desaparecimento de pessoas em regimes totalitários. Vítima da ditadura em seu país, exilou-se com a família na França, onde seguiu seu trabalho, até poder voltar ao Uruguai. Teve atuação fundamental refletindo sobre a relação entre trauma e adolescência, quando foi coordenador do Grupo de Investigación de Campo sobre Adolescência Marginada y Menores Fuera de la Ley.

Enfim, dedicou a vida a combater qualquer tipo de violência.

Os textos que seguem são uma mostra do pensamento de Viñar, que é referência para o Departamento de Psicanálise; dessa forma, prestamos homenagem a ele e propiciamos que novas gerações de psicanalistas possam conhecê-lo. Sua proximidade com

¹ Lo primitivo: un comienzo que nunca termina (2019). *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, n. 1291, p. 30-38. <https://publicaciones.apuruguay.org/index.php/rup/article/view/57>

² Os textos foram gentilmente cedidos pela *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*.

o Departamento deu-se de diferentes formas; participou de eventos³, publicou textos na Percurso, tendo sido o entrevistado da revista de número 25 no ano 2000.

“Yo llegué al mundo cuando la película ya estaba empezada”, protestaba Mafalda de Quino, frente a un mundo tan complejo que la acorralaba en la perplejidad. Lo mismo ha ocurrido desde el hombre primitivo hasta la actualidad. Es este estado de ánimo que nos empuja a esa actitud “interrogativa y autoteorizante” que ha puesto de relieve Jean Laplanche, es cuando estamos atónitos, que ese posicionamiento adquiere plena vigencia. Buscar un comienzo: ¿de qué?, ¿dónde?, ¿cómo?, ¿quién?, ¿el sujeto?, ¿la vida?, ¿el universo?

Arché o Arké no figura en el diccionario de la RAE (18a. edición) ni en la Enciclopedia Universalis de Francia (1968) donde se reemplaza por mentalidad arcaica y el texto comienza por declarar la dificultad para localizar una definición precisa y se derrama en explicaciones alusivas o elusivas sobre diversos territorios de lo antiguo, primitivo, etc. Esta imprecisión revela una cualidad insistente del pensamiento humano, su carácter recursivo (entre la mimesis y la creación) que nos empuja, irresistiblemente, a la búsqueda de un pasado precursor y – si es posible –, fundador. Los seres humanos somos transitorios o efímeros, pero somos eslabones de una cadena interminable en constante mutación. Definir un punto de partida, marcar los itinerarios a recorrer y aquellos que se excluyen, parece ser una necesidad lógica más que un evento puntual realmente acontecido. Creo que Freud, por un problema de las necesidades de su construcción teórica, distingue lo arcaico (Ur), el estado primordial (Urzustand), de lo primitivo... El primero nunca fue observado mientras el segundo se ha podido ver en algunas tribus.

Viñar segue sendo inspiração e exemplo do que pode a psicanálise que pensa, trabalha e se renova, no sentido da desalienação do sujeito. Sujeito do desejo/sujeito social.

* *

Lo cierto es que un día – en un tiempo interior que siempre habitamos – nos dimos cuenta de que estábamos vivos, porque sentimos placer o dolor y así descubrimos el afecto y el sentimiento de mismidad.

En ese momento no dudamos de la armónica coincidencia entre el mundo percibido y nuestra mente percibiéndolo y así accedimos al primer universo del sentido. Ese tiempo mítico tiene una fecha y una edad imprecisa, o estalla en momentos distintos. Pero tenemos la certeza de que ocurre porque cuando falta o queda tenue, dará lugar a una defensa autista o a la personalidad difusa que sugiere el falso self de Winnicott.

Freud argumentó el complejo de Edipo como referente fundamental; en una época en que la monocausalidad era criterio de cientificidad y exigía una causa príncips. Hoy día, sin renunciar a la referencia edípica, me gustaría añadir los imaginarios colectivos diversos, propios de cada lengua y cultura, yo no sería el mismo si hubiera nacido en India o en Groenlandia, antes o después.

Dar cabida a la multiplicidad de factores interactuantes es imprescindible para algunos y pecado para otros, que temen perder la especificidad del psicoanálisis.

Para acortar la distancia entre ficción y realidad hoy es necesario rediscutir estos conceptos.

Para Edgar Morin es necesario restablecer los puentes (o pasarelas) entre la ciencia y el ciudadano. La herencia freudiana no es una Biblia, es el constante cabalgar por las tierras ignotas que nos brinda cada tiempo y cultura. ¡Y vaya si el siglo xx no ha traído hondos cambios y nuevos desafíos!

Aunque aquella congruencia entre la cosa y el intelecto fue fugaz y pronto fracasa, Ortega y



Gasset la considera como una experiencia radical, porque es el tronco común del cual se parte para marcar sus insuficiencias y construir un sujeto crítico, pensante, atento, al que lo obvio le resulte fuente de las mayores cegueras. El sujeto escindido, o descentrado de la experiencia freudiana, que acepta su incompletud.

En verdad, ese momento de descubrimiento no es en soledad sino inducido o impuesto por el relato del entorno familiar, que nos asigna un número de cualidades identitarias (transparentes o enigmáticos): le llamamos Prioridad del Otro.

En esa fuente de amores, seducciones y complicidades también ocurre una encarnizada batalla, con algunos “No”, como precoces gritos emancipatorios. Dice Silvia Bleichmar en *La subjetividad en riesgo...* las crías de seres humanos están destinadas a humanizarse en la cultura. Esto... “Marca un punto insoslayable de su constitución: la presencia del semejante es inherente a su organización misma... la recibimos junto con la leche – el odio y el amor...”

A este zócalo identitario fundacional de la mente humana, construido de “evidencias” y “sospechas” podemos tildarlo de Arché de nuestra condición de sujetos hablantes, pero precedido por un largo y sustantivo tiempo infans empapado de experiencias preverbales intensas, enigmáticas y decisivas. Cuando nos preguntamos quiénes somos y de dónde venimos ya mucha agua ha corrido bajo el puente y modelado nuestras aristas distintivas. Antaño hablábamos de Sujeto con

*Freud marcaba tres niveles
en la actividad del pensar: el
pensamiento animista, el religioso
y el racional o científico*

una pretensión de permanencia de la idea. Hoy el vértigo de los cambios es tan veloz que nos obliga a pensar en el ritmo y la dirección de los cambios; y hablamos de procesos de subjetivación y de des-subjetivación, por modificación de escenarios endógenos, intrapsíquicos o cambios inesperados en un mundo en convulsión.

* *

Freud marcaba tres niveles en la actividad del pensar: el pensamiento animista, el religioso y el racional o científico. El más primitivo – el animista – propio del niño, del salvaje y del neurótico, está construido o poblado por certezas absolutas. No existe solo en los comienzos de la vida, sino que establece una tensión permanente con el pensamiento consciente y ordinario que habitamos y nos habita en la edad adulta. El lapsus, el acto fallido y el escenario onírico fueron las “pruebas” de su persistencia que promueven la afirmación freudiana de que las experiencias primitivas son imperecederas. Algunos tics y sueños diurnos también amplían el territorio de su vigencia; eso hondo y abismal, indefinible pero que nos hace distinto de los demás.

A diferencia de los animales que solo viven un presente perpetuo (situacional y adaptativo), los humanos poseemos la capacidad de mentalizar un tríptico donde la actualidad se ve escindida o interrumpida por pensamientos que invocan un pasado y proyectan un futuro. Nuestro tempo interior es un tríptico de evocaciones y anhelos.

Para el lingüista Noam Chomsky y el antropólogo Jean Pierre Vernant esta capacidad recursiva del pensamiento es exclusiva y definitoria de

3 Em 2010, participou de mesa-redonda junto a Miriam Chnaiderman, Mario Fuks e Eliane Brum, em evento organizado pelo Grupo de Trabalho Psicanálise e Contemporaneidade, “Herança e transmissão: trauma e narrativas nos espelhos da cultura”. Os textos do evento foram publicados pelo Boletim on-line 12, disponível em: <<https://share.google/aizfj0fulc3ny1Nyb>>.

Ele esteve presente em um evento da Flappsip, tendo participado do Congresso de 2023 no Chile como conferencista com o tema “Adolescências em risco”.

Há ainda uma entrevista com Viñar no vídeo *Psycuba*, gravado em Havana em 1986, dirigido por Heidi Tabacof e realizado pelo coletivo Núcleo de Psicanálise Cinema e Vídeo, do qual faziam parte também Maria Aparecida Kfoury Aidar e Maria Marta Azzolini, todas pertencentes ao Departamento. Disponível em: <<https://psisquefalam.com/quem-somos/>>.



*inmersos en la revolución
digital, nuestra relación con
la lengua está cambiando
de manera acelerada*

la especie humana. El fonema es la base material que nos permite construir un pensamiento simbólico: podemos invocar objetos en ausencia de su percepción actual e incluso crear palabras, conceptos y realidades que no existen en el mundo de la naturaleza. Esto define la arista más relevante de nuestra especie: la de ser seres hablantes. Allí reside nuestra gloria y nuestra penuria.

Pero este viaje infinito a un pasado precursor no debe olvidar la consigna que nos legó Miguel de Unamuno: debemos ser más padres de nuestro futuro que hijos de nuestro pasado; toda memoria encierra un proyecto.

* *

Inmersos en la revolución digital, nuestra relación con la lengua está cambiando de manera acelerada. La interacción entre acto y palabra, que regulan los dilemas de una subjetividad contemporánea, me sugieren un declive de las prohibiciones y una facilitación del pasaje al acto. En vez de ser sujeto – sometido o rebelde – a un orden que lo trasciende, el sujeto posmoderno – dice Barrán – le da “primicia al deseo de ser lo que quiere ser”. El equilibrio entre los tiempos transitivos y los tiempos reflexivos, que ofrecían los escenarios de la modernidad sólida, han sido reemplazados por un empuje a llevar al acto los impulsos que propician el deleite inmediato.

Me permití este paseo, en apariencia distante de la clínica psicoanalítica, para poner en evidencia que los enigmas del origen – la Arché – no es privativa de nuestra disciplina sino compartida con antropólogos y astrofísicos. Ayer miraba en *National Geographic* un documental donde

se explicaban las conjeturas sobre el origen de la vida: polvo de estrellas, hoy llamados carbono y nitrógeno, el H₂O, como ingredientes infaltables y la energía de miles de rayos eléctricos en la atmósfera, para activar los ingredientes Arché del universo... ¿de la vida?, ¿de la humanidad?

Es incómodo situarse como un eslaboncito insignificante de esa inmensidad inabarcable. Tomemos la tajada que nos toca: abrumado, y para salir del aturdimiento, sigo el consejo de Z. Bauman: cuando la realidad del problema es inabarcable hay que acotar su complejidad a la escala de nuestra arista de comprensión.

* *

Como siempre he tenido dificultad en tomar como punto de partida la noción de Represión Primaria, prefiero fijar la Arché en la prematuralidad al nacer y la indefensión y dependencia extrema que son su consecuencia. Del claustro intrauterino, donde la temperatura es constante y la alimentación permanente, a un mundo desconocido y traumático, donde alterna el bienestar y el terror. En ese Arché se construye el objeto auxiliador y el persecutorio en esa antinomia de creatividad y destructividad que durará toda la vida con múltiples figuraciones y realidades.

La inmadurez del neonato humano es asombrosa: mientras otros mamíferos disponen en pocos días de sus comportamientos definitivos, el ser humano demora años en adquirir – de manera lenta y gradual – aquellas que caracterizan la especificidad de nuestra especie. Trocando el defecto en virtud, la presencia y la palabra del semejante es determinante en la construcción de la mismidad. Acercarse a definir que es intrapsíquico y qué interpersonal sigue siendo un desafío y un trabajo en curso a trabajar en la interdisciplina.

El progreso civilizatorio y el retroceso a la barbarie que es tan fácil de consignar en la historia de la humanidad también puede observarse en la alternancia de creatividad y destructividad que observamos en cualquier proceso psicoanalítico. Estamos en deuda con ahondar más en la

interdisciplina sobre las interacciones entre lo individual y lo colectivo, como se influyen recíprocamente.

Arché es hoy también consignar que la dicotomía entre principio de placer y principio de realidad, o procesos primarios y secundarios que fueron una de nuestras brújulas exclusivas para navegar en nuestro oficio durante el siglo xx, resultan hoy insuficientes. Que el racionalismo puro del Siglo de las Luces contra el oscurantismo religioso vuelve a estar cuestionado de otra manera. El poder mediático parece poseer una acción sugestiva análoga a los profetas de los tiempos bíblicos; como así el crecimiento de las religiones sincréticas. Nos informan que hay bombas atómicas para destruir varias tierras, que el cambio climático, el agotamiento del agua y de los combustibles fósiles tendrán consecuencias catastróficas y seguimos alegremente sin tomar medidas. El ciudadano común difícilmente puede discernir si se trata de un delirio apocalíptico o una tragedia en curso. En ese mundo simbólico la noción de realidad, de ficción, de fantasía, de neutralidad, debe ser reinterrogada. ¿Qué efecto tendrá ese mundo televisivo en la estructuración psíquica de las nuevas generaciones?

Apoyado en la revolución digital y en la expansión exponencial de los medios de difusión, el volumen de los estímulos preceptivos excede, desborda, nuestra capacidad de procesarlos. La sobreestimulación disminuye nuestra capacidad de percepción y comprensión. Hay consenso de que la velocidad de los acontecimientos excede nuestra capacidad de metabolizarlos. “Una noticia, un minuto”, dice el locutor para pasar de la guerra monstruosa al cosmético, de la tragedia a la publicidad más pueril. Existe consenso en que ese acontecer vertiginoso incide en nuestro funcionamiento mental. El problema es saber cuánto y cómo y de qué manera incide en el diálogo analítico.

Si nos guiamos por nuestra consulta, la queja tradicional centrada en el conflicto psíquico es reemplazada con frecuencia creciente, por el pasaje al cuerpo o al acto con un empobrecimiento

en vez de pensar por sí mismo,
brota la exigencia imperativa
de que el terapeuta tenga
una respuesta pronta y certera



o declive del trabajo verbal que lo problematiza. En lengua freudiana, declive de la perlaboración.

Si bien nuestro universo de casos es pequeño, desde la atalaya del consultorio puede constatarse un cambio de estilo en el pedido de análisis. Los neuróticos de antaño solían traer habitualmente una minuciosa narrativa de síntomas, inhibiciones o malestares donde veíamos claves del conflicto psíquico, sus ansiedades y defensas, lo que configuraba nuestro territorio de trabajo, creando la figura del sujeto del supuesto saber.

Green designa aquella perspectiva como el paradigma de la cura clásica. Hoy el encuentro terapéutico está desencadenado porque el implicado o su entorno consignan un trastorno en el cuerpo y/o en la conducta y sus consecuencias, auto o hetero destructivas, que vienen acompañadas de un declive de la posición interrogadora y autoteorizante que nos brindaba el neurótico. En vez de pensar por sí mismo, brota la exigencia imperativa de que el terapeuta tenga una respuesta pronta y certera. Las estrategias para cambiar una postura catártica en otra reflexiva no son sencillas. Pero hay más y es más complejo. Los milenials que han transitado su primera infancia en la civilización de la imagen y de lo efímero tienen otros códigos de comunicación para establecer diálogos y lazos sociales.

Dicho esquemáticamente y como pregunta a explorar: hasta la revolución digital explorar la sintonía o la otredad con el otro concernían a los interlocutores. En las religiones sincréticas y las tribus urbanas, los códigos parecen definidos de antemano y marcan una frontera rígida entre el nosotros y los otros, que anula o apaga la diversidad y la opacidad del otro. Un régimen

binario sustituye los claroscuros de lo inesperado a descubrir.

Lo que precede posiciona al analista como etnólogo; debe comprender una cultura extraña para intervenir. Si esta exigencia no se lleva a cabo, la cura – como ocurre a menudo – se volverá una yuxtaposición de monólogos o un diálogo de sordos.

La revolución digital y la mutación civilizatoria que estamos transitando nos incita, nos exige, a buscar un nuevo Arché. Volver a Freud en su condición de explorador de tierras incógnitas sin olvidar la freudología de la modernidad sólida, pero sin quedar atrapado y desconocer lo inédito.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (2005). *La subjetividad en riesgo*. Buenos Aires: Topía.
- Castoriadis C. (2013). *La institución imaginaria de la sociedad*. Buenos Aires: Tusquets.
- Chamayou G. (2004). *Las cacerías del hombre*. Montevideo: Trilce.
- Gil D. (2001). *Errancias*. Montevideo: Trilce.
- Ortega y Gasset J. (1981). *La historia como sistema*. Madrid: Revista de Occidente en Alianza Editorial.
- 14 Revault D'Allones M. (2010). *Lo que el hombre hace al hombre. Ensayo sobre el mal político*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Todorow T. (1989). *Nous et les autres*. Paris: Editions du Seuil.
- Vernant J.P. (2004). *La traversée des frontières*. Paris: Editions du Seuil.

The primitive: a beginning that never ends

Abstract The myth of access to an originating and founding reality; point of departure in the itinerary of a search. A biologist would place the origin of life as the penetration of a sperm into the egg; a psychoanalyst would place it in the telling of a human couple of their desire to procreate. Arké is not therefore a material event traceable through an historical chronology, but rather an option of the investigator. The basic premises of Freudian discovery are not the same today as they were in the times of their founder; due to a digital revolution and a civilizing vertigo. To search for the Arké to perceive the boundaries between reality and fantasy, or between public and private, are aspects to question in order to understand the social links of the 21st Century.

Keywords the archaic; subjectivation; language; thought; culture; time; communication.

Texto recibido: 04/2026

Aprovado: 05/2026

Pensando con Freud en el siglo XXI

Yo y el otro en la formación analítica¹

Marcelo N. Viñar

Marcelo N. Viñar Psicanalista, Miembro de Honor de la Asociación Psicoanalítica del Uruguay.

Resumen La rapidez y magnitud de los cambios societarios, en la modernidad líquida en que vivimos, exige una prolija revisión de los referentes teóricos que utilizábamos en la modernidad sólida de mediados del siglo xx. Se propone incluir en la formación temas y autores que aborden esta problemática.

Palabras-clave formación psicoanalítica; alteridad; transmisión; institución psicoanalítica; historia del psicoanálisis; herencia; psicoanalista; identidad; posmodernidad.

DOI 10.70048/percurso.76.15-20

Los jóvenes en la Asociación Psicoanalítica Internacional y el futuro del psicoanálisis.

Somos herederos. Pensamos a Freud, pensamos con Freud, pero cada quien se lo apropia y lo interioriza a su manera. Aunque ignoremos aún mucho de los laberintos de la transmisión entre generaciones, tenemos la certeza (empírica) de que el retrato o el relato que los hermanos hacen de sus padres tienen tantas similitudes y coincidencias como diferencias radicales e inconciliables. Y siempre hay tantas continuidades como rupturas, deseadas o temidas. Algo similar ocurre con las filiaciones psicoanalíticas, cuando se acompañan a geografías e historias diferentes.

Somos seres efímeros y nuestra identidad se configura en tres o cinco generaciones, padres y abuelos, hijos y nietos. Esta es la frontera entre la familia genealógica y la historia.

Los herederos de Freud tienen que estudiar mucho y olvidar todo cuando entran a la sesión².

Con este planteo me arriesgo a legitimar el “vale todo”; pero sin esta incertidumbre en la filiación no se podría hablar con rigor ni de singularidad del sujeto, ni definir un progreso civilizatorio con desenlace desconocido. Pienso en la tradición (filiación de códigos culturales y de teorías psicoanalíticas). Como dijo Mafalda: “yo llegué al mundo cuando la película estaba empezada”.

Somos herederos: el origen (*infans*) no tiene fin. La regla de oro es violenta: olvidar el saber y escuchar la ocurrencia es bordear el abismo de la locura y acceder a lo onírico en la vigilia; el caos salvaje de lo íntimo, al decir de Barrán³. Este juego con la locura está con-

¹ Pensando con Freud en el siglo XXI: yo y el otro en la formación analítica (2020). *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, n. 130-131, p. 68-75. <https://doi.org/10.36496/n130.131a3>

² W.R. Bion, *Conferencias brasileiras*.

³ J.P. Barrán, *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*.



*mi empeño es
situar el debate privilegiando
la experiencia desnuda
del encuentro entre analista
y promitente analizado
más que en la subordinación
a un saber preestablecido*

tenido por el encuadre: la exigencia tácita o explícita de renunciar al cuerpo erótico y al cuerpo en acción. Las fantasías agresivas y delirantes deben ser dichas, pero con la prohibición de actuarlas. Baranger⁴ lo llama la *ambigüedad esencial* del campo psicoanalítico.

Voy a relatar de qué Freud pude apropiarme, un telegrama de algunos puntos fuertes de la herencia. Así reivindicó mi singularidad y los invito a hacer otro tanto. No responder por las escuelas o autores que nos inspiran y formatean.

Como destaca Octave Mannoni⁵, la semilla del psicoanálisis nació de un triunvirato: Ana O., Breuer y Freud en posición de tercero. Nació en las entrañas de un acto médico, como un oficio para ayudar a resolver el síntoma y el malestar: aquello que escapa al propósito racional de un sujeto.

Su punto de partida fue marcado en continuidad y en ruptura con el saber oficial de la Psiquiatría descriptiva y alienista del siglo XIX, preocupada y capturada por un eje de trabajo – el de discernir lo normal de lo patológico. El psicoanálisis nace en continuidad y en ruptura con la lógica inherente a la medicina, cuyo fin puede resumirse en mitigar el dolor y alejar la muerte. El propósito del psicoanálisis es otro.

* *

Vuelvo al triunvirato. Me detengo y me asombro de este momento virginal y pretendo embarcarlos en ese mismo asombro que – como todo origen – es observacional (empírico) y es mítico. Todo el desarrollo teórico viene después: la densa y pesada carga de las metapsicologías.

Cuando Sigmund expresa que sus historias se parecen más a novelas que a protocolos científicos, se alinea en otra lógica, más cercana al saber popular que al de la psiquiatría, la lógica aquella que consagró el refrán que dice que “de locos y de poetas todos tenemos un poco”, que al saber oficial de la psiquiatría.

El síntoma, la angustia, la inhibición o el malestar dejan de ser un tumor a extirpar y brotan argumentos luminosos que ponen de manifiesto que locura y creatividad no son antónimos (no son opuestos), sino vecinos y en equilibrio inestable.

El dilema ya no se centra solamente entre salud mental y psicopatología sino en desafíos con la vida y la cultura vigente y con las reliquias animistas de nuestra organización psíquica, aisladas o escindidas de nuestra racionalidad.

Prefiero decirlo así, aunque la academia me exija hablar de cambio de paradigma, donde la psicogénesis compite con la primacía de la biología en el determinismo causal y así se abre a una Antropología general, más que a la taxonomía psiquiátrica del siglo XIX.

* *

Mi empeño es situar el debate privilegiando la experiencia desnuda del encuentro entre analista y promitente analizado más que en la subordinación a un saber preestablecido. Posicionarse analíticamente comporta aceptar un tiempo (largo) de intemperie y perplejidad.

Por ejemplo, hasta hace 50 años había elogio de la castidad y fobia a la desfloración, es decir, regía la muy judeocristiana demonización del sexo. Hoy navegamos en las antípodas. Quiero con esto mostrar una arista, accesible a la observación más obvia, que las experiencias del diván y del sillón están inmersas en culturas radicalmente distintas.



*me da susto
pensar con la cabeza
de otro y no la propia;
sino asumir con
humildad el riesgo
de ser viñariano.*

* *

De consiguiente, los nexos entre la conciencia y la Otra Escena deben seguir algunos itinerarios inéditos a descubrir y explorar.

Cuando un paciente me dice que él o un amigo “estuvo” con Fulana, yo me interrogo sobre si ese “estar con” sigue las reglas de tentación o prohibición erótica que regían durante mi juventud. Los ejemplos de este tipo son innumerables. En la modernidad líquida los códigos tradicionales han perimido y los nuevos no tienen aún la consistencia para adherir a ellos o combatirlos. Lo primero a conseguir en la actualidad es que la pareja analítica hable en la misma lengua, en los mismos códigos.

Como lo explicita Serge Viderman⁶, la experiencia freudiana se diseminó en sensibilidades, autores y escuelas diferentes. Hoy no hay (ni es deseable que haya) un código único y universal que se subordine a los descubrimientos en la Viena del 900.

Con su consigna de la regla de oro (asociación libre y atención flotante) Freud inauguró un diálogo inédito que resultó una caja de Pandora.

Esta condujo a la sexualidad infantil, sexualidad ampliada o pregenital. La experiencia fue tan fecunda que lo iniciado como tratamiento de la histeria (*Chimney Sweeping* o limpieza de chimenea) se transformó en un enfoque de la condición humana que permeó y amplió los horizontes de todas las ciencias antropológicas.

En lo que se refiere a la sexualidad genital, hoy estamos en las antípodas de la moral victoriana del 900; lo difícil es detectar la prohibición, no la represión. Ser fieles a Freud, más que reiterar sus hallazgos, es sostener la exploración de lo que estaba como síntoma, inhibición o malestar. Por eso Serge Leclaire⁷ predicaba que *la psychanalyse est voué à l'écoute du non-dit* (el psicoanálisis está destinado a revelar lo no dicho), lo que abre la reflexión y el quehacer freudiano a una movilidad en el tiempo y el espacio.

Aunque respecto a la herencia freudiana los conservadores preserven una fidelidad literal y eurocéntrica, la globalización impone una diversidad que reequilibre lo local y lo global con tradiciones culturales muy dispares. Esta manera de “ser psicoanalista”, de pertenecer a una tribu de dudosa homogeneidad, de privilegiarla como un oficio o experiencia y no por la teorización metapsicológica (la que también es necesaria como brújula), me hace sentir más cómodo que decirme kleiniano, bioniano, lacaniano o de cualquier autor prestigioso de la modernidad sólida.

La escucha analítica – como la parentalidad – es tan diversa como las huellas digitales. Me da susto pensar con la cabeza de otro y no la propia; sino asumir con humildad el riesgo de ser viñariano. Lo que también implica e incluye ser deudor del trabajo y del talento de un puñado de autores cuyo pensamiento me ha marcado y formateado.

La vida me ha enseñado que hay muchas maneras de ser católico, judío o ateo y agnóstico.

De ser marxista, socialista o liberal conservador.

Es en lo singular más que en lo colectivo que marco las afinidades y aversiones. No hay una correlación biunívoca entre almas colectivas

3 W. Baranger; M. Baranger, *Problemas del campo psicoanalítico*.

4 O. Mannoni, *La otra escena: claves de lo imaginario*.

5 S. Viderman, *La construcción de l'espace analytique*.

6 S. Leclaire, *Escritos para el psicoanálisis I*.



*para colmo, la API
era entonces el depositario
oficial de la herencia freudiana,
como verdad única
y monolítica. Las actas
de la cúpula eran secretas
y las desviaciones sancionadas
como en las purgas estalineanas*

y afinidades personales; lo que importa es la veracidad de los interlocutores en la representación y el afecto.

Es con H. Arendt que he aprendido que la diversidad es el rasgo más relevante de la especie humana y constituye su gloria y su penuria. Y que tramitar la alteridad, la tolerancia y legitimación del diferente es una de las cuentas pendientes para la Humanidad en el tercer milenio. Por ende, un capítulo aún inédito en el trabajo analítico: poder discernir entre las alteridades a legitimar y aquellas a combatir.

Sobre todo cuando la barbarie crece tanto como el progreso civilizatorio y el psicoanálisis freudiano está llamado a decir algo en este derrumbe que está aconteciendo.

* *

En todo caso, cuando Leo Nosek propuso *Las meninas* de Velázquez como carnada o brújula para pensar la actualidad y futuro del psicoanálisis y el lugar de los jóvenes en la Asociación Psicoanalítica Internacional, el paralelo obvio que surge es la presencia del pintor en su tela, de la marca del autor en el producto que observa o descubre.

Este trueque de una mirada panóptica por otra dialógica me parece un relevante cambio de

perspectiva: un decisivo cambio de lógica que ocurre en el movimiento psicoanalítico, promediando el siglo xx. Dice el poeta Antonio Machado: “El ojo que ves no es ojo porque lo mires, es ojo porque te ve”. Viví este cambio en carne propia y puedo dar testimonio. Comencé mi análisis y mi formación en la década de los 60 (*los sixties*). Por entonces, la hegemonía anglosajona era indiscutible. Leo Rangel, proveniente de la costa oeste de USA, era presidente de la Asociación Psicoanalítica Internacional y recuerdo haberle escuchado o leído (más allá de su sutil inteligencia y cálida simpatía personal) que la asepsia y objetividad era *princeps* en el encuadre del proceso analítico. Aquí en el Sur, la batuta de Pichon Rivière, Racker, los Baranger y José Bleger brindaba un horizonte distinto. La broma grosera pero veraz representaba al analista detrás de un microscopio y al analizado como un campo de batalla entre las instancias psíquicas (Yo, Ello y Superyo), donde el analista era un espectador lúcido y neutro de los conflictos internos. Es decir, se subrayaba el sujeto autárquico más que el sujeto relacional.

Para colmo, la API era entonces el depositario oficial de la herencia freudiana, como verdad única y monolítica. Las actas de la cúpula eran secretas y las desviaciones sancionadas como en las purgas estalineanas. El prestigio y poder de la cúpula operaba con lógicas imperiales y, como dice Mariano Horenstein⁸, nosotros practicábamos una clínica en lengua menor.

Felizmente la monarquía que he caricaturizado en los párrafos precedentes padeció un jaque mate con la aparición del pintor en la tela. La noción de campo bipersonal que proponen W. y M. Baranger en América Latina y en Europa, los trabajos de D. Winnicott sobre el objeto transicional y la banda de Moebius que formula J. Lacan, abordan desde perspectivas diversas; un enfoque que destrona el psiquismo cerrado de un mundo interno, que inicialmente necesitó el freudismo para marcar su especificidad. Hasta donde sé, hoy día la observación naturalista que propiciaba Rangell es una reliquia del pasado, que amputa o mutila el componente de “atención

flotante” de la regla de oro y el debate palpitante sobre la transferencia del analista.

Montesquieu decía en sus *Cartas Persas* que viajaba no solo para aprender nuevas lenguas sino para ajustar cuentas con la propia cultura. Agamben recoge el reto siglos después y señala que *contemporáneo* es habitar los tiempos actuales y descentrarse de ellos para pensarlos y criticarlos. Yo escucho estos adagios en su referencia freudiana. Son una invitación a un diálogo de locos. El analista puede acompañar esa incursión hacia la locura, hasta los límites de donde puede rescatarse. A veces, esa frontera es clara, otras, no lo es tanto.

La condición de herederos que tenemos ante el freudismo contiene un determinismo paradójico: a) por una parte, la lealtad al Otro primordial que nos marcó con un nombre, una lengua y un lugar en el linaje y b) por contraparte, el anhelo irrefrenable de ser únicos y crear nuestra propia singularidad. Ambas tendencias se tensan y perpetúan a lo largo del tiempo histórico y del desarrollo personal.

Postular la prioridad de la experiencia – *Conquistador de Tierras Ignotas*, así gustaba autodesignarse Freud; él nombraba que “Toda verdad debe

»
*Montesquieu decía en sus
Cartas Persas que viajaba
no solo para aprender nuevas
lenguas sino para ajustar
cuentas con la propia cultura.
Agamben recoge el reto
siglos después y señala
que contemporáneo es
habitar los tiempos actuales
y descentrarse de ellos*

ser vivenciada antes de ser dicha”, frase que consagra Levi-Strauss – es reabrir esa tensión (que la sistematización teórica tiende a apaciguar) y fomentar una obediencia inconveniente en tiempos de vértigo civilizatorio.

Teorías tenemos muchas y buenas que nos abrigan en el desconcierto. Por eso propongo estas páginas iconoclastas que nos empujan a la intemperie de lo inédito.

Referências bibliográficas

- Baranger W.; Baranger M. (1969). *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman.
- Barrán J.P. (1994). *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. Montevideo: EBO.
- Bion W.R. (1990). *Conferencias brasileiras*. Londres: Karnac.
- Castoriadis C. (1989). *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets.
- Horenstein M. (2016). *Psicoanálisis en lengua menor*. Córdoba: Viento de Fondo.
- Leclaire S. (2000). *Escritos para el psicoanálisis I*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Mannoni O. (1969). *La otra escena: claves de lo imaginario*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Viderman S. (1982). *La construction de l'espace analytique*. Paris: Gallimard.

Thinking with Freud in the 21st Century: Self and Other in Psychoanalytic Training

Abstract The speed and the magnitude of changes in society, in the liquid modernity in which we live, demands a thorough revision of the theoretical referents used in the solid modernity of the mid-twentieth century. The inclusion in the training of subjects and authors that approach this problem is proposed.

Keywords psychoanalytic training; alterity; transmission; psychoanalytic institution; history of psychoanalysis; heredity; psychoanalyst; identity; postmodernity.

Texto recibido: 04/2026

Aprovado: 05/2026

Angústia e trabalho psíquico em Freud como vetores da escuta em psicanálise

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila) é psicanalista, membro dos Departamentos de Psicanálise e Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae. Foi coordenadora e professora do curso Psicanálise com Crianças. Integra o Conselho Editorial da Revista *Percurso*. Interlocutora do grupo de trabalho Investigações a partir de Laplanche e Silvia Bleichmar. Atual articuladora da área de Publicações e Comunicação do Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise 2026-2027. Integra a Comissão de Reparação e Ações Afirmativas.

Resumo Este artigo se detém na primeira teoria da angústia e na passagem da primeira para a segunda, buscando compreender a lógica interna da primeira teoria no que diz respeito à relação entre angústia e trabalho psíquico, e construir alguns eixos teóricos que contribuam para o exame dessa relação na segunda teoria.

Palavras-chave angústia; pulsão; trabalho psíquico; afeto; representação; defesa; Eu.

DOI 10.70048/percurso.76.21-32

Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante. [...] Eu queria é decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Eu queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder.¹

Guimarães Rosa

Angústia como exigência de trabalho psíquico em Freud

A relação entre a angústia e os processos psíquicos é central e permanece presente na obra de Freud de fio a pavio. A frase lapidar de Freud, ao definir a pulsão como exigência de trabalho, faz sentido também para pensarmos o lugar ocupado pela angústia.

Se abordarmos agora a vida psíquica do ponto de vista biológico, a pulsão nos aparecerá como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo².

Não se trata de dizer que pulsão e angústia são conceitos semelhantes, mas de investigar o lugar que a angústia ocupa em relação aos processos psíquicos. Não por acaso, a importância da relação entre pulsão e angústia permanece presente nos diferentes momentos da elaboração de Freud, e a reflexão sobre um dos conceitos pode iluminar o outro.

¹ G. Rosa, *Grande sertão: veredas*, p. 96.

² S. Freud, *Pulsão e seus destinos, Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. 1, p. 148.



*tal como a pulsão,
a angústia é um conceito
central para pensarmos
nessa exigência de trabalho
imposta ao psíquico, e, portanto,
nas primeiras inscrições,
nas simbolizações
e nas defesas*

Laplanche, em seu estudo inicial sobre a angústia, de 1970, afirma que gostaria de situar a função dos afetos negativos (desprazer, dor e angústia) não apenas na formação dos sintomas, mas também no desencadeamento dos processos psíquicos. Segundo ele: “em que sentido Freud atribui mais ao desprazer do que ao prazer a dinâmica do processo pulsional?”³.

Tal como a pulsão, a angústia é um conceito central para pensarmos nessa *exigência de trabalho imposta ao psíquico*, e, portanto, nas primeiras inscrições, nas simbolizações e nas defesas, assim como nos momentos de estruturação do psiquismo, nos recursos do Eu e na importância do *outro próximo*⁴ em relação a esses processos. Nos mobiliza a investigação sobre a inevitabilidade da presença de caminhos sempre singulares de subjetivação na relação com o outro e em um contexto sócio-histórico particular. E isso em ambas as teorias da angústia, embora existam grandes diferenças entre esses dois momentos da elaboração freudiana.

Começamos pontuando algumas diferenças: na passagem da primeira à segunda teoria da angústia, a relação com a sexualidade é alterada e, com o recalque, invertida. Na primeira teoria, Freud considera que a excitação sexual se transforma em angústia *como efeito da ação defensiva* do recalque diante da sexualidade. Já na segunda teoria, ocorre o contrário: é a angústia, concebida

como sinal diante do perigo, que *suscita a defesa*, e a questão sobre “de que material é feita a angústia”⁵ será não exatamente resolvida, mas posta de lado⁶. A principal pergunta deixa de ser em que condições a *libido psíquica fracassa*⁷ e a excitação se transforma em angústia e passa a ser: *o que é vivido como perigo pelo Eu e como o psiquismo reage diante da angústia*. De qualquer forma, pode-se depreender a relação entre angústia, as vicissitudes psíquicas e sua escuta em ambas as teorias.

Este artigo se detém na primeira teoria da angústia e na passagem da primeira para a segunda, buscando compreender a lógica interna da primeira teoria no que diz respeito à relação entre angústia e trabalho psíquico, e construir alguns eixos teóricos que contribuam para o exame dessa relação na segunda.

Vamos retomar esses dois momentos iniciais em Freud e deixar para outra oportunidade a continuidade da reflexão sobre a segunda teoria da angústia e seus impasses⁸.

A primeira teoria da angústia:
a dimensão afetiva da pulsão

Dois textos dos primórdios servem de referência para depreendermos a relação entre a angústia e os processos psíquicos na primeira teoria da angústia: “As neuropsicoses de defesa”⁹, de 1894, e “Sobre os motivos para separar da neurastenia um complexo de sintomas, a ‘neurose de angústia’”¹⁰, de 1895 – artigo em que Freud enuncia sua primeira concepção sobre a angústia. A partir desses dois textos, ficam estabelecidas as diferenças entre o campo das neuroses atuais (neurastenia e neurose de angústia) e o das psiconeuroses, que permanecerão em vigor na teorização freudiana posterior. São artigos exemplares sobre a importância que Freud conferia às configurações psicopatológicas como organizadores teóricos e clínicos.

No artigo sobre as neuroses de defesa, Freud descreve o mecanismo das psiconeuroses: diante de uma ideia intolerável ao Eu, frequentemente

ligada a uma excitação sexual que desperta re-
criminações, a ação da defesa (em outros textos
já denominada de recalque) retira o afeto da re-
presentação, com a finalidade de enfraquecer a
ideia da consciência e eliminar o sentido con-
flitivo. A esse respeito, segundo Freud: “A repre-
sentação fraca, então, não terá exigências a fazer
ao trabalho associativo; mas a soma de excitação
que dela foi separada precisa de outra utilização”¹¹.
Embora a questão da angústia não seja temati-
zada nesse artigo, ele, ao final, afirma:

[...] nas funções psíquicas devemos distinguir algo
(montante de afeto, soma de excitação) que possui to-
das as características de uma quantidade – embora não
tenhamos meios de medi-la –, algo que é susceptível de
aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que
se propaga pelos traços mnêmicos das representações,
mais ou menos como uma carga elétrica sobre a super-
fície dos corpos.¹²

Esta hipótese posteriormente virá a encontrar
seu fundamento no ponto de vista econômico

para Laplanche, Freud
estabelece um modelo
de aparelho psíquico como
máquina que efetua um certo
trabalho – modelo presente
já no Projeto para uma
psicologia científica e
na Interpretação dos sonhos

da metapsicologia freudiana e se consolidará nos
conceitos de pulsão e seus dois componentes,
o quantum de afeto e a representação.

Laplanche destaca a ideia de *exigência de
trabalho psíquico* nesse contexto teórico. Para ele,
Freud estabelece um modelo de aparelho psíquico
como máquina que efetua um certo trabalho –
modelo presente já no *Projeto para uma psicologia
científica* e na *Interpretação dos sonhos*. Trata-se de
um trabalho de ligação (*Bindung*) de uma energia
indiferenciada, de maneira que “ela deixe de fluir
livremente e fique ligada a determinados conteú-
dos”¹³. Não se trata apenas de um princípio teó-
rico para Freud. Laplanche chama atenção para
sua dimensão clínica, presente desde os primeiros
momentos da descoberta freudiana:

Freud percebe a importância de distinguir dois elemen-
tos dos fenômenos psíquicos: afeto, por um lado – rea-
ção emocional ou sentimental – e, por outro, represen-
tação – conteúdo ideativo. A distinção poderia parecer
abstrata, mas a descoberta concreta de Freud é de que
temos o direito de distinguir entre afeto e representação,
pois o que se observa é que esses elementos podem ser
independentes um do outro; que são susceptíveis de se
deslocar, um em relação ao outro; que um afeto pode se
reproduzir sem representação e que a psicanálise pode
permitir reencontrar a representação ausente; que um
afeto pode estar ligado a uma representação que não o
justifica de maneira nenhuma.¹⁴

3 J. Laplanche, *Problemáticas I, A angústia*, p. 11.

4 A importância do *Nebenmensch* diante do desamparo e angústia ori-
ginários do bebê, que está presente em Freud desde o *Projeto para
uma psicologia*, de 1895, é central para ambas as teorias da angústia.

5 S. Freud, Conferência 32, “Angústia e instintos”, in *Obras comple-
tas*, v. 18, p. 230.

6 É de 1920 a famosa nota de rodapé inserida nos *Três ensaios sobre a
teoria da sexualidade* (de 1905), em que Freud afirma que a angústia
neurótica se relaciona com a libido tal como o vinagre com o vinho,
sendo um produto de sua transformação – nota que dá mostras da
persistência do interesse de Freud em entender a relação entre pul-
são e angústia (p. 146).

7 Expressão presente em Freud e realçada por Laplanche, como ve-
remos a seguir.

8 Alguns textos dialogam com a leitura que propomos do desdobra-
mento destas questões em Freud, dentre eles: *Problemáticas I, A an-
gústia*; *Problemáticas II, Castração e simbolizações*, ambos de Jean
Laplanche; *A fundação do inconsciente*, de Silvia Bleichmar; *Adoe-
cimentos psíquicos e estratégias de cura*, de Luís Claudio Figueiredo
e Nelson Coelho Jr.; e *Ressonâncias da clínica e da cultura*, de Sil-
via Alonso.

9 S. Freud, “As neuropsicoses de defesa”, in *Obras completas*, v. 3.

10 S. Freud, “Sobre os motivos para separar da neurastenia um com-
plexo de sintomas, a ‘neurose de angústia’”, in *Obras completas*, v. 3.

11 S. Freud, “As neuropsicoses...”, p. 54.

12 S. Freud, *op. cit.* p. 30.

13 J. Laplanche, *A angústia*, p. 30.

14 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 12.



*também nas psicoses
é encontrado esse trabalho
de ligação do afeto
desqualificado da angústia,
com a concomitante
substituição representativa
por meio de mecanismos
psíquicos específicos*

As primeiras quarenta páginas do tomo de 1970 sobre a angústia iluminam os fundamentos da teoria freudiana sobre os afetos em sua relação com as representações. Em sua leitura da primeira elaboração sobre a angústia em Freud, Laplanche coloca em relevo a hipótese sobre a presença de uma energia indiferenciada que se especificaria por um trabalho de ligação a determinados conteúdos. Propõe que a angústia pode ser entendida como um processo de *desligamento*. Na medida em que podem ser concebidos diferentes níveis de ligação dessa energia, daquele mais rudimentar até redes de significação bastante elaboradas, propõe que é no nível mais baixo da ligação ou elaboração que “se coloca o problema da angústia ou do afeto”¹⁵. Nesse sentido, cita texto inicial de Freud: “A tensão sexual transforma-se em angústia em todos os casos em que, embora produzindo-se com força, ela não sofre a elaboração psíquica que a transformaria em afeto”¹⁶. E conclui:

[...] o próprio afeto já é apresentado como um nível de elaboração, um primeiro nível de ligação; a angústia seria, nesse caso, a *desorganização do afeto*, ou ainda, o afeto mais elementar, o mais primordial, o mais próximo de uma excitação que se descarrega de maneira não específica.¹⁷

Posteriormente, com o estabelecimento do conceito de pulsão e o aprimoramento dos conceitos

de recalque e de inconsciente como sistema psíquico com características próprias, esse processo será descrito como desligamento do afeto da representação, tornando-a inconsciente. O quantum de afeto, desligado da representação, será denominado de angústia. A angústia é, assim, considerada como afeto desqualificado, que emerge como angústia em consequência da ação defensiva.

Após o recalque, o trabalho psíquico defensivo diante da angústia tem prosseguimento no trabalho de simbolização: o aparelho psíquico busca encontrar representações substitutas que articulem a excitação/angústia a novos sentidos, de modo a controlar, modificar ou mesmo eliminar o afeto. Essas novas representações se acharão em conexão associativa com aquelas apartadas da consciência pelo recalque (de modo que poderão ser reencontradas pelo processo associativo). As diferentes neuroses serão definidas de acordo com o predomínio de modos particulares de *defesa*, ou seja, de ligar a excitação/angústia às novas representações, dando prosseguimento, de modo peculiar, em cada uma dessas configurações clínicas, à ação defensiva iniciada pelo recalque: histeria de conversão, fobias e neuroses obsessivas. Cabe destacar que o artigo de 1894 chama-se “Neuropsicoses de defesa”, pois também nas psicoses é encontrado esse trabalho de ligação do afeto desqualificado da angústia, com a concomitante substituição representativa por meio de mecanismos psíquicos específicos. Posteriormente (1914), serão denominadas neuroses de transferência, grupo do qual será excluída a psicose (que, junto à melancolia, passará a integrar o grupo das neuroses narcísicas).

No artigo posterior, de 1895, sobre as neuroses atuais¹⁸, o objetivo de Freud é distinguir, dentro do amplo quadro descrito na época como neurastenia, aqueles casos em que o sintoma nuclear é ou a angústia (a expectativa ansiosa, o ataque de ansiedade) ou seus diversos equivalentes psicossomáticos (tais como vertigens, suor excessivo, tremores, diarreias, fome intensa, distúrbios cardíacos e respiratórios, etc.), que surgem no lugar da expressão afetiva e quantitativa da angústia.



essa inadequação
entre a excitação e a
elaboração psíquica constitui
um modelo metapsicológico
que será desenvolvido
e tornado mais complexo
por diferentes autores
posteriores

Nessas situações, a sexualidade, tal como nas neuroses de defesa, também está presente como fator etiológico, mas, diferentemente, interessa a Freud mostrar que, no caso das neuroses atuais, a causa é atual, e o fator preponderante é somático, decorrente de um conjunto de perturbações e influências da vida sexual do paciente, ocasionando um acúmulo de “excitação somática de natureza sexual”¹⁹. No entanto, e o que é mais importante, é que, de forma paradoxal, esse acúmulo é acompanhado por um *decréscimo da libido sexual*, o que quer dizer que o paciente não sente desejo sexual. No lugar do desejo, sente angústia. Diz Freud:

[...] uma série de casos de neurose de angústia vem acompanhada de uma nítida *diminuição da libido sexual, do prazer psíquico*, de modo que os pacientes, ao ouvirem que sua doença se deve a “insuficiente satisfação”, costumam responder que isso é impossível, pois todo desejo se acha extinto neles nesse momento. Todos esses indícios, de que se trata de um acúmulo de excitação [...], favorecem a expectativa de que o *mecanismo da neurose de angústia deve ser buscado no desvio da excitação sexual somática da esfera psíquica e num consequente emprego anormal dessa excitação*.²⁰

Assim, diferentemente do que ocorre nas psicose, nas quais o conflito que deflagra a defesa ocorre no âmbito psíquico entre representações incompatíveis, nas neuroses de angústia, predomina o fator econômico. No entanto, a ideia principal não é apenas que há um acúmulo ou excesso de excitação por conta da insatisfação sexual, como pode parecer à primeira vista. Isso que aparece como excesso *decorre de uma falta ou insuficiência psíquica*, que Freud designa

como *diminuição da libido*. Segundo Laplanche, embora libido seja um conceito quantitativo e econômico, nesse momento “Freud designa por libido não a excitação física nem o desejo sexual somático, mas justamente o elemento psíquico, ou seja, as fantasias ligadas à atividade sexual”²¹, de modo que o que é determinante é a ausência de elaboração psíquica ou, pode-se dizer, simbolização da excitação somática – o que aproxima essa teoria, afirma Laplanche, do que posteriormente será desenvolvido pelas escolas de psicossomática. Assim, o principal, na hipótese freudiana, é que há uma inadequação entre a excitação sexual no nível somático e a capacidade de elaborar essa excitação no nível psíquico. A neurose de angústia é considerada como sendo “o resultado de todos os fatores que impedem a elaboração psíquica da excitação sexual somática”²².

Essa inadequação entre a excitação e a elaboração psíquica constitui um modelo metapsicológico que será desenvolvido e tornado mais complexo por diferentes autores posteriores para pensar diversas configurações e formas de sofrimento psíquicos nas quais predominam os fracassos da simbolização e as falhas na constituição do Eu, incluindo, além dos adoecimentos psicossomáticos, as síndromes do pânico, algumas formas de TDAH e estados-limite, dentre outros, em que a incidência de fracassos ambientais e fatores traumáticos deixaram sua marca. Nessas situações,

15 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 31.

16 Apud J. Laplanche, *op. cit.*, p. 30, extraído dos manuscritos enviados a Fliess.

17 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 30.

18 S. Freud, “Sobre os motivos...”.

19 S. Freud, *op. cit.*, p. 105.

20 S. Freud, *op. cit.*, p. 105.

21 J. Laplanche, *A angústia*, p. 26. Apenas posteriormente o termo *libido* passa a ser utilizado como equivalente a quantum de afeto ou soma de excitação, ou mesmo energia sexual.

22 S. Freud, “Sobre os motivos...”, p. 107.



a investigação sobre
a ideia de perigo
e seus efeitos psíquicos
é fundamental. Um dos motes
investigativos do texto é:
“onde há angústia, deve
haver também aquilo
que angustia”

as experiências vividas, as condições dos processos de inscrição psíquica e as vulnerabilidades do Eu passam a ser relacionadas, tanto em Freud quanto na psicanálise contemporânea, a essa insuficiência de elaboração psíquica. Assim, cada vez mais, tem sido dada ênfase à investigação sobre os efeitos psíquicos provenientes da relação com o outro significativo e relacionados aos fenômenos do entorno – meio ambiente próximo e social²³.

De forma geral, sobre sua primeira formulação da angústia, Freud enuncia que não faz diferença por qual motivo ocorreu esse *desvio da esfera psíquica* e a libido se tornou inutilizável, de forma a se converter em angústia: seja devido a processos somáticos da vida sexual, seja devido ao recalque ou, como veremos a seguir, por debilidade infantil do Eu²⁴.

Nessas situações, a angústia se manifesta como afeto indiferenciado e perturbador, desorganização do aspecto econômico da pulsão, índice de falhas no trabalho psíquico e, correlativamente, exigência de que este trabalho de ligação da excitação se realize. Trata-se de um trabalho de representatividade que se realiza sempre como trabalho defensivo diante do desligamento pulsional, mas que pode ser mais ou menos paralisante, repetitivo e cristalizado, como nos sintomas e configurações patológicas, ou mais ou menos elaborativo e sublimatório, favorecido pela situação analítica ou fora dela, na vida e nos vínculos com os outros.

Nesse sentido, polos em constante tensão e movimento, tanto as marcas e trilhas inconscientes como a especificidade das condições do Eu e de seus recursos simbólicos ganharão cada vez mais importância na elaboração freudiana, como voltaremos a pensar mais adiante.

A conferência de 1917,
momento de transição:
em primeiro plano a ideia de perigo

[...] na angústia neurótica [...] o perigo
[real] não desempenha papel nenhum ou
apenas papel muito pequeno [...].²⁵

Ainda no contexto da primeira elaboração de Freud sobre a angústia, a interessante Conferência 25, de 1917, denominada *A angústia*, não é apenas um resumo do que já havia sido pensado sobre a angústia nas diferentes configurações neuróticas. É isso, mas não só, sendo também uma conferência investigativa, na qual Freud introduz questões fundamentais, que serão decisivas para a reformulação da teoria sobre a angústia. Algumas noções que virão a ser centrais na segunda teoria, tais como *angústia realista*, *sinal de angústia* e *desenvolvimento de angústia*, já estão presentes nesse texto, assim como a importância do lugar do Eu no que diz respeito à angústia. Encontramos aí, também, a proposta de considerar o *ato do nascimento* como modelo para o afeto da angústia, assim como o assinalamento da proximidade e diferença entre os termos *Angst* (angústia ou medo), *Furcht* (temor) e *Schreck* (terror ou susto). Nesse contexto, a investigação sobre a ideia de *perigo* e seus efeitos psíquicos é fundamental. Um dos motes investigativos do texto é: “onde há angústia, deve haver também aquilo que angustia”²⁶, sendo a relação entre perigo – entendido como objeto causa da angústia – e angústia, fundamental para interrogar a diferença entre a *angústia realista* e a *angústia neurótica*. Mas vemos, no decorrer da conferência, que as questões que surgem são mais complexas do que pareceriam à primeira vista, assim como suas consequências, em especial no que

diz respeito ao abalo que já se produz desde este ponto na relação entre pulsão e angústia.

Em um primeiro momento, a diferença entre a *angústia realista* e a *angústia neurótica* é aparentemente evidente. A *angústia realista* se dá diante de um perigo real e trata-se de uma reação adaptada do Eu, com vistas à sobrevivência. Nessa situação, diante do perigo real, são a prontidão e o sinal de angústia (e não seu desenvolvimento) as reações eficazes e adaptadas, que possibilitam a ação da defesa²⁷. Já no que diz respeito às diferentes configurações neuróticas, Freud procede a uma análise detalhada sobre as diversas formas de manifestação da angústia, tendo como eixo organizador a relação de cada uma delas com o perigo. Dessa investigação, conclui que nas neuroses perde-se a conexão entre a angústia e o perigo real. Nelas, o perigo real não desempenha papel algum, ou desempenha um papel muito pequeno.

Assim, a ideia de perigo coloca, em especial, duas questões: qual a relação entre a *angústia realista*, que equivale a uma reação ao perigo real, e a *angústia neurótica*, que é “libido empregada de forma anormal”²⁸? E, no caso de levar-se adiante a proposta de que *onde há angústia, deve haver o que angustia*, como compreender a *angústia neurótica*? A resposta é, aparentemente, simples: a *angústia neurótica* ocorre diante da exigência pulsional. Freud afirma:

A ligação procurada estabelece-se por fim quando tomamos como premissa a *oposição*, já sustentada diversas vezes, entre *Eu* e *libido*. Como sabemos, o desenvolvimento da angústia é a reação do eu ao perigo e o sinal para o início da fuga. É natural, pois, que entendamos que, na *angústia neurótica*, o *Eu* empreende semelhante tentativa de fuga diante da demanda de sua libido e que

é ainda sob o mote da ideia de perigo e, ligada a esta, na busca por distinguir a angústia neurótica da angústia realista que Freud passa a investigar a origem da angústia nas crianças

trata esse perigo interior como se fosse exterior. Assim se cumpre nossa expectativa de que, onde se manifesta angústia, também há algo que angustia. Mas essa analogia poderia ser levada adiante. Assim como a tentativa de fuga ante o perigo exterior dá lugar ao enfrentamento e a medidas que visam à defesa, também o desenvolvimento da *angústia neurótica* cede lugar à formação de sintoma, o que produz uma vinculação da angústia.²⁹

Mas cabe a pergunta: se a libido é o perigo que desperta a angústia, como a angústia pode ter se originado desta mesma libido? Freud aqui parece começar a se questionar sobre a relação entre a angústia e o processo defensivo, uma vez que pensá-la suscitada como reação ao perigo, seja ele perigo real, seja ele pulsional, requer situar a anterioridade da angústia em relação à defesa e não como consequência da defesa/recalque e transformação da libido, tal como proposto em sua primeira teoria. A angústia é consequência ou causa da defesa? A questão começa a se insinuar: “É a dinâmica topológica do desenvolvimento da angústia, ainda obscura para nós, a questão de que energias psíquicas são aí despendidas e de que sistemas psíquicos provém”³⁰.

É ainda sob o mote da ideia de perigo e, ligada a esta, na busca por distinguir a *angústia neurótica* da *angústia realista* que Freud passa a investigar a origem da angústia nas crianças. Seria a angústia na criança pequena *realista*, suscitada

23 Sobre essa temática, ver *O grão de areia no centro da pérola*, organizado por Flávio Ferraz e Paulo Ritter.

24 S. Freud, Conferência 32, p. 227.

25 S. Freud, Conferência 25, p. 531.

26 S. Freud, *op. cit.*, p. 531.

27 Mas logo mais veremos que Freud não mantém essa posição sobre o sinal de angústia ser tão adaptado assim.

28 S. Freud, *op. cit.*, p. 536.

29 S. Freud, *op. cit.*, p. 536.

30 S. Freud, *op. cit.*, p. 537.



*a diferença entre
o que ocorre com
a angústia na primeira infância
e a manifestação da angústia
na fobia se deve a que, na fobia,
entra em ação o recalque
(e não a simples
ausência do objeto)*

pela “consciência da própria debilidade e desamparo”³¹ diante do perigo (do escuro ou de estranhos, por exemplo) ou *neurótica*, decorrente da pressão do desejo pelo objeto em sua ausência e da impossibilidade da criança de tolerar essa emergência da libido ou empregá-la de outra forma (em referência à pouca capacidade sublimatória na infância)? Ele conclui, ainda no âmbito da primeira teoria da angústia, que a angústia na criança pequena diante da ausência do objeto de amor não é realista, pelo contrário, sua origem é semelhante à da *angústia neurótica* dos adultos. Na criança pequena, a libido aparece como anseio pelo objeto e se transforma em angústia, tal como nas neuroses: “nasce de libido *não empregada* e substitui o objeto amoroso faltante por um objeto exterior ou uma situação”³², de modo que o medo de escuro ou diante de estranhos – que aparentam ser medos realistas – decorrem do mecanismo de deslocamento, tal como se encontra em ação no sintoma fóbico³³.

Depreende-se do texto que a diferença entre o que ocorre com a angústia na primeira infância e a manifestação da angústia na fobia se deve a que, na fobia, entra em ação o recalque (e não a simples ausência do objeto): na neurose fóbica, é em consequência do recalque da representação que a libido é liberada como angústia e, mediante o trabalho da defesa, liga-se a uma representação substituta, em conexão com aquela recalcada, de

forma que um novo objeto se apresenta ao sujeito no mundo externo como perigoso. O que ocorre com a criança pequena tem, assim, maior proximidade com as neuroses atuais, relacionado à ideia de um certo transbordamento, efeito do descompasso entre a excitação e os recursos do Eu. Veremos como na segunda teoria da angústia estes aspectos encontrarão seu lugar, articulando-se aos conceitos de desamparo e traumatismo. Destaca-se ainda, nesse texto, o caminho pelo qual é afirmado que a angústia na criança pequena não é realista. Afirmar Freud:

Seria muito desejável que ela tivesse herdado mais desses instintos protetores da vida; isso facilitaria muito a tarefa de vigiá-la, que deve impedir que a criança se exponha a um perigo atrás do outro. Na realidade, porém, inicialmente a criança superestima suas forças e age sem medo, porque desconhece os perigos. Vai correr à beira d’água, subir no parapeito da janela, brincar com objetos cortantes e com fogo – em suma, fará tudo aquilo que pode machucá-la e causar preocupação a seus responsáveis. Quando nela desperta por fim a *angústia realista*, esta é obra unicamente da educação, uma vez que não se pode permitir à criança que faça por si própria as descobertas instrutivas.³⁴

Ora, esse raciocínio freudiano, ao mesmo tempo que insiste na falta de solidez da ligação entre afeto e representação, desconstrói a ideia de uma angústia adaptativa, em resposta a algo que representaria, de fato, um risco real para a vida, além de mostrar que, para a criança pequena, se impõe a presença do outro como construtor do psiquismo e do mundo marcado pela cultura, simultaneamente. Essa observação é bastante importante e pode ser relacionada a outros momentos da obra, que permitirão entender a angústia de castração em Freud não como um perigo real, mas como relacionada às teorias sexuais infantis, tal como afirma Laplanche³⁵ e, nesse sentido, contingente a determinadas experiências individuais e ao contexto sócio-histórico particular, como podemos seguir pensando, a partir de muitos aspectos do próprio texto freudiano.



De todo modo, apesar das questões que aparecem, Freud segue sustentando a conceptualização da primeira teoria. Nas páginas finais, enuncia claramente sua hipótese sobre o destino do afeto no recalque: “Deixamos sempre de lado, porém, o que se passa com o afeto vinculado à ideia recalçada, e só agora descobrimos que o destino imediato desse afeto é ser transformado em angústia”³⁶. O afeto é um processo de descarga, e o desenvolvimento de angústia está intimamente ligado ao sistema inconsciente. Após a libido ser transformada em angústia, nas neuroses atuam processos que buscam vinculá-la, dando prosseguimento ao trabalho de defesa contra a possibilidade do desenvolvimento de angústia através da formação dos sintomas ou medidas protetivas. Cabe, ainda, ao *contrainvestimento* do Eu não apenas sustentar o recalque, como levar adiante várias destas formas de defesa contra o desenvolvimento de angústia após o recalque.

São formulações bastante interessantes. Nelas, Freud alcança alguma articulação entre as duas dimensões que pareciam contraditórias: a angústia como consequência da defesa/recalque e, também, como causa do processo defensivo. Ao mesmo tempo que efeito do recalque e transformação da libido, a angústia, nesta formulação, é ela mesma perigosa e desestabilizadora. É o próprio perigo que exige medidas defensivas e protetoras, afeto perturbador a demandar proteção,

*embora se mantenha
dentro dos parâmetros
da primeira teoria pulsional,
Freud oscila em três pontos
principais: sobre a relação
entre a angústia
e a pulsão, a angústia
e a defesa, e a relação
da angústia com o Eu*

controle e apaziguamento, o que, de modo paradoxal, é, em certa medida, alcançado com a formação dos sintomas. E, embora fique afirmado que o desenvolvimento de angústia se acha ligado ao inconsciente, é evidente o quanto o Eu é afetado e exigido a se comprometer nesse trabalho de domínio da angústia.

Talvez possamos dizer que, embora se mantenha dentro dos parâmetros da primeira teoria pulsional, Freud oscila em três pontos principais: sobre a relação entre a angústia e a pulsão, a angústia e a defesa, e a relação da angústia com o Eu.

Assim, ainda não é possível depreender dessa conferência que o Eu é o lugar da angústia, mas já se anuncia que o que pode ser concebido pelo Eu como sendo perigoso é correlativo às suas condições e ao seu momento de estruturação na relação com o outro significativo, aspectos que se intensificarão a partir do texto de 1926.

A conferência é encerrada com um novo questionamento sobre a *angústia realista*, agora no que diz respeito à sua relação com os instintos³⁷ de autoconservação do Eu, relação até então considerada incontestada. Essa pergunta alcança algum desdobramento na Conferência 26: *A teoria da libido e o narcisismo*³⁸. Na última página dessa conferência, após os desenvolvimentos sobre o narcisismo, correlativos à possibilidade da libido de investir o próprio Eu e ficar ali armazenada como em um *reservatório de libido*, Freud propõe que

31 S. Freud, *op. cit.*, p. 538.

32 S. Freud, *op. cit.*, p. 541.

33 Ref. a *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, nota de 1905, exemplo de Freud, em que a voz, a indicar a presença, apazigua o medo do escuro. “Tia, fale comigo; tenho medo, porque está muito escuro”. “De que adianta? Você não está me vendo”. Ao que o menino respondeu: “Não importa, quando alguém fala, fica claro” (p. 146). Na Conferência 25, p. 539, Freud afirma: “O anseio [pela mãe] na escuridão se torna angústia ante a escuridão”.

34 S. Freud, *op. cit.*, p. 540.

35 J. Laplanche, *Problemática II: Castração e simbolizações*.

36 S. Freud, Conferência 26, p. 542.

37 Não cabe aqui reabrir o debate já tão antigo e estabelecido sobre a importância de traduzir o termo *Trieb* por pulsão, mas cabe assinalar que, no caso específico do termo *Selbsterhaltungstribe*, considero conceitualmente correto seguir a proposta tão questionável de tradução de Paulo César Souza e aceitar o termo *instintos de autoconservação*.

38 S. Freud, Conferência 26, “A teoria da libido e o narcisismo”.



*na segunda teoria
da angústia, Freud afirma,
com todas as letras,
que o Eu é a sede da angústia
e que somente o Eu pode produzir
angústia, o que poderíamos
relacionar a essa hipótese
sobre a libido do Eu narcisista
ser a fonte da angústia*

a angústia não é responsabilidade dos instintos autoconservativos do Eu, mas sim da libido do Eu, ou seja, da libido narcísica. O que é atribuível ao instinto de autoconservação do Eu é a percepção do perigo e a ação, que podem ser adequadas e a serviço da manutenção da vida. O estado de angústia, pelo contrário, é, em alguma medida, sempre inadequado, pois perturba a ação adaptada. Curioso lugar do instinto de autoconservação, pois, como sinalizamos, Freud havia acabado de mostrar que a percepção do perigo não é herdada, e sim fruto da educação. No entanto, o que desejamos enfatizar nesse trecho é que a fonte da *angústia realista* passa a ser considerada como sendo sempre libidinal, no sentido da libido do Eu narcisista. O que vem primeiro é a percepção do perigo, a qual suscita, simultaneamente, tanto a ação, que é adequada à manutenção da vida e atribuída às tendências autoconservativas, como o sinal de angústia, que estaria a cargo da libido do Eu. A ação adaptada e adequada à sobrevivência não é se angustiar, é só agir.

Freud nesse trecho parece se referir especialmente à *angústia realista*, mas creio que, com ainda maior precisão, caberia situar a fonte da *angústia neurótica* como sendo proveniente da libido do Eu narcisista. Podemos, assim, retomar o início da Conferência 25 e reformular a pergunta que então se apresentou: na neurose, diante de que perigo reage o Eu libidinal com angústia? Se existe

uma educação que ensina sobre o que costuma ser experienciado como perigo real e adaptado, que não é então pré-determinado, o que dizer sobre o *perigo neurótico*, que não é de forma alguma realista? O que teme o Eu libidinal e narcisista? Freud havia respondido: a *angústia neurótica* ocorre diante da exigência pulsional. Encontramos, então, as pulsões sexuais em ambos os lados do conflito e vemos ressoar, aqui, os impasses sobre o dualismo pulsional com os quais Freud havia deparado em *Introdução ao narcisismo*, de 1914. Nesse sentido, cabe perguntar o quanto essa definição da situação tópica da angústia é retomada por Freud e de que forma ela pode se inserir na segunda formulação sobre a angústia.

De fato, na segunda teoria da angústia, Freud afirma, com todas as letras, que o Eu é a sede da angústia e que somente o Eu pode produzir angústia, o que poderíamos relacionar a essa hipótese sobre a libido do Eu narcisista ser a fonte da angústia. No entanto, Freud não dá seguimento a essa linha de pensamento e, ao mesmo tempo que afirma que a questão sobre *de que material é feita a angústia* perdeu o interesse e que já não diria que a própria libido é transformada em angústia, assim como que a função da angústia como sinal anunciador de uma situação de perigo parece responder a muitas questões³⁹, sugere a possibilidade de uma dupla origem da angústia, o que é bastante importante.

À guisa de introdução à segunda teoria da angústia

A complexidade do novo momento instaurado com *Inibição, sintoma e angústia* não nos permite pressa. As “pecinhas” do quebra-cabeça metapsicológico ficam desarrumadas e novas peças são incluídas, exigindo encontrar outra composição. Assim, muitas questões se colocam para seguirmos pensando na relação entre angústia e recursos psíquicos de elaboração.

A segunda teoria da angústia é formulada por Freud após as reformulações decorrentes do segundo dualismo pulsional, da segunda tópica e

da maior parte da elaboração final sobre o Édipo e sua articulação ao complexo de castração – sendo anterior, no entanto, aos textos finais sobre a feminilidade. É apresentada em 1926, em *Inibição, sintoma e angústia*. Texto de vulto, complexo e trabalhoso, interessante, mas de difícil apreensão, que exige sucessivas leituras e gera desconforto. Por onde abordá-lo? Que questões o mobilizaram, levando à sua construção? Em 1933, na Conferência 32 das *Novas conferências de psicanálise*, Freud nos oferece uma sistematização de suas principais conclusões, que, no entanto, não resolve a perturbação do inquieto e por vezes contraditório trabalho original, cujas partes não parecem se ajustar muito bem.

Não cabe lamentar que a ideia de transformação da pulsão em angústia tenha caído por terra, mas buscar entender como a verdade clínica dessa relação pulsão/angústia se mantém neste segundo momento.

A proposta a que Laplanche chega a esse respeito é clara, resta saber se é suficiente para responder às questões que essa virada teórica deixa em aberto. Ele contribui para elucidar algumas das interrogações que precisam ser feitas, ao afirmar que a angústia é um afeto primário e sem objeto, que se produz no Eu em resposta ao ataque pulsional libidinal do Id⁴⁰. É, assim, reação do Eu ao desligamento pulsional, o que é muito diferente de apoiar a concepção de Freud em sua primeira teoria sobre a transformação da libido em angústia. A produção do sintoma, consequentemente, diz respeito à expressão e *ligação* (*Bindung*) da pulsão – e não mais da angústia, posto que não são mais feitas da mesma matéria.

No entanto, é importante manter a pergunta e seguir a trilha, nesse novo momento teórico,

»
a escuta do modo
como se configura
a angústia em cada um
e das forças em conflito
que a produzem
inaugura e sustenta
a situação analítica

sobre qual o papel da angústia em relação aos processos de *ligação* psíquica, tanto no desencadeamento das defesas e formação dos sintomas, por um lado, como também da elaboração psíquica e suas falhas, por outro. Deixaremos essa tarefa para outra oportunidade.

A experiência de angústia é determinante da demanda de análise. A escuta do modo como se configura em cada um e das forças em conflito que a produzem inaugura e sustenta a situação analítica, numa escuta dos avanços e recuos, abertura e fechamento em relação ao medo/desejo, angústia/prazer: matéria vertente, como diria Guimarães Rosa. Trata-se de um trabalho psíquico de *ligação/desligamento* e elaboração em transferência.

Se iniciei o texto com o jagunço Riobaldo falando a um outro em busca de entender do medo e da coragem, foi porque esse pequeno trecho de *Grande sertão* me pareceu condensar, com precisão, a densidade da presença dos sujeitos em análise, afetados por forças em conflito e exigidos a entender essa *gã* que dá corpo ao suceder.

39 S. Freud, Conferência 32, p. 230.

40 J. Laplanche, *Las fuerzas en juego en el conflicto psíquico*, p. 122.

Referências bibliográficas

- Alonso S. (2022). *Ressonâncias da clínica e da cultura*. São Paulo: Blucher.
- Bleichmar S. (1993). *A fundação do inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ferraz F.; Ritter P. (orgs.) (2022). *O grão de areia no centro da pérola*. São Paulo: Blucher.
- Figueiredo L.C.; Coelho Jr. N. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura*. São Paulo: Blucher.
- Freud S. (1894/2023). As neuropsicoses de defesa. In *Obras completas*, v. 3. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1895/2023). Sobre os motivos para separar da neurastenia um complexo de sintomas, a “neurose de angústia”. In *Obras completas*, v. 3. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1905). Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade. In *Obras completas*, v. 6. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1915/2004). *Pulsão e seus destinos. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. 1. Coord. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1916-1917/2014). Conferência 25, A angústia. Conferências introdutórias à psicanálise. In *Obras completas*, v. 13. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1916-1917/2014). Conferência 26, A teoria da libido e o narcisismo. Conferências introdutórias à psicanálise. In *Obras completas*, v. 13. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1932/2010). Conferência 32, Angústia e instintos. Novas conferências introdutórias à psicanálise. In *Obras completas*, v. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Laplanche J. (1980/1987). *Problemáticas I: A angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1980/1988). *Problemáticas II: Castração e simbolizações*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1994/2001). Las fuerzas en juego en el conflicto psíquico. In *Entre seducción e inspiración: el hombre*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Rosa J. G. (1956/1985). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Anxiety and psychic labor in Freud as vectors of listening in psychoanalysis

Abstract This article focuses on the first theory of anxiety and in the transition from the first to the second theory, seeking to understand the internal logic of the first theory regarding the relationship between anxiety and psychic work, and also to develop some theoretical frameworks that contribute to the examination of this relationship in the second theory.

Keywords anxiety; drive; psychic work; affect; representation; defense; Ego.

Texto recebido: 04/2026

Aprovado: 05/2026

A experiência do tempo, o mundo interno e a ternura

Teresa Pinheiro

Teresa Pinheiro é psicanalista, doutora pela Universidade Paris 7 (sob orientação de Pierre Fédida) e pesquisadora da obra de Sándor Ferenczi desde 1982. Professora aposentada do Programa de pós-graduação em teoria psicanalítica da UFRJ. Fundadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (Nepecc/UFRJ). Membro emérito do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi. É autora dos livros: *As bases do amor materno* (Escuta, 1991), *Do grito à palavra* (Blucher, 2025), *Catástrofe narcísica* (Blucher, 2025) e *Ferenczi* (Artesã, 2026). Organizadora de *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas* (Contracapa, 2003) e coorganizadora dos livros *Sofrimentos narcísicos* (Cia de Freud, 2012) e *De Narciso a Sísifo: os sintomas compulsivos hoje* (Blucher, 2023).

Resumo O artigo examina como a aceleração temporal característica da contemporaneidade afeta o psiquismo, ameaçando a constituição do mundo interno. Partindo de fundamentos freudianos e ferenczianos, analisa o colapso da elaboração psíquica provocado pela fragmentação temporal e o extrativismo digital. Como consequência, analisa a linguagem da humilhação e propõe a ternura como o único sentimento não narcísico capaz de sustentar o laço afetivo e social.

Palavras-chave a experiência temporal; mundo interno; humilhação; ternura.

DOI 10.70048/percurso.76.33-42

¹ S. Ferenczi, “Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade”, in *Obras completas*.

A relação que estabelecemos com o tempo na contemporaneidade revela algo fundamental sobre nossa constituição psíquica e nossa capacidade de habitar um mundo interno. Este artigo propõe uma reflexão sobre como a aceleração temporal característica de nossa época afeta a dinâmica do psiquismo, intensifica processos narcísicos, ameaça dimensões essenciais da experiência humana e aponta para o papel fundamental da ternura para a nossa existência.

O tempo psíquico: fundamentos psicanalíticos

Freud construiu a psicanálise sobre dois pressupostos fundamentais: somos seres da palavra e seres gregários. Ao descartar a concepção do psiquismo como um aparelho de arco reflexo baseado no esquema estímulo-resposta, ele afirmou que, como seres da palavra, precisamos de tempo. Nossa resposta não é automática nem imediata. Existe um intervalo necessário entre o estímulo e a resposta, um tempo que passa pela palavra, transforma-se em pensamento e só então permite uma elaboração.

A noção de mundo interno emerge na obra freudiana quando ele postula, ao longo da primeira tópica, a noção de consciência moral. Surge então uma produção interna de elaborações e pensamentos a partir do eu da consciência moral, que precede na obra freudiana a instância do supereu. Ferenczi, seguindo essa trilha, propõe em *Thalassa*¹ a existência de uma primeira cisão do eu, que incluiria um adulto no interior da



*o tempo psíquico
não segue a linearidade
do relógio. O passado persiste,
o desejo retorna, o que é
da ordem do trauma se repete*

subjetividade. No momento do desmame, o eu se dividiria, mantendo de um lado o eu criança e do outro um adulto protetor, nascendo assim a possibilidade de uma conversa interna.

Ao propor sua postulação antimetafísica sobre a origem do psiquismo em “Introdução ao narcisismo”, Freud² apresenta Sua Majestade o Bebê como uma invenção de adultos. São eles que nomeiam sentimentos, definem prazer e desprazer, modulam a fantasia e apontam para a ilusão. Cada um à sua maneira, esses adultos “criam” um modo de funcionamento psíquico. O psiquismo nascente resultaria dessa invenção e da interpretação própria que cada sujeito faz dela, garantindo com isso nossa singularidade.

Essa interioridade depende de fantasia, ilusão e um tempo de espera. É preciso tempo para a elaboração, não apenas porque a resposta é feita de palavra, mas porque essa palavra precisa ser polissêmica. A palavra deve comportar ambivalência e ambiguidade para poder deslizar, escorregar em direção a vários sentidos, para poder funcionar na relação que cada sujeito estabelece com os outros, com o mundo e consigo mesmo. A univocidade exclui essas possibilidades e retira do sujeito sua capacidade de intérprete.

A psicanálise freudiana recusa a ideia de que o inconsciente seja cronológico. O tempo psíquico não segue a linearidade do relógio. O passado persiste, o desejo retorna, o que é da ordem do trauma se repete. A relação do sujeito com o tempo, postulado dessa maneira, fica distante da ordem cronológica. De forma paradoxal, o sujeito contemporâneo vive cada vez mais, segundo Hartmut Rosa³, sob o domínio do tempo cronológico, justamente aquilo que é avesso ao próprio

funcionamento psíquico. O tempo atual é o da produtividade, das agendas saturadas, das metas e da corrida contra o fim do mundo. É um tempo que se mede, não um tempo que se vive.

Em “Os fantasmas provocados”, Ferenczi⁴ afirma que o trauma não é apenas um acontecimento, mas um modo como o tempo se rompe. Quando o tempo psíquico é interrompido por uma experiência insuportável, o sujeito fica preso a um ponto do passado que retorna incessantemente e, em determinados casos, há uma perda da continuidade da existência⁵. Um tempo congelado. Na contemporaneidade, essa lógica se mostra de outra forma: a repetição incessante de imagens, notícias e mensagens cria uma espécie de traumatismo cotidiano, pequenas invasões no tempo interno que impedem o repouso da experiência.

A diferença entre o início do século 20 e nossa época, apesar do intervalo relativamente curto, é abissal. É difícil hoje imaginar um Proust, que, ao saborear uma *madeleine*, revive seu passado com toda a riqueza de detalhes: sensações, cheiros, sabores e tudo o que aquele momento traz de volta. Bachelard⁶ diz que, quando temos saudade de um lugar, não é desse lugar que sentimos falta, mas da pessoa que éramos e do que sonhamos naquele lugar.

As comunicações instantâneas, as distâncias encurtadas, as guerras acompanhadas pela televisão em tempo real nos deslocam para outra vivência de tempo.

Recentemente o mundo experimentou o enclausuramento promovido pela pandemia de covid-19, que de forma coletiva obrigou cada um a se abster do convívio social e a se apavorar com uma ameaça de extermínio coletivo. Somada a isso, a situação climática dramática empurra a humanidade para um horizonte em que se vislumbra sem cessar a ideia de fim de mundo. A juventude atual carrega um pensamento que gerações anteriores não conheceram: a sensação de que podem presenciar o fim do mundo.

Essa enxurrada traumática cotidiana vem produzindo nas narrativas dos atendimentos clínicos a queixa recorrente dos pacientes de uma sensação

de solidão e desamparo insuportável. Podemos compreender como passamos de uma incidência significativa da predominância de pacientes com características de histeria e neurose obsessiva, que deram origem à construção do campo de saber da psicanálise no início do século 20, para uma prevalência igualmente significativa, do fim do século 20 aos dias atuais, de organizações sob o espectro da melancolia (depressões maiores, depressões não tão graves, distímicos, falsos *selves*, somatizadores e compulsivos, que se tornaram praticamente o retrato dos consultórios dos dias de hoje)?

A invenção da subjetividade consumista, a fragmentação temporal e o colapso da elaboração

O Ocidente inventou o modelo neoliberal após a Segunda Guerra Mundial, mas foi nos anos 1970 e 1980 que ele ganhou força expressiva. Nessa forma de produção econômica, o sujeito é pensado como uma empresa de si mesmo, abrindo mão de sua dimensão gregária. Por quê? Para criar sujeitos que sejam fonte permanente de consumo. Para isso, é preciso que pensem apenas no próprio umbigo e operem contra seu próprio modo de funcionamento psíquico. Num trabalho anterior⁷, desenvolvi a hipótese de que o modelo fantasmático das subjetividades contemporâneas narcísicas seria equivalente ao terceiro movimento da construção fantasmática descrita por Freud⁸ em “Bate-se numa criança”. Nesse texto, Freud desenvolve o modelo da fantasia histérica como tendo três

»
*a polissemia, modo de que
dispomos para elaborar, precisa
de tempo. Na ausência dele,
palavras absolutas se impõem
como verdades inquestionáveis*

momentos. Nos dois primeiros, há claramente uma expressão do conflito edipiano; neles estão presentes dois personagens, e é possível depreender uma temporalidade, com um passado, o presente da cena e um futuro como consequência. Já no terceiro momento, que Freud chama de síntese, os personagens são anônimos, a cena é parada, e não é possível saber a causa nem imaginar o futuro. Minha proposta foi tomar esse terceiro movimento como modelo fantasmático das patologias narcísicas. Creio ser possível aplicá-la para as subjetividades contemporâneas. O mundo visual das redes sociais, da propaganda dos diversos produtos, parece se utilizar exatamente dessa fórmula do terceiro movimento descrito por Freud em 1919. Nele, a publicidade substitui a ilusão por cenas estáticas. O sujeito, na ausência de mundo interno, torna-se escravo do olhar do outro. É o outro que dirá quem ele é, a partir daquilo que ele tem.

O tempo de hoje é fragmentado, instantâneo, imediatista e descartável. A polissemia, modo de que dispomos para elaborar, precisa de tempo. Na ausência dele, palavras absolutas se impõem como verdades inquestionáveis, o que Eliane Brum⁹ chamou de autoverdade. A interioridade torna-se algo fugidio, sem sonhos e sem sublimação. Saímos de Sua Majestade o Bebê para Sua Majestade o Dinheiro, acompanhando o mote capitalista “Tempo é dinheiro”.

Em *Sedução algorítmica*, Júlio de Ló¹⁰ informa que hoje existem 5 bilhões e meio de pessoas conectadas no mundo. Essa atenção dispensada na internet é disputada incessantemente com diversos fins comerciais, políticos e de manutenção de poder. Para que os algoritmos funcionem criando o perfil

2 S. Freud, “Introducción del narcisismo”, in *Obras completas*.

3 H. Rosa, *Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade moderna*.

4 S. Ferenczi, “Os fantasmas provocados”, in *Escritos psicanalíticos: 1909-1933*.

5 T. Pinheiro; D. Viana, “A perda da certeza de si”, in *Catástrofe narcísica*.

6 G. Bachelard, *A poética do espaço*.

7 T. Pinheiro, “Escuta psicanalítica e novas demandas clínicas: sobre a melancolia na contemporaneidade”, in *Catástrofe narcísica*.

8 S. Freud, “‘Pegan a un niño’: contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales”, in *Obras completas*.

9 E. Brum, *Bolsonaro e a autoverdade*.

10 J. Ló, *Sedução algorítmica*.



*a promessa que a tecnologia
faz de nos dar mais tempo não
se cumpre. Logo em seguida, ela
nos atola com milhões de informações,
programas e aplicativos*

de cada um, é preciso que as pessoas não tenham foco. Elas precisam desviar a atenção permanentemente de uma coisa para outra, enquanto o maior número possível de dados é coletado. Na imagem proposta por De Ló, “as pessoas tornam-se mariposas atraídas pelo brilho que atrapalha a diretriz do voo, afetando a economia da atenção”¹¹. Esse é o poder da sedução algorítmica. Segundo o autor, em 2022 foram descartados mais de 5 bilhões de celulares. Em setembro de 2025, a Apple anunciou o lançamento do iPhone 17, pretendendo vender 90 milhões de unidades até dezembro daquele ano.

O tempo e a atenção viraram mercadoria. O tempo que precisamos para existir internamente tornou-se um recurso valioso, disputado com intensidade. Nossa subjetividade passou a ser moldada por plataformas que operam segundo a lógica da economia da atenção e do capitalismo da sedução – que utilizam algoritmos para atrair, distrair e reter o usuário, transformando sua atenção em mercadoria. O usuário deixa de ser apenas consumidor e passa a ser também produto, já que seus dados, desejos, crenças e fragilidades são explorados comercial e politicamente. Isso gera bolhas informativas, câmaras de eco, manipulação de comportamento e indução de futuros possíveis.

O extrativismo digital e o desencontro de si

Vivemos num regime de extrativismo digital em que o olhar, a escuta e os dados pessoais tornam-se mercadorias. A internet permite fugir de uma realidade para outra com rapidez. Se não estou gostando disso, vou para outro lado. Mas não se

pode fugir de si mesmo, não se pode fugir da realidade interior para um outro eu. O resultado é um desencontro profundo consigo mesmo. O uso das mídias digitais favorece essa experiência de afastamento de si, em contraponto à possibilidade de busca e encontro consigo. Clarice Lispector escreveu: “Eu mal entrei em mim e assustada já quero sair”¹². Ao que parece, essa sensação virou lugar-comum. O tempo nos escapa, mas curiosamente o que a tecnologia prometeu nos dar foi mais tempo.

Quando escrevi minha tese de doutorado em 1986 usando máquina de escrever, cada erro de datilografia equivalia a recomençar a página do zero. Quando apareceu o computador e o programa Word, achei que estaria livre para sempre daquela perda de tempo. Não é verdade, o ganho desse tempo extra dura muito pouco. A promessa que a tecnologia faz de nos dar mais tempo não se cumpre. Logo em seguida, ela nos atola com milhões de informações, programas e aplicativos, fazendo o sujeito zanzar de um lado para outro. E aquele tempo que prometera dar, ela tira no momento seguinte.

Esse *modus operandi* nos leva a fazer mil coisas e terminar o dia com a sensação de que nada aconteceu. Uma espécie de presente saturado que não se expande e se repete, como se estivéssemos presos num agora que não se realiza plenamente.

Hartmut Rosa¹³ argumenta que não só não temos mais tempo, como esse tempo é acelerado permanentemente. Tal aceleração produz um empobrecimento do que é experimentado e vivido, interferindo completamente no modo de funcionamento psíquico. O sujeito corre, faz mil coisas, mas o tempo vivido encolheu. O resultado é uma sensação permanente de tempo comprimido. Não há espera, não há intervalo – e, sem intervalo, não há elaboração. Tal esvaziamento da experiência temporal manifesta-se no campo psíquico naquilo que chamamos de mundo interno. Essa pressa produz um tipo de anestesia: não há tempo para sentir, apenas para reagir. Esse é sem dúvida o modelo de ordenação psíquica próprio dos sujeitos compulsivos atendidos pelo Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da

Contemporaneidade (Nepecc), cujos casos estão descritos em *De Narciso a Sísifo*¹⁴. Em sua maioria, apontam para a ausência do sentir e para um modo de operar que remete ao modelo de arco reflexo. Se no início deste texto afirmei que Freud descartou a ideia de um aparelho de arco reflexo, hoje parece que estamos voltando a ele.

Existe, portanto, um descompasso entre o tempo da elaboração e a demanda de rapidez. Enquanto o corpo e o desejo ainda precisam do tempo lento para a elaboração, o mundo demanda rapidez e atualização constante. A experiência do tempo se fragmenta. O sujeito se sente fora do ritmo, em atraso, como se estivesse sempre devendo alguma coisa, num tempo que o ultrapassa.

Em “Construções em análise”, Freud¹⁵ fala de um trabalho de reconstrução do passado no presente, numa tentativa de dar sentido e reordenar o tempo. A cura seria, de certo modo, restituir ao sujeito um tempo próprio, o tempo de uma história, não apenas o tempo do mundo. A aceleração destrói o espaço da ilusão, e o medo do vazio começa a se instaurar. A aceleração não permite a produção fantasmática e empurra o sujeito para um presente contínuo, sem espessura simbólica, incapaz de produzir novos e múltiplos sentidos. A experiência do tempo revela o sintoma de uma época: o medo do vazio, a recusa da lentidão, a impossibilidade de suspender a ação para deixar o pensamento emergir. Em termos psicanalíticos, poderíamos dizer que vivemos uma deflação do mundo interno, um colapso entre o instante e o sentido. É a experiência de convívio consigo mesmo que pode produzir uma companhia autoengendrada pelo eu, um autoacolhimento em que é possível encontrar metáforas, alívios, modos novos de compreensão do mundo, dos outros e de si.

11 J. Ló, *op. cit.*, p. 22.

12 C. Lispector, *Um sopro de vida*, p. 47.

13 H. Rosa, *Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade moderna*.

14 J. Verztman; R. Herzog; T. Pinheiro, *De Narciso a Sísifo*.

15 S. Freud, “Construcciones en el análisis: contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales”, in *Obras completas*.

16 S. Freud, “Introducción del narcisismo”, in *Obras completas*.

17 M.M.R. Khan, *Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos*, p. 308.

»
a fala do humilhador segue
o mesmo trajeto. São palavras
feitas de concreto armado,
sem nenhuma porosidade,
nenhuma ambiguidade

A dimensão temporal e a linguagem da humilhação

Quando não se tem tempo e a aceleração é o modo de estar no mundo, a experiência narcísica extrema torna-se praticamente inevitável. Esse contexto nos remete à vivência do sentimento da paixão. Freud¹⁶ abordou esse tema de maneira inovadora. Segundo ele, a paixão é o momento de total idealização do objeto. Esse sentimento, vivido com intensidade extrema, é modulado pelas necessidades narcísicas do sujeito apaixonado. O objeto da paixão ganha um lugar de ser capaz de realizar a completude e tira do sujeito apaixonado a dúvida, a ambivalência e a ambiguidade. Metapsicologicamente, a paixão seria o esvaziamento do investimento libidinal do eu, em que toda a libido do eu se volta para o objeto. O eu esvaziado será alimentado pelo investimento libidinal do objeto da paixão. Essa seria a mecânica do aspecto de enlouquecimento produzido pela paixão.

Há algo de semelhante entre a experiência da paixão e sua loucura, o modelo melancólico e a prática do humilhador. Existe na paixão uma idealização do objeto de tal ordem que não há lugar para a parcialidade, a dúvida ou o equívoco. Essa é também a perspectiva do melancólico. Para ele, só há lugar para o tudo ou nada; não existe espaço “entre”, só fórmulas fechadas de verdade ou mentira, justo ou injusto etc.; não há nenhuma chance para paradoxos. Ora, a fala do humilhador segue o mesmo trajeto. São palavras feitas de concreto armado, sem nenhuma porosidade, nenhuma ambiguidade. Como diz Masud Khan, “sem essa ilusão, a linguagem só despertaria remorso e humilhação”¹⁷.



*gostaria de propor aqui
a ideia de que o único
sentimento não narcísico
a que temos acesso
é a ternura*

Nos três casos, as palavras são verdades absolutas, sem qualquer possibilidade de questionamento ou contra-argumentação.

Em todas essas experiências, entra em cena um tipo de linguagem ou narrativa que se aproxima do que Ferenczi¹⁸ chamou de linguagem da paixão – em que se tem o descrédito como base – e do que Eliane Brum¹⁹ chamou de autoverdade. Trata-se de uma linguagem que, por se pretender unívoca, não suporta a dúvida ou a ambiguidade. O comportamento peculiar do humilhador sempre existiu, mas hoje parece ter se disseminado de forma exponencial. A fala de humilhação ou o abuso moral é um instrumento de dominação do outro.

A dinâmica da humilhação é uma fala categórica, sem negociação. Temos os exemplos do racismo, da misoginia e da homofobia. É um supereu terceirizado: o outro define quem eu sou. Aquele que humilha diz quem eu sou de maneira que eu não possa retrucar. Há uma técnica na humilhação. Dizer para um negro “Você é negro” não deixa margem de resposta. É uma técnica de narrativa terrível, porque é autoritária e absoluta, não há como desdizê-la.

Em Octavio Paz²⁰, encontramos esta pérola:

A mais alta forma da prosa é o discurso, no sentido estrito do termo. No discurso, as palavras aspiram a se constituir em significação unívoca. Esse trabalho implica reflexão e análise. Ao mesmo tempo, ele pretende um ideal inacessível, pois a palavra se recusa a ser um puro conceito, uma significação e nada mais. Cada palavra, abstração feita de suas propriedades físicas, contém uma pluralidade de sentidos.

Ora, é contra essa evidência que a narrativa do humilhador opera, recusando a pluralidade de sentidos que a palavra carrega e que nos dá humanidade. É nisso que o humilhador aposta todas as suas fichas, e o humilhado fica muitas vezes fascinado pela ausência de dúvida – a fluidez de sentidos da fala do humilhador o torna refém.

A ternura:
o único sentimento não narcísico

Só o olhar terno, humilde e atento é capaz de acolhimento e doação, porque compreendendo que somos seres insuficientes, precários, imaturos, um pouco bobos... a ternura poderia ser o nome da responsabilidade diante dessa fragilidade, que aumentando a força da existência de cada um nos permite contar tudo outra vez, tudo de novo.²¹

Gostaria de propor aqui a ideia de que o único sentimento não narcísico a que temos acesso é a ternura.

Entendo por ternura um sentimento vinculado necessariamente ao olhar e à experiência temporal. Uma forma de olhar o mundo, as coisas, as pessoas, a arte. Um encantamento no olhar. Algo que diz respeito à alteridade: olhar com encantamento aquilo que não sou eu, que é diferente de mim, que não é da ordem do narcisismo.

Penso a ternura como um sentimento não atravessado pelo desejo de indenização narcísica ou pela ideia de completude. É a possibilidade de contemplação, de olhar para o outro com um tempo que não é movido pela pressa – um tempo de outra ordem. A ternura compreende o deleite, a fruição, a curiosidade.

Freud²² afirma que sem a ternura não existe laço afetivo nem laço social. Na sua formulação sobre a paixão, ele diz que, se a pensarmos como pura descarga libidinal, terminada a descarga, acabaria o vínculo. O que sustenta, o que pode manter uma relação afetiva e um laço social é a ternura. Portanto, a ternura tem um valor civilizatório.

Ferenczi²³ também trata da ternura no texto “Confusão de língua entre os adultos e a criança”,



distinguindo a linguagem da ternura da linguagem da paixão. No fim de sua obra, Freud²⁴ retoma essa questão em “O mal-estar na cultura”. A diferença é fundamental: a paixão ganha um modelo metapsicológico e descrita como uma idealização narcísica que imprime uma linguagem unívoca; a ternura, por sua vez, seria polissêmica, produzindo empatia e encantamento. Essa abertura para o outro que a ternura promove é o que anda em falta, porque as pessoas não têm tempo.

Freud e a maioria de seus seguidores vão trabalhar a ternura pelo viés da economia pulsional. Assim, de alguma maneira, a ternura seria puro desvio de ordem – o fracasso da descarga que só se completa totalmente se estiver ligada à superfície corporal. Freud²⁵ afirma isso com todas as letras em “O mal-estar na cultura”, quando se refere à sublimação. Entretanto, alguns poucos autores vão trabalhar o tema por outros caminhos.

A ternura segundo Adam Phillips

Vamos trabalhar aqui a noção de gentileza apresentada por Adam Phillips²⁶ como semelhante à ternura ou outro modo de falar dela. Diferentemente de Freud, esse autor lança mão do viés do desamparo para compreender a gentileza/ternura.

De acordo com Phillips, a gentileza é uma experiência psíquica sutil, instável e profundamente vinculada ao campo do cuidado e do desejo. Não é um simples afeto, mas uma forma de relação que envolve atenção, desarmamento e risco. Ele descreve a gentileza como um dos afetos mais ambivalentes na vida psíquica. Ela é delicada e arriscada porque nos põe em estado de vulnerabilidade. É um convite à dependência, algo ao

*Phillips recupera Winnicott:
a ternura é uma forma de tocar
e ser tocado (literal e
metaforicamente) que deriva
do início da vida*

mesmo tempo atraente e temido, um afeto que liga desejo e cuidado. A ternura é perigosa porque nos abre ao outro sem defesas, o que pode reativar ansiedades infantis sobre deixar-se cuidar ou precisar demais. É, sobretudo, uma herança do primeiro cuidado.

Phillips faz uma distinção entre gentileza por obrigação e gentileza como desejo. Segundo ele, se nos pedem que sejamos gentis, podemos ser cruéis. Se queremos ser gentis, podemos descobrir nossa generosidade. Do ponto de vista psicanalítico, os perigos ligados ao fato de sentir empatia são duplos. Primeiro, nossa gentileza natural nos torna desobedientes, nos torna menos sujeitos à coerção moral, tanto interna quanto externa; ao recusar a gentileza extorquida, nos autorizamos ao prazer de vivê-la. Depois, uma vez que a autorizamos como prazer, ela nos torna mais porosos, menos isolados dos outros; quando a gentileza entra em cena, não se é mais isolado. Nosso desejo sexual é bem mais seletivo que a gentileza: nossas condições necessárias para sentir excitação são mais estreitas do que aquelas que regem nosso sentimento de simpatia. A sexualidade nos isola.

Phillips recupera Winnicott: a ternura é uma forma de tocar e ser tocado (literal e metaforicamente) que deriva do início da vida. Ela ecoa as primeiras experiências de *holding*, afeto, manuseio, toque. É um resíduo da relação mãe-bebê que marca o modo como, adultos, lidamos com a intimidade. A ternura aparece como resultado das primeiras experiências bem-sucedidas de ser acalmado e regulado pelo outro.

Para Phillips, a ternura é a maneira pela qual o desejo pode se expressar sem intrusão, sem excesso,

18 S. Ferenczi, *Confusão de língua entre os adultos e a criança*.

19 E. Brum, *op. cit.*

20 O. Paz, *L'arc et la lyre*, p. 21.

21 P. López, *Pánico y ternura*, p. 21.

22 S. Freud, “El malestar en la cultura”, in *Obras completas*.

23 S. Ferenczi, *Confusão de língua entre os adultos e a criança*.

24 S. Freud, “El malestar en la cultura”,

25 S. Freud, *op. cit.*

26 A. Phillips; B. Taylor. *N'ayons pas honte d'être*.



*a ternura também tem
uma função na forma de olhar
o mundo, na possibilidade
de se encantar com o inesperado*

sem domínio. É uma ética do desejo, um modo de estar com o outro que sustenta a diferença sem anulá-la, um erotismo suave que exige tanto escuta quanto contato. Ternura é o desejo que não quer ferir.

A ternura é um estado de atenção ao outro sem intenção de possuí-lo. É uma forma de estar presente sem exigência, uma sensibilidade à singularidade do outro, um gesto que privilegia o detalhe, o pequeno, o quase imperceptível. Ela lembra a dimensão criativa da atenção winnicottiana, um *playing* relacional que vai se construindo momento a momento.

A ternura como o avesso do narcisismo

Um ponto fundamental em Phillips²⁷: na sua concepção, a ternura nos ameaça porque ela exige reconhecer que precisamos do outro. Ela abala o ideal de autossuficiência, desorganiza defesas narcísicas e põe em evidência a dependência. Por isso, é frequentemente evitada, banalizada ou transformada em sentimentalismo.

Outro aspecto levantado por Phillips é conceber a ternura como inseparável da sensação de perda. Ela emerge nos intervalos, no “quase”, revela o que não se pode possuir completamente: o outro, o passado, a infância. Contém sempre um tom de nostalgia. É o afeto que acompanha a percepção de que nada pode ser inteiramente retido.

Phillips afirma que a ternura é essencial à capacidade de brincar, amar, pensar e criar. Ela abre espaço para a surpresa, cria uma zona intermediária (winicottiana) de encontro e sustenta a possibilidade de novas narrativas sobre

si. A ternura é um campo fértil, onde algo pode nascer entre duas pessoas.

Em uma frase: para Adam Phillips, a ternura é um afeto delicado e ambivalente, que nasce do cuidado original, expõe à vulnerabilidade da dependência, articula desejo e atenção, e cria um espaço onde a intimidade se torna possível sem violência – um dos estados mais criativos e arriscados da vida psíquica.

Outros autores trataram do tema pelo viés do desamparo. Um deles foi Balint²⁸ com o conceito de amor primário. Sua abordagem, entretanto, também resvala na explicação econômica do aparelho psíquico. Bowlby²⁹ trabalhou indiretamente o tema com o conceito de apego. Segundo ele, o apego é um conceito baseado exclusivamente no desamparo, porém – ao contrário da gentileza de Phillips – é algo da ordem do inato.

Curiosamente, esses autores só remetem a ternura à relação com o outro ou à função gregária, que sem dúvida precisam desse sentimento para serem exercidas. Mas a ternura também tem uma função na forma de olhar o mundo, na possibilidade de se encantar com o inesperado, se encantar com o detalhe de uma fresta de luz em determinado momento, em determinado cenário. O encantamento com o belo, o diferente, o surpreendente. Esses aspectos são vivenciados pelo que estou chamando de mundo interno.

Após todo esse percurso, fica claro que, na aceleração da vida contemporânea, é preciso criar pausas, e esse talvez seja o maior desafio que temos pela frente. Não se trata de administrar melhor o tempo. A questão é mais profunda: é preciso reaprender a habitá-lo. Criar pausas, rituais, escutas, espaços de espera, formas simbólicas que devolvam ao tempo sua densidade. Esta letra de música expressa nitidamente essa demanda:

Hoje eu não tô a fim

De corre-corre e confusão

Eu quero passar a tarde estourando plástico-bolha.³⁰

O resgate da conversa interior

O dispositivo psicanalítico, ao estabelecer um tempo em que o sujeito pode falar de si, escutar-se e escutar o analista, torna-se um ato profundamente contracultural. Ele desacelera, restitui ao sujeito o direito de ter um tempo que não é útil, não é produtivo, mas é vivo. Convida o paciente a deslizar por palavras, pensamentos, ilusões, sentimentos, recordações...

O narcisismo levado ao extremo, alavancado pelo consumismo, causa ansiedade, produz uma narrativa unívoca e leva à paixão e à loucura.

Uma das coisas que mais chamam a atenção é como as pessoas não conversam mais com elas mesmas. Não há mais aquela fala interior em que um lado pondera e o outro responde, em que o sujeito que diz “Eu fiz uma coisa horrorosa” é respondido por outra voz interna que diz “Não, mas olha só, foi a circunstância, não era bem assim”. Isso não existe mais. Resgatar essa interioridade é necessariamente apontar para a polissemia e para o encantamento.

Em dois filmes, *Paris, Texas*³¹ e *Dias perfeitos*³², o diretor Wim Wenders parece nos dizer que a única saída para o terror e o sofrimento da paixão ou do narcisismo elevado ao extremo é a ternura, a empatia, a generosidade e o perdão. *Paris, Texas* apresenta uma história de paixão em que um sujeito enlouquece completamente, e a resposta de Wenders a isso, mais de 40 anos atrás, foi retratar pessoas de enorme generosidade, a ideia de perdão, brincando com a ternura como saída para aquela loucura e sofrimento. *Dias perfeitos* é um filme sobre a curiosidade, sobre a contemplação, e é preciso um tempo maior para isso. Essa é a questão que a clínica contemporânea nos propõe como desafio.

27 A. Phillips; B. Taylor, *op. cit.*

28 M. Balint, *A falha básica*.

29 J. Bowlby, *Apego, a teoria do vínculo*.

30 K. Buhr, *Plástico-bolha*.

31 W. Wenders, *Paris, Texas*.

32 W. Wenders, *Dias perfeitos*.

33 M.M.R. Khan, *op. cit.*, p. 305.



*o humor pode ser um veículo
do brincar, apontando
para a polissemia, para a dúvida
no lugar das certezas*

Conclusão: inventar um mundo interno

Seremos os artífices e inventores da conversa interior, já que muitas vezes ela parece ter desaparecido. A inteligência artificial não pode sonhar, prometer nem perdoar. Seria a ternura um emplastro curativo da loucura? Cabe-nos como tarefa inventar um mundo interno?

O humor pode ser um veículo do brincar, apontando para a polissemia, para a dúvida no lugar das certezas. Em *Paris, Texas*, a cena entre pai e filho na volta da escola mostra que a relação entre eles pôde ser resgatada através do humor e da ternura. O dispositivo analítico, ao criar um tempo que não é útil, mas é vivo, torna-se profundamente contracultural numa época que mercantiliza cada segundo de nossa atenção. Segundo Masud Khan³³,

o veículo desse trabalho [psicanalítico] com a ilusão é o discurso simbólico, normalmente denominado associações livres feitas pelo paciente e interpretações fornecidas pelo analista. O processo relacional através do qual a ilusão age é a transferência. Minha posição aqui é de que Freud criou um espaço, tempo e processo que potencializam a área da ilusão na qual o discurso simbólico pode efetivar-se.

Resgatar a interioridade é necessariamente resgatar a polissemia, o encantamento, a capacidade de conversar consigo mesmo. É devolver ao tempo sua densidade, criar pausas num mundo que não para. É recuperar a ternura como possibilidade de relação com o outro que não seja mediada pela posse, pelo consumo ou pela violência narcísica. É, enfim, resistir à aceleração que nos rouba a vida enquanto promete nos dar mais tempo.

Referências bibliográficas

- Bachelard G. (1957/2008). *A poética do espaço*. Trad. A.P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes.
- Balint M. (1968/2014). *A falha básica*. São Paulo: Zagodoni
- Bowlby J. (1969/2021). *Apego, a teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brum E. (2018, 16 jul.). Bolsonaro e a autoverdade. *El País*. Disponível em: <<https://tinyurl.com/45yvrj9b>>. Acesso em: 1 abr. 2026.
- Buhr K. (2010). Plástico-bolha [Música]. In *Eu menti pra você*. Independente.
- Ferenczi S. (1924/1988). Os fantasmas provocados. In *Escritos psicanalíticos: 1909-1933*. Trad. J. Bastos; A. Telles. Rio de Janeiro: Taurus, p. 231-270.
- _____. (1933/1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Obras completas, v. 4*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, p. 97-108.
- _____. (1933/1993). Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade. In *Obras completas, v. 3*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, p. 255-325.
- Freud S. (1914/1984). Introducción del narcisismo. In *Obras completas, v. 14*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, p. 65-98.
- _____. (1937/1986). Construcciones en el análisis: contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales. In *Obras completas, v. 23*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, p. 211-254.
- _____. (1930/1986). El malestar en la cultura. In *Obras completas, v. 21*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, p. 57-140.
- _____. (1919/1986). “Pegan a un niño”: contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales. In *Obras completas, v. 17*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, p. 173-200.
- Khan M.M.R. (1977). *Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos*. Trad. G. Vaz. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lispector C. (1978/2020). *Um sopro de vida*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Ló J. (2025). *Sedução algorítmica*. Rio de Janeiro: Bambual.
- López P. (2025). *Pánico y ternura*. Argentina: Lumen.
- Paz O. (1956/1965). *Larc et la lyre*. Trad. R. Munier. Paris: Gallimard.
- Phillips A.; Taylor B. (2010). *N'ayons pas honte d'être gentils*. Paris: Payot et Rivages.
- Pinheiro T. (2002/2025). Escuta psicanalítica e novas demandas clínicas: sobre a melancolia na contemporaneidade. In *Catástrofe narcísica*. São Paulo: Blucher, p. 115-126.
- Pinheiro T.; Viana D. (2011/2025). A perda da certeza de si. In *Catástrofe narcísica*. São Paulo: Blucher, p. 169-180.
- Rosa H. (2010/2022). *Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade moderna*. Trad. F.R. Lucas. Petrópolis: Vozes.
- Verztman J.; Herzog R.; Pinheiro T. (2023). *De Narciso a Sísifo*. São Paulo: Blucher.
- Wenders W. (Dir.). (1984). *Paris, Texas* [Filme]. Road Movies, Filmproduktion GmbH. Argos Films.
- _____. (Dir.). (2023). *Dias perfeitos* [Filme]. Master Mind, Spoon. Wenders Images.

The experience of time, the inner world, and kindness

Abstract The article examines how the temporal acceleration that characterizes contemporary life affects the psyche, deepens narcissistic processes, and threatens the constitution of inner life. Drawing on Freudian and Ferenczian foundations, it analyzes the collapse of psychic elaboration brought about by temporal fragmentation, digital extractivism, and the language of humiliation. It proposes kindness as the only non-narcissistic feeling capable of sustaining affective and social bonds.

Keywords psychic time; inner world; kindness; narcissism; contemporary acceleration.

Texto recebido: 04/2026

Aprovado: 05/2026

Poder morrer: um trabalho de Eros

Gláucia Faria da Silva

Gláucia Faria da Silva é psicóloga e psicanalista, mestre e doutora pelo Departamento de Psicologia Social do IPUSP (2008/2012). Paliativista pediátrica pelo IEP-Hospital Sírio Libanês (2019). Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (2022). Professora e supervisora clínica da Especialização *Psicanálise com Crianças* do Instituto Sedes Sapientiae (desde 2023). Professora e orientadora da Especialização *Humanização na Saúde: Narratividade, Subjetividade e Psicanálise* da UNIFESP/UAB/CAPES desde 2023. Organizadora do livro: *Luto em pediatria: reflexões da Equipe Multidisciplinar do Sabará Hospital Infantil* (Manole, 2019).

Resumo Tomando a psicanálise freudiana em sua radicalidade, o grupo de humanização de um hospital pediátrico realizou uma intervenção junto a Lina, moradora do hospital há 15 anos, com diagnóstico de neuropatia complexa grave. Esse grupo passou a visitar Lina diariamente, tensionando a lógica do cuidado do organismo através de narrativas primitivas de pressuposição de sujeito. Em um mês, Lina faleceu. A partir do monismo pulsional proposto por Radmila Zygouris, refletimos sobre a potência avassaladora de Eros no contexto da experiência de Lina.

Palavras-chave psicologia hospitalar; estudo de caso; psicanálise; humanização; pulsão de morte.

DOI 10.70048/percurso.76.43-48

1 N.M. Kon, “Da existência à vida: homenagem a Clarice Lispector”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 40, n. 2.

2 R. Zygouris, *Pulsões de vida*.

A psicanálise, que trabalha com o humano naquilo que lhe é absolutamente singular – sua essência e sua aptidão simbólicas – que dá à linguagem a potência de criação do mundo, tem de se haver com a transubstanciação da matéria orgânica humana em matéria simbólica, matéria simbólica que é justamente seu horizonte. O universo invisível das palavras atravessa a matéria viva do corpo do infans – um ponto no infinito, real vegetativo, coisa apenas atual, totalmente atual – e o transforma num outro: em ser simbólico, em ser histórico, em ser propriamente humano. Passagem – mais ou menos conflituosa – da existência à vida.¹

Noemi Moritz Kon

A *Psicanálise tem de se haver com a transubstanciação da matéria orgânica em matéria simbólica*, diz a citação acima. Talvez falemos de Eros de forma imprudente. Os *atravessamentos* a que o orgânico precisa ser submetido talvez ultrapassem limites, talvez precisemos de critérios. Das arestas do pensamento e da experiência nasce esse artigo, buscando encontrar em Eros a bússola a guiar e acolher dignamente a morte que vou contar. Testemunhei em um hospital pediátrico, por duas vezes, o embate visceral, molecular, da força arrasadora de Eros.

Por duas vezes, com duas crianças em que o adoecimento orgânico se somava a um imenso adoecimento do Mundo², como diz Radmila Zygouris, Eros mostrou a face da morte, o que me instigou a pensar sobre modos em que a morte do organismo pode estar ligada ao impensável em Eros. Se não, por que se apagaria o sujeito depois de experimentar a faísca da vida?

O texto a seguir é eminentemente clínico. A proposta é apresentar um caso e discutir seu desfecho à luz do conceito de pulsão



*decidimos transformar
estímulos em símbolos,
organizando as ações
como se estivéssemos
novamente diante
de um bebê*

de morte e do monismo pulsional de Radmila Zygoris, trabalho fruto de minha experiência como psicanalista em uma instituição hospitalar.

Relato do caso

Em 2015, tínhamos três moradores nos *puxadinhos* da UTI do Hospital Sabará, um hospital pediátrico particular, referência na cidade de São Paulo. Eram duas mocinhas, Graça e Lina, que ali moravam há muitos anos, e um jovem rapaz de 6 meses recém-chegado. Lutávamos para que o pequeno bebê tivesse um destino diferente de Graça e Lina.

Vou falar de Lina. Ela tinha 15 anos, 14 deles como moradora do hospital. Lina tinha traqueostomia e gastrostomia, não tinha nenhum movimento voluntário, membros atrofiados, seguramente dores por todo corpo, não focalizava o olhar, não sabíamos se ouvia ou enxergava, ninguém afirmaria com certeza um sinal de comunicação intencional. Lina tinha sido diagnosticada ao nascimento com a antiga paralisia cerebral ou, diagnóstico mais atual, encefalopatia crônica não evolutiva (ECNE).

Eu assumi o trabalho de psicóloga do hospital em dezembro de 2012. Em meados de 2015, coordenava a pequena equipe com duas psicólogas para 120 leitos de alta complexidade.

Nessa época, a equipe de Psicologia foi convocada pelo olhar incandescente das atrizes da Pronto-Sorrir, Helena Miguel e Melany Kern, que participaram desse trabalho com sua especialidade única: o teatro e a sabedoria de *enfrentar o vazio*.

O *vazio* na clínica psicanalítica nos aproxima do conceito de pulsão de morte³. Ele está na ausência do Outro em sua função constituinte. Está na ausência dos movimentos metafórico e metonímico. E ambos – ausência do outro e reificação da linguagem diante do corpo – podem apresentar no hospital sua face traumática.

Quando a fala perde a dimensão polissêmica, seu caráter ficcional e – porque não – lúdico, estamos no campo da violência.

Vamos fazer algo? foi o convite saído da *musculatura afetiva*⁴ das atrizes. De fato, precisávamos fazer algo. Mais do que vazio, aquele quarto era pura repetição – pleno de cuidado, porém, um cuidado banhado de desagregação, dessubjetivação da criança e dos trabalhadores. Seria preciso reverter os rumos, impedir a repetição e implantar elementos que sustentassem signos de diferença.

Há um fenômeno natural na Inglaterra chamado *Severn Bore*⁵, em que as águas do rio Severn sofrem uma reversão e ondas sobem o rio com força! Nosso desafio seria inverter a ordem das águas e fazer retroceder a violência, injetando cor ao real, ludicidade ao corpo, alucinação⁶ ao cotidiano.

Esse foi o coração do *Projeto Moradores: Tecendo Vínculos* que escrevi para a diretoria do hospital: 15 anos depois, inverter a ordem, burlar o tempo e pensar novamente nos movimentos instituintes, no originário que pode ser continuamente fundado, numa ação de neogênese⁷. Decidimos *transformar estímulos em símbolos*⁸, organizando as ações como se estivéssemos novamente diante de um bebê: pressuposição de sujeito, modulação da voz, ritmo⁹, nomeação, repetição e constância – presença sensível, significando *por* Lina estímulos não aleatórios, inaugurando uma protocomunicação, um lugar amoroso para Lina, feito daquele amor da radicalidade psicanalítica, quando amar é dar lugar ao discurso do outro.



Nesse caso, o discurso de Lina era a presença tênue e maciça de seu corpo, que seria lido na chave contratransferencial no limite do corporal, como os profissionais de Loczy¹⁰ fizeram no pós-guerra.

Preparamos a equipe: a enfermagem e a equipe de humanização do hospital (psicólogas, atores da Pronto-Sorrir, contadores de histórias e voluntários), nosso pequeno batalhão, cujo objetivo era erotizar a existência de Lina¹¹ milimetricamente.

E assim foi feito: no mínimo uma vez ao dia, um de nós entrava no quarto e se apresentava. Nós nos diferenciávamos por delicados toques rítmicos em seu corpo e ali narrávamos o que experimentávamos ou inventávamos: como ela estava de cara *amarrada*, quem haveria de tê-la chateado, essas narrativas de pressuposição de sujeito que fazemos instintivamente com os bebês.

Na constância das visitas buscávamos alucinar intencionalidades, movimento e troca, abafar os ruídos fragmentários da UTI com narrativas ternas, recheadas de sentido. Os encontros eram registrados em um livro-diário como aqueles de bebês, que ficava no lugar do prontuário de Lina, na porta do quarto, onde contávamos uns para os outros as estrepolias que ela tinha *aprontado* no dia anterior.

A artista Jota Mombaça relata em seu livro um exercício de imaginação radical como estratégia para quebrar sonhos enlatados, um renascimento

na constância
das visitas buscávamos
alucinar intencionalidades,
movimento e troca, abafar
os ruídos fragmentários
da UTI com narrativas ternas,
recheadas de sentido

que nos interessa. Sua escrita remete à Lina, sua presença potente, potencial, silenciosa.

O nascimento de Urana

Acho que nasci.

Sem perceber bem os contornos, fui explodindo de fora a fora, revirando os intestinos do planeta. Primeiro era fogo, e então gás. Uma precipitação de chuva apressou minha queda e, sem querer, sem sequer ter olhos, vi uma cordilheira de carne escura se materializar num oco de mundo.

Cada grama do meu peso estava infundido de memória. Eu sabia das guerras, das catástrofes e da morte. Podia medir a extensão do desespero humano, e o conjunto de feridas do mundo sobre o qual eu caía foi transcrito nas cavidades mais íntimas da Terra que eu era. Mas não havia tempo e aquele não era meu passado, pois, quando nasci, ainda nada me antecedia e eu não antecipava nada.

Então, como uma coceira, vi uma mata espalhar-se pela pele do planeta. As cascas das árvores emergiram primeiro, junto às cores que vi crescer para fora e para dentro, como camadas de informação espessa a cravar-se fundo, como dedos e punhos, numa penetração consentida, a escavar na superfície do planeta uma profundidade insuspeitada.

Na minha enfermidade, sentia tudo e me espalhava por toda parte. Eu era imensa e destrambelhada, como uma força replicante, a multiplicar-me pelas sendas sem sociedade, nos vãos e desvãos desta terra sem mundo

3 S. Freud, "Más allá del principio del placer", in *Obras completas de Sigmund Freud*, p. 1-62.

4 A. Artaud, *Contrafissura e plasticidade psíquica*, p. 63.

5 J. Barnes, *O sentido de um fim*. Nesse romance tomei conhecimento desse evento natural impressionante.

6 F. Tustin, *Autismo e psicose infantil*, p. 191.

7 S. Bleichmar, "A psicanálise de fronteira: clínica psicanalítica e neogênese", in *A fundação do inconsciente – destinos de pulsão, destinos do sujeito*, p. 202.

8 R. Spitz, *O primeiro ano de vida*, p. 32-33.

9 V. Guerra, *Rythme et intersubjectivité chez le bébé*.

10 Instituto Loczy, em Budapeste, na Hungria. A entidade, criada pela médica Emmi Pikler, existe desde 1946 quando acolheu bebês que ficaram órfãos durante a Segunda Guerra Mundial. Para construir sua metodologia de intervenção junto aos bebês, Emmi Pikler baseou-se na observação deles e no reconhecimento de que, desde seu nascimento, são sujeitos ativos e não apenas passivos necessitando de cuidados.

11 A. Lancetti, *Contrafissura e plasticidade psíquica*, p. 61.



sobre a morte
de Lina, o que não
me saía da cabeça
era a sensação de que,
de algum modo, nossa
intervenção lhe franqueou
a possibilidade
de morrer

que era meu corpo, este corpo de carne e terra, de água e minério, cozinhando a toda no bucho sem fim nem começo do planeta.¹²

Lina, por sua vez, quinze dias depois do início das visitas, *cozinha* uma infecção imensa na gastrostomia. Melany percebeu o senho franzido de Lina e alertou a enfermagem. A infecção foi debelada rapidamente, ela veio e foi, e o organismo reencontrou seu equilíbrio. Nesse momento, não pensamos em nada. O trabalho continuou, porém, duas semanas mais tarde, Lina faleceu.

Assombro de todos: como assim, faleceu *do nada*?

O *nada*, naquele momento, era apenas um lugar para alojar o assombro. O *nada* restou indigesto para mim por nove anos. Eu não sabia como conferir sentido para o denso nada da morte de Lina. No hospital, temos certeza de que vida e morte não precisam de sentido para acontecer. Ao mesmo tempo, no hospital, tantos restos permanecem impensados e impensáveis, sustos à espera, quem sabe, de um dia transformarem-se em enigmas.

Eros e a pulsão de morte

Sobre a morte de Lina, o que não me saía da cabeça era a sensação de que, de algum modo,

nossa intervenção lhe franqueou a possibilidade de morrer.

Pensando hoje, poder morrer confere uma certa aura de acerto ao nosso trabalho. Também aprendi, na clínica e no hospital, que certos e errados pouca serventia têm para iluminar a prática cotidiana.

A ideia de poder morrer levou ao poder separar-se, e dali foi um passo para pensar o *Fort-da*, o jogo do carretel, quando o bebê é confrontado a fazer algo com a separação da mãe, exemplo de Freud para a repetição da pulsão de morte, criação do psiquismo na batalha existencial entre sujeito-Mundo, cujo resultado será a simbolização da ausência da mãe para a criança em um verdadeiro salto vital.

No caso de Lina, a infecção veio e logo veio o nada que rapidamente a centrifugou... Quais foram os termos dessa espécie de *Fort-da* caótico, esse vai e volta da pulsão sem um objeto bem constituído?

Como em um filme do Miyazaki¹³, um deus usurpado se torna demônio destruidor e cego. Radmila Zygouris diz: “na falta desse outro inacessível, o eu tornado impotente se abraça a si próprio num último gesto de potência”¹⁴.

Nós introduzimos uma batalha no universo de Lina, mas nossa heroína não contava com um objeto pulsional constituído para dar estabilidade ao embate entre a estase e a ebulição do afeto.

Radmila Zygouris afirma:

[...] a pulsão de morte apresenta duas vias: a primeira esgota a pulsão na manutenção da homeostase, que tende para um mínimo de tensão, o estático; a outra, destrutiva, ataca tanto os objetos internos incorporados quanto os torna inadequados para acarretar prazer.¹⁵

Sob a pele, na pele, uma tensão porosa onde se encaixariam não os neurotransmissores, mas os *afetotransmissores*: o que transmitiram eles àquele corpo inerte e, a seu modo, estável?

Lina enfrentou tamanha ebulição, a infecção foi, talvez, o modo como suas células responderam à invasão. Creio hoje que ali já se anunciava a transubstanciação que viria a seguir.



Para falar em transubstanciação, é preciso imaginarizar: qual a primeira substância do corpo de Lina? Entre ser e não ser, quantas dobras desse existir existiam ali? O orgânico no hiato do inorgânico? O informe no hiato dos órgãos e moléculas? A contratura do tempo, vácuo em plena repetição?

E aqui cito Radmila Zygouris:

Em última instância poderíamos dizer que é possível falar em termos de pulsão de morte quando tempo, enquanto experiência vivida de duração, desaparece. A diferença entre pulsão de vida e pulsão de morte seria uma diferença da problemática temporal. A partir do momento em que o tempo é percebido, já estamos numa problemática do objeto, logo, do espaço do corpo, o que implica na presença do afeto. Ou seja: espera, angústia da perda, ambivalência, amor, ódio, destruição, alucinação do objeto.¹⁶

O tempo inaugura e é inaugurado pelo objeto-afeto. Na arquitetura da nossa intervenção, constância e ritmo foram os elementos primitivos da experiência temporal. O afeto, por sua vez, ao significar os estímulos através da presença, instilou diferença, gotejando movimento tanto na estase pulsional, quanto na estase do idêntico. O que não imaginávamos era o impacto de Eros sobre essa menina que não estava no Tempo.

Quando o impulso pulsional, que é corporal, não consegue se manifestar enquanto afeto, ou seja, na relação com o outro, nem se concretizar numa problemática temporal enquanto libido, ele pode se tornar ativamente destrutivo¹⁷.

Nós estávamos ali, disponíveis, mas a pulsão aguardava, silenciosa no enganoso vazio daquele quarto. Apresentamos movimento para um

na arquitetura da nossa
intervenção, constância
e ritmo foram os elementos
primitivos da experiência
temporal. O afeto, por sua vez,
ao significar os estímulos
através da presença,
instilou diferença

aparato extremamente frágil. No encontro das forças, Lina, imantada pela presença, tem seus circuitos ativados, embaralhados. O nirvana perturbado. Algo vibra, vibram as células, infeccionam. Elas se recompõem. Logo, em um instante, vibram novamente e o ser, agora Lina na sua não mais crível imobilidade, viva nas vozes, ali, abraçada, filha de mil homens, descansa na calma do nada.

*Blackbird singing in the dead of night
Take these broken wings and learn to fly
All your life
You were only waiting for this moment to arise*

*Blackbird singing in the dead of night
Take these sunken eyes and learn to see
All your life
You were only waiting for this moment to be free*

*Blackbird, fly
Blackbird, fly
Into the light of the dark black night¹⁸*

12 J. Mombaça, *Não vão nos matar agora*, p. 118.

13 T. Suzuki; H. Miyazaki, Filme *Princesa Mononoke*. Japão, Studio Ghibli, 1997, 133 min. A personagem Okkoto é deus Javali que, usurpado e em grande dor, se torna um demônio destruidor.

14 R. Zygouris, *op. cit.*, p. 25.

15 R. Zygouris, *op. cit.*, p. 10.

16 R. Zygouris, *op. cit.*, p. 11.

17 R. Zygouris, *op. cit.*, p. 10.

18 J. Lennon; P. McCartney, *Blackbird*, in *Double album The Beatles*. Londres, 1968.

Referências

- Barnes J. (2011/2019). *O sentido de um fim*. Trad. Léa Viveiros de Castro. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- Bleichmar S. (1994/2012). A psicanálise de fronteira: clínica psicanalítica e neogê-nese. In *A fundação do inconsciente – destinos de pulsão, destinos do sujeito*. Trad. Kênia Ballvé Behr. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Freud S. (1920/2001). Más allá del principio del placer. In *Obras completas de Sigmund Freud*, v. 28. Trad. José Luis Etcheverry e Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, p. 1-62.
- Guerra V. (2019). *Rythme et intersubjectivité chez le bébé*. Collection La vie de l'enfant. Paris: Éditeur Eres.
- Kon N. M. (2006). Da existência à vida: homenagem a Clarice Lispector. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 40, n. 2.
- Lancetti A. (2015). *Contrafissura e plasticidade psíquica*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.
- Lennon J.; McCartney P. (1968). Blackbird, *Double album The Beatles*. Londres, .
- Lispector C. (1994). Menino a bico de pena. In *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, p. 150.
- Mombaça J. (2021). *Não vão nos matar agora*. 1. ed. Coleção Encruzilhada. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Spitz R. (1965/1996). *O primeiro ano de vida*. Trad. Millan Rocha. São Paulo: Martins Fontes.
- Suzuki T.; Miyazaki H. (1997). *Princesa Mononoke*. Japão, Studio Ghibli, 133 min.
- Tustin F. (1972/1975). *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Zygouris R. (1997/1999). *Pulsões de vida*. Trad. Caterina Koltai; Carmen Lucia Valladares. São Paulo: Escuta.

Being able to die: a work of Eros

Abstract Taking Freudian radical approach to psychoanalysis, the outreach group of a pediatric hospital decided to carry out an intervention with Lina, a hospital resident for 15 years, diagnosed with complex neuropathy, unresponsive to external stimulus. This group began visiting Lina daily, challenging the logic of caring for the organism through primitive narratives of subject presupposition. Within a month, Lina passed away. Based on the drive monism proposed by Radmila Zygouris, we reflect on the overwhelming power of Eros in the context of Lina's experience.

Keywords hospital psychology; psychoanalysis, case report; humanization; death drive.

Texto recebido: 03/2025.

Aprovado: 02/2026

Feminismo decolonial e Psicanálise

caminhos de hibridação

Mara Caffé

Mara Caffé é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora no Curso de Psicanálise desse Instituto, participante da “Rede de psicanalistas atentas(os) às relações raciais” do Instituto AMMA – Psiquê e Negritude, doutora pela USP, autora dos livros *Psicanálise e Direito* e *Crítica à normalização da Psicanálise*.

Nota Grande parte deste texto foi apresentada no evento “Psicanálise e sexualidades: multiplicidades e espirais do desejo”, realizado no Instituto Sedes Sapientiae em 22 e 23 de agosto de 2025. Trata-se de um fragmento da minha pesquisa de pós-doutorado, ainda em andamento.

Resumo Neste texto, parto da história do feminismo decolonial como fonte de pesquisa para os enunciados contemporâneos sobre gênero, raça e classe social, abordando as contribuições políticas e epistêmicas do feminismo negro, latino-americano, africano e transfeminista. Em seguida, discuto as condições e desafios do diálogo interdisciplinar da psicanálise com as teorias e movimentos feministas, queer e decoloniais, tendo em vista os modos como psicanalistas temos operado com as noções de gênero e raça. Apoiada na noção de hibridez de Thamy Ayouch, proponho, em continuidade crítica ao seu trabalho, a noção de “gramáticas da hibridez”, identificando as categorias da indiferença, da incorporação e da transformação como recurso de análise e localização no campo.

Palavras-chave feminismo decolonial; psicanálise; gênero; raça; hibridez.

DOI 10.70048/percurso.76.49-58

1 O. Curiel, “Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista”, *Revista de Teoria da História*, v. 22, n. 2.

Diante das reconfigurações contemporâneas de gênero e da maior conscientização sobre o racismo, temos intensificado, em nossa área, os estudos sobre teorias feministas, queer e decoloniais, com vistas à ampliação do nosso repertório teórico-clínico. Entretanto, com respeito a elas, quais têm sido as principais fontes da nossa pesquisa? Ao que parece, conhecemos mais as teorias queer e decoloniais consolidadas e os debates acadêmicos do que a práxis dos movimentos políticos que lhes servem de base. Minha proposta, no presente texto, é partir da história do feminismo decolonial para surpreender os enunciados contemporâneos sobre sexualidade, gênero e raça. Essa escolha metodológica permite colocar em cena sujeitos historicamente marginalizados, evidenciando a densidade política, epistêmica e afetiva de suas intervenções. Permite, também, fazer ressoar suas vozes coletivas, diferentemente de quando nos debruçamos sobre autores(as) individuais.

Nesse sentido, minha apresentação visa à recriação de uma atmosfera política, de um movimento social que nos envolve, embora muitas vezes passe despercebido, o que não é por acaso. As produções do feminismo decolonial se encontram invisibilizadas no campo acadêmico, inclusive por autores decoloniais como Anibal Quijano, Walter Dignolo e Enrique Dussel, que não incorporaram essas contribuições de forma aprofundada, reforçando, nesse ponto, o viés epistemológico colonial e androcêntrico¹. Ainda assim, o movimento feminista permanece como um dos principais espaços de disputa e negociação em torno de temas que atravessam diariamente nossa clínica e constituem importantes fontes de pesquisa. Depois de ilustrar esse material histórico, discutirei alguns desafios que se colocam à psicanálise.



*o feminismo negro
destacou que as experiências
das mulheres não podem
ser compreendidas
exclusivamente pela ótica
do gênero*

Começemos, então, por descrever mais amplamente o feminismo decolonial. Ele consiste em uma vertente crítica do feminismo que se posiciona contra as estruturas do capitalismo patriarcal neocolonial. Maria Lugones², socióloga feminista argentina, o nomeou pela primeira vez, caracterizando-o como movimento crítico ao feminismo ocidental, branco e burguês, oriundo dos países europeus, Estados Unidos e Canadá, que apresentam um viés mais elitista e etnocêntrico. Luciana Ballestrin³, cientista política brasileira, o refere também como feminismo subalterno, próprio dos países do Sul Global, como América Latina, Caribe, África, Ásia e Oceania. Entretanto, os movimentos migratórios e as diásporas difundiram o feminismo decolonial por regiões de todo o planeta.

Desse modo, podemos reconhecer hoje a emergência de um feminismo político decolonial amplo, transnacional e plural, que se coloca contra o que Françoise Vergès⁴, historiadora francesa, denomina como *feminismo civilizatório*, cuja pretensão é *civilizar* e salvar mulheres subalternizadas, o que vemos na cruzada francesa contra o uso do véu por mulheres muçulmanas, expressão de racismo e islamofobia. O feminismo civilizatório funciona, portanto, como uma engrenagem do capitalismo neocolonial, convertendo a luta pelos direitos das mulheres em discurso de adaptação e integração às dinâmicas do mercado global.

O feminismo decolonial não se constitui como um movimento homogêneo; abriga diversos feminismos subalternizados referidos, por exemplo, às mulheres negras, indígenas, muçulmanas, lésbicas, transexuais etc. Desse modo, ele não visa

à ideia de uma unidade universal das mulheres na opressão, consideradas exclusivamente pela perspectiva do gênero. A sua fragmentação é, na realidade, a sua riqueza, um patrimônio de diversidades culturais que resistem à ordem neoliberal.

Dentre suas correntes, temos, por exemplo, o feminismo negro, o latino-americano, o africano e o transfeminismo. Vou falar brevemente deles, mas há também o ecofeminismo, o feminismo lésbico, o feminismo muçulmano etc. Percorrer a história desses feminismos nos permite ver o modo como as noções de gênero, raça e classe social foram se articulando a partir de ações políticas concretas e teorias a elas relacionadas. Interessa, contudo, observá-los em seu conjunto, pois é justamente aí que se revela a força epistêmica de um campo plural e interseccional de lutas.

Feminismo negro

O feminismo negro teve papel central na crítica ao feminismo hegemônico euro-americano, ao destacar que as experiências das mulheres não podem ser compreendidas exclusivamente pela ótica do gênero, descolada de marcadores como raça e classe social. O movimento ganhou expressão a partir dos anos 1970, com intelectuais ativistas nos EUA como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde etc., e, na América Latina, com as brasileiras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, com as dominicanas Ochy Curiel e Yuderlys Espinosa Miñoso e com a costarriquenha Shirley Campbell Barr, entre muitas outras. Compondo-se a partir de referências geoculturais distintas, o feminismo negro alcançou uma perspectiva transnacional, a partir do compartilhamento de experiências afrodiaspóricas.

Tal compartilhamento decorre de uma territorialidade distinta, forjada nas experiências da diáspora africana, em que os corpos negros criaram formas de pertencimento que independem de vínculos fixos com o solo, afirmando-se em múltiplos contextos. Essa territorialidade fluida



sustenta a possibilidade de uma política negra feminista, capaz de compartilhar raízes históricas e lutas comuns.

Segundo Patricia Hill Collins⁵, o feminismo negro soube potencializar e valorizar a perspectiva marginalizada das mulheres negras como fonte de conhecimento, destacando três características em suas escritas: autodefinição, como forma de falarem de si mesmas em primeira pessoa; articulação entre opressões de gênero, raça e classe, e destaque aos temas da cultura negra, como a irmandade, a maternidade e o ativismo político como estratégia de sobrevivência. Essas características constituem formas de resistência à objetificação e desumanização, afirmando um modelo de pensamento distinto do modelo ocidental dominante.

No Brasil, Lélia Gonzalez⁶ destacou a interseccionalidade entre gênero, raça e classe a partir de referências nacionais, como as figuras da mulata, da empregada doméstica e da mãe preta, herdeiras da escrava mucama. Ao nomear o *pretuguês* (resultado da africanização do português brasileiro) como língua de resistência, Gonzalez valorizou os aportes africanos em nossa cultura, presentes também na música, nas religiosidades afro-brasileiras, nas formas populares de organização cultural e na culinária, expressos no samba, no maracatu, no frevo, no candomblé, na umbanda, nas escolas de samba, bem como no tutu e na feijoada.

ao nomear o pretuguês
(resultado da africanização
do português brasileiro)
como língua de resistência,
Gonzalez valorizou os aportes
africanos em nossa cultura

Feminismo latino-americano

O feminismo latino-americano constituiu-se como um movimento plural, enraizado na história colonial do continente e na convivência desigual entre povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Gloria Anzaldúa⁷, poeta chicana queer, destaca que esse hibridismo, forjado nas condições do racismo e da exploração capitalista, produziu subjetividades mestiças atravessadas por tradições inconciliáveis e experiências de fronteira, aqui vistas como lugar simbólico onde sentidos são disputados e negociados. Na mesma linha, Maria Lugones⁸ propõe a noção de lócus fraturado como espaço de conflito cultural atravessado por violências, mas também fértil na produção de resistências criativas ao capitalismo neocolonial.

Como exemplos, subvertemos, os(as) latino-americanos(as), as noções ocidentais de maternidade e feminilidade nos movimentos políticos das *Mães da Praça de Maio*, na Argentina, no *Movimiento Colombiano de Mujeres pela Paz* e em *Nossas Filhas de Regresso à Casa de México*. Criamos categorias próprias para interpretar nossas experiências históricas, como as referidas noções de fronteira e lócus fraturado; as formulações de Lélia Gonzales sobre o pretuguês e a amefricanidade e as análises sobre o papel da mulher e a sacralidade da mãe em nossos mitos de origem multirracial, da antropóloga chilena Sonia Mantecino⁹. Há também o estudo sobre o mundo *ch'ixi*, da intelectual e ativista boliviana Silvia Rivera Cusicanqui¹⁰ e, com grande relevo, as teorias decoloniais inauguradas na América Latina por autores(as) mundialmente consagrados como Enrique Dussel, Anibal Quijano, María Lugones etc.

2 M. Lugones, "Rumo a um feminismo descolonial", *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3.

3 L. Ballestrin, "Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano", *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3.

4 F. Vergès, *Um feminismo decolonial*.

5 P.H. Collins, "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro", *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1.

6 L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*.

7 G. Anzaldúa, "La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência", in H.B. Hollanda (org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*.

8 M. Lugones, *op. cit.*

9 M.L. Femenías, "O feminismo latino-americano: cartografia preliminar", *Revista X*, v. 16, n. 1.

10 S.R. Cusicanqui, *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*.



estudos transgêneros tendem a enfatizar mais o corpo e a identidade do que o desejo e a sexualidade, desafiando o feminismo a repensar, sob novas lentes, as articulações entre corpos, identidades e sexualidades

Sobre os movimentos indígenas latino-americanos mais emblemáticos, na atualidade, podemos citar: o movimento das mulheres zapatistas e das mulheres do Congresso Nacional Indígena, no México; o das mulheres Mapuche, no Chile; o Movimento de Mulheres Indígenas (MMI), no Brasil, e o Feminismo Comunitário, na Bolívia e na Guatemala¹¹. No caso dos povos indígenas brasileiros, há diferentes posicionamentos em relação ao feminismo. Márcia Mura¹² afirma que mulheres do povo Mura preferem ser chamadas de *indígenas mulheres* e não *mulheres indígenas*, ressaltando o protagonismo da ancestralidade e do pertencimento coletivo. Jamille Anahata¹³ e Potyra Tupinambá¹⁴ compartilham dessa visão, destacando que, em suas culturas, as relações de gênero não implicam hierarquia e que a organização comunitária define o sentido da luta política.

Em contrapartida, Maria Bárbara (Pankararu) e Ro' Otsitsina Xavante¹⁵ reconhecem desigualdades de gênero em suas aldeias e se identificam como feministas na defesa de direitos. A diversidade dessas vozes revela que não há consenso sobre a noção de feminismo indígena, embora as duas *Marchas das Mulheres Indígenas*, realizadas em 2019 e 2021 contra a política racista do então presidente Jair Bolsonaro, demonstrem a crescente força política desse movimento em nível nacional.

Transfeminismo

O transfeminismo, ao contrário do feminismo indígena, articula-se em torno das questões de gênero e das vivências trans. Emergiu de forma

expressiva nos anos 1990, nos Estados Unidos, denunciando a transfobia inclusive dentro do próprio feminismo, especialmente no feminismo lésbico, que rechaçava a participação de pessoas trans sob o argumento de que eram homens vestidos de mulher e estariam desvirtuando o movimento. Assim, muitos feminismos do final do século xx não souberam acolher as manifestações transgêneras, que questionavam radicalmente a cisheteronormatividade e a própria centralidade da categoria *Mulher* como fundamento dos feminismos.

A escritora e ativista trans Letícia Nascimento¹⁶ destaca que a categoria gênero é objeto de intensa disputa nos feminismos, pois tornar-se sujeito do feminismo exige vivências de mulheridades e feminilidades que se acham permanentemente problematizadas. A autora propõe o termo *mulheridades*, reconhecendo sua pluralidade social e subjetiva. Ressalta ainda que algumas travestis e pessoas não binárias femininas afirmam suas vivências de feminilidade, mas não se reconhecem na categoria *mulheridade*. Assim, nem toda feminilidade constitui uma mulheridade, e nem toda mulheridade se reduz a uma forma de feminino.

Além disso, estudos transgêneros tendem a enfatizar mais o corpo e a identidade do que o desejo e a sexualidade, desafiando o feminismo a repensar, sob novas lentes, as articulações entre corpos, identidades e sexualidades. Nesse sentido, pessoas trans e travestis revolucionaram o sujeito político do feminismo ao confrontar o sistema ciscolonial de gênero, contribuindo para a emergência de novas categorias epistemológicas, como a noção de *cisgênero*, que, segundo Amara Moira Rodovalho, “surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, ‘trans’ [...] e é compreensível a demora”¹⁷. Esse novo significante (cis) resultou da árdua militância de coletivos queer e trans, cujos saberes desestabilizam os privilégios cis e suas epistemologias.

O transfeminismo afirma o direito de pessoas trans e travestis à autodefinição, contestando normas cis-heterocoloniais, e denuncia a assimetria médico-institucional que patologiza seus corpos, submetendo-os à avaliação de equipes multiprofissionais e do Estado no caso de cirurgias e terapias

hormonais, enquanto procedimentos semelhantes de pessoas cis são tratados como escolhas estéticas privadas.

Feminismo africano

Segundo a nigeriana Amina Mama¹⁸, o feminismo africano ganhou projeção internacional ao criticar a campanha *Década das Mulheres*, organizada pela ONU entre 1975 e 1985. Essa iniciativa, liderada por mulheres ocidentais brancas de classe média, impôs categorias universais de mulher e gênero próprias de um feminismo civilizacional. Inicialmente, as críticas africanas emergiram por meio de estudos etnográficos. Ifi Amadiume¹⁹ mostrou que, entre os Nnobi (grupo étnico da Nigéria), havia uma organização social pré-colonial com papéis flexíveis, onde funções sociais podiam ser exercidas por ambos os sexos, como evidenciam as figuras de *mulheres maridos* e *filhas masculinas*. O colonialismo europeu procurou impor a essas mulheres um ideal vitoriano de feminilidade, pautado na submissão e na domesticidade.

11 L.P. Barbosa; L.N. Nóbrega, "A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental", *Revista Ser Social: crise ambiental e lutas sociais*, v. 26, n. 52.

12 M. Mura, "Indígenas mulheres lutam pelo direito de todos ao bem viver", *Jornal da USP no Ar, Rádio USP*.

13 J. Anahata, "Mulheres originárias não costumam reivindicar um 'feminismo indígena'", *Revista AzMina*.

14 I. Aleixo, "Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam", *Secretaria de Política para as Mulheres – Estado da Bahia*.

15 I. Aleixo, *op. cit.*

16 L. Nascimento, *Transfeminismo*.

17 A.M. Rodovalho, "O cis pelo trans", *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 365.

18 A. Mama, "O que significa fazer pesquisa feminista em contextos africanos?", in T. Pires; A. Gill (orgs.). *Amina Mama e Léila Gonzalez*.

19 I. Amadiume, *Hijas que son varones y esposos que son mujeres: género y sexo en una sociedad africana*.

20 O. Oyèwùmí, "Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas", in J. Bernardino Costa; N. Maldonado-Torres; R. Grosfoguel (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*.

21 C. Martins, "Nós e as mulheres dos outros. Feminismos entre o Norte e a África", in A.S. Ribeiro; M.C. Ribeiro (orgs.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*.

22 M. Cirne, "A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agência do CODESRIA", *Revista África(s)*, v. 4, n. 8.

o feminismo etnográfico
africano contesta os paradigmas
eurocêntricos de gênero, mas
é criticado por idealizar o passado
pré-colonial e estabelecer oposições
rígidas com o Ocidente

Na mesma linha, Oyèrónkẹ Oyèwùmí²⁰ denunciou a universalização da categoria *mulher*, baseada no modelo conjugal europeu. Destacou que, entre os iorubás, a hierarquia social se estrutura pela senioridade, e não pelo gênero. Por exemplo, *egbon* e *aburo* nomeiam irmãos mais velhos e mais novos, independentemente do sexo. Além disso, as crianças recém-nascidas não são classificadas como menino e menina; são chamadas *omo*, independentemente do gênero. A autora ressalta que as classificações sociais na cultura iorubá são situacionais e não fixas, e que a linhagem se constrói principalmente por meio da relação entre irmãos, e não do casal conjugal.

O feminismo etnográfico africano contesta os paradigmas eurocêntricos de gênero, mas é criticado por idealizar o passado pré-colonial e estabelecer oposições rígidas com o Ocidente, representando a África como seu oposto absoluto²¹. Em outra perspectiva, feministas como Desiree Lewis, Patricia McFadden e Amina Mama propõem entender o colonialismo como uma interação que produziu sociedades africanas híbridas e em constante transformação.

Nas lutas anticoloniais africanas, as mulheres atuaram em partidos e movimentos armados, o que secundarizou suas pautas específicas; após a independência, o feminismo ganhou maior expressão, denunciando práticas como casamentos forçados e infantis, poligamia, sobrecarga doméstica, baixa escolarização e exclusão do trabalho²².

Por fim, o feminismo africano reivindica uma identidade marcada não apenas pela raça, mas sobretudo pela africanidade. Segundo a socióloga portuguesa Catarina Martins: "a referência à raça





*as noções de gênero e raça não
pertencem ao quadro originário
da psicanálise, ainda que ela
tenha contribuído especialmente
para o surgimento do conceito
moderno de gênero*

não é tão fundamental quanto a insistência na africanidade [...] O lugar do 'afro', nesse contexto, é [...] distinto do 'afro' que serve de referência aos movimentos negros na diáspora"²³.

Com essas quatro vinhetas, busquei presentificar o contexto político-epistêmico dos movimentos feministas decoloniais, em suas práticas discursivas disputadas e negociadas sobre gênero, sexualidade e raça. Nessa linha, podemos concluir que os feminismos decoloniais: 1) contestam o paradigma colonial de uma história única, constituindo celeiros coletivos de múltiplas narrativas descentradas da perspectiva euro-norte-americana hegemônica; 2) enunciam o paradigma da interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, concebendo o sujeito como relacional e situado; 3) articulam-se como movimento aberto e fragmentado, encontrando convergência em lugares simbólicos como lócus fraturados²⁴, encruzilhadas²⁵ e fronteiras²⁶; 4) promovem a desconstrução do sujeito universal branco, europeu, cis e burguês, explicitando seus marcadores identitários historicamente ocultos e afirmando sujeitos subalternizados por meio de autonomações e saberes situados; 5) desestabilizam as noções hegemônicas de mulher, gênero e família nuclear heteronormativa, visibilizando outras corporalidades, parentescos e modos de subjetivação; 6) postulam o eixo da diversidade e do comum, em lugar da diferença; 7) denunciam dispositivos patriarcais, racistas e transfóbicos, e 8) rompem com a autoridade colonial e racista dos saberes instituídos, criticando o humanismo universal antropocêntrico, inspirando-se no perspectivismo indígena

e nas cosmologias afrodiaspóricas, propondo formas plurais de existência.

Observamos, assim, que o feminismo decolonial engendra programas políticos e epistemologias que alicerçam as noções interdisciplinares de gênero e raça, hoje mais familiares a nós em sua circulação acadêmica do que em sua origem nos movimentos políticos de que nasceram. Trago, agora, essas questões para mais perto da psicanálise.

O diálogo interdisciplinar da psicanálise com as teorias e movimentos feministas, queer e decoloniais

As noções de gênero e raça não pertencem ao quadro originário da psicanálise, ainda que ela tenha contribuído especialmente para o surgimento do conceito moderno de gênero. Nessa linha, Freud trouxe avanços decisivos ao pensar a sexualidade infantil como polimorfa e múltipla, a bissexualidade como constitutiva, a fluidez das identificações em lugar das identidades fixas e a contingência das escolhas objetais, contrariando determinismos anatômicos e heteronormativos. Por outro lado, dado o seu contexto histórico e geopolítico, Freud também reforçou os aspectos conservadores da cultura ocidental: universalizou o Édipo, o complexo de castração, o falo e a inveja do pênis, vinculando a feminilidade e a masculinidade aos modelos patriarcais misóginos. Nesse sentido, o diálogo com as teorias críticas e com as noções contemporâneas de gênero e raça abre a possibilidade de uma leitura renovada da psicanálise, questionando alguns de seus fundamentos eurocêntricos e contribuindo para a decolonização de suas práticas.

Entretanto, tal diálogo apresenta complexidades importantes, dada a diferença entre os campos epistemológicos envolvidos. Por exemplo, as noções de inconsciente e de transferência analítica são fundamentos teórico-clínicos da psicanálise que não encontram equivalente nas teorias críticas. Em contrapartida, a militância política e a mobilização coletiva, centrais nos movimentos



*proponho, em continuidade
crítica ao trabalho de Thamy Ayouch,
a noção de gramáticas da hibridez,
como recurso para analisar
diferentes posições no campo*

feministas, não constituem método de trabalho na clínica psicanalítica, orientada pela singularidade do sujeito e pelo manejo da transferência – singularidade essa que não se confunde com o individualismo liberal, pois se constrói nas redes de relação, nos afetos compartilhados e nas tensões próprias do laço social. Como lidar, então, com essas decalagens no campo interdisciplinar?

Parto da ideia, de inspiração foucaultiana, de que o encontro entre saberes distintos ocorre sob um descompasso inevitável entre seus elementos, dando lugar a colaborações, mas também a disputas de poder e resistências mútuas. No diálogo interdisciplinar, os conceitos não apenas colaboram: eles disputam. Desse modo, é preciso analisar o que ocorre quando as categorias interdisciplinares de gênero e raça passam a figurar no interior das práticas psicanalíticas, interagindo – ou não – com os conceitos próprios desse campo, como os de inconsciente, pulsão, sexualidade, transferência etc.

Penso que as hibridações de saberes e práticas não são, por si mesmas, um selo de abertura, podendo adotar direções políticas e epistemológicas distintas. A hibridez não decorre necessariamente de um processamento elaborativo e equilibrado das diferenças, podendo também emergir de dinâmicas de submetimento, de manutenção de privilégios epistemológicos e, inclusive, de epistemicídios.

Assim, levando em conta a variabilidade de arranjos possíveis da hibridez, proponho, em continuidade crítica ao trabalho de Thamy Ayouch²⁷, a noção de *gramáticas da hibridez*, como recurso para analisar diferentes posições no campo. A partir de uma pesquisa exploratória, tenho observado que os diversos modelos psicanalíticos que se propõem a trabalhar com as noções de gênero e raça se distribuem, *grosso modo*, em três posições frente

às teorias feministas, queer e decoloniais: indiferença, incorporação e transformação. Trata-se, pelo menos, de três gramáticas distintas da hibridez.

No primeiro caso (indiferença), temos os modelos psicanalíticos que, mesmo afirmando considerar as noções de gênero e raça, se acham blindados aos acontecimentos e lutas sociais, surdos às transformações e revoluções históricas, reproduzindo quadros teóricos conservadores sob nova aparência, através de revisionismos bem-comportados. No segundo caso (incorporação), temos os modelos que pretendem uma transposição em bloco das noções de gênero e/ou raça para o campo teórico-clínico psicanalítico, supondo uma interação fluida e harmônica entre todos os conceitos, numa assimilação sem *restos*, por assim dizer. Como se diferentes práticas discursivas estabelecessem prontamente o diálogo colaborativo e a interatividade plena, como se não houvesse, entre elas, disputas e resistências mútuas decorrentes de seus jogos de saber e poder. Aqui, o resultado seria a incorporação, no sentido dado por Nicolas Abraham e Maria Torok no livro *A casca e o núcleo*. Por fim, no terceiro caso (transformação) – termo também inspirado no referido livro –, temos os modelos psicanalíticos que admitem as críticas e contribuições das categorias de gênero e raça, utilizando-as na decolonização de importantes noções psicanalíticas, porém sem incorporá-las intactas, isto é, sem tomá-las como categorias prontas, mas reelaborando-as no processo de reorganização conceitual de suas teorias. Pode-se dizer que abrem espaço entre os enunciados psicanalíticos, operam com suas tensões

23 C. Martins, “O lugar do ‘afro’: feminismos negros vs feminismos africanos”, *Revista Feminismos*, v. 6, n. 2, p. 7.

24 M. Lugones, *op. cit.*

25 P. Gilroy, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*.

26 G. Anzaldúa, *op. cit.*

27 T. Ayouch, *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*.



*esses três grupos
não se apresentam
como blocos estanques ou puros:
cada um deles é atravessado por
tensões internas e marcado
por formações mistas*

e paradoxos, sem saturar o campo, e produzem inovações conceituais.

Entendo, contudo, que esses três grupos não se apresentam como blocos estanques ou puros: cada um deles é atravessado por tensões internas e marcado por formações mistas, o que revela toda a complexidade da hibridação entre a(s) psicanálise(s) e as teorias críticas contemporâneas. Ainda assim, ao apresentá-los como gramáticas distintas da hibridez, procuro delinear alguns referentes de análise e critérios provisórios de localização no campo, ciente da instabilidade que atravessa cada uma dessas posições.

Exemplificando, podemos localizar nos escritos de Jean Laplanche²⁸, Marie-Hélène Brousse²⁹ e Patrícia Gherovici³⁰, autores(as) radicados(as) no Norte global, formulações psicanalíticas distintas e inovadoras sobre o gênero, na linha da transformação. O mesmo se pode dizer de Débora Tajer³¹, psicanalista argentina. Porém, em todos esses casos, as intersecções com as noções de raça e classe não aparecem ou aparecem de modo muito limitado – à exceção de Tajer, que se mostra bastante sensível às questões de classe. Ainda assim, no caso dela, a ausência da dimensão racial limita o alcance de suas análises. Nesse sentido, cada um(a) desses(as) autores(as) revela, ainda que de modo distinto, zonas de apagamento em relação a uma ou outra das dimensões apontadas. Isso mostra que as gramáticas da hibridez não devem ser tomadas como classificações estanques ou tipologias rígidas, que enquadram os modelos em estudo como monoblocos, mas como operadores analíticos provisórios, capazes de apreender posições mistas, deslocamentos parciais e tensões

internas que atravessam tanto as elaborações teóricas quanto as práticas clínicas.

Já a brasileira Lélia Gonzalez³² – cuja produção não se inscreve estritamente no campo psicanalítico, mas nele adentra frequentemente, de modo crítico e propositivo, tendo se consolidado como uma referência reconhecida – e o marroquino Thamy Ayouch³³ propõem transformações a partir do paradigma da interseccionalidade. Há também produções brasileiras que levam em conta esse paradigma, oriundas de coletivos psicanalíticos dedicados à clínica pública e/ou voltados às populações subalternizadas nas periferias, apresentando formulações que caminham no sentido da transformação da psicanálise³⁴.

No outro extremo, no campo da indiferença, encontro Elizabeth Roudinesco³⁵, em que pesem suas outras contribuições históricas valiosas à psicanálise.

Quanto aos modelos referidos à incorporação, observo estudos que, mesmo citando as teorias feministas, queer e decoloniais e lhes conferindo um lugar de destaque – o que representa um avanço importante no reconhecimento das questões identitárias contemporâneas –, acabam por recair em dois resultados problemáticos. Ou reafirmam os parâmetros clássicos originários da psicanálise, sem que se produza, de fato, uma interação efetiva entre os conceitos interdisciplinares mobilizados, configurando uma espécie de clivagem na arquitetura conceitual; ou, em sentido inverso, desvirtuam aspectos fundamentais da prática clínica, orientando a transferência para finalidades próprias da militância política e da ação coletiva.

Em ambos os casos, compromete-se a abordagem da singularidade dos(as) analisandos(as). Isso porque, ao tomar categorias identitárias como referenciais explicativos privilegiados, corre-se o risco de convertê-las em matrizes interpretativas fixas, reforçando identidades essencializadas e homogeneizadas. Tal movimento, ainda que animado por uma legítima sensibilidade às desigualdades sociais e às violências estruturais, pode limitar o reconhecimento das particularidades,



ambivalências e questionamentos singulares de cada sujeito, eclipsando aquilo que, na clínica, não se deixa reduzir a pertencimentos identitários.

Como ilustração dessa orientação, temos o livro *Psicanálise e revolução: psicologia crítica para movimentos de liberação*, de Ian Parker e David Pavón-Cuéllar (2022). Ainda que tragam contribuições relevantes para a crítica ao capitalismo neoliberal e à tendência de psicologizar o sofrimento social, os autores defendem um modelo de prática clínica articulado à militância política de esquerda. Tal posicionamento aparece de maneira clara no seguinte trecho:

Nossa tarefa no presente manifesto para a psicanálise, a mais radical forma de “psicologia crítica”, é justamente torná-la possível para os movimentos de liberação. [...] Precisamos tratar a psicanálise na clínica como um espaço de transição e reorientá-la para a liberação humana. Em lugar de um dispositivo para reinserir os indivíduos nesta malfadada sociedade, a psicanálise deve ser uma transição conceitual e prática do comunismo.³⁶

Essa perspectiva tende a colocar a prática clínica sob a primazia de um horizonte normativo prévio, no qual a psicanálise deixa de funcionar como um espaço voltado à elaboração da singularidade do conflito psíquico – ainda que situado em suas determinações históricas – e passa a ser mobilizada como instrumento de adesão a um projeto coletivo de transformação social. Retomando, portanto, as gramáticas da hibridez, pode-se dizer que o livro mencionado apresenta aspectos

*abre-se, portanto, a questão
do sentido propriamente
político de nossas práticas,
que não deve ser confundido
com a ideia de uma pretensa
neutralidade apolítica*

de incorporação das teorias críticas à psicanálise. Isso não diminui o valor de suas demais contribuições, que permanecem relevantes, mas evidencia as tensões e os limites de uma articulação que desloca a clínica para finalidades normativas externas à lógica própria da transferência. Nesse ponto, o campo psicanalítico tende a se esvaziar.

Abre-se, portanto, a questão do sentido propriamente político de nossas práticas, que não deve ser confundido com a ideia de uma pretensa neutralidade apolítica, como sustentam certas interpretações conservadoras e reacionárias em nosso campo, nem com a transposição direta das lógicas da militância para o manejo clínico. Mas, então, de que política se trata?

Dado que o diálogo mais extenso e consistente da psicanálise com as noções de gênero e raça é bastante recente, achamo-nos, os(as) psicanalistas das últimas gerações, frente ao desafio de empreendemos um movimento decolonizador incisivo de nossas teorias e práticas, inovando-as sem perder de vista aquilo que constitui sua especificidade. Já bastante familiarizados com a discussão sobre a ética da psicanálise, o que parece necessário, nesse momento, é um apuro mais rigoroso sobre a sua dimensão política. Sobre isso, tenho encontrado algumas referências em Jorge Alemán³⁷.

28 J. Laplanche, *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*.

29 M.H. Brousse, *Mulheres e discursos*.

30 P. Gherovici, *Transgênero: Lacan e a diferença dos sexos*.

31 D. Tajer, *Psicoanálisis para todxs: por una clínica pospatriarcal, posheteronormativa y pós-colonial*.

32 L. Gonzalez, *op. cit.*

33 T. Ayouch, *A raça no divã e Psicanálise interdisciplinar, psicanálise indisciplinada*.

34 T. Setubal; V. Soranso et al., *Territórios clínicos*.

35 E. Roudinesco, *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*.

36 I. Parker; D. Pavón-Cuéllar, *Psicanálise e revolução: psicologia crítica para movimentos de liberação*, p. 167.

37 J. Alemán, *Soledad: Común*; “O retorno do político e da política” e “Diferença entre sujeito e subjetividade”, *LavraPalavra*.

Referências bibliográficas

- Abraham N.; Torok M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Alemán J. (2022). O retorno do político e da política. *LavraPalavra*, 16 jun. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2022/06/16/o-retorno-do-politico-e-da-politica/>>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- _____. (2023). *Soledad: Común*. Ed. rev. prólogo de Massimo Recalcati. Barcelona: Ned.
- _____. (2024). Diferença entre sujeito e subjetividade. *LavraPalavra*, 27 mar. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2024/03/27/diferenca-entre-sujeito-e-subjetividade/>>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- Aleixo I. (2019). Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam. *Secretaria de Política para as Mulheres – Estado da Bahia*, 3 maio. Disponível em: <<https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/5595/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam>>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- Amadiume I. (2018). *Hijas que son varones y esposos que son mujeres: género y sexo en una sociedad africana*. Espanha: Bellaterra.
- Anahata J. (2022). Depoimento na reportagem Mulheres originárias não costumam reivindicar um “feminismo indígena”. *Revista AzMina*, 20 out. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/mulheres-originaarias-nao-costumam-reivindicar-um-feminismo-indigena/>>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- Anzaldúa G. (1987). La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. In Hollanda H.B. (org.) (2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Ayouch T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Curitiba: Calligraphie.
- _____. (2025a). *A raça no divã*. São Paulo: n-1/Devires.
- _____. (2025b). *Psicanálise interdisciplinar, psicanálise indisciplinada*. São Paulo: INM.
- Ballestrin L. (2020). Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.
- Barbosa L.P.; Nóbrega L.N. (2023). A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental. *Revista Ser Social: crise ambiental e lutas sociais*, Brasília, v. 26, n. 52, jan./jun. 2023.
- Brousse M.H. (2019). *Mulheres e discursos*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Cirne M. (2017). A produção necessária das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agência do CODESRIA. *Revista África(s)*, v. 4, n. 8, p. 104-114, jul./dez.
- Collins P.H. (1986/2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1.
- Curiel O. (2019). Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. *Revista de Teoria da História*, v. 22, n. 2.
- Cusicanqui S.R. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Femenías M.L. (2006/2021). O feminismo latino-americano: cartografia preliminar. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 224-238.
- Gherovici P. (2024). *Transgênero: Lacan e a diferença dos sexos*. São Paulo: Aller.
- Gilroy P. (1993/2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34.
- Gonzalez L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense.
- Lugones M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez.
- Mama A. (2009/2023). O que significa fazer pesquisa feminista em contextos africanos? In Pires T.; Gill A. (orgs.). *Amina Mama e Lélia Gonzalez*. Rio de Janeiro: Editora da PUCRio.
- _____. (2021). Sobre feminismos africanos. Entrevista concedida a Elaine Salo. *RadioÁfrica*, 11 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.radioafrica.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- Martins C. (2016). Nós e as mulheres dos outros. Feminismos entre o Norte e a África. In Ribeiro A.S.; Ribeiro M.C. (orgs.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Afrontamento.
- _____. (2018). O lugar do “afro”: feminismos negros vs feminismos africanos. *Revista Feminismos*, v. 6, n. 2, maio/ago.
- Mura M. (2022). Depoimento na reportagem Indígenas mulheres lutam pelo direito de todos ao bem viver. *Jornal da USP no Ar, Rádio USP*, São Paulo, 6 set. 2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/indigenas-mulheres-lutam-pelo-direito-de-todos-ao-bem-viver/>>. Acesso em: 31 jan. 2026.
- Nascimento L. (2023). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.
- Oyèwùmí O. (2002/2020). Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In Bernardino Costa J.; Maldonado-Torres N.; Grosfoguel R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Parker I.; Pavón-Cuellar D. (2022). *Psicanálise e revolução: psicologia crítica para movimentos de libertação*. São Paulo: Autêntica.
- Rodvalho A.M. (2017). O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan./abr.
- Roudinesco E. (2022). *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Setubal T., Soranso V. et al. (orgs.) (2024). *Territórios clínicos*. São Paulo: Perspectiva/Fundação Tide Setubal.
- Tajer D. (2020). *Psicoanálisis para todxs: por una clínica pospatriarcal, posheteronormativa y pós-colonial*. Buenos Aires: Topía.
- Vergès F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu.

Decolonial feminism and Psychoanalysis: paths of hybridization

Abstract In this text, I draw on the history of decolonial feminism as a research source for contemporary discourses on gender, race, and social class, addressing the political and epistemic contributions of Black, Latin American, African, and transfeminism. I then discuss the conditions and challenges of the interdisciplinary dialogue between psychoanalysis and feminist, queer, and decolonial theories and movements, considering the ways in which psychoanalysts have engaged with the notions of gender and race. Building on Thamy Ayouch's notion of hybridity, I critically extend his work by proposing the notion of “grammars of hybridity,” identifying the categories of indifference, incorporation, and transformation as analytical tools for positioning within the field.

Keywords decolonial feminism; psychoanalysis; gender; race; hybridity.

Texto recebido: 08/2025

Aprovado: 02/2026

Identidade, ilusão e alteridade

Winnicott, Freud e o debate identitário contemporâneo

Marcelo Soares da Cruz

Marcelo Soares da Cruz é psicanalista, doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea.

Nota Texto apresentado em conferência proferida no evento “O outro em risco: narcisismo, alteridade e identificação”, organizado pelo curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, em 17 de novembro de 2025.

Resumo O artigo distingue identidade, identificação, lutas identitárias e identitarismo a partir de Freud, Winnicott e autores contemporâneos. Sustenta que a identidade pode funcionar como *ilusão necessária* e apoio transicional, favorecendo subjetivação e pertencimento, sem se confundir com fixações defensivas. Argumenta ainda que as lutas políticas por reconhecimento e reparação não devem ser confundidas com o identitarismo, entendido aqui como cristalização defensiva da identidade.

Palavras-chave identidade; identificação; identitarismo; Winnicott; Freud; feminismo.

DOI 10.70048/percurso.76.59-66

Introdução: identidade entre reconhecimento e subjetivação

O debate contemporâneo sobre identidades de gênero, raça, sexualidade, classe e pertencimento cultural ocupa posição central nas disputas políticas e subjetivas do presente. As demandas por reconhecimento, reparação e visibilidade expressam lutas históricas indispensáveis. Convém, porém, explicitar desde a abertura o ponto que orienta este artigo: não pretendo criticar as lutas identitárias em si, nem reduzir a política de reconhecimento a uma patologia defensiva. O que me interessa é: pensar em que condições a identidade funciona como apoio transicional e abertura à subjetivação, e em que condições ela se endurece, convertendo-se em fechamento narcísico ou em forma defensiva de pertencimento.

A proposta é articular alguns aportes da metapsicologia freudiana, da teoria winnicottiana do self e de autores contemporâneos, em especial Silvia Alonso, Renato Mezan, Jurandir Freire Costa, Stuart Hall, Douglas Barros e Adriana Queiroz, para sustentar uma tese precisa: a identidade pode ser compreendida, neste texto, como *ilusão necessária*, isto é, como montagem provisória que confere continuidade, nome e lugar ao sujeito, sem por isso esgotá-lo. Trata-se de uma formulação do autor, inspirada sobretudo em Winnicott e em uma leitura da teoria freudiana das identificações, e não de um conceito freudiano em sentido estrito.



*Freud não oferece
uma teoria da identidade,
mas uma teoria complexa
das identificações. Já Winnicott
privilegia a continuidade
do ser, a experiência de existir
e o papel do ambiente
na constituição do self*

Essa distinção é decisiva. Freud não oferece uma teoria da identidade, mas uma teoria complexa das identificações. Já Winnicott privilegia a continuidade do ser, a experiência de existir e o papel do ambiente na constituição do self. A partir desse encontro teórico, proponho pensar a identidade como efeito secundário e sempre instável de processos de identificação e de experiências de sustentação ambiental. Quando se torna rígida, ela deixa de servir à vida psíquica; quando preserva plasticidade, pode operar como apoio transicional necessário entre o sujeito e o laço social.

Identidade, identificação e política

Antes de abordar criticamente o fenômeno do identitarismo, é necessário distinguir quatro planos que, no debate público, muitas vezes aparecem confundidos.

Em primeiro lugar, a identificação, em sentido freudiano, designa processos múltiplos pelos quais o sujeito se constitui na relação com o outro, com o ideal, com os objetos perdidos, com traços incorporados e com formações coletivas. Trata-se de um processo ao mesmo tempo singular e relacional. As identificações não dizem respeito apenas ao pertencimento social; elas participam da própria constituição do eu, do ideal do eu, da vida fantasmática e das modalidades de laço¹.

Em segundo lugar, emprego aqui o termo identidade para nomear a experiência relativamente estável pela qual o sujeito se reconhece e se apresenta, preservando alguma continuidade de ser. Essa estabilidade nunca é absoluta. Ela depende de uma costura sempre provisória entre corpo, memória, linguagem, história e reconhecimento. Nesse sentido, acompanho Stuart Hall na ideia de identidade como ponto de sutura contingente, mas acrescento, com Winnicott, que essa sutura possui uma base afetiva e experiencial anterior à sua formalização discursiva².

Em terceiro lugar, as lutas identitárias no campo político designam processos legítimos de nomeação coletiva, visibilidade, reivindicação e reparação. Elas emergem em resposta a violências históricas, exclusões estruturais e regimes de desumanização. Nessa acepção, a identidade pode operar como apoio transicional compartilhado: um nome comum que protege, reúne, torna possível falar e agir, e cria condições para que sujeitos antes silenciados ingressem no espaço público³.

Por fim, emprego o termo identitarismo em sentido crítico e restrito. Refiro-me às situações em que a identidade perde mobilidade, absolutiza-se, torna-se critério exaustivo de pertencimento e pureza, e passa a interditar ambivalências, deslocamentos e a própria alteridade. O alvo da crítica, portanto, não é a política identitária enquanto tal, mas a fixação defensiva da identidade, singular ou coletiva, quando ela deixa de ser mediação e passa a funcionar como fim em si mesma⁴.

A identidade em Freud: efeito das identificações, ficção estabilizadora

Como já indicado, identidade não é um conceito freudiano propriamente dito. O que Freud oferece é uma teoria densa e decisiva das identificações. Em *Psicologia das massas e análise do Eu* e em *O Eu e o Isso*, o eu aparece como instância derivada, heterogênea e dividida, composta por traços incorporados, exigências pulsionais, ideais e compromissos defensivos. A unidade do eu não

é originária; é uma conquista sempre parcial e sempre ameaçada⁵.

Desse ponto de vista, a identidade pode ser deduzida da teoria freudiana como efeito relativamente estável, porém instável em seu fundamento, das identificações que organizam a vida psíquica. Ela oferece alguma coesão e algum contorno ao sujeito, mas o preço dessa coesão é que o eu se constitui precisamente a partir do outro. Aquilo que o sujeito experimenta como “si mesmo” já traz, em sua intimidade, marcas de alteridade. Essa é uma das fontes do paradoxo central do artigo: a identidade é necessária porque sem ela a experiência se desagrega; mas é também ilusória porque a unidade que promete nunca coincide integralmente com a verdade do sujeito.

Freud mostra ainda que, em certas formações grupais, o pertencimento pode envolver submissão narcísica ao ideal do grupo e hostilidade diante das pequenas diferenças. Não se trata de dizer que todo coletivo funcione assim, mas de reconhecer que determinadas formas de pertencimento oferecem ao eu uma coesão imaginária às custas da ambivalência, da dúvida e da singularidade. Quando isso ocorre, a identidade protege contra o desamparo e a angústia, mas também empobrece a vida psíquica⁶.

A identidade, nessa leitura, é paradoxal: ao mesmo tempo que amarra, simplifica; ao mesmo tempo que protege, pode empobrecer; ao mesmo tempo que sustenta a presença de si, pode defender o sujeito contra aquilo que nele permanece

»
a identidade,
nessa leitura, é paradoxal:
ao mesmo tempo
que amarra, simplifica;
ao mesmo tempo
que protege,
pode empobrecer

estranho, contraditório e não dominado. Esse caráter paradoxal é central para a discussão posterior sobre o campo político. Uma identidade pode ser recurso de sobrevivência e condição de fala, sem por isso deixar de correr o risco de converter-se em fortaleza narcísica.

Winnicott: *ilusão necessária*,
continuidade do ser e apoio transicional

Winnicott desloca o eixo do conflito pulsional para a relação do bebê com o ambiente. Em sua concepção, a experiência de um ambiente suficientemente bom permite a emergência do verdadeiro self, fundado na espontaneidade, na criatividade e na continuidade do ser. Já a falha ambiental crônica favorece a formação do falso self, organização defensiva adaptada às exigências externas, que garante sobrevivência ao custo da vitalidade subjetiva⁷.

É nesse contexto que o autor introduz o conceito de *ilusão necessária*. No início da vida, o bebê vive a experiência de criar aquilo que encontra. Essa ilusão fundante, sustentada pelo cuidado materno e pela confiabilidade ambiental, não é erro a ser corrigido desde logo; é condição de possibilidade do self. Mais tarde, a desilusão deve ser introduzida de forma gradual. Se ela é antecipada, o mundo subjetivo colapsa; se é abolida, o amadurecimento fica comprometido. A saúde psíquica depende,

1 S. Freud, “Psicologia das massas e análise do Eu”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18; “O Eu e o Isso”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19.

2 D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação; O brincar e a realidade*.

3 S.L. Alonso, “O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da sedução generalizada”, *Percurso*, ano XXIX, n. 56/57; A.S. Queiroz, “Identidade, colonialidade e psicanálise: articulações possíveis”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 57, n. 2.

4 D. Barros, *Identitarismo e neoliberalismo*; E. Roudinesco, *O Eu soberano*.

5 S. Freud, “Psicologia das massas...”; “O Eu e o Isso”.

6 S. Freud, “Psicologia das massas...”.

7 D.W. Winnicott, *O ambiente...*



*a ideia de falso self
coletivo não designa
um atributo essencial
de movimentos políticos,
mas um risco imanente
a qualquer formação
identitária quando ela
se fecha sobre si mesma*

portanto, de uma oscilação bem-sucedida entre ilusão e desilusão, dependência e separação⁸.

A partir desse enquadre, proponho pensar a identidade como apoio transicional. Ela não é substância nem essência. É um modo de habitar o mundo, de ocupar um lugar, de reconhecer-se e ser reconhecido sem que tal reconhecimento elimine a abertura do self. Quando a identidade funciona bem, preserva algo do brincar: permite nomear-se sem enclausurar-se, pertencer sem abolir a singularidade, encontrar reconhecimento sem exigir coincidência total entre nome e ser⁹.

Essa formulação ajuda a esclarecer um ponto importante do texto. Quando afirmo que a identidade pode operar como *ilusão necessária*, não estou dizendo que identidades sejam meras ficções descartáveis, tampouco que devam ser deslegitimadas politicamente. Quero dizer que elas cumprem uma função psíquica e relacional indispensável, sobretudo em contextos de precariedade, violência ou desamparo. O problema não está no apoio transicional em si, mas em sua cristalização. Uma identidade saudável não elimina o inacabamento do sujeito; oferece-lhe, antes, um apoio para poder suportá-lo.

Da dimensão singular ao plano coletivo: em que sentido falar em falso self coletivo?

A transposição do pensamento de Winnicott para o plano coletivo exige cautela. Não se trata de supor a existência de um “psiquismo coletivo” homogêneo, nem de psicologizar diretamente

processos históricos e políticos. A analogia, para ser fecunda, precisa ser mediada. O ponto não é dizer que grupos “tenham” um falso self do mesmo modo que indivíduos o têm; o ponto é observar que certas formas coletivas de pertencimento podem exigir dos sujeitos modalidades defensivas de adesão, enunciação e vigilância recíproca análogas, em sua função, ao falso self¹⁰.

Isso ocorre quando o pertencimento passa a depender da apresentação contínua de coerência, pureza e conformidade, e quando a divergência interna é vivida como ameaça de desintegração. Nesses casos, a identidade coletiva deixa de operar como apoio transicional para o ingresso no espaço público e passa a funcionar como dispositivo de estabilização defensiva. O grupo oferece amparo real, mas também pode solicitar que o sujeito renuncie a ambiguidades, zonas de indeterminação e movimentos criativos em nome da segurança do pertencimento.

Assim entendida, a ideia de falso self coletivo não designa um atributo essencial de movimentos políticos, mas um risco imanente a qualquer formação identitária quando ela se fecha sobre si mesma. Não decorre da existência de lutas identitárias, e sim de seu possível endurecimento. Em vez de mediação entre sofrimento, nomeação e ação, a identidade torna-se então prova permanente de fidelidade, organizando o laço pela defesa contra a alteridade e não pela abertura a ela.

Essa passagem do apoio à cristalização ajuda a articular, sem reduzi-las uma à outra, as dimensões singular e coletiva. São sujeitos concretos, com suas histórias e vulnerabilidades, que participam dos coletivos; ao mesmo tempo, são os dispositivos discursivos, institucionais e grupais que podem favorecer ou não formas mais plásticas de pertencimento. O fenômeno é, portanto, simultaneamente psíquico e político.

Apoios transicionais, lutas identitárias e reparação histórica

As necessárias lutas identitárias no campo político não devem ser confundidas com aquilo que tem

recebido criticamente o nome de identitarismo. Em contextos de racismo, misoginia, LGBTfobia, colonialismo e exclusão estrutural, a nomeação identitária pode constituir recurso de sobrevivência, dignidade e ação coletiva. Nesses casos, o nome compartilhado não reduz o sujeito; ele lhe devolve condição de palavra, inteligibilidade e proteção. É nesse sentido que proponho compreendê-lo como apoio transicional necessário¹¹.

As contribuições de Silvia Alonso, assim como textos de Renato Mezan e Jurandir Freire Costa, ajudam a sustentar essa distinção. A politização das diferenças não é um desvio da clínica nem uma ameaça externa ao pensamento psicanalítico. Ela obriga a psicanálise a abandonar o mito do indivíduo abstrato e a considerar os modos pelos quais corpo, linguagem, gênero, raça, sexualidade e história atravessam a constituição psíquica. A questão não é escolher entre singularidade e política, mas pensar como uma singularidade se constitui sempre em campos históricos desiguais¹².

Por essa razão, as políticas identitárias podem ter função subjetivante. Ao nomear experiências de humilhação, violência e apagamento, produzem condições de reconhecimento e reinscrição simbólica. O sujeito, ou o grupo, deixa de aparecer apenas como objeto de classificação alheia e passa a ocupar uma posição de enunciação. Essa passagem é decisiva e não deve ser minimizada em nome de uma crítica genérica às identidades.

O identitarismo sob crítica: quando a identidade se cristaliza

O termo identitarismo deve ser reservado, a meu ver, para designar outra configuração. Ele aparece

em chave winnicottiana,
 diríamos que o identitarismo
 começa quando o nome
 deixa de servir
 ao brincar e passa a
 substituir a experiência

quando a identidade se converte em medida totalizante do sujeito e do laço, quando a legitimidade política se reduz à autenticidade identitária, e quando o pertencimento passa a depender da supressão da ambivalência e da alteridade. Nessa configuração, a identidade deixa de funcionar como apoio transicional e tende a operar defensivamente¹³.

Douglas Barros descreve o identitarismo como produção subjetiva compatível com formas neoliberais de segmentação, consumo e vigilância. A advertência é importante porque mostra que uma linguagem de diferença pode ser capturada por dispositivos que transformam marcas históricas de opressão em nichos de mercado, signos de gestão e performances de pureza. Adriana Queiroz, por sua vez, propõe uma mediação mais cuidadosa entre psicanálise e pensamento decolonial, advertindo que a crítica ao identitarismo não pode servir para desqualificar o campo inteiro das lutas por reconhecimento. Essa mediação é fundamental e orienta a posição que sustento aqui¹⁴.

Em chave winnicottiana, diríamos que o identitarismo começa quando o nome deixa de servir ao brincar e passa a substituir a experiência. O sujeito precisa provar incessantemente quem é, e o coletivo precisa decidir permanentemente quem pertence e quem não pertence. A identidade endurecida oferece abrigo contra o desamparo, mas cobra alto preço: redução da

8 D.W. Winnicott, *O brincar...*

9 D.W. Winnicott, *O brincar...; O ambiente...*

10 D.W. Winnicott, *O ambiente...*; D. Barros, *Identitarismo...*

11 D.W. Winnicott, *O brincar...*

12 S.L. Alonso, "O conceito de gênero..."; R. Mezan, *Psicanálise, cultura e política: escritos escolhidos*; J.F. Costa, *A ética e o espelho da cultura*.

13 D. Barros, *Identitarismo...*; E. Roudinesco, *O Eu soberano...*

14 D. Barros, *Identitarismo...*; A.S. Queiroz, "Identidade, colonialidade e psicanálise...".



*a clínica não
deve confirmar
identidades de modo
acrítico, mas tampouco
deve desautorizá-las
em nome de uma suposta
verdade mais profunda*

complexidade, repetição narcísica e empobrecimento da criatividade política. O resultado é que a forma de resistência pode, paradoxalmente, reproduzir a lógica normativa que pretendia contestar.

Esse é também o ponto em que a formulação inicial do artigo precisa ser retomada de modo inequívoco. A frase final não pode sugerir que toda política identitária conduz ao fechamento defensivo. O que conduz a esse fechamento é a cristalização da identidade, não sua emergência como linguagem de luta. A crítica dirige-se à absolutização, não à nomeação; ao fechamento, não à disputa política; à identidade transformada em destino, não à identidade assumida como travessia.

Feminismos, diferença e criatividade

Os feminismos contemporâneos oferecem um campo privilegiado para compreender essa distinção. Silvia Alonso mostra como as diferenças sexuais e de gênero, longe de serem apenas classificações normativas, podem tornar-se pontos de elaboração crítica, deslocamento e invenção subjetiva. Mulheres, mulheres negras, lésbicas, pessoas trans, sujeitos historicamente desautorizados a falar, encontram em certos nomes coletivos um modo de interromper o silenciamento e inscrever-se no laço social¹⁵.

Aqui, novamente, a noção de *ilusão necessária*, tal como desenvolvida anteriormente, torna-se útil. Nomear-se pode ser uma tática de amarração e proteção sem que isso implique fechamento identitário. Em sua melhor potência, a política da diferença não visa produzir essências, mas abrir espaço para vidas antes tornadas ininteligíveis. A sexualidade, como lembra Alonso, precisa permanecer a serviço da criatividade, e não da normalização.

É por isso que a crítica psicanalítica às cristalizações identitárias deve ser rigorosa, mas também precisa preservar discernimento político. Nem toda ênfase na identidade é narcísica; nem toda reivindicação de lugar implica pureza; nem toda coesão coletiva equivale a submissão. A tarefa é distinguir, em cada caso, quando a identidade sustenta a expansão da experiência e quando passa a defendê-la de forma empobrecida.

Subjetivação, alteridade e clínica: escutar o que não cabe em nome algum

A clínica, nesse contexto, não deve confirmar identidades de modo acrítico, mas tampouco deve desautorizá-las em nome de uma suposta verdade mais profunda. Sua tarefa é mais difícil e mais ética: oferecer um espaço em que a identidade possa ser habitada, interrogada e transformada sem ser humilhada. O analista não escuta “a mulher”, “o negro” ou “o trans” em abstrato; escuta aquela mulher, aquele sujeito negro, aquela pessoa trans, com sua história singular, seus fantasmas, seus afetos, suas contradições e seus modos próprios de sofrer e inventar¹⁶.

A clínica mostra com frequência que o sofrimento contemporâneo se organiza em torno de uma tensão entre nome e experiência. Há sujeitos que chegam com uma autodescrição muito coerente, mas pouco enraizamento afetivo em si mesmos; outros, ao contrário, encontram em um nome identitário a primeira condição para começar a existir simbolicamente. Em ambos os casos, a questão analítica não é desfazer identidades,

mas restituir-lhes mobilidade, espessura e capacidade de jogo.

Nessa perspectiva, a análise pode ser compreendida como espaço potencial em que o sujeito volta a brincar com suas identificações. O nome deixa de ser prisão e pode voltar a ser metáfora, ponte, experimentação. A identidade não é negada, mas reinscrita na economia mais ampla do desejo, da alteridade e da criatividade.

Conclusão: identidade como travessia, não destino

Integrando Freud, Winnicott e autores contemporâneos, proponho compreender a identidade como montagem transitória, *ilusão necessária* e apoio transicional. Ela não é essência, nem mero efeito ideológico; é uma forma de amarração sem a qual o sujeito e os coletivos não podem sustentar continuidade, linguagem e reconhecimento. Mas sua função só permanece viva quando ela não se absolutiza¹⁷.

Retomo, assim, a tese central do artigo. A crítica ao identitarismo não equivale a uma crítica às lutas identitárias. Ao contrário, depende de distingui-las com precisão. As lutas por reconhecimento e reparação podem ter função subjetivante e politicamente emancipatória. O identitarismo

começa quando a identidade deixa de ser mediação e se transforma em destino, pureza ou prova de pertencimento. Em termos winnicottianos, poderíamos dizer: o problema não está no apoio transicional necessário, mas na impossibilidade de brincar com ele¹⁸.

Freud nos ensina a desconfiar das promessas de unidade plena; Winnicott nos ensina a valorizar os apoios sem confundi-los com a verdade última do self. Entre ambos, abre-se uma via fecunda para pensar a política e a clínica no presente: sustentar identidades sem idolatrá-las, reconhecê-las sem reificá-las, e preservar, no centro delas, a abertura constitutiva do sujeito à alteridade.



retomo, assim,

a tese central do artigo.

*A crítica ao identitarismo
não equivale a uma crítica*

às lutas identitárias.

Ao contrário, depende

de distingui-las

com precisão

15 S.L. Alonso, "O conceito de gênero..."; "Feminismos, psicanálise e política", *Clínica & Cultura*, v. 8, n. 1.

16 R. Mezan, *Psicanálise, cultura e política...*

17 S. Freud, "Psicologia das massas..."; "O Eu e o Isso"; D.W. Winnicott, *O brincar...*; *O ambiente...*

18 D.W. Winnicott, *O brincar...*

Referências bibliográficas

- Alonso S.L. (2016). O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da produção generalizada. *Percurso*, ano XXIX, n. 56/57, p. 81-90.
- _____. (2019). Feminismos, psicanálise e política. *Clínica & Cultura*, v. 8, n. 1, p. 101-111.
- Barros D. (2024). *Identitarismo e neoliberalismo: crítica filosófica da subjetividade contemporânea*. São Paulo: n-1.
- Costa J.F. (2002). *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2023). Prefácio. In: *A um velho terapeuta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud S. (1921/1996). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1923/1996). O Eu e o Isso. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago.
- Hall S. (1996). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Mezan R. (2018). *Psicanálise, cultura e política: escritos escolhidos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Queiroz A.S. (2023). Identidade, colonialidade e psicanálise: articulações possíveis. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 57, n. 2, p. 45-62.
- Roudinesco E. (2019). *O Eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Winnicott D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

Identity, illusion, and otherness: Winnicott, Freud, and the contemporary identity debate

Abstract This article distinguishes identity, identification, identity-based political struggles, and identitarianism through Freud, Winnicott, and contemporary authors. It argues that identity may function as a *necessary illusion* and a transitional support, fostering subjectivation and belonging without collapsing into defensive fixations. It also argues that political struggles for recognition and reparation should not be confused with identitarianism, understood here as the defensive crystallization of identity.

Keywords identity; identification; identitarianism; Winnicott; Freud; feminisms.

Texto recebido: 11/2025

Aprovado: 03/2026

Christopher Bollas: um pensamento antifundamentalista na psicanálise

Lia Pitliuk

Lia Pitliuk é psicóloga e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise, do Espaço Potencial Winnicott e do Departamento de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae, onde é docente em curso de formação de analistas e coordenadora dos grupos *Winnicott: leituras e reflexões*, *EmLinha – Grupo de estudos e pesquisa sobre a clínica psicanalítica online* e *Winnicott e Bollas: trânsitos*. Docente no curso de pós-graduação e em cursos livres do Instituto Gerar. Coordenadora de grupos de estudo sobre Freud, Winnicott e Bollas. Autora do livro *A sustentação de uma clínica psicanalítica em linha* e de artigos e capítulos em livros e revistas especializadas.

Resumo O artigo aponta para a dimensão antifundamentalista do pensamento de Christopher Bollas: um combate permanente a estruturas centralizadas e centralizadoras inerentes à lógica da dominação. São destacadas algumas de suas estratégias: a consideração pela forma, a ampliação da noção freudiana de associação livre, a consideração pela multiplicidade de funções do analista e o olhar pluralista para as escolas e teorias psicanalíticas.

Palavras-chave Bollas; descentramento; pluralismo; psicanálise; dominação; opressão.

DOI 10.70048/percurso.76.67-76

[...] nunca me perguntei se o meu pensar fazia sentido. Eu me comprometia só com um ensaio sobre uma ideia qualquer – objeto transformacional, introjeção extrativa, inocência violenta e assim por diante. Eu não queria saber se fazia sentido porque valorizava a liberdade de pensamento que tinha encontrado [...]. Isso me dava uma liberdade que de outra forma eu não teria [...]. Devo muito aos meus colegas na Itália e na Suécia. Eles me receberam e pudemos nos comunicar sem o poder colonizador de um grupo ideológico determinando que sua posição se tornasse a norma.¹

A opressão e seus efeitos

Em 2024, tivemos o lançamento, no Brasil, de dois livros de Christopher Bollas: *Segure-os antes que caiam*, com sua proposta clínica corajosa e ética, e *O momento freudiano*, com sua vigorosa convocação ao diverso e ao múltiplo. Duas publicações evidenciando, mais uma vez, a orientação da sua obra, reiteradamente voltada ao combate a práticas de dominação tanto nos planos micro e macropolítico da vida social quanto nos campos clínico e teórico da própria psicanálise.

Nas mais variadas esferas, e ao longo de todas as suas publicações, seu pensamento se mantém eminentemente pluralista, opondo-se às práticas de supressão da alteridade onde quer que as localize. Por exemplo: “por mais valiosa que seja cada escola de pensamento, todas são extremistas e, ao eliminarem as outras perspectivas (cada uma das quais atende a uma parte da verdade global), procedem cegadas pelo poder da alucinação negativa”².

¹ C. Bollas, comunicação pessoal em 8 mar. 2025.

² C. Bollas, *China on the mind*, Cap. 12, nota 15. Tradução livre.



*nos funcionamentos
psíquicos contemporâneos,
o autor identifica deteriorações
de grande envergadura,
resultantes de opressões
maciças e cumulativas
vividas no século xx*

Mais que tudo, seus escritos são convites para fora de uma posição de obediência cega a normas e procedimentos, correlata de certos modos de pensar e de operar psiquicamente. De fato, não basta constatar quanto as forças autoritárias seguem se infiltrando em larga escala nas estruturas institucionais e culturais; não basta denunciar quanto elas transmutam as relações intersubjetivas e a vida humana em geral em direções inusitadas e assustadoras. Bollas também se dedica persistentemente a uma tarefa de que a psicanálise sempre se ocupou, e que precisa ser levada adiante sem descanso: estudar este

[...] padrão de relacionamento em que se institui – no campo das experiências, dos saberes, dos modos de vida, da própria sobrevivência – uma divisão entre superiores e inferiores, mandantes e subalternos, exploradores e explorados, sábios e ignorantes, e tantas outras formas em que se dão as relações de poder.³

Descrever, denunciar, combater os princípios de dominação entranhadas no universo intrassubjetivo, nos interstícios do psiquismo humano, com vistas à sua desmontagem: essa é uma das grandes operações da produção teórico-clínica deste autor que, sem dúvida, marcam profundamente o pensamento psicanalítico do século XXI.

Nos funcionamentos psíquicos contemporâneos, o autor identifica deteriorações de grande envergadura, resultantes de opressões maciças e

cumulativas vividas no século xx. Uma forma de censura, diz ele,

[...] organizada não contra conteúdos sexuais inaceitáveis ou conteúdos agressivos, mas contra o direito *de ser do self*. A opressão apareceu em incontáveis formas e histórias – a vida na classe trabalhadora, a opressão contra mulheres e crianças, a dominação de países por ditadores cruéis, aqueles líderes que mandaram milhões de pessoas para a morte, o “trauma cumulativo” de guerras sucessivas, seres humanos sendo absorvidos pelo sistema capitalista, cujas “forças” prevalecem sobre os direitos do homem.⁴

Ele descreve como, nesse contexto, houve um processo de corrosão das capacidades reflexivas, resultando, por um lado, naquilo que o autor chamou de estado de espírito fascista, que se caracteriza pela ligação de forças mentais em torno de uma ideia, eliminando a ambiguidade e a polisssemia. Por outro, tem-se como efeito o funcionamento normopático, modos de pensar com características que, neste mesmo texto, o autor nomeia como operacionalismo, horizontalismo, homogeneização, pseudoestupidez, refração, visiofilia etc. Em 2018, ele é incisivo: “o pensamento reflexivo substituído por uma cintilação refrativa; a articulação linguística transformada em fragmentos sonoros cifrados; a compreensão histórica deslocada por confabulação oportunista”⁵.

São danos psíquicos oriundos das defesas contra o excesso de opressão, num movimento que ele chamou de *retorno do oprimido* (em contraste com o retorno do reprimido, processo resultante da autocensura, eixo da teoria freudiana do funcionamento neurótico):

O reprimido refere-se ao movimento de eliminar da consciência conteúdos mentais específicos. O oprimido refere-se à suspensão ou à distorção do pensamento humano. O reprimido retorna mediante o desvio de ideias. O oprimido alude a uma alteração não dos *conteúdos* da mente, mas das *capacidades* da mente – a maneira pela qual os pensamentos se formam. No debate sobre a trajetória da opressão, notamos uma degradação cumulativa das *formas* de percepção, pensamento e comunicação.⁶



*compreende-se bem,
então, o compromisso maior
de Bollas com a tarefa
de ampliação das capacidades
de processamento psíquico.
Ele se lança à busca de modos
de resistir às formas de opressão
da subjetividade*

São contundentes suas imagens da deterioração psíquica contemporânea: um *esmagado*, um *prejudicado*, um *deformado*, com uma “impossibilidade de transformar o conjunto de conteúdos em ideias capazes de fazer sentido”; e uma cegueira social protetora frente ao fato de estarmos “sobrecarregados por uma gama enorme de problemas aparentemente insolúveis”. Em suma, estratégias de sobrevivência para lidar com o “fardo esmagador de herdar-se um mundo despedaçado”.

Compreende-se bem, então, o compromisso maior de Bollas com a tarefa de ampliação das capacidades de processamento psíquico. Ele se lança à busca de modos de resistir às formas de opressão da subjetividade, de transformar os modos de comunicação, de recepção e de pensamento na direção de desafogamento, de aberturas. Em sua opinião, a proposta psicanalítica se constitui em um dos caminhos privilegiados para isso, desde que retome e mantenha para si a vocação com que se constituiu e da qual, em muitos sentidos, também tende a se desviar: a de se manter desconstrutiva e disseminativa.

Interessou-me, particularmente, a investigação das estratégias de que ele lança mão para essa empreitada, entendendo que serão as que cada analista também deverá tornar suas. Que estratégias permitem que o autor sustente a diversidade de funções analíticas que ele aponta em seus textos? O que lhe possibilita tamanha receptividade emocional, intelectual, perceptiva, em tantos campos de experiência? Como ele mantém um espaço interno tão aberto ao que lhe chega, tanto de fora quanto de dentro de si?

Em sua obra, encontramos um conjunto amplo e diversificado de estratégias que ele utiliza para lidar com essas questões e, aqui, abordaremos uma das mais importantes: a descentralização.

Partamos do seu oposto: a centralização é um recurso organizativo que promove compreensão, ordem, estabilidade, mas hoje já temos uma ideia um pouco mais clara dos preços a pagar pela segurança das âncoras. Bollas, atento aos efeitos empobrecedores e destrutivos da adesão rígida a teorias, ideologias, parâmetros burocráticos e fidelidades institucionais, dedica grande parte de sua obra a combater o que bem podemos nomear como atitudes e movimentos fundamentalistas – no pensamento em geral, e na psicanálise em particular.

A questão do centro

É o próprio Freud quem situa a psicanálise como a terceira grande promotora do deslocamento dos centros. Primeiro o homem teve que reconhecer que a Terra não é o centro privilegiado do universo; depois, que o próprio homem não é o centro da criação divina e nem mesmo um centro privilegiado do mundo animal. Finalmente, então, a psicanálise nos teria dado um terceiro grande golpe ao nos fazer reconhecer que o Eu não é o centro da subjetividade⁷.

Mas o percurso freudiano fez muito mais, deslocando a própria subjetividade de um alojamento “em si mesma”: a teoria da sedução aponta para uma gênese exógena da subjetividade – questão que será contestada e retomada de várias maneiras ao longo da história da psicanálise. Muito

3 L. Pitliuk, “Christopher Bollas: por uma psicanálise contracolonial”, *Cadernos de Psicanálise* (CPRJ), v. 44, n. 46, p. 57.

4 C. Bollas, “Psicanálise na Era da Desorientação: do retorno do oprimido”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 49, n. 1, p. 51.

5 C. Bollas, “Resuscitation”, in *Meaning and melancholia: life in the age of bewilderment*, p. 68. Tradução livre.

6 C. Bollas, “Psicanálise na Era da Desorientação...”, p. 52.

7 S. Freud, “Uma dificuldade no caminho da psicanálise”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*.



*o descentramento
é um movimento de toda
a cultura ocidental – na arte,
na filosofia, na ciência, na política –
com cada campo contaminando
os outros, produzindo grandes
mudanças no pensamento
ao longo do século xx*

sinteticamente, e só a título de exemplo, lembremos que Lacan enfatiza que o sujeito se constitui em relação ao desejo e à linguagem do Outro, que o antecede e o estrutura; ou seja, o “centro”... está fora. Em Laplanche e em Winnicott já encontramos sublinhada a noção de *encontro* como fundamento do sujeito: Laplanche trabalhando com a categoria de *mensagem* em que se combinam o que é proposto pelo outro e o trabalho de metabolização realizado pelo futuro sujeito; e Winnicott focando a noção de *gesto espontâneo* proposto pelo futuro sujeito e que, sendo respondido por um movimento sintônico do outro, propicia a constituição subjetiva. Ou seja, o centro não está ocupado por um indivíduo ou uma estrutura, mas por uma espécie de “negociação” inconsciente que estamos sempre investigando.

Notemos que o descentramento é um movimento de toda a cultura ocidental – na arte, na filosofia, na ciência, na política – com cada campo contaminando os outros, produzindo grandes mudanças no pensamento ao longo do século xx. É assim que, por exemplo, a Europa veio perdendo o lugar de centro do mundo em oposição aos “selvagens” ou “primitivos”; que o adulto veio saindo da posição central que deixava para as crianças o lugar de uma versão mais primária de si mesmo; que a ciência deixou de ser o único saber válido, fazendo com que práticas não exatamente científicas passassem a ser validadas como práticas alternativas. Do mesmo modo, as operações de

descentramento também na psicanálise se multiplicaram – como, por exemplo, com a retirada da genitalidade heterossexual da posição de centro da sexualidade humana.

Entretanto, se podemos identificar claramente – tanto na cultura em geral quanto na psicanálise em particular – movimentos intensos na direção do descentramento, também nos defrontamos, permanentemente, com os de recentramento – um modo de pensar que supõe que as coisas precisam ter um centro, uma base, um eixo, um fundamento. Uma ideia do Um, de algo único, acima e melhor do que os outros, legitimando, fundamentando e autorizando.

Essa é uma arquitetura de dominação, que tende a obscurecer os outros elementos, a diminuir a importância do resto – aliás, que nos faz usar a palavra “resto”. A centração sugere a existência de um elemento essencial, em contraste com o que seria o resto, coisas secundárias, de menor valor. E se isso regeu muito do pensamento em tantos campos, a psicanálise evidentemente não se manteve alheia a esse modo de operar. Encontramos essa ideia, por exemplo, na concepção de que os assim chamados “restos diurnos” seriam apenas gatilhos ou pontos de partida para a construção do sonho, mas a energia, o valor e o significado do sonho residiriam no inconsciente recalcado. Aí estaria o “filé mignon” do psiquismo, e também da análise. Em outras palavras, as ideias recalcadas seriam o *eixo* ou o *centro* do processamento psíquico – e, portanto, da clínica analítica –, cabendo ao “resto” o papel de eliciador e de pista para se chegar a elas.

Vê-se bem, aqui, a estrutura centralizadora em que há algo fundamental e, em torno dele, estaria o pouco importante. Esse, talvez, seja o pior saldo da metáfora geológica freudiana que, ao mesmo tempo que favorece o pensamento, também nos conduz a equívocos. A metáfora geológica traz essa ideia de que o inconsciente, ou o recalcado, ou o infantil, estão “lá embaixo”, por trás de tudo; e uma das consequências mais nefastas dessa concepção do psiquismo é supor que o que aparece na superfície são coisas pouco importantes, um tanto descartáveis.

Sem dúvida, deslocar continuamente o centro é uma operação de primeira grandeza e tem efeitos cruciais, mas ainda é muito diferente de renunciar à centração. A psicanálise, ela própria, promovia esses deslocamentos, mas sempre colocando outras coisas em lugar central: o sexual... o inconsciente recalçado... a pulsão... o complexo de Édipo... o falo ou a castração... a mãe... a transferência... A cada momento, ou em cada teoria, aparece uma argumentação forte para provar que alguma determinada coisa ou conceito merece esse lugar de fundamento de toda a construção subjetiva, do universo psicopatológico, da teoria ou do processo clínico.

Isso é problemático porque, como dizíamos, passamos a reverenciar esse elemento. Colocar algo como centro ou fundamento faz esse algo ter posição de poder em relação às outras significações: aquilo, considerado tão maior que os outros temas, limita os movimentos, interrompe as possibilidades associativas e criativas, tira a nossa liberdade, paralisa a produtividade psíquica.

Sem centro?

Penso que essa estrutura centralizada e centralizadora muito contribuiu para tornar o século xx tão pressionado, constrangido, imprensado, torturado; e o trabalho de resistência desenvolvido por Bollas, desde dentro da psicanálise, me parece operar numa espécie de nível “arquitetônico” das ideias: a multiplicação das operações de descentramento produzindo a abertura para conceber uma infinidade de “pontos nodais”, de modo que a ideia de centro, de um grande pilar, vai perdendo o sentido.

Era assim que se dizia, um pilar, ou no máximo alguns poucos grandes pilares, três ou quatro, fundamentos de todo o “resto”. Mas o autor identifica, no modelo freudiano do trabalho onírico, um outro modo de operar que retira o *conteúdo* do lugar central e nos convoca à consideração pela multiplicidade de formas que se apresentam nos encontros com pessoas, com objetos, com ideias,

»
*chego a brincar,
imaginativamente, com
a representação de um Bollas
duende, como aqueles
da fábrica do Papai Noel
que ficam trabalhando
durante a noite;*

com qualquer coisa. É o que se dá também no sonho, ou no brincar, quando deixamos de pensá-los só como representações de um conteúdo oculto. Diz Bollas:

Aqui o inconsciente é uma inteligência da forma. Suas capacidades proprioceptivas recebem dados endopsíquicos do depósito inconsciente; este também registra as experiências “psiquicamente valiosas” do dia, classificando-as ao longo do dia em uma espécie de antessala pré-onírica, e então organiza milhares de pensamentos, surgindo por meio do espaço intermediário da experiência vivida, para serem sonhados.⁸

E é com essa inspiração que ele desenvolve um modo inclusivo e compósito de operar, sempre dedicado a subverter padrões hierárquicos de relação, a combater a lógica da dominação, o que resulta na construção de pontes entre escolas de psicanálise, entre conceitos, entre modos de funcionamento mental. Chego a brincar, imaginativamente, com a representação de um Bollas duende, como aqueles da fábrica do Papai Noel que ficam trabalhando durante a noite; um duende “tecendo sinapses” entre ideias, entre pensadores, entre práticas. E, com isso, constituindo redes que vão se espalhando por todos os campos.

É assim que, por exemplo, por mais que ele valorize a produtividade inconsciente – e ele a valoriza muitíssimo – ele não situa o inconsciente como chave de tudo. No momento do colapso,

8 C. Bollas, *O momento freudiano*, p. 129-130.



para Bollas,
a articulação idiomática
se dá sempre no encontro.
O idioma mais pessoal,
ele diz, se constrói,
se afirma e se enriquece
necessariamente
nos encontros

por exemplo, que é o tema do *Segure-os antes que caiam*, o autor sublinha a importância de dar também um lugar muito significativo à consciência, aos recursos egoicos conscientes do analisando em colapso. Ou, então, por mais que valorize a relação mãe-bebê – e ele sem dúvida a valoriza – ele não deixa de lado as considerações ligadas à triangulação, ao complexo de Édipo, ao recalcado. Uma coisa é importante, a outra coisa é importante.

Bollas lança mão de muitas estratégias para essa jornada. Entre elas, sublinhemos a inclusão da *forma* como elemento tão importante quanto o conteúdo. Essa vem sendo também uma marca do século XXI, na psicanálise e em vários outros campos, e ele trabalha todo o tempo em prol da abertura do psiquismo à consideração pela forma, consideração pela experiência estética e pela articulação do que ele chama de *idioma pessoal*.

Em “O objeto transformacional”⁹, o autor reflete sobre a experiência da criança em relação ao seu primeiro objeto que, nesse início, seria experienciado menos como um objeto e mais como um *processo* que transforma os meios interno e externo do bebê. Um processo transformacional conhecido – e recordado – enquanto experiência estética, que será permanentemente buscada ao longo da vida, das mais variadas maneiras.

Ele fala, por exemplo, da mãe que entra silenciosamente no quarto do seu filho pequeno, acorda-o de leve ainda no escuro da janela fechada, com todo o cuidado para não assustá-lo, fala muito

baixo etc.; contrasta com outra que entra cantando e alegre, abre as cortinas, pega o bebê no colo, brincando com ele... Idiomas. Idiomas que vão reverberar de mil maneiras pela vida afora. E, claro, podemos pensar em variações idiomáticas infinitas: a mãe que não entra no quarto para acordar o bebê. A que não deixa o bebê dormir. A que leva o bebê ao quarto dela, ou à cama dela. A que prefere que o bebê durma em outra casa. Idiomas.

Sem dúvida, temos que nos cuidar com as metáforas, como dizíamos há pouco, pois a imagem do idioma traz também armadilhas recentralizadoras, que se concretizam quando se lê um autor com muita rapidez. O termo “idioma” muitas vezes faz pensar no verbal, quando de fato ele está se referindo a todas as formas sensíveis e expressivas para bem além do sentido: os afetos, os impulsos, as manifestações corporais, as sensibilidades de todos os tipos... A sua noção de idioma pessoal é muito abarcativa, e é totalmente descentralizada.

E outra armadilha, na expressão “idioma pessoal”, está em imaginar que se trataria de um “próprio” de um sujeito já constituído e fechado. Bem ao contrário: para Bollas, a articulação idiomática se dá sempre no encontro. O idioma mais pessoal, ele diz, se constrói, se afirma e se enriquece necessariamente nos encontros. Podemos recorrer à imagem de rede para falar disso – rede, malha, teia. Talvez pensar numa “racionalidade ecológica”: assim como num ecossistema diverso e sustentável, nós estamos, somos e vamos nos transformando sempre nos encontros. Nada parecido com um idioma que se afirma em si mesmo, por si mesmo, *contra* o mundo. Nada parecido com isso.

Outra batalha de peso em prol do pluralismo está em seu modo de pensar as teorias psicanalíticas e as escolas de psicanálise, que às vezes mais se parecem com igrejas do que com espaços de pensamento. Ele vê a fixação em um único ponto de vista como uma forma de “genocídio intelectual”, exatamente por sua aderência a algo que seria “central”.

Os movimentos psicanalíticos geralmente (mas nem sempre) são formados em torno de uma figura carismática e se tornam cultos que usam as palavras e ideias de



tal figura para unir sua comunidade. Com isso, os movimentos psicanalíticos neutralizam a evolução criativa da psicanálise. Essa é uma característica da pulsão de morte, uma vez que os movimentos se encerram em si mesmos e não investem em ideias de outros grupos psicanalíticos ou de outros escritores da psicanálise.⁹

Em vez de buscar um único centro ou fundamento de algum tipo de “verdadeira psicanálise”, ele defende a multiplicidade de formas de apreender e de pensar a psique: cada uma abordando alguns aspectos da experiência humana, envolvendo seus próprios conceitos, métodos e modos de intervenção. Aliás, ele nos faz notar quanto era isso que se dava no trabalho do próprio Freud:

Cada uma das perspectivas de Freud tornou-se um espaço de holding ideacional, coletando impressões derivadas de seu trabalho clínico. Sua teoria dos instintos recebeu a resistência do analisando a, ou a expressão de, impulsos corporais. Os lapsos de linguagem foram referidos ao seu modelo linguístico. As angústias da infância à sua teoria do trauma. Poder-se-ia continuar.¹⁰

E é desta mesma posição perspectivista, como nomeada por Amnérís Maroni, que ele nos propõe pensar as teorias como *formas de sensação*:

As teorias são pontos de vista. Cada teoria vê algo que as outras teorias não veem. São formas de sensação. O que captamos com os olhos é diferente do que captamos com os ouvidos. O que percebemos da realidade por meio do sentido olfativo é diferente do que recebemos pelo toque. A teoria é um fenômeno metassensual. Algumas teorias são melhores que outras, do mesmo modo que é possível dizer que a visão provavelmente é usada com mais frequência do que o olfato na percepção da realidade. Então, para mim, o pluralismo é, em seu núcleo, uma teoria da percepção, e dizer que é preciso se tornar um kleiniano ou um lacaniano, excluindo as outras teorias,

*o autor valoriza muitas
coisas das obras de Winnicott,
de Bion, de Lacan,
de muitos autores, sem
posicionamentos reverentes
em relação a nenhum deles.
Nem mesmo a Freud*

é tão absurdo quanto dizer que é preciso se tornar um defensor da escuta, ou um cara da visão, ou do tato, ou um farejador.¹²

As teorias como formas de sensação ficam disponíveis no pré-consciente do analista, do mesmo modo que temos nossos sentidos disponíveis para apreendermos o mundo; que “se alojem em seu inconsciente receptivo, sem que ele as mantenha sob seu foco. Caso contrário, situadas em posição de poder sobre as significações – ou seja, em posição colonial –, esses objetos interrompem a produtividade inconsciente: é quando então o remédio se transforma em veneno. De fato, o autor valoriza muitas coisas das obras de Winnicott, de Bion, de Lacan, de muitos autores, sem posicionamentos reverentes em relação a nenhum deles. Nem mesmo a Freud. Ele discorda de alguns aspectos do pensamento de uns e de outros, e vai compondo, vai costurando articulações. Com Paula Heimann, com M. Klein, com Balint, com os psicanalistas italianos. Uma aranha tecendo uma teia, um duende trabalhando numa “fábrica das sinapses”.

Na clínica

Como não poderia deixar de ser, este permanente combate às concepções e às verdades universais se evidencia na maneira de Bollas conceber o trabalho clínico do analista. Em primeiro lugar, ele

9 C. Bollas, “O objeto transformacional”, in *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*.

10 C. Bollas, *O momento freudiano*, p. 28-29.

11 C. Bollas, “The psychoanalyst’s use of free association”, in *Being a character: Psychoanalysis and self experience*, p. 102. Tradução livre.

12 C. Bollas, *O momento freudiano*, p. 29.



*o mais essencial...
é não apostar em essências,
entendendo que o corporal,
o ideacional e o afetivo
estão permanentemente
articulados, sem que nenhum
mereça lugar de prevalência*

pensa uma multiplicidade de funções, de lugares, de posições que o analista assume – ou melhor, que precisa *poder* assumir – em seu trabalho. Em “Off the wall”, referindo-se a quatro delas, diz:

Mas cada uma dessas perspectivas – o analista como sujeito, como tradutor de discurso em transferência [...], como alguém que empatiza [...], ou como um ouvinte minimalista dos murmúrios do outro – é importante, se entendida como um elemento no campo total da prática analítica. Nós deveríamos encontrar uma maneira de integrar os muitos elementos dessas diferentes ênfases a fim de criar nossa própria prática.¹³

Então, por um lado, temos sua ideia de funções múltiplas do analista – aliás, justamente, título de um de seus artigos¹⁴. Em paralelo, é também de modo pluralista que ele pensa quais objetos merecem a atenção do analista, nisso retomando, com toda a radicalidade, a metodologia freudiana: é nela que Bollas apóia tanto suas operações descentralizadoras quanto os movimentos integrativos que caracterizam a sua escrita e a sua prática. Referindo-se então a Freud, escreve:

Um pluralista, às vezes ele era convencido pelo trauma de eventos reais, em outros momentos pelos pensamentos inconscientes por trás destas narrativas manifestas, frequentemente pelas apresentações de palavra derivadas das imagens, por vezes pelos impulsos instintuais que se expressavam através dos objetos de representação, e de

vez em quando pela transferência do paciente. Sua teoria da sobredeterminação permite uma visão pluralista que preconiza que nenhuma verdade explica exhaustivamente um fenômeno, um sintoma ou um sonho: o *character* de uma pessoa carrega muitas verdades.¹⁵

E é a partir dessa clareza que ele produz uma grande ampliação da noção freudiana de associação livre, que em seu pensamento passa a abarcar categorias e subcategorias, levando em consideração não só os movimentos psíquicos individuais, mas também a relação com o ambiente. O mais essencial, na análise, não é a sequência narrativa, ou a dimensão corporal, ou os efeitos de sentido dos sons das palavras, ou a transferência, ou o devaneio do analista, ou qualquer outra coisa. Não é assim que ele trabalha. Diríamos, talvez, que o mais essencial... é não apostar em essências, entendendo que o corporal, o ideacional e o afetivo estão permanentemente articulados, sem que nenhum mereça lugar de prevalência.

Um dos exemplos mais bem acabados disso é sua metáfora da sessão clínica como partitura sinfônica:

Imagine que o movimento temporal dos discursos do analisando seja um eixo horizontal, da esquerda para a direita, do início da sessão ao fim da hora. Então, imagine um eixo vertical que consiste em diferentes categorias de apresentação ou representação inconsciente. Cada uma dessas categorias tem sua própria linha de movimento – sua própria lógica, se preferir –, e muitas vezes elas convergem para criar pontos nodais, mas não são as mesmas.¹⁶

O autor ressalta que sua metáfora não pretende ser uma representação do inconsciente, e sim um recurso para apreendermos a complexidade e a diversidade das formas de expressão, assim como suas possibilidades de articulação. A escolha da música como referência imaginativa é especialmente interessante, permitindo-nos conceber como diferentes correntes de pensamento podem soar separadamente, cruzando-se em determinados momentos (os chamados pontos nodais), mas mantendo trajetórias próprias.



para escaparmos
dos rebaixamentos de
“palavras de ordem” ou
palavras da moda, e nos
conectarmos com as potências
transformacionais do seu
pensamento, é necessário ler
e reler Bollas

Se imaginarmos cada categoria como um instrumento musical simbólico – uma, o violino; outra, a flauta –, então a metáfora sinfônica se torna mais rica porque você pode ver como os instrumentos tocam em momentos diferentes, às vezes juntando-se a outros, às vezes sozinhos, às vezes todos juntos – mas separadamente –, formando uma peça e, embora eu não queira forçar essa metáfora além da credibilidade (e talvez esteja fazendo isso), não obstante, penso que nos ajuda a ver que existe algum modo de *orquestração* no pensamento inconsciente.¹⁷

Ele fala em categorias, em analogia aos instrumentos em uma orquestra sinfônica: relacional, fonêmica, sonora, corporal, linguística, imaginária etc. Categorias que se movem e se transformam; categorias que, agrupadas, podem expressar um mesmo pensamento. O que mais nos interessa, neste momento: nada em posição central, enquanto algumas escolas psicanalíticas tendem a se concentrar em uma categoria como a “fundamental”: a transferência, ou a relação de objeto, deixando assim de lado a complexidade do psiquismo.

Des-primir como princípio

É no mesmo sentido que encontramos, em sua obra, tantos outros exemplos de sua prática pluralista, ou perspectivista. Por exemplo, na bela metáfora do psiquismo como uma “assembleia democrática” em que qualquer elemento merece ser levado em consideração, em que não haja preeminência *a priori* de nenhum dos elementos. Discurso, afetos, sensações, comunicações, estados de corpo – do analisando e do analista: todos têm a possibilidade de assumir protagonismo, comportar-se, opor-se, calar-se.

Nossas mentes são complexas demais para se tratar de apenas uma coisa, seja uma ideia reprimida, um derivado do id, a transferência ou qualquer coisa. Na realidade, se em algum momento do tempo psíquico pudéssemos dar uma olhada na sinfonia inconsciente, isso seria uma vasta rede de combinações criativas.¹⁸

Nada de um fundamento, uma base, um pilar. Nada que reduza a experiência ao já sabido – o que, evidentemente, impossibilitaria o *acontecimento* do encontro. Sua obra é marcada por uma diversidade de operações de descentramento, em clara oposição a modelos reducionistas, hierárquicos, essencialistas.

Claro, é muito grande o risco de enunciar essas palavras deste modo, em conjunto – palavras já tão desgastadas pelo uso e, ainda mais, pelo mau uso. Para escaparmos dos rebaixamentos de “palavras de ordem” ou palavras da moda, e nos conectarmos com as potências transformacionais do seu pensamento, é necessário ler e reler Bollas, vê-lo trabalhando através de seus relatos clínicos e suas teorizações. Aliás, não só *vê-lo* trabalhando, mas trabalhar com ele nas disseminações infinitas, para todos os lados, que promovem o enriquecimento idiomático – e, assim, da vida.

Que, sublinhemos, é plural “na veia”.

13 C. Bollas, *Off the wall*, p. 56. Tradução livre.

14 C. Bollas, “The psychoanalyst’s multiple function”, in *Forces of destiny: Psychoanalysis and human idiom*. Tradução livre.

15 C. Bollas, “The psychoanalyst’s use of free association”, p. 101-102. Tradução livre.

16 C. Bollas, *O momento freudiano*, p. 60-61.

17 C. Bollas, *op. cit.*, p. 63.

18 C. Bollas, *op. cit.*, p. 65.

Referências bibliográficas

- Bollas C. (1987/1992). O objeto transformacional. In *A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não pensado*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1989/2019a). Off the wall. In *Forces of destiny: Psychoanalysis and human idiom*. London: Routledge.
- _____. (1989/2019b). The psychoanalyst's multiple function. In *Forces of destiny: Psychoanalysis and human idiom*. London, Routledge.
- _____. (1992). The psychoanalyst's use of free association. In *Being a character: Psychoanalysis and self experience*. London: Routledge.
- _____. (2007/2024). *O momento freudiano*. São Paulo: Nós.
- _____. (2013). *China on the mind*. London: Routledge
- _____. (2013/2024). *Segure-os antes que caiam*. São Paulo: Nós.
- _____. (2015) Psicanálise na Era da Desorientação: do retorno do oprimido. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 49, n. 1, p. 47-66.
- _____. (2018) Resuscitation. In *Meaning and melancholia: life in the age of bewilderment*. London: Routledge.
- Freud S. (1917/1976) Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Pitliuk L. Christopher Bollas: por uma psicanálise contracolônia. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, v. 44, n. 46, p. 55-75. Disponível em <http://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/363/231>.

Christopher Bollas:

an anti-fundamentalist thought in psychoanalysis

Abstract: The article highlights the antifundamentalist dimension of Christopher Bollas's thought: a continuous struggle against centralized and centralizing structures inherent to the logic of domination. Some of his key strategies are emphasized: attention to form, the expansion of Freud's notion of free association, the consideration of the analyst's multiple functions, and a pluralistic perspective on psychoanalytic schools and theories.

Keywords: Bollas; decentering; pluralism;; psychoanalysis; domination; oppression.

Texto recebido: 03/2025

Aprovado: 02/2026

Sustentando a implicação

desafios e possibilidades da postura ética em Winnicott e Masud Khan

Amanda Watson Martins

Nelson Ernesto Coelho Júnior

Amanda Watson Martins é psicóloga e mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, psicanalista em formação pelo Instituto Sedes Sapientiae.

Nelson Ernesto Coelho Júnior é psicanalista, professor aposentado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), coordenador do Grupo de Pesquisa “Psicanálise Experimental”.

Resumo Este artigo discute as estratégias que sustentam a postura ética do analista implicado. A partir das obras de Winnicott e Masud Khan, argumentamos que uma maior implicação exige intensificação proporcional da reserva e, quando esse equilíbrio se rompe, há risco de excesso de implicação pelo esgotamento da reserva. A comparação entre os autores permite construir critérios para distinguir implicação de intrusão e identificar as condições de sustentação da postura implicada.

Palavras-chave psicanálise; ética clínica; Implicação; reserva.

DOI 10.70048/percurso.76.77-88

1 S. Freud, “Observações sobre o amor de transferência”, in *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia* (“O caso Schreber”): *Artigos sobre técnica e outros textos*. (1911-1913), p. 218.

2 S. Ferenczi, “The elasticity of psycho-analytic technique”, in *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis*; “The principles of relaxation and neocatharsis”, in *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis*.

Este artigo investiga os desafios éticos da implicação do analista na clínica psicanalítica, explorando os limites e possibilidades de posturas que rompem com a neutralidade e abstinência, em direção a uma maior disponibilidade do terapeuta na relação analítica. O reconhecimento do inconsciente impõe à psicanálise desafios éticos particulares, pois a postura ética do psicanalista deve considerar que há aspectos de si mesmo que ele desconhece, e que suas intenções conscientes não correspondem à totalidade dos seus impulsos e desejos em relação ao analisando: “não nos controlamos tão bem a ponto de alguma vez, subitamente, não irmos mais longe do que o pretendido”¹. Consequentemente, a consciência do analista não basta como fundamento da conduta ética, que requer estratégias específicas para orientar a postura do analista em um campo marcado por tensões transferenciais e contratransferenciais.

Com Freud, a neutralidade, o princípio da abstinência e o controle da contratransferência correspondem às primeiras respostas ético-técnicas da psicanálise aos efeitos imprevisíveis do inconsciente do analista. Entretanto, os custos da neutralidade foram rapidamente questionados no interior do campo psicanalítico: Ferenczi observou que um distanciamento e impessoalidade excessivas podem impedir o contato empático com o analisando, propondo alternativas como a elasticidade da técnica, a técnica ativa e o princípio do relaxamento².

O debate entre Freud e Ferenczi delineia o desafio ético fundamental da clínica psicanalítica: a presença humana e empática do analista é fundamental para a sustentação do vínculo analítico, mas o “lado humano” do analista inclui elementos que podem ser prejudiciais ao analisando se expressos de forma desregulada, como



*o presente trabalho investiga
as considerações éticas
presentes nas obras de autores
que propuseram o trabalho
com a contratransferência
e com a implicação do analista,
como Donald Winnicott
e Masud Khan*

o narcisismo e os desejos sexuais e agressivos. A conduta do analista oscila entre dois riscos: se manter excessivamente distante e perder o contato com o paciente, ou se envolver demais e se tornar intrusivo.

Figueiredo e Coelho Júnior³ formulam a tensão inerente à postura ética do analista em termos do equilíbrio entre dois modos de presença: reserva e implicação. A presença reservada se dá por um recuo do analista na relação, um distanciamento que busca oferecer o espaço para que o analisando ocupe a análise a sua própria maneira. Já a postura implicada se caracteriza pela disponibilidade do analista para a participação na dinâmica transferencial-contratransferencial, participando como sujeito ativo na relação analítica.

A reserva é simultaneamente uma postura técnica do analista e os recursos que sustentam essa atitude, como sua formação, sua rede de supervisão e discussão clínica, seus momentos de repouso etc. Em conjunto, as reservas preservam a capacidade do analista de diferenciar-se do analisando, de sobreviver aos impactos transferenciais e manter um raciocínio clínico. No sentido oposto, a implicação possibilita que o analista se disponibilize para a relação clínica, ampliando o contato intersubjetivo, mas exige “uma atenção constante, uma prontidão de resposta, uma sustentação verbal e mesmo física que ameçam esgotar todas as nossas reservas”⁴.

Como vimos com Freud e Ferenczi, a reserva excessiva traz como risco a perda de contato com o paciente, por uma rigidez técnica esterilizante, e o excesso de implicação traz como risco a intrusão do analista, fechando o campo associativo e invadindo o espaço do analisando. Assim, a postura ética do analista sustenta-se em um equilíbrio dialético entre implicação e reserva, alternando momentos de distanciamento e reflexividade com movimentos de maior disponibilidade e envolvimento. Encontrar e manter esse equilíbrio dinâmico é uma tarefa complexa, que “pode exigir vários desenhos e diferentes estratégias”⁵, demandando flexibilidade do analista para permitir a acomodação das singularidades de cada membro do par analítico.

Buscando compreender as condições de sustentação da implicação ética do analista, o presente trabalho investiga as considerações éticas presentes nas obras de autores que propuseram o trabalho com a contratransferência e com a implicação do analista, como Donald Winnicott e Masud Khan. A escolha de Winnicott se dá pela relevância de suas contribuições para o trabalho no campo da implicação, introduzindo técnicas como o *holding* e manejo do *setting*. Já a escolha de Masud Khan como estudo de caso se dá por sua posição única na história da psicanálise, reconhecido tanto por suas contribuições teórico-clínicas quanto por suas transgressões éticas, o que torna a leitura de suas obras especialmente significativa em uma investigação sobre a postura ética do analista implicado.

Por meio deste percurso, identificamos reflexões sobre as estratégias utilizadas por esses pensadores para manter uma conduta ética do analista que não se sustente apenas na neutralidade e na abstinência e, simultaneamente, se atente para os riscos de um excesso de implicação. Argumentamos que a intensificação da implicação exige uma intensificação proporcional das reservas, criando uma tensão que pode levar ao seu esgotamento e, conseqüentemente, ao excesso de implicação. A sustentação da postura implicada requer, portanto, atenção redobrada às reservas que sustentam a postura profissional do analista.

A ética da implicação em Winnicott

Donald Winnicott é um dos autores responsáveis pelo desenvolvimento da matriz ferencziana da teoria psicanalítica, por meio de seus trabalhos com pacientes regredidos e sua teorização sobre a importância do ambiente para o desenvolvimento emocional, que o levaram a propor inovações técnicas que demandam uma maior implicação por parte do analista.

Ao descrever seu modo de trabalho, Winnicott enfatiza a intensidade das demandas que são impostas ao terapeuta:

O tratamento e o manejo desse caso colocaram em xeque tudo o que tenho enquanto ser humano, psicanalista e pediatra. Fui obrigado a crescer enquanto pessoa no decorrer do tratamento, de um modo doloroso que eu teria tido prazer em evitar. Particularmente, foi-me necessário aprender a examinar a minha própria técnica toda vez que surgiam dificuldades e em todas as cerca de doze fases de resistência ocorridas ficou claro em seguida que a causa originava-se de algum fenômeno de contratransferência, tornando-se necessária uma autoanálise adicional do analista.⁶

Essa passagem demonstra como a própria pessoa do analista é envolvida na postura implicada. Devido ao grau de exigência desses tratamentos, Winnicott demonstra uma preocupação com a responsabilidade que o analista assume ao aceitar um caso “difícil”, chegando a recomendar abertamente que os analistas recusem casos que eles sintam que estão além da sua capacidade de cuidado⁷. A regressão à dependência coloca o analisando em

»
o êxito não se dá
simplesmente através da falha.
Não se pode errar a qualquer
momento ou de
qualquer maneira com
qualquer paciente, e por vezes
erros do analista podem ter
consequências graves

um estado de vulnerabilidade, que é acompanhado por uma maior responsabilidade e exigência para o terapeuta e, portanto, por um maior risco de falha.

Para Winnicott, o risco de falha é tão grande que ela se torna inevitável, e mesmo necessária para o trabalho de análise. É humanamente impossível sustentar uma postura de dedicação total às necessidades do outro sem nunca falhar e, para retornar da regressão, o paciente precisa reconhecer as limitações do ambiente e usar as falhas do analista, reconhecendo-as e vivendo os afetos negativos que elas provocam: “no final temos êxito por falhar – falhar no sentido do paciente”⁸.

Entretanto, o êxito não se dá simplesmente através da falha. Não se pode errar a qualquer momento ou de qualquer maneira com qualquer paciente, e por vezes erros do analista podem ter consequências graves. Para que as falhas do analista possam ser usadas pelo analisando, elas precisam acontecer num momento de maior organização do self. Ainda, é fundamental que o analista assuma a responsabilidade pela falha, sem tentar negá-la ou defender-se, pois essa tentativa impediria o paciente de zangar-se exatamente quando ele se torna capaz de experienciar essa raiva em relação às falhas na sua história de vida, atualizadas na transferência⁹.

Vemos então que o manejo da regressão exige muito do analista, tanto pela difícil tarefa de adaptação, quanto pela exigência de que ele busque

3 L.C. Figueiredo; N.E. Coelho Júnior, *Ética e técnica em psicanálise*.

4 L.C. Figueiredo; N.E. Coelho Júnior, *op. cit.*

5 L.C. Figueiredo; N.E. Coelho Júnior, *op. cit.*, p. 48.

6 D. Winnicott, “Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto analítico”, in *Da pediatria à psicanálise*, p. 377.

7 D. Winnicott, “A importância do setting no encontro com a regressão na psicanálise”, in *Explorações psicanalíticas*.

8 D. Winnicott, “Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica”, in *O ambiente e os processos de maturação*, p. 233.

9 D. Winnicott, “A importância do setting no encontro com a regressão na psicanálise”, in *Explorações psicanalíticas*.



*mesmo que não encontremos
mais em Winnicott a neutralidade
e abstinência freudianas,
observa-se uma postura
reservada bastante rigorosa,
chamada por ele de
“postura profissional”*

seus próprios erros sempre que surge uma resistência, até examinando a própria contratransferência, se necessário. As exigências do trabalho são imensas, e a falha é inevitável, e ainda assim parece ser necessário “falhar do jeito certo”, no tempo e na forma que forem melhores para a recuperação do paciente.

Com isso, vemos que a implicação do analista em Winnicott é bastante exigente, pois depende da disponibilidade e envolvimento do analista enquanto pessoa no processo analítico. Desse modo, pode-se compreender a implicação em Winnicott como a “resposta total do analista às necessidades do paciente”¹⁰.

Vemos também que a intensidade da implicação em Winnicott é equilibrada por uma reserva igualmente exigente: é necessário muito controle de si por parte do analista, que deve disponibilizar sua subjetividade, e até mesmo sua falha, apenas em função das necessidades do paciente. Mesmo que não encontremos mais em Winnicott a neutralidade e abstinência freudianas, observa-se uma postura reservada bastante rigorosa, chamada por ele de “postura profissional”¹¹.

Em seu texto *Contratransferência*¹², discute a importância da postura profissional, uma atitude do analista confiável e regrada, diferente da pessoa “real” do terapeuta, e construída pela sua autoanálise e pela técnica e teoria analíticas. É essa postura que o paciente encontra na análise, e não a

pessoa “real” do analista. Assim, “entre o paciente e o analista está a atitude profissional do analista, sua técnica, o trabalho que executa com sua mente”¹³.

A postura profissional é o recurso que sustenta a confiabilidade excepcional dos analistas com seus pacientes regredidos, capazes de não falhar até que o paciente seja capaz de elaborar a desilusão. Esta atitude confiável e profissional já estava presente de forma implícita na técnica freudiana, por meio de cuidados como a pontualidade do analista; a postura regular e constante; a atenção interessada mas sem julgamentos etc. mas se torna mais central e explícita no manejo da regressão, quando a sustentação de um ambiente suficientemente bom demanda um comportamento muito preciso, regular e confiável por parte do analista¹⁴.

Por meio desse conceito, Winnicott reformula a reserva freudiana, substituindo a neutralidade e a abstinência, que enfatizavam a separação entre o analista e o analisando, pela postura profissional, que enfatiza a responsabilidade do analista pelo analisando e seus efeitos sobre ele. A partir dessa perspectiva, Winnicott destaca que essa reserva não deve ser mantida por defesas psíquicas, que enrijeceriam o analista, mas sim que “o psicoterapeuta [...] deve permanecer vulnerável e ainda assim reter seu papel profissional durante suas horas de trabalho”¹⁵.

Contudo, essa vulnerabilidade que Winnicott descreve pela “resposta total do analista” não deve ser confundida com contratransferência. Enquanto a primeira descreve a disponibilidade do analista para ser usado por seu paciente, colocando sua subjetividade a serviço de suas necessidades, a segunda diz respeito aos “aspectos neuróticos que estragam a atitude profissional e perturbam o curso do processo analítico determinado pelo paciente”¹⁶. Assim, é a contratransferência que deve ser controlada e filtrada pela postura profissional.

Desse modo, a postura profissional de Winnicott envolve um uso muito específico das capacidades psíquicas do analista: ele deve manter-se atento e disponível para o paciente, por vezes indo além da neutralidade para oferecer um contato vivo e autêntico, mas essa disponibilidade não



equivale a uma total espontaneidade ou autenticidade, pois o paciente não encontra a pessoa “inteira” do analista, mas sim sua postura profissional, constituída por sua formação técnica e sua análise pessoal.

Nos termos de Figueiredo e Coelho Júnior, Winnicott sustenta eticamente a postura implicada por meio de uma reserva igualmente intensa, produzindo uma situação bastante exigente para o analista. Consequentemente, uma das principais formas de falha da postura ética do analista é a incapacidade de sustentar a postura profissional:

Podemos adaptar-nos de maneira muito detalhada às necessidades dele durante um período de tempo, isto é, na hora que é reservada para este paciente podemos ter uma confiabilidade profissional que é muitíssimo diferente de nossa própria e inconfiável personalidade. Com o tempo, porém, a nossa própria inconfiabilidade começa a vaziar.¹⁷

Este “vazamento de inconfiabilidade” pode ser pensado como um excesso de implicação, ou seja, como uma intrusão da subjetividade do analista na relação clínica.

Excesso de implicação como falha da reserva

Ao descrever a falha da postura profissional do analista como um “vazamento de inconfiabilidade”, Winnicott expressa claramente a importância da reserva para a sustentação do manejo da regressão. Quando essa reserva falha, ou seja, quando se esgotam os recursos do analista para manter o

*o desafio da postura
implicada é justamente
manter reservas igualmente
intensas, que sustentem
o distanciamento necessário
para que o analista preserve
seu raciocínio clínico e
sua capacidade de contenção*

equilíbrio entre implicação e reserva, ocorrem intrusões da personalidade “real” do analista.

Nesse caso, o excesso de implicação não se apresenta como uma intrusão motivada pela contratransferência, como uma tentativa de satisfação de desejos ou gratificação narcísica. Diferentemente da intrusão contratransferencial, o esgotamento de reservas aparece como um efeito da própria técnica winnicottiana, devido às extremas exigências da postura simultaneamente reservada e implicada. Consequentemente, o desafio é sustentar a confiabilidade pelo tempo necessário para o paciente, falhando apenas em um momento da análise em que esta falha poderá ser apropriada pelo analisando como parte de sua recuperação.

Assim, o desafio da postura implicada é justamente manter reservas igualmente intensas, que sustentem o distanciamento necessário para que o analista preserve seu raciocínio clínico e sua capacidade de contenção diante de situações altamente exigentes emocionalmente.

Podemos ilustrar essa hipótese com uma vineta clínica extraída de *Ansiedades psicóticas e prevenção*, livro no qual Margareth Little relata sua análise com Winnicott.

Em seu livro, Little relata a postura clínica de Winnicott de maneira bastante próxima aos princípios apresentados pelo autor em seus próprios textos. Ela enfatiza a postura aberta de Winnicott, disposto a admitir erros e incertezas

10 D. Winnicott, “Contratransferência”, in *O ambiente e os processos de maturação*, p. 150.

11 D. Winnicott, *op. cit.*

12 D. Winnicott, *op. cit.*

13 D. Winnicott, *op. cit.*, p. 148.

14 D. Winnicott, “A importância do setting no encontro com a regressão na psicanálise”, in *Explorações psicanalíticas*.

15 D. Winnicott, “Contratransferência”, in *O ambiente e os processos de maturação*, p. 147.

16 D. Winnicott, *op. cit.*, p. 148.

17 D. Winnicott, “A importância do setting no encontro com a regressão na psicanálise”, in *Explorações psicanalíticas*, p. 80.



*na medida em que o analista
se responsabiliza pelo paciente
e por sua segurança, abre-se
a possibilidade de intervenções
diretas na vida do paciente,
que se encontra regredido
e dependente, sem condições
de cuidar de si mesmo*

e reconhecer potenciais falhas de sua parte no tratamento. A autora também destaca a sinceridade de Winnicott na relação terapêutica, auxiliando-nos a distinguir sua postura profissional da neutralidade:

Eu achava D. W. uma pessoa basicamente sincera, para quem os “bons modos” eram importantes [...]. Ele era tão honesto quanto alguém podia ser, respondendo com franqueza a comentários e perguntas, a não ser quando havia uma necessidade de proteger outra pessoa. Mas era essencial saber quando a sua resposta não era totalmente sincera e por quê.¹⁸

Essa abertura de Winnicott nas relações marca a especificidade de sua postura profissional. Apesar de o paciente não encontrar a pessoa total do analista, e sim um profissional confiável, Winnicott mostra-se autêntico e afetivamente disponível para a relação.

Outra ruptura com a neutralidade freudiana aparece na descrição de Little do *holding* terapêutico. Na medida em que o analista se responsabiliza pelo paciente e por sua segurança, abre-se a possibilidade de intervenções diretas na vida do paciente, que se encontra regredido e dependente, sem condições de cuidar de si mesmo. No caso de Little, a tarefa do *holding* envolveu recolher suas chaves do carro no início da sessão para impedi-la de sair dirigindo impulsivamente, em

um estado desorganizado, entre outros combinados para garantir sua segurança.

A autora faz um relato muito positivo de sua análise com Winnicott, e credita a esse tratamento uma importante melhora em sua saúde e bem-estar. Ainda assim, seu relato inclui momentos de falha da parte de Winnicott, em coerência com as proposições teóricas do autor acerca da dificuldade de sustentação da postura profissional do analista.

O primeiro momento de “falha” do analista ocorre no início da análise, em uma sessão na qual Little quebra um vaso do consultório e Winnicott reage saindo da sala, retornando apenas no final da sessão. Ela comenta que:

Acho que se tivesse ocorrido depois D. W. provavelmente teria reagido de outro modo. Da forma como reagiu, eu achei aquilo tão inútil quanto as minhas lutas com a Srta. Sharpe ou com a minha mãe, e esqueço do ocorrido até recentemente¹⁹.

Em um período posterior da análise, Little sofre um acidente numa trilha durante as férias da análise, e Winnicott interpreta o episódio como uma tentativa inconsciente de suicídio, o que o motiva a interná-la em um hospital psiquiátrico. Segundo seu relato, Little vivenciou o hospital psiquiátrico como uma intensificação do *holding* no tratamento, com a oferta de um ambiente altamente organizado, no qual pôde experimentar um cuidado adequado em tempo integral. Nesse período, ela encontra a possibilidade de expressar sua destrutividade de forma criativa, diferentemente do resultado “inútil” do manejo de sua agressividade no primeiro período da análise.

Little compara a reação de Winnicott às manifestações de sua destrutividade nesses dois episódios, e afirma que:

O fato de D. W. me internar era uma repetição de sua reação quando quebrei o vaso, mas dessa vez o contato não foi interrompido como naquela época, quando ele me deixou sozinha com a destruição que eu havia causado.²⁰

Na perspectiva do equilíbrio entre implicação e reserva, a reação de Winnicott de afastamento, seja na sala de análise ou na internação, pode ser lida como uma dificuldade de sustentar a implicação e a disponibilidade diante da destrutividade de Little. O que muda entre os dois episódios é o modo como o analista maneja o esgotamento de suas reservas: no primeiro episódio, Winnicott apenas se retira da sala mas, num segundo momento, ele recorre ao apoio da hospitalização para sobreviver como analista. A reserva não opera aqui apenas como um recurso que possibilita a sustentação da presença implicada no analista, mas também como a possibilidade de reconhecimento das próprias limitações diante das exigências do paciente, seguida da busca por outros recursos que possibilitem o cuidado.

Em síntese, a postura ética em Winnicott sustenta-se na postura profissional, que é uma estratégia de implicação e reserva na qual a responsabilidade e o autocontrole do terapeuta compensam a vulnerabilidade do paciente regredido, e as exigências do seu cuidado. Assim, a postura profissional funda uma postura ética alternativa à neutralidade e abstinência da técnica freudiana. Entretanto, o risco vinculado a essa estratégia é o “excesso de implicação por esgotamento das reservas”, ou seja, o “vazamento de inconfiabilidade” pela dificuldade de sustentar a postura profissional. Essa mesma dinâmica pode ser identificada nos trabalhos teóricos de Masud Khan, mas complexifica-se com a análise de sua prática clínica real.

Implicação e reserva em Masud Khan

Apesar de compartilhar o mesmo fundamento teórico que Winnicott, a prática clínica de Khan era bastante diferente. Enquanto Winnicott dis-

»

*essa leitura intercultural
ajuda a entender o lugar
central que a autenticidade
ocupava em sua clínica: uma forma
radical de implicação na qual o analista
disponibiliza sua “pessoa real”,
e não apenas sua postura
profissional, para o encontro
com o analisando*

ponibiliza sua subjetividade parcimoniosamente, na medida em que é solicitada pelo manejo com o analisando, Khan borra as fronteiras entre clínica e vida privada em nome da autenticidade do analista.

Khan justificava sua ruptura com a neutralidade freudiana e com a postura profissional de Winnicott pela sua posição de *outsider* – paquistanês, muçulmano, aristocrata – em relação à comunidade psicanalítica britânica, regida pela “moral judaico-burguesa” em sua visão. Essa leitura intercultural não o isenta de avaliação ética, mas nos ajuda a entender o lugar central que a autenticidade ocupava em sua clínica: uma forma radical de implicação na qual o analista disponibiliza sua “pessoa real”, e não apenas sua postura profissional, para o encontro com o analisando.

Os resultados dessa aposta foram mistos. Khan é reconhecido por contribuições teóricas e por sua capacidade de trabalhar com casos difíceis, mas também é conhecido por transgressões éticas graves – afirmações antissemitas, violações de limites pessoais e sexuais com pacientes – que culminaram em sua expulsão da Sociedade Britânica de Psicanálise²¹.

Trabalhar com Khan exige explicitar nossa posição: não se trata de reabilitá-lo nem de condená-lo moralmente, mas de investigar em quais condições é possível sustentar uma postura implicada e ética, e em quais condições a implicação se torna intrusão.

18 M. Little, *Ansiedades psicóticas e prevenção: registro pessoal de uma análise com Winnicott*, p. 49.

19 M. Little, *op. cit.*, p. 45.

20 M. Little, *op. cit.*, p. 62.

21 W. Goodey, “Saving Masud Khan”, *The London Review of Books*, v. 23, n. 4; R. Boyton, “Return of the Repressed – The strange case of Masud Khan”, *Boston Review*.



*a direção do tratamento
é a construção de uma relação
terapêutica melhor adaptada
às necessidades do analisando.
Para isso, a postura de Khan no
tratamento é caracteristicamente
reservada: ele enfatiza a importância
de uma postura profissional
nessa análise*

Em seus textos teóricos, ele defendia o equilíbrio entre implicação e reserva: “o crescimento da teoria e da técnica psicanalítica é inerentemente dependente da capacidade dual do analista tanto de se envolver com a doença do paciente quanto de se distanciar dela para o benefício de si mesmo e do paciente”²². Entretanto, sua prática clínica comporta tanto intervenções implicadas a serviço do paciente quanto momentos em que sua autenticidade parece servir à gratificação narcísica do analista. Podemos ler as intrusões abusivas como excessos de implicação por falta de reserva: sua personalidade se impõe inteiramente, sem a contenção e distanciamento necessários para avaliar o benefício do paciente.

Para examinar esses problemas, selecionamos o caso de Benjamin, apresentado no livro *Quando a primavera chegar*. Nesse caso, Khan mantém uma postura reservada por boa parte do tratamento, respeitando a privacidade do paciente e evitando relações sociais fora da sessão, mas também interfere de maneira direta na vida de seu paciente em momentos pontuais. O raciocínio clínico de Khan neste caso nos permite pensar os limites e possibilidades da implicação.

Análise de um caso clínico: Reserva com função de implicação

Benjamin era um jovem de 22 anos, que oito meses antes do início do tratamento com Khan havia tido

“uma crise” e, desde então, recusava-se a sair de casa, não indo mais ao trabalho e nem a espaços de lazer. Nesse meio tempo, Benjamin já havia passado por três outros terapeutas, mas não pôde avançar em nenhum dos tratamentos porque ele se recusava a falar sobre o conteúdo de seus “pensamentos”, que ele afirmava veementemente serem a causa de suas crises. Ao apresentar o caso, Khan afirma que seu objetivo é demonstrar como uma “maternagem” superprotetora e o excesso de zelo constitui uma privação cumulativa que distorce o processo maturacional de individuação e autonomia e impede o estabelecimento daquilo que Winnicott conceituou como o status de Eu sou na criança.

O problema de Benjamin seria um excesso de intrusividade por parte de seu ambiente, que inibiu o desenvolvimento da autonomia do jovem. Trata-se justamente de uma questão de autenticidade ou, no caso, da falta de autenticidade do paciente.

Para Winnicott e Khan, a direção do tratamento é a construção de uma relação terapêutica melhor adaptada às necessidades do analisando. Para isso, a postura de Khan no tratamento é caracteristicamente reservada: ele enfatiza a importância de uma postura profissional nessa análise, visando estabelecer uma “distância psíquica” com Benjamin. Dessa forma, a paciência com o ritmo do analisando e o respeito à privacidade são centrais na postura do analista, como ilustrado na seguinte fala de Khan para Benjamin:

Fico aliviado por você não me contar mais nada hoje. Teremos muito tempo para você dividir comigo seus “pensamentos”. Depois que tivermos estabelecido uma relação, então eu o conhecerei melhor e serei capaz de dar algum sentido para eles, e ajudá-lo. Se, para me agradar, você pôe tudo para fora hoje, não chegaremos a lugar nenhum.²³

Apesar do caráter de reserva manifesto nessa postura, ela encontra seu sentido em uma leitura teórica e técnica vinculada à implicação, pois a “dosagem de manejo e *holding* era a tarefa crucial que clinicamente se impunha”²⁴.

A postura reservada, nesse contexto, não opera como a oferta de um espaço de escuta receptiva, como um espelho vazio sobre o qual o paciente possa projetar seu mundo interno e tê-lo refletido de volta, mas como a oferta de um novo modo de relação, sem a intrusividade característica da relação materna. A reserva de Khan tem a função de contrastar com a incapacidade do analisando de manter este espaço por si mesmo: “se o fato de não conseguir manter algo para si é um traço da doença do paciente, é minha propensão e minha obrigação ficar à parte e manter minha distância”²⁵. O que está em questão aqui é a possibilidade de o analista realizar pelo analisando funções egoicas que ele próprio ainda não desenvolveu, situando o tratamento no campo da implicação.

No sentido da implicação, destacam-se momentos em que Khan intervém diretamente da vida de Benjamin, sugerindo ou apoiando vigorosamente medidas que considerou importantes para o avanço da autonomia do paciente. Por exemplo, ele insiste na mudança de Benjamin para um quarto maior na casa, onde teria maior privacidade, e em outro momento advoga a favor de uma viagem com sua namorada para uma estação de esqui, chegando a não cobrar seus honorários para ajudar Benjamin a pagar a viagem.

Por um lado, há uma grande preocupação em criar e manter uma relação clínica na qual exista espaço pessoal e, por outro lado, encontramos momentos em que a autonomia do paciente é conquistada sob influência do terapeuta. Assim, Khan afirma que o tratamento de Benjamin é bastante exigente para o analista por exigir um modo de presença complexo, que seduz ao mesmo

há uma grande preocupação
em criar e manter uma relação
clínica na qual exista espaço
pessoal e, por outro lado,
encontramos momentos
em que a autonomia
do paciente é conquistada
sob influência do terapeuta

tempo que mantém a distância necessária para o desenvolvimento da autonomia.

Dessa forma, a postura do analista com Benjamin pode ser pensada como uma *reserva com função de implicação* ou como uma implicação “com aparência” de reserva. Em um caso em que “a dosagem de manejo e holding era a tarefa crucial”, as eventuais intervenções diretas do analista estão em continuidade com a postura aparentemente reservada que predomina no tratamento, e não em contradição. Como a função do espaço criado pela reserva é oferecer uma nova experiência de cuidado, no campo da regressão à dependência, Khan também permite-se eliminar esse espaço e organizar a vida do paciente quando vê necessidade, estabelecendo ambientes menos intrusivos dentro e fora da sessão. Essa continuidade torna possível supor uma função clínica para intervenções de Khan, no sentido da vitalização do paciente pelo analista²⁶.

Apesar do trabalho com as noções de implicação e reserva nos ajudar a compreender a postura de Khan neste caso, suas intervenções diretas na vida do paciente permanecem como estratégias pouco ortodoxas, que se mostram difíceis de avaliar em sua necessidade, eficácia e valor ético. Com outros pacientes, esse mesmo tipo de intervenção teve resultados desastrosos, como ilustrado pelo relato de W. Goodely, que expressa ter se sentido invadido e manipulado pelo próprio analista²⁷.

22 M.R. Khan, “On Freud’s Provision of the Therapeutic Frame”, in *Privacy of the Self: Papers on Psychoanalytic Theory and Technique*, p. 134.

23 M. Khan, “Pensamentos”, in *Quando a primavera chegar: despertares em psicanálise clínica*, p. 174.

24 M. Khan, *op. cit.*, p. 185.

25 M. Khan, *op. cit.*, p. 186.

26 L.C. Figueiredo; N.E. Coelho Júnior, *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*.

27 W. Goodely, *op. cit.*



*a combinação
entre reserva e implicação
na conduta clínica varia
em cada análise, dependendo
das necessidades do analisando
e também das possibilidades
do analista*

A postura implicada de Khan tem uma ênfase explícita na autenticidade e espontaneidade do analista, com o relaxamento das fronteiras que separam o analista como pessoa e como profissional. No caso Benjamin, ele se viu impossibilitado de encontrar a família de Benjamin sem cair na “teia de controle da mãe”²⁸, mas em outros casos clínicos relatados ele expõe jantares e encontros sociais com os pacientes e seus familiares, sem que isso seja um impedimento para o desenvolvimento do tratamento. Até que ponto essa ruptura com a neutralidade do analista pode ser pensada como uma postura implicada, e a partir de que ponto essa aproximação pessoal se torna outra coisa?

A postura implicada do analista exige disponibilidade afetiva, sinceridade e autenticidade por parte do analista. Entretanto, a postura profissional exige uma distinção entre intervenções com função clínica, que respondam a uma avaliação das necessidades emocionais do analisando, e intervenções motivadas pela contratransferência, visando a gratificações pessoais.

Teoricamente, o próprio Khan propõe essa distinção: em um ensaio clínico sobre regressão e integração, Khan²⁹ descreve momentos em que falhou com sua paciente por “estar cansado e não ser capaz de fornecer o tipo certo de harmonia corporal com minha atenção ou alguma interpretação mal planejada que era meramente inteligente e apenas teoricamente correta”. A partir dessa descrição,

vemos como a intrusão aparece como o resultado de uma “falta de reserva”: a falha é produzida pela dificuldade do analista de sustentar a postura profissional, seja pelo vazamento de inconfiabilidade, que rompe o “modo de presença exigido pela paciente, seja pela intrusão da contratransferência, quando ele tem dificuldade de conter o próprio desejo de gratificação narcísica.

Considerações finais

Neste trabalho, a investigação das considerações éticas presentes nas obras de Winnicott e Masud Khan nos permitiu pensar as possibilidades e limites da postura implicada do analista. O equilíbrio entre implicação e reserva como referência ética da conduta do analista se faz presente na obra de ambos os autores de forma extremamente exigente, na medida em que a escolha de intensificar a implicação demanda do analista reservas igualmente intensas como contrapartida. Consequentemente, um dos limites da implicação pode ser identificado como o “vazamento de inconfiabilidade”, ou seja, no excesso de implicação como resultado do esgotamento das reservas.

A postura profissional do analista, como estratégia alternativa à neutralidade freudiana, requer um cuidado de avaliação das reservas do analista em cada tratamento, considerando-se o risco de um excesso de implicação pelo esgotamento das reservas. Inversamente, quanto maiores as reservas de um analista – sua formação, seus recursos psíquicos e materiais, etc. – mais disponível este pode estar para intervenções implicadas em sua clínica.

Assim, a combinação entre reserva e implicação na conduta clínica varia em cada análise, dependendo das necessidades do analisando e também das possibilidades do analista. Ainda, uma mesma postura do analista pode cumprir diferentes funções, trabalhando na direção da reserva ou da implicação, como vimos na “reserva com função de implicação” sustentada por Khan no caso Benjamin.

A multiplicidade de arranjos possíveis coloca novamente a segurança da análise nas mãos do analista que, sendo humano, é necessariamente falho. Ainda assim, esse percurso permite a identificação de algumas das condições de sustentação da postura ética implicada. Primeiro, a separação proposta por Winnicott entre contratransferência e postura profissional provou-se fundamental para diferenciar funcionalmente a implicação a serviço do paciente e a intrusão a serviço da gratificação narcísica, mesmo que ambas possam assemelhar-se no comportamento manifesto, com a exposição pessoal do analista ou sua intervenção direta na vida do analisando.

Segundo, a hipótese do excesso de implicação por esgotamento das reservas aponta para a importância da avaliação do analista de suas próprias reservas, buscando recursos necessários para sustentar a postura implicada.

Por fim, a necessidade de uma análise funcional para avaliar intervenções clínicas aponta que a continuidade da postura ética pode ser um critério de diferenciação de intervenções implicadas e transgressões éticas. Como vimos no caso Benjamin, diferentes estratégias podem ser utilizadas para sustentar uma mesma postura clínica mas, quando o analista percebe-se rompendo com o modo de presença escolhido com aquele analisando, pode ser o indício de um “vazamento de inconfiabilidade”.

»
*a hipótese do excesso
de implicação por esgotamento
das reservas aponta para
a importância da avaliação
do analista de suas próprias
reservas, buscando recursos
necessários para sustentar
a postura implicada*

Essas condições visam auxiliar os analistas a pensar as condições de uma prática clínica ética e fundamentada, mas não há soluções técnicas padronizáveis para a conduta do analista, o que exige um estado de contínua reflexão. Nesse sentido, a ética em psicanálise demanda o que Donna Haraway chamou de “ficar com o problema”³⁰: nem otimismo tecnicista (a ilusão de que um novo conhecimento resolverá tudo), nem abandono da questão, mas engajamento permanente com os dilemas éticos da prática clínica. Com este artigo, seguimos a proposta de Haraway para ficar com os problemas: contamos histórias, inacabadas e sem moral simples, esperando com isso aumentar nossa capacidade de pensar.

28 -M. Khan, *op. cit.*

29 M. Khan, “Regression and integration in the analytic setting. A clinical essay on the transference and counter-transference aspects of these phenomena”, *The International Journal of Psycho-Analysis*, n. 41.

30 D. Haraway, *Staying with the trouble: making Kin in the Chthulucene*.

Referências bibliográficas

- Ferenczi S. (1928/1994). *The elasticity of psycho-analytic technique*. In *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis*. [ed. Michael Balint]. London: Karnac Books. p. 83-106.
- _____. (1930/1994). *The principles of relaxation and neocatharsis*. In *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis*. [ed. Michael Balint]. London: Karnac Books. p. 108-126.
- Figueiredo L.C.; Coelho Júnior N. (2008). *Ética e técnica em psicanálise*. 2. ed., rev. ampl. São Paulo: Escuta.
- _____. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo: Blücher.
- Freud S. (1915/2010). Observações sobre o amor de transferência. In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*: artigos sobre técnica e outros textos. (1911-1913). Trad. e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. p. 210-228.
- Godley W. (2001). Saving Masud Khan. *The London Review of Books*, v. 23, n. 4. Disponível em <<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v23/no4/wynne-godley/saving-masud-khan>>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- Haraway D. (2016). *Staying with the trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.
- Khan M. R. (1960). Regression and integration in the analytic setting. A clinical essay on the transference and counter-transference aspects of these phenomena. *The International Journal of Psycho-Analysis*, v. 41, p. 130-146.
- _____. (1972). Dread of surrender to resourceless dependence in the analytic situation. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 53, n. 2, p. 225-230. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780429482830-18>>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- _____. (1974/1996). *On Freud's Provision of the therapeutic frame in privacy of the self: papers on psychoanalytic theory and technique*. London: Karnac Books. p. 129-135.
- _____. (1988/1991). *Quando a primavera chegar: despertares em psicanálise clínica*. Trad. Cláudia Starzynski Bacch. São Paulo: Escuta.
- Little M. I. (1992). *Ansiedades psicóticas e prevenção: registro pessoal de uma análise com Winnicott*. Trad. Maria Clara de Biase Fernandes. Rio de Janeiro: Imago.
- Shotwell A. (2018). Staying with the trouble: Making Kin in the Chthulucene by Donna J. Haraway. *Philosophia*, v. 8, n. 1, p. 145-150. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/phi.2018.0009>>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- Winnicott D. W. (1954/2000). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto analítico. In *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. p. 374-392.
- _____. (1960/1983). Contratransferência. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 145-151.
- _____. (1963/1983). Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 225-233.
- _____. (1964/1994). A importância do setting no encontro com a regressão na psicanálise. In *Explorações psicanalíticas*: D.W. Winnicott. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 77-81.

Sustaining the analyst's implication: challenges and possibilities of the ethical stance in Winnicott and Masud Khan

Abstract This article discusses the strategies that underpin the ethical stance of the implicated analyst. Drawing on the works of Winnicott and Masud Khan, we argue that greater implication requires a proportional intensification of reserve, and when this balance is disrupted, there is a risk of excessive implication due to the depletion of reserve. The comparison between the authors allows us to construct criteria to distinguish implication from intrusion and identify the conditions that sustain the implicated stance.

Keywords psychoanalysis; clinical ethics; implication; reserve.

Texto enviado: 01/2026

Aprovado: 03/2026

Escrita e experiência psíquica

simbolização, gradeamento e clínica

Kadichary Garcia Ivassaki

Kadichary Garcia Ivassaki é psicanalista pelo Centro de Estudos Psicanalíticos, graduada em Psicologia e pós-graduada em Neuropsicologia. Pesquisa sobre temas relacionados à contemporaneidade e psicanálise vincular.

Resumo O artigo explora a escrita como experiência psíquica e dispositivo clínico, articulando-a à questão da simbolização e não simbolização. São exploradas três dimensões: a escrita como via de simbolização, como recurso de contenção diante do excesso – aqui pensada como “gradeamento da loucura” – e como objeto clínico.

Palavras-chave escrita; simbolização; psicanálise; dispositivo clínico; literatura.

DOI 10.70048/percurso.76.89-100

Introdução

A escrita constitui, desde os primórdios da cultura, um operador central da simbolização, permitindo ao sujeito transformar experiências em signos e dar forma ao que de outro modo permaneceria indizível. No campo da psicanálise, essa dimensão assume relevância específica: seja no percurso inaugural de Freud – em sua intensa produção epistolar e autoanálise –, seja na interlocução constante com a literatura, a escrita se apresenta como meio de elaboração e como dispositivo que acompanha a clínica.

O presente artigo tem como objetivo examinar a escrita em três eixos articulados: como expressão da simbolização, como recurso de contenção diante do excesso psíquico e como dispositivo clínico. Nesse caminho, mobilizaram-se referências teóricas quanto citações de autores como Lima Barreto, Maura Lopes Cançado, Alejandra Pizarnik e Arthur Bispo do Rosário, cujas obras revelam o papel da escrita na mediação entre experiência subjetiva e simbolização.

A relevância do estudo está em contribuir para o debate sobre simbolização e não simbolização, tema central da psicanálise contemporânea, ampliando a compreensão sobre o potencial clínico da escrita. Mais do que propor uma técnica alternativa, busca-se evidenciar como, em diálogo com a literatura, a escrita pode funcionar como lastro e laço, sustentando processos de elaboração psíquica e oferecendo caminhos para pensar a clínica em sua pluralidade.



*a simbolização cria
um espaço intermediário
em que ausência
e presença se articulam*

Os caminhos da simbolização:
a escrita como lastro e laço

*Se não escrevo as coisas, elas não
encontram seu termo, são apenas
vividas.¹*

Os conceitos de símbolo e simbolização têm diversos direcionamentos, tanto no campo da filosofia quanto no da psicanálise. No entanto, na tradição psicanalítica, simbolizar não se reduz a uma simples representação ou equivalência entre um signo e um objeto. Para os fins deste artigo, conceitua-se que a simbolização se refere a um processo dinâmico, no qual algo que não pode ser plenamente capturado pela linguagem encontra, ainda assim, um modo de inscrição. Esse processo envolve tanto a constituição do sujeito quanto a possibilidade de dar forma a experiências que, sem esse trabalho simbólico, permaneceriam no registro do indizível. Mais do que designar uma tradução direta, a simbolização cria um espaço intermediário em que ausência e presença se articulam, permitindo que o sujeito elabore suas vivências psíquicas e estabeleça laços com o outro².

Levy³ pontua que o ser humano organiza seus sentimentos, desejos e pensamentos por meio de produções simbólicas como a linguagem, o mito, a religião, a arte, a ciência e a história. A capacidade de criar e transmitir símbolos, eixo comum a todas essas expressões, é o que diferencia o homem em relação a outros seres. Desde os primeiros estudos sobre a histeria, Freud compreendeu os sintomas como forma de simbolização, ampliando sua investigação para os sonhos, os rituais coletivos, os jogos infantis e o próprio dispositivo analítico, em que a transferência e a palavra operam como mediadores simbólicos⁴.

Assim como os sintomas, os sonhos e os rituais revelam diferentes vias de simbolização, também a escrita pode ser tida como um de seus operadores. Nas pinturas rupestres encontramos um dos primeiros testemunhos da escrita, compreendida como gesto inaugural de simbolização. Ao converter percepções e afetos em marcas gráficas duradouras, esse registro materializou a possibilidade humana de se afastar da experiência imediata, situar-se em relação a si e aos outros e inscrever no traço algo que ultrapassava o instante vivido⁵.

Goody⁶ evidencia a centralidade da escrita ao mostrar que sua introdução redefiniu a organização social, possibilitando a articulação, preservação e formalização de crenças e normas e a reflexão sistemática sobre o conhecimento. Para o autor, ela funciona como um fator decisivo que explicita o implícito e inaugura rupturas.

Temos, então, que ao longo do tempo a escrita se estabeleceu como um marco transformador, reorganizando as sociedades e ampliando as formas de transmissão cultural. Mais do que meio de comunicação ou simples registro, ela atravessa a história das culturas e a constituição subjetiva, funcionando como lastro ao oferecer consistência às experiências e memórias, e como laço ao criar vínculos que nos conectam ao passado e nos projetam em direção ao futuro. Nessa dupla função reside também sua potência clínica, que será explorada na seção seguinte como recurso de contenção e elaboração frente a estados de desorganização psíquica.

A escrita gradeando a loucura

*As palavras permitem todo
tipo de realidade.⁷*

Valemo-nos agora de uma licença poética para usar a palavra “loucura” na acepção cotidiana do termo, mais precisamente como um estado de existir que extravasa, que pode ser tido como fora de uma dita normalidade (*sic*). Tal uso se justifica na medida em que serão trazidos, neste tópico, dialogadores literários que, no universo de suas



fronteiras imprecisas com a razão, fizeram da escrita um testemunho e um dispositivo.

Nesse contexto, a escrita funciona como um tipo de gradeamento: não uma barreira que oculta ou aprisiona, mas uma estrutura que contém o transbordamento psíquico sem o silenciar por completo. Ela permite que o caos interno seja exposto, mas de forma articulada, dando contorno e visibilidade a aspectos que, de outra maneira, permaneceriam inacessíveis ou desorganizados. É um ato de desvelamento que se dá sob controle, permitindo que o sujeito se relacione com sua própria vivência – e, em alguns casos, com o outro – sem o alarde ou a desintegração total que a experiência excessiva poderia acarretar.

Para avançar nessa compreensão, propõe-se aqui o conceito autoral de gradeamento. É imperativo ressaltar, de antemão, que este termo não guarda qualquer relação com o conceito de *Grade* (*The Grid*) formulado por Bion⁸. A Grade bioniana constitui um instrumento epistemológico composto por eixos de coordenadas (eixo vertical, chamado de eixo genético, e eixo horizontal, chamado de eixo das utilizações) voltado para o analista, com a tarefa de registrar, categorizar enunciados e pensar a experiência emocional fora da sessão. O gradeamento proposto neste estudo, por outro lado, refere-se a um processo subjetivo e ativo do

*o gradeamento frequentemente
opera numa instância mais
limítrofe e anterior à exigência
do laço social valorizado*

próprio sujeito que escreve. Trata-se do movimento de forjar, através da escrita, uma malha estrutural capaz de suportar o seu transbordamento psíquico.

Tampouco o gradeamento deve ser confundido com a catarse. O conceito de catarse⁹, em sua matriz aristotélica retomada por Breuer e Freud no início da psicanálise, designa um método terapêutico focado na purgação e eliminação de afetos patogênicos, permitindo ao sujeito ab-reagir os acontecimentos traumáticos através da fala. O método catártico operava sob a lógica de fazer o elemento opressivo sair do sujeito, provocando um alívio. O gradeamento, em contrapartida, não atua como um mero “expurgo” ou descarga emocional desmedida para fora do aparelho psíquico. Ele não busca apenas esvaziar a tensão, mas sim fornecer um contorno a ela; é uma contenção que permite ao sujeito estruturar, olhar e conviver com o seu próprio caos interno, dando-lhe uma forma articulada.

Por fim, faz-se necessário distinguir o gradeamento do mecanismo da sublimação. Na metapsicologia freudiana¹⁰, a sublimação caracteriza-se pelo desvio das metas sexuais da pulsão para novos alvos não sexuais, atrelando-se frequentemente à produção de objetos socialmente valorizados e bens culturais. Embora a escrita possa, em muitos casos, alcançar o estatuto sublimatório, o gradeamento frequentemente opera numa instância mais limítrofe e anterior à exigência do laço social valorizado. Para os sujeitos em estados de desorganização psíquica, a escrita atua primordialmente como lastro de sobrevivência e estruturação do eu; uma grade que impede a dissolução total, operando a serviço da contenção da dor e da própria existência, independentemente do valor estético, cultural ou social que essa produção venha a adquirir no mundo externo.

1 A. Ernaux, *O jovem*.

2 R. Levy, *A simbolização na psicanálise: os processos de subjetivação e a dimensão estética da psicanálise*; J. Laplanche, *Vocabulário da psicanálise*; E. Smadja; M. Bernard, “Sobre simbolismo e simbolização: a obra de Freud, Durkheim e Mauss”, *Ide* n. 73, p. 108-120.

3 R. Levy, *op. cit.*

4 E. Smadja; M. Bernard, *op. cit.*

5 I. Gerber, *Inconsciente, nuvem infinita*.

6 J. Goody, *La lógica de la escritura y la organización de la sociedad*.

7 C. Madeira, *Véspera*, p. 272.

8 W.R. Bion, *Two papers: The grid and Caesura*.

9 E. Roudinesco, *Dicionário de psicanálise*.

10 J.M. Masson, *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887–1904*; S. Freud, “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, in *Obras completas*, v. 6; “As pulsões e seus destinos”, in *Obras incompletas de Sigmund Freud*, v. 2; “Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci”, in *Arte, literatura e os artistas*, v. 3; “Introdução ao narcisismo”, in *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*; “Além do princípio de prazer”, in *Além do princípio de prazer*; “O eu e o id”, in *Obras completas*, v. 16: *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*.



na cultura greco-romana,
escrever era um exercício central
no “treino de si” para a arte
de viver (*technē tou biou*)

Nosso foco recairá sobre a escrita de si, especialmente na forma do diário, por entendermos que ela oferece uma via de expressão mais acessível e imediata do que outros gêneros literários. Optamos por incluir citações diretas, pois nesses relatos pessoais a força expressiva e singularidade residem na voz original do autor e acreditamos que a fidelidade à integralidade desses trechos permite ao leitor um contato mais direto com a subjetividade do autor.

Para compreender a dimensão histórica e filosófica da escrita na constituição do sujeito, é pertinente recorrer a Foucault¹¹, que em “A escrita de si” descreve como, na cultura greco-romana, escrever era um exercício central no “treino de si” para a arte de viver (*technē tou biou*). Entre as práticas destacadas, figuram os *hypomnēmata* – cadernos de notas e fragmentos de leituras que funcionavam como memória material para reflexão e reapropriação do já-dito – e a correspondência, em que a carta operava tanto sobre quem escrevia quanto sobre quem a recebia, instaurando um espaço de exposição e de abertura de si ao outro. Nesse sentido, mesmo aquilo que parece ser um gesto íntimo revela-se atravessado por alteridade, algo que se aproxima da própria lógica transferencial.

Nesse cenário das práticas de si, o diário surge como uma modalidade particular de escrita, configura-se como um espaço de escritura íntima e uma forma de autobiografia. Uma característica diferencial do diário é seu tom confessional, narrar a si mesmo passará necessariamente por se confessar para um outro (mesmo que seja para o “meu querido diário”), no sentido de tornar a realidade do que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos como produção de verdade¹².

Como observa Foucault¹³, até mesmo o eremita recorria à escrita como companhia, uma

presença simbólica capaz de sustentar o isolamento. Essa dimensão permanece atual: seja no exercício ascético ou na experiência cotidiana, a escrita se apresenta como companheira e estrutura de apoio, permitindo ao sujeito olhar para si mesmo de modo mediado, sem se perder no puro fluxo do indizível.

Retomando o conceito que propomos da escrita gradeando a loucura, sobretudo o diário por seu caráter confessional opera como uma ferramenta que permite ao sujeito confrontar e, poeticamente, dar forma ao seu mundo interno. A confissão, ao exigir a verbalização do indizível, transcende a mera revelação: ela age como um gradeamento do sofrimento psíquico intenso, oferecendo uma estrutura sutil para o extravasamento daquela experiência. Através dessa “fala de si a um outro” – seja esse “outro” o próprio diário como confidente silencioso ou uma figura imaginária – o sujeito comum pode transformar suas experiências em história. Mais do que isso, a escrita em um diário pode, portanto, ter o poder de deixar emergir em letras o que a fala ainda não consegue articular, aproximando-se do que Freud¹⁴ preconizou sobre os romancistas que, ao escrever, dão livre vazão ao seu inconsciente transpondo qualquer crítica consciente.

A possibilidade de revisitar esse escrito ou de tê-lo como material de trabalho para a análise – um tema que será aprofundado no próximo tópico sobre a escrita como recurso clínico – pode ser deveras enriquecedor para o sujeito. Franz Kafka¹⁵, em seu próprio diário, oferece uma perspicaz elucubração:

Uma das vantagens de manter um diário consiste no fato de a pessoa se tornar consciente, com clareza tranquilizadora, das mudanças a que está constantemente sujeita, nas quais, é claro, em geral também acredita, das quais suspeita e que admite, mas que então sempre nega de modo inconsciente quando se trata de extrair esperança ou tranquilidade de tal admissão. No diário a pessoa encontra provas de que viveu, olhou em volta e anotou observações mesmo em situações que hoje parecem intoleráveis, ou seja, provas de que esta mão direita

se moveu como hoje, quando, é verdade, estamos mais prudentes graças à possibilidade de abarcar a situação de então, mas, por isso, temos de reconhecer tanto mais o destemor de nossas aspirações de então, que, não obstante, se conservaram em meio à pura insciência.

O fragmento de Kafka ilustra uma função retroativa da escrita: ao registrar e revisitar situações antes intoleráveis, ele encontra provas de que viveu e reconfigura sua experiência em outra chave. Tal movimento converge com o que Levy¹⁶ descreve ao afirmar que o passado pode ser ressignificado e reinscrito, de modo que o mesmo sujeito, em outro momento, atribui novos sentidos à sua história. Trata-se, em termos freudianos, do *après-coup* (*Nachträglichkeit*), pelo qual acontecimentos posteriores remodelam retroativamente o significado do que foi vivido, revelando a escrita como lugar privilegiado desse trabalho de simbolização.

Sousa¹⁷ lembra que toda obra carrega uma rasura: aquilo que escapa entre a intenção do autor e o resultado escrito, uma sobra que revela mais do que se quis dizer. É nesse interstício que se situam as produções de Lima Barreto, Maura Lopes Cançado e Alejandra Pizarnik, cuja escrita se tornou, antes de tudo, uma forma de existir e de atravessar a própria condição. Não por acaso, os três conheceram a experiência da internação psiquiátrica, circunstância que acentuou a tensão entre transbordamento e elaboração. Eles registraram nos diários tanto o olhar sobre os outros quanto a descida às profundezas

»
cada obra carrega

uma rasura: aquilo que escapa

entre a intenção do autor

e o resultado escrito

do próprio inconsciente, transformando a vivência em matéria literária. Assim, a escrita desses autores não apenas descreve, mas organiza e dá forma ao excesso, cumprindo a função de simbolização que aqui denominamos de *gradeamento*.

A escrita de Lima Barreto durante seus períodos de internação psiquiátrica é analisada por Camargo¹⁸, que assinala que, desde os primeiros dias, Barreto se mostrava disposto a narrar o que estava vivendo, o que parecia ser algo mais do que um ato sublimatório. Camargo descreve a escrita desse período como um desabafo direto, sem mediações estético-formais, no qual a realidade se apresentava por inteira a Barreto, diante da situação insuportável que ele vivia.

Percebe-se no diário uma ânsia de Barreto por se compreender, por investigar os recônditos daquilo que o aprisiona.

No começo, eu gritava, gesticulava, insultava, descompunha; dessa forma, vi-as familiarmente, como a coisa mais natural deste mundo. Só a minha agitação, uma frase ou outra desconexa, um gesto sem explicação denunciavam que eu não estava na minha razão.

O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?¹⁹

Outro trecho que merece destaque e que nos permite traçar um paralelo com um excerto freudiano é aquele em que Barreto registra:

Ontem, matou-se um doente, enforcando-se. Escrevi nas minhas notas: "Suicidou-se no Pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar a terceira vez aqui, farei o mesmo. Queira Deus que seja um dia tão belo como o de hoje".

Não me animo a dizer: venceste, Galileu; mas, ao morrer, quero com um sol belo, de um belo dia de verão!²⁰

11 M. Foucault, "A escrita de si", in *Ética, sexualidade, política*.

12 N.L. Lima, *A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*.

13 M. Foucault, *op. cit.*

14 S. Freud, "O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen", in *Obras completas*, v. 8: *O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos* (1906-1909).

15 F. Kafka, *Diários 1909-1912*, p. 256-257.

16 R. Levy, *op. cit.*

17 E.L.A. Sousa, "Posfácio: Faróis e enigmas: arte e psicanálise à luz de Sigmund Freud", in S. Freud, *Arte, literatura e os artistas*.

18 S. Camargo, "Lima Barreto, o hospício e a loucura como lugar de fala", *Revista Mosaico*, n. 14, p. 27-38.

19 L. Barreto, *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*, p. 53.

20 L. Barreto, *op. cit.*, p. 68.



*ao tangenciar o suicídio
e inscrevê-lo na escrita, Barreto
se manteve à distância
da passagem ao ato*

Essa reflexão de Barreto sobre o suicídio, e sua aproximação com a ideia de uma morte bela, evoca como a escrita pode processar experiências dolorosas, tal como analisado por Freud. Em breve trecho de um manuscrito enviado a Fliess, Freud²¹ reflete que Goethe reuniu em seu livro *Os sofrimentos do jovem Werther* sua experiência e pôde elaborar sua vivência, protegendo-se:

Ele brinca, provavelmente, com o propósito de se matar, encontrando nisso [no destino do amigo] um ponto de contato, se identificando com Jerusalem, de quem ele empresta o tema da história de amor [do Werther]. Por meio dessa fantasia, ele se protege contra as consequências de sua vivência [o amor impossível por Charlotte].

Chaves²² aduz que “É como se Freud quisesse nos dizer que Goethe, ao escrever o romance, se salvou”. De modo análogo, podemos considerar que, ao tangenciar o suicídio e inscrevê-lo na escrita, Barreto se manteve à distância da passagem ao ato, encontrando no gesto de narrar um modo de simbolização do sofrimento.

Na mesma direção de observador e auto-observado, a escrita de Maura Lopes Cançado revela-se um instrumento poderoso. Monteiro e Mendes²³ ressaltam que sua produção literária não apenas permitia reavaliar o conceito social de loucura, mas também oferecia uma nova perspectiva sobre a experiência da insanidade. Imersa em um ambiente onde razão e desrazão estavam em constante embate, Cançado encontrou na escrita um meio de dar forma ao excesso e de sondar as próprias ambiguidades.

Essa dimensão aparece de modo contundente quando a autora registra:

Mas estou quase sempre entregue a perturbações psíquicas. É neste brinquedo de ser louca que se exaurem minhas energias. Se escrevesse com a sofreguidão com que tomo consciência de súbito de estar viva, jovem, bonita – feliz. E muito infeliz. Mesmo agora poderia dar início a um tratado de felicidade, infelicidade, beleza ou loucura. Mas cansei-me, vou me deitar depressa antes que o mundo se desmorone sobre meu corpo cheio de silêncio. Ainda é dia para todo mundo. Para mim é nada. A noite estarei desperta e angustiada, esperando inútil pelo dia que será igual a este, e desnecessário para minha angústia.²⁴

Aqui a escrita se mostra como um gesto que captura o vaivém entre vitalidade e exaustão, entre o dia que nada significa e a noite angustiante que se repete. O diário funciona como contenção mínima desse fluxo, como uma superfície onde a oscilação encontra contorno.

Em outro momento, porém, sua voz assume uma inflexão distinta, mais próxima da busca de permanência:

Meu reino não é deste mundo, pareço dizer-me quando tudo se mostra demais difícil e insuportável. Então tudo termina a um gesto íntimo meu. Se me lerem algum dia sentirão talvez pena. Desnecessário, afirmo: jamais fui atingida em minha essência. Sou muito mais que o que me cerca. Sou deveras mais do que tudo que me foi dado conhecer e desprezar. Ando quase sempre à procura da minha dimensão humana. Busco-a no mais profundo de mim, no mais exterior de mim, no reflexo da minha alma nos outros. Não encontro, as almas são opacas e estúpidas demais para refletirem minha tranquilidade.²⁵

Se no primeiro excerto a escrita é o registro do desmoronamento iminente, aqui ela se afirma como lastro: um modo de preservar algo de si que não pode ser anulado pela experiência dolorosa. Assim, Cançado exemplifica o duplo movimento da escrita: tanto como contenção do excesso quanto como afirmação de uma essência que resiste.

Para finalizar o percurso pela escrita diarística, trazemos a obra da argentina Alejandra Pizarnik, cuja vida e literatura se entrelaçam de



a escrita
ocupa um lugar
central na obra de
Arthur Bispo do Rosário

forma a revelar a potência simbólica do gesto de escrever, capaz de manter o sujeito suspenso no limite entre o viver e o sucumbir. Como observa Siqueira²⁶, em seus diários a autora deixa evidente que escrever não era apenas ofício, mas condição para viver. Dessa forma, Pizarnik encarna de modo extremo a impossibilidade de separar biografia, ficção e criação poética: a vida literária aparece como espaço ao mesmo tempo vital e sinistro, sustentação e abismo. Nessa experiência limítrofe, a escrita funcionou como companhia e como dispositivo de contenção, um modo de dar forma ao excesso e ao sofrimento, operando como gradeamento daquilo que, de outro modo, poderia se dissolver no indizível.

Essa centralidade pode ser percebida em diversos trechos de seus diários, nos quais a escrita aparece explicitamente como condição de sobrevivência. Destacamos alguns (tradução livre):

Um calor longitudinal e fatigante embala meu corpo sepulto nos edredons volumosos. O sono cai misteriosamente sobre meu corpo e o toma suavemente. Aqui, entre o cansaço e a fumaça, entre o Medo e as ânsias imortais, digo a mim mesma: devo escrever ou morrer. Devo encher cadernos ou morrer.²⁷

Se não fosse por estas linhas, morro asfixiada.²⁸

Os dedos desceram até o local onde estava o coração. Asustou-se ao sentir aquele vibrar tão uniforme e tenso. Mais um segundo e iria vê-lo explodir, voar em mil pedaços, como um globo terrestre de borracha perfurado

por um espinho, esse mesmo globo terrestre que era sua abstração do mundo, de seu mundo que desapareceria com sua morte. Estava decidida a levá-la a cabo, mas havia um “porém” que rompia silenciosamente sua resolução. Contemplou a pena e a acariciou. Como uma flecha venenosa, um desejo a contaminou: escrever, escrever.²⁹

Até aqui, exploramos como as palavras permitem que autores organizem suas experiências internas através de narrativas que se fazem inteligíveis aos outros. Propomos que a escrita também pode cumprir uma função essencial, ainda que não se organize de forma linear ou narrativa.

Para ilustrar esse raciocínio, voltamos-nos à singular trajetória e obra de Arthur Bispo do Rosário, um artista cuja vida e produção se entrelaçaram de forma indissociável com a experiência do confinamento psiquiátrico. Sua jornada teve um ponto de virada decisivo em dezembro de 1938 com uma revelação mística.

Através de sua arte, Bispo do Rosário não apenas recriava algo a partir dos materiais e da realidade que lhe eram impostos, mas forjava uma linguagem própria que transcendia convenções artísticas e os limites de sua condição. Incumbido pelas vozes que ouvia, transmutava objetos cotidianos em composições singulares, elaborando um modo particular de ordenar o mundo. Poli e Mesquita³⁰ observam que esse processo de reelaboração, tanto de si mesmo quanto do ambiente ao redor, conferia estabilidade e sentido ao seu delírio.

A escrita ocupa um lugar central na obra de Arthur Bispo do Rosário, funcionando não apenas como linguagem, mas como gesto de ordenação e de existência. Suas palavras bordadas não seguem uma narrativa linear; antes, erigem

21 S. Freud, “Trecho do Manuscrito N, anexo à Carta a Fliess, de 31 de maio de 1897”, in *Arte, literatura e os artistas*, p. 43.

22 E. Chaves, “Prefácio: o paradigma estético de Freud”, in *Arte, literatura e os artistas*, p. 44.

23 A.N. Monteiro; A.M. Mendes, “A loucura na obra de Maura Lopes Cançado: Nas trilhas do internamento”, *Revista Landa*, v. 5, n. 2, p. 83-111.

24 M.L. Cançado, *Hospício é Deus Diário 1*, p. 199-200.

25 M.L. Cançado, *op. cit.*, p. 202.

26 N.B. de Siqueira, *Vida literária: O teor testemunhal nos diários de Alejandra Pizarnik*.

27 A. Pizarnik, *Diários*, p. 18.

28 A. Pizarnik, *op. cit.*, p. 116.

29 A. Pizarnik, *op. cit.*, p. 26.

30 M.C. Poli; D.B.G. Mesquita, “Arte & psicose: a obra de Arthur Bispo do Rosário”, *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 34, v. 3, p. 612-624.



*Freud já indicava a maleabilidade
necessária ao fazer psicanalítico,
dada a natureza fluida
de seu objeto de trabalho*

um universo singular, uma cartografia subjetiva e espiritual que traduz sua missão de representar o mundo para apresentá-lo a Deus no dia do juízo final, conforme seu delírio. Em uma de suas peças mais emblemáticas, lemos na base a frase: “Eu preciso destas palavras escrita”³¹. Essa declaração revela, de modo incisivo, a essência de sua criação e a necessidade da escrita como forma de estruturar o mundo interno.

Nessa inscrição bordada, vislumbram-se o lastro e o laço que definem a escrita: ela dá chão ao sujeito diante do delírio e, ao mesmo tempo, estabelece um elo com o outro e com o mundo.

A escrita como dispositivo clínico: algumas considerações

*Eu disse uma vez que escrever é uma
maldição. Não me lembro por que
exatamente eu o disse, e com sinceridade.
Hoje repito: é uma maldição, mas uma
maldição que salva.*³²

Vimos, nas seções anteriores, que a escrita estruturou a cultura e se consolidou como uma expressão da simbolização. Agora, cabe indicar como também foi basilar na fundação da psicanálise e como permanece um recurso clínico possível.

Se a escrita se apresenta como vetor de organização social e de produção de saber, sua proeminência se estende igualmente à tessitura da teoria psicanalítica. Freud recorreu diversas vezes à literatura como aporte primordial para a criação de seus conceitos.

A literatura, ao explorar a complexidade da condição humana, emerge como um saber ancestral que não apenas precede a psicanálise, mas pavimentando o caminho para sua constituição. Como

observa Teixeira³³, desde o nascimento da psicanálise a proximidade entre os dois campos é notável, uma vez que temas como desejo, sonho, incesto, prazer e transgressão já se encontravam no espaço literário.

Freud via os escritores como interlocutores privilegiados, verdadeiros “faróis”, nas palavras de Sousa³⁴, cujas obras indicavam desvios e aberturas para a travessia analítica.

Mas a centralidade da escrita não se restringiu ao contato com a literatura: ela marcou de forma decisiva a própria constituição da psicanálise. Estima-se que Freud tenha produzido entre 15 e 20 mil cartas, sendo essa intensa correspondência um dos lugares onde a psicanálise se desenhou.

Sua célebre autoanálise ocorreu por meio de cartas enviadas a Wilhelm Fliess e, conforme destaca Trachtenberg³⁵, mesmo sendo chamada “autoanálise” nunca prescindiu da presença de um outro, pois a missiva já trazia o destinatário como figura transferencial. O que vai ao encontro do proposto por Foucault ao salientar o papel que o destinatário exerce na troca de correspondências.

Roudinesco³⁶ sublinha que esse momento decisivo da autoanálise freudiana não se deu primariamente pela fala, mas pela escrita – um dado que confere à escrita uma função elementar na gênese da psicanálise.

Logo, a psicanálise que nos chega até o momento foi construída, em grande medida, nos vários escritores em Freud e na própria escrita de Freud. A partir dessa herança, compreende-se que ele concebia o ofício analítico como uma prática que não pode ser rigidamente fixada, mas que demanda abertura e plasticidade diante da matéria psíquica com a qual lida.

Freud já indicava a maleabilidade necessária ao fazer psicanalítico, dada a natureza fluida de seu objeto de trabalho. Ele compara essa dinâmica à diferença que um artista sente ao trabalhar com materiais distintos, afirmando: “É como a diferença que o artista plástico deve sentir quando trabalha com a pedra dura e a argila maleável [...] temos a impressão de que não trabalhamos com argila, mas que escrevemos sobre a água”³⁷.



*A escrita não deve
ser vista como um dever
de casa ou uma atividade
escolar compulsória*

A partir desse entendimento freudiano sobre a fluidez da matéria psíquica, torna-se um preciosismo exagerado conceber uma clínica psicanalítica rigidamente delimitada a quatro paredes ou restrita aos moldes tradicionais de estrutura e ferramental da “cura pela fala”.

Pautados por um compromisso ético inegociável, e considerando a imensa variedade de “inconscientes” com os quais deparamos na prática clínica, é possível sustentar que alguns sujeitos poderiam se beneficiar de uma “cura pela escrita”.

O objetivo principal do presente trabalho é fomentar uma reflexão sobre o potencial da escrita como recurso clínico. A fim de estruturar essa elaboração, propomos definir o que a escrita não seria, para que, *a contrario sensu*, sua verdadeira função e escopo fiquem mais claros.

I. A escrita não se configura como uma “tarefa” na análise.

A escrita não deve ser vista como um dever de casa ou uma atividade escolar compulsória. Não se trata, portanto, de um dispositivo regimentar a ser imposto a todo e qualquer analisante. Podemos, entretanto, emprestar o termo “tarefa” de Pichon-Rivière³⁸ para pensar que a escrita pode funcionar a serviço da tarefa analítica, qual seja: “um fazer-se e um fazer dialético em direção a uma finalidade, é uma práxis e uma trajetória”. Então, a escrita poderia instrumentalizar a entrada em análise e a consequente mudança de posição subjetiva do sujeito.

Em termos pichonianos, estar em tarefa implica um movimento espiral do explícito ao implícito (ou, em termos freudianos, do consciente ao inconsciente). Esse movimento se efetiva por meio da superação dialética, em um processo contínuo de aprendizagem e comunicação entre sujeito e analista. A ideia seria então que o material escrito pelo analisante, ao ser levado e trabalhado na sessão, enriqueça e impulse a comunicação, contribuindo diretamente para os objetivos da análise.

II. A escrita não é uma substituição da análise.

A máxima da psicanálise como “cura pela fala” permanece como o corolário da técnica. A esse respeito, o psicanalista Serge André, em seu posfácio intitulado “A escrita começa onde a psicanálise termina”³⁹, introduz um ponto de tensão fundamental para essa discussão. Para o autor, a experiência da psicanálise e a da escrita não apenas divergem, mas chegam a se opor radicalmente: enquanto a psicanálise deseja “fazer falar”, a escrita procura “fazer calar”, consistindo em uma verdadeira insurreição contra o discurso e a linguagem. O ponto de encontro entre ambas, segundo André, reside justamente no furo do saber, na hiância do inconsciente e no “impossível-de-dizer”.

Se para Serge André a escrita marca o limite ininterpretável onde a psicanálise se encerra, propõe-se aqui tensionar essa divergência: no contexto do dispositivo clínico, o encontro com esse “impossível-de-dizer” não precisa ditar o fim absoluto do tratamento. Ao contrário, quando a fala esbarra no furo estrutural da simbolização, a escrita pode ser convocada não como uma substituição ou uma continuidade harmônica da análise,

31 A.B. Rosário, “[Eu preciso destas palavras escrita]”.

32 C. Lispector, *A descoberta do mundo*, p. 169.

33 L.C. Teixeira, “O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica em Freud”, *Psychê*, n. 16, p. 115-132.

34 E.L.A. Sousa, *op. cit.*

35 R. Trachtenberg, “As duas (auto?) análises do Dr. Sigmund Freud”, *Revista CEPdePA*, n. 23, p. 59-79.

36 E. Roudinesco, *Dicionário de psicanálise*.

37 S. Freud, “Construções na análise”, in *Fundamentos da clínica psicanalítica*, p. 347.

38 E. Pichon-Rivière, “Una teoría del abordaje de la prevención en el ámbito del grupo familiar”, in *El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social I*, p. 189.

39 S. André, “A escrita começa onde a psicanálise termina”, *Laerte de Paula*. Disponível em: <<https://www.laertedepaula.com.br/la-escrita-comeca-onde-a-psicanalise-termina-serge-andre/>>.



*lançamos mão do conceito
de “objeto mediador”,
comumente empregado
na psicanálise vincular*

mas como uma outra via de contorno. Ela fabrica uma superfície externa onde o indizível ganha figuração e materialidade. Nesse sentido, ao invés de selar o fim da comunicação, essa escrita pode ser subvertida e acolhida como um objeto mediador, operando no limite entre elaboração e criação para, em um segundo tempo, retornar ao campo da transferência e relançar o trabalho analítico.

É crucial lembrar que a primazia da fala depende da presença da regra da associação livre. Entretanto, alguns analisantes demonstram dificuldades e limites na associação livre. Se a tarefa do analista é reconstruir o esquecido⁴⁰, a dependência exclusiva da fala pode, em certos casos, não ser suficiente para o êxito terapêutico.

Nessa conjuntura, lançamos mão do conceito de “objeto mediador”, comumente empregado na psicanálise vincular. Tais objetos são particularmente utilizados em dinâmicas grupais e revelam-se promissores no tratamento de situações que se encontram no limite da subjetividade, especialmente quando vivências traumáticas debilitam a capacidade associativa do paciente.

Junqueira⁴¹ aponta que o conceito de objeto mediador decorre do construto de “meio maleável”, de Marion Milner, definido como uma substância concreta e intermediária através da qual as impressões são transferidas aos sentidos. Junqueira ressalta que, ao se atentar à palavra “mediador”, compreende-se que o objeto nunca é mediador em si mesmo; ele se insere na relação entre duas ou mais partes e depende das simbolizações produzidas nesse intercâmbio. Pode-se afirmar, portanto, que o objeto mediador se submete à associatividade e à transferência.

Embora muitos objetos mediadores envolvam linguagens não verbais (como pintura e fotografia),

a escrita se destaca por sua elaboração simbólica e capacidade de articulação conceitual, situando-se em um patamar diferenciado.

Nascimento⁴², ao relatar sua experiência com a aplicação da escrita como objeto mediador em um grupo de adictos, teoriza, com base em Anne Brun, que a escrita:

serviria de suporte fundamentalmente ao trabalho de metaforização dos registros do corpo e do ato, a partir da mobilização, mediada pelas transferências grupais, de experiências sensorio-motoras-perceptivas não simbolizadas, guardando-se a especificidade de cada contexto clínico.

É plenamente factível, portanto, transpor para a clínica individual as funções da escrita indicadas por Nascimento no contexto grupal.

A pertinência desse recurso não soa apenas como uma formulação teórica, mas ecoa de uma constatação prática e anterior à minha própria escuta clínica. Antes de ocupar o lugar de analista, a vivência de muitos anos no divã como analisanda revelou-me, de maneira empírica, a força da escrita. O registro assíduo de diários, a anotação de sonhos (frequentemente acompanhada de tentativas de elaboração) e a composição de poemas sempre se fizeram presentes como um recurso auxiliar íntimo e indispensável no meu próprio percurso de simbolização. Essa intimidade precoce com a palavra escrita como via de contorno e elaboração pavimentou o modo como passei a concebê-la na escuta do outro.

Essa dimensão da escrita se materializou de forma contundente durante um atendimento realizado no contexto de uma clínica-escola, o qual conduzi em dupla terapêutica. Uma paciente de 25 anos – a quem chamaremos aqui de Helena, a fim de preservar o seu sigilo – chegou à análise imersa em profunda angústia devido a impasses e distanciamentos na relação com o pai. Em determinado momento do tratamento, o sofrimento se intensificou: ela relatava o desejo latente de expressar a ele suas mágoas, o ressentimento por se sentir preterida em relação ao irmão e à madrastra



*a escrita firma-se
como um valioso
objeto mediador na
experiência psicanalítica*

e sua visão de como gostaria que a relação ideal entre eles ocorresse. Contudo, via-se paralisada, sem coragem de confrontá-lo pela via da fala direta, esbarrando em um muro de não ditos que a desestruturava.

Foi diante desse esgotamento, em que a palavra falada travou frente à angústia, que o recurso da escrita emergiu no setting. A partir da escuta conjunta da dupla de atendimento, foi proposto à paciente um exercício: que escrevesse uma carta ao pai contendo tudo o que gostaria de dizer, mas sob a premissa fundamental de que essa carta não precisaria ser entregue. O objetivo era claro: utilizar a escrita para expressar o que não estava conseguindo escoar através da fala. Nesse contexto, a carta não enviada operou exatamente como o objeto mediador e o gradeamento aqui teorizados: ao saber que não haveria um destinatário real para ler e julgar suas palavras, a escrita forneceu uma superfície externa e segura para o seu transbordamento. Ela ofereceu a borda necessária para que a paciente pudesse dar contorno ao indizível, desobstruindo o afeto para que, num segundo momento, esse material pudesse retornar ao espaço analítico e relançar o trabalho de simbolização.

Assim, a escrita, longe de ser uma tarefa compulsória ou mera substituição da análise verbal, firma-se como um valioso objeto mediador na experiência psicanalítica.

Como discutido, a escrita pode assumir diversos formatos, como anotações, correspondências ou diários, e a escolha do mais adequado dependerá dos objetivos terapêuticos delineados pelo analista. Independentemente do formato,

o ato de escrever e dar forma a qualquer afeto ou pensamento já se constitui como uma mobilização e um processo de criação para o analisante. Não é necessário atribuir-lhe valor estético ou artístico para reconhecer que a escrita pode representar um espaço de brincar, dimensão que, como lembra Winnicott⁴³, é essencial também no adulto em análise.

Atravessando os diferentes registros analisados – da cultura à clínica, da literatura à experiência psicanalítica – vimos que a escrita opera como um dos lugares privilegiados da simbolização. Ela pode ser compreendida, a um só tempo, como lastro, oferecendo consistência às experiências e às memórias; e como laço, permitindo que o sujeito se conecte ao outro e reinscreva seu passado. Se, em certos momentos, a escrita funciona como gradeamento, conferindo contorno ao excesso e à dor, em outros ela se apresenta como dispositivo clínico, sustentando a tarefa analítica e abrindo espaço para a elaboração do indizível. Nesse trânsito entre cultura, subjetividade e clínica, a escrita se revela não apenas como instrumento auxiliar, mas como uma via potencial para lidar com o impossível do inconsciente – gesto simbólico que, ao inscrever o que escapa, torna-se condição de existência e de criação.

⁴⁰ S. Freud, *op. cit.*

⁴¹ C. Junqueira, “Seriam os objetos mediadores capazes de burlar o trabalho do negativo presente no funcionamento psíquico dos pacientes-limite?”, *Blog do Departamento de Psicanálise*. Disponível em: <<https://deptodepsicanalise.blogspot.com/2018/06/seriam-os-objetos-mediadores-capazes-de.html>>.

⁴² G.C.G. Nascimento, “A experiência escrita: as potencialidades da escrita em grupo na clínica das drogadições”, *Vínculo*, v. 18, n. 2, p. 207-227.

⁴³ D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade*.

Referências bibliográficas

- André S. (2025). A escrita começa onde a psicanálise termina. Trad. L. de Paula. In *Laerte de Paula*. Disponível em: <<https://www.laertedepaula.com.br/1/a-escrita-comeca-onde-a-psicanalise-termina-serge-andre/>>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- Barreto L. (2017). *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bion W.R. (1977). *Two papers: the grid and Caesura*. Rio de Janeiro: Imago.
- Camargo S. (2021). Lima Barreto, o hospício e a loucura como lugar de fala. *Revista Mosaico*, v. 14, p. 27-38.
- Cançado M.L. (2024). *Hospício é Deus Diário 1*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chaves E. (2015). Prefácio: O paradigma estético de Freud. In S. Freud, *Arte, literatura e os artistas*. Trad. E. Chaves. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ernaux A. (2022). *O jovem*. Trad. M. Garcia. São Paulo: Fósforo.
- Foucault M. (1983/2004). A escrita de si. Trad. E. Monteiro; I.A.D. Barbosa. In M. Foucault, *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud S. (1920/2020). Além do princípio de prazer. In *Além do princípio de prazer*. Trad. M.R.S. Moraes. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (1915/2021). As pulsões e seus destinos. In *Obras incompletas de Sigmund Freud*, v. 2. Trad. P. H. Tavares. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (1937/2017). Construções na análise. In *Fundamentos da clínica psicanalítica*, v. 6. Trad. C. Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (1914/2010). Introdução ao narcisismo. In *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Trad. P.C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1907/2015a). O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen. In *Obras completas*, v. 8: *O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*.
- _____. (1923/2011). O eu e o id. In *Obras completas*, v. 16: *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Trad. P.C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2015b). Trecho do Manuscrito N, anexo à Carta a Fliess, de 31 de maio de 1897. In *Arte, literatura e os artistas*. Trad. E. Chaves. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (1905/2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras completas*, v. 6. Trad. P.C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1910/2024). Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci. In *Arte, literatura e os artistas*, v. 3. Trad. E. Chaves. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gerber I. (2023). *Inconsciente, nuvem infinita*. São Paulo: Blucher. (Coleção Escrita psicanalítica).
- Goody J. (1990). *La lógica de la escritura y la organización de la sociedad*. Madrid: Alianza.
- Junqueira C. (2018, 15 de junho). Seriam os objetos mediadores capazes de burlar o trabalho do negativo presente no funcionamento psíquico dos pacientes-limite? *Blog do Departamento de Psicanálise*. Disponível em: <<https://deptodepsicanalise.blogspot.com/2018/06/seriam-os-objetos-mediadores-capazes-de.html>>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- Kafka F. (2018). *Diários 1909-1912*. Trad.; Notas R. Zwick. Porto Alegre: L&PM.
- Laplanche J. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. Trad. P. Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Levy R. (2022). *A simbolização na psicanálise: os processos de subjetivação e a dimensão estética da psicanálise*. São Paulo: Blucher.
- Lima N. L. (2009). *A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*. Tese [doutorado], Universidade Federal de Minas Gerais. Repositório Institucional da UFMG.
- Lispector C. (2020). *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Madeira C. (2024). *Véspera*. 18. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Masson J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago.
- Monteiro A.N.; Mendes A.M. (2017). A loucura na obra de Maura Lopes Cançado: nas trilhas do internamento. *Revista Landa*, v. 5, n. 2, p. 83-111.
- Nascimento G.C.G. (2021). A experiência escrita: As potencialidades da escrita em grupo na clínica das drogadições. *Vínculo*, v. 18, n. 2, p. 207-227.
- Pichon-Rivière E. (1970/1977). Una teoría del abordaje de la prevención en el ámbito del grupo familiar. In *El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social I*. Buenos Aires: Nueva Visión. p. 185-190.
- Pizarnik A. (2003). *Diários*. Barcelona: Lumen.
- Poli M.C.; Mesquita D.B.G. (2014). Arte & psicose: a obra de Arthur Bispo do Rosário. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 3, p. 612-624.
- Rosário A.B. (s.d.). Obra Título atribuído: [Eu preciso destas palavras escrita], Documentação da obra de Arthur Bispo do Rosário, Museu Bispo do Rosário – Arte Contemporânea, Rio de Janeiro.
- Roudinesco E. (1944/1998). *Dicionário de psicanálise*. Trad. V. Ribeiro; L. Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar.
- Siqueira N.B. de. (2024). *Vida literária: O teor testemunhal nos diários de Alejandra Pizarnik*. Dissertação [mestrado], Universidade Federal de Alagoas. Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas.
- Smadja E.; Bernard M. (2022). Sobre simbolismo e simbolização: a obra de Freud, Durkheim e Mauss. *Ide*, v. 44, n. 73, p. 108-120.
- Sousa E.L.A. (2015). Posfácio: Faróis e enigmas: arte e psicanálise à luz de Sigmund Freud. In S. Freud, *Arte, literatura e os artistas*. Trad. E. Chaves. Belo Horizonte: Autêntica.
- Teixeira L.C. (2005). O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica em Freud. *Psychê*, v. 9, n. 16, p. 115-132.
- Trachtenberg R. (2016). As duas (auto?) análises do Dr. Sigmund Freud. *Revista CEPdEPA*, v. 23, p. 59-79.
- Winnicott D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Writing and psychic experience:
symbolization, containment, and clinic

Abstract This article explores writing as a psychic experience and clinical device, linking it to the issue of symbolization and non-symbolization. Three dimensions are explored: writing as a path of symbolization, as a means of containment in the face of excess – here understood as the “grating of madness” – and as a clinical object.

Keywords writing; symbolization; psychoanalysis; clinical device; literature.

Texto recebido: 10/2025

Aprovado: 02/2026

Thamy Ayouch

Híbrido, indisciplinado e brasileiro de coração

Realização Ana Claudia Patitucci, Adriana Victorio Morettin, Antonio de Almeida Neves Neto, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez-Mazzarella

DOI 10.70048/percurso.76.101-122

Em 25 de julho de 2025, convidamos Thamy Ayouch para uma entrevista. Naquela data, ele participou do lançamento do manifesto “Por uma Psicanálise Decolonial”¹, no Cine Bijou, em São Paulo, e promovido pelo Coletivo Cinema e Psicanálise nas Brechas. O documento conta com a assinatura de mais de 2.200 analistas.

Durante o evento, nosso convidado integrou a mesa de debate, defendendo a premissa do manifesto de que o inconsciente possui cor, território e memória. Além disso, convocou a psicanálise a manter sua prática de escutar o incômodo – aquilo que só pode ser ouvido na desobediência –, prática que marcou a trajetória pessoal e profissional de Freud.

Psicanalista e professor titular da Université Paris Cité, Ayouch possui uma vasta produção intelectual traduzida para diversos idiomas. Entre seus livros, destacam-se Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica e biopolítica (2015), Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetificações (2019), Psicanálise interdisciplinar, psicanálise indisciplinada (2025) e A raça no divã (2025). Sua trajetória pessoal, profundamente atravessada pela hibridez, é fundamental para compreender sua obra.

Nascido no Marrocos, filho de pai muçulmano e mãe judia, mudou-se para a França aos dezoito anos, onde cursou filosofia, literatura inglesa e psicanálise. Sua vivência em países como França, Inglaterra, Espanha, Argentina e Brasil – onde lecionou no Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo – reflete sua constante transposição de fronteiras culturais e linguísticas. Ayouch, que se autodefine como um “estrangeiro íntimo”, um “forasteiro”, identifica-se como uma pessoa não binária.

¹ Manifesto realizado por Isildinha Baptista Nogueira, Ana Lucia Bastos, Bruna Elage, Ivam Cabral, Lilian Carbone, Luciana Chauí, Patrícia Villas-Bôas, Roberta Kehdy, Rodolfo García Vazquez e Vera Lúcia Barbosa, participantes do Coletivo Cinema e Psicanálise nas Brechas.

Ele considera que a psicanálise, desde a sua fundação, estabelece uma epistemologia da hibridez: ao deslocar-se de sua posição restrita de médico, Freud recorreu a diversos campos do saber para elaborar suas teorias. Híbrida a psicanálise é, portanto, uma forma de preservá-la viva e criativa, prevenindo os riscos do dogmatismo, do reducionismo e de paixões das mais variadas naturezas. O exercício contínuo da desidentificação é um dos temas centrais abordados pelo nosso convidado.

Thamy Ayouch opõe-se a qualquer tentativa de universalizar a psicanálise. Ele propõe seu descentramento, defendendo uma abordagem interdisciplinar e indisciplinada, em sintonia com a própria trajetória histórica da constituição desse campo de saber. Seu trabalho visa compreender os efeitos psíquicos das relações sociais de poder em suas múltiplas dimensões, relacionando raça, gênero, sexualidade e classe de maneira interseccional. Seus textos alertam para o risco da despolitização dessas relações. Para investigar temas de tamanha complexidade, Ayouch articula a psicanálise com os estudos pós-coloniais, decoloniais, feministas, queer e críticos da branquitude.

Em A raça no divã, investiga os impactos psíquicos das relações sociais de raça no sujeito do inconsciente. Ayouch argumenta que a raça fundamenta uma perspectiva política e historicizada da psique, instigando a psicanálise a dialogar com os estudos da colonialidade e a integrá-los em sua teoria e prática clínica. Além disso, a obra propõe a construção de uma nova metapsicologia centrada na raça, desenvolvendo conceitos como os de melancolia de raça, inconsciente racial e racial infantil.

Para ele, as relações raciais são os princípios organizadores fundamentais das relações sociais, moldadas pela própria história da modernidade – período marcado pelas colonizações, pelo tráfico de pessoas e pela escravidão. A noção de raça, por si só, é um constructo da



Thamy Ayouch, que se diz brasileiro de coração, conclui a entrevista deixando em todos nós um desejo de continuar com essa conversa marcada pela sensibilidade

modernidade colonial. As populações que se beneficiaram com tantos horrores, espoliações e barbárie tendem a minimizar a relevância desses eventos nas relações e hierarquias de poder contemporâneas.

Para o nosso entrevistado, sua experiência no Brasil é decisiva, permitindo-lhe, como ele mesmo define, “provincializar-se”, arejar sua formação e aprofundar a visão de uma psicanálise intrinsecamente ligada aos contextos sociais, históricos e políticos. Ele defende que o futuro desse campo de saber passa pelo que se produz, se teoriza e se pratica atualmente no Brasil, na Argentina e no Uruguai – um movimento que ele qualifica como revolucionário. Assim, temos no Brasil uma produção de vanguarda da criatividade teórica e clínica ao integrar questões que a psicanálise de matriz europeia e eurocêntrica historicamente negligenciou.

Thamy Ayouch, que se diz brasileiro de coração, conclui a entrevista deixando em todos nós um desejo de continuar com essa conversa marcada pela sensibilidade, abertura e delicadeza na escuta e no diálogo. Esses parecem ser os melhores recursos para lidar com histórias tão dolorosas e violentas que marcaram e continuam a marcar as nossas culturas.

Silvio Hotimsky



*ter colocado
em perspectiva várias
orientações diferentes
me permitiu não cair
em uma fascinação
por uma só orientação,
transferencialmente falando*

PERCURSO Você poderia nos contar sobre sua trajetória na psicanálise, especialmente sobre as experiências de trabalho e de pesquisa ligadas aos intelectuais latino-americanos, e em particular aos brasileiros?

THAMY AYOUGH Em primeiro lugar, muito obrigado por terem me convidado para essa entrevista, fico muito honrado em dialogar e debater com vocês. Como vocês sabem, venho do Marrocos. Cheguei à França com dezoito anos, para os meus estudos. Nessa época, já tinha começado minha trajetória na psicanálise, com um processo de psicanálise pessoal no Marrocos, meu primeiro momento de análise. Depois tive outros três momentos de análise na França, com psicanalistas de orientações diferentes, tanto da IPA, Associação Psicanalítica Internacional, quanto da ALI, a Associação Lacaniana Internacional, da qual foi o meu último analista. Ter colocado em perspectiva várias orientações diferentes me permitiu não cair em uma fascinação por uma só orientação, transferencialmente falando. Na França, fiz uma formação em escolas de psicanálise, mas também abordei a psicanálise academicamente, a partir das suas exterioridades, por assim dizer. Digo isso porque venho da filosofia e da literatura. Só depois fiz estudos em psicologia, mas minha primeira abordagem teórica da psicanálise foi a partir da filosofia, sempre com essa posição de forasteiro.

O Brasil me permitiu uma arejada tremenda na minha formação, na minha relação com a clínica e com a teorização. Morei no Brasil durante quase cinco anos; mais precisamente, metade de cada ano, em São Paulo. Nesse tempo, pude encontrar colegas no Instituto de Psicologia da USP, mas também outros e outras colegas que não estavam na academia, como os/as colegas do Sedes. O que foi muito importante para mim foi ver que a psicanálise é uma prática inscrita num contexto social, histórico e político particular. E o contexto do Brasil é, obviamente, bem diferente daquele da Europa ou da França. Morei em outros países da Europa, na Inglaterra e na Espanha, que também são contextos um pouco diferentes, ainda que tenham em comum um certo etnocentrismo europeu. O Brasil me permitiu, de certa forma, *provincializar* as produções tanto teóricas quanto clínicas da psicanálise. Foi importante perceber que a maneira de praticar e teorizar a psicanálise, que pretendia ser uma forma absolutamente universal, válida em todos os lugares, histórias e épocas, era, na verdade, a universalização de um particularismo muito específico, europeu, para não dizer francês, e, ainda mais, parisiense.

Assim, o Brasil me permitiu destacar precisamente que essa universalização é absolutamente contingente, que não precisa se impor e, quando se impõe, arrasta toda uma tradição imperialista colonial que pretende que o Norte Global ensine ao Sul Global, e que este tenha que reproduzir um único modelo válido, o do Norte Global. Por isso, na minha trajetória de formação e de prática da psicanálise, o Brasil foi absolutamente essencial. E queria acrescentar que, hoje em dia, penso que o futuro da psicanálise tem relação com aquilo que está sendo feito, teorizado e praticado na Argentina, no Uruguai e no Brasil, e que é absolutamente revolucionário. Na Argentina e no Uruguai, em termos de gênero, e no Brasil em termos de raça e de colonialidade. O Brasil está na vanguarda das produções, das práticas e das inovações clínicas, no que diz respeito à relação da psicanálise com questões que foram e continuam sendo muito descartadas por uma psicanálise europeia e eurocentrada.

PERCURSO Quando fala em Argentina, Uruguai e Brasil, você gostaria de citar alguma contribuição específica de intelectuais ou prefere deixar no sentido mais geral, como fez até aqui?

AYOUCH Ah, haveria muitos autores e autoras para citar. Bom, no Brasil, no que diz respeito à psicanálise, há uma longa tradição de teorização de questões de colonialidade e raça. Começando pela Virgínia Bicudo, a Lélia González, a Neusa Santos Souza. Atualmente, somos ensinados/as por pessoas muito queridas, como a Isildinha Baptista Nogueira e sua teorização, e vários/as outros/as autores/as, Cida Bento, Augusto Paim, Ignacio Paim, José Damico, Taia Smith Omacht, além de jovens como a Priscila Santos, que escreveu uma maravilhosa tese sobre Fanon, Brasil e Palestina, e outros/as como Kwane Yonatan, Andrea Guerra, Fernanda Canavêz, Tania Rivera, Alba Lúcia Dezan, ou Maria Cristina Poli, que têm trabalhado com questões de raça. Então são muitas pessoas, e, desculpem, acho que a emoção é que faz com que esteja esquecendo muitos outros nomes bem importantes, como Emiliano de Camargo David, Marcelo Ricardo e muitos outros. No Rio de Janeiro, há um trio jovem que publicou um pequeno livro instigante, intitulado *Ê de raça que estamos falando*: Natasha Helsinger, Bruno Siniscalchi e Luciano Dias. O livro trata da história da psicanálise no Brasil e de como essa história arrasta questões de raça, racismo, eugenia e branqueamento. E tem também muitas/os outras/os autoras/es.

PERCURSO No seu livro *A raça no divã*, você cita Sueli Carneiro e Abdias do Nascimento?

AYOUCH Sim, absolutamente. Em termos de estudos decoloniais ou de estudos sobre a negritude e a raça, existem outros e outras autoras, não necessariamente vinculados/as à psicanálise, como, por exemplo, Djamila Ribeiro, assim como Sueli Carneiro, Alessandra Devulsky, Lia Vainer, Geni Nuñez ou Jota Mombassa.

Ainda no Cone Sul, na Argentina, vários/as psicanalistas trabalham com gênero. A Argentina possui uma rica tradição de psicanálise



Atualmente, somos ensinados/as por pessoas muito queridas, como a Isildinha Baptista Nogueira e sua teorização, e vários/as outros/as autores/as

e feminismo, destacando figuras como Emilce Dio Bleichmar, Mabel Burin, Irene Meler, além de contemporâneos/as como Débora Tajer, Facundo Blestcher, Marina Calvo, e Jorge Reitter, autor do livro *Édipo gay*, que aborda o viés heteronormativo da psicanálise. Antes deles, Silvia Bleichmar já havia iniciado um questionamento reflexivo sobre a normatividade na psicanálise, o que abriu uma via de discussão importante. No Uruguai, tem Fernando Barrios, que escreveu um livro muito interessante chamado *Degenerar Psicoanálisis*, na intersecção entre psicanálise, estudos de gênero e estudos decoloniais. O Uruguai reconhece muito mais a tradição afrodescendente da sua história do que a Argentina, que acabou invisibilizando-a. Então, esses são alguns nomes entre muitos outros.

PERCURSO Chama a atenção a quantidade de mulheres que você cita. Os homens chegam depois a sua cabeça?

AYOUCH Isso eu acho muito importante. Em termos de postura de enunciação, a psicanálise foi predominantemente masculina e androcêntrica por muito tempo, refletindo uma visão de mundo que também é sumamente masculina. A retomada por mulheres dessa postura de enunciação é uma forma de dar uma desbundada nessa visão de mundo.



*me parece que o problema
dessas metapsicologias
é que, ao intrapsiquizar
as questões do racismo,
das discriminações
e da raça, acabam por
as despolitizar
e as desistoricizar*

PERCURSO A partir da compreensão do racismo como sistema, estrutura, instituição social historicamente situada e invisibilizada como tal, e com efeitos psíquicos irreduzíveis, você concebeu uma metapsicologia da raça que tem como eixo central o conceito de racial infantil. Você pode nos dizer mais a respeito dessa contribuição?

AYOUCH Claro, com muito prazer. Então, essa metapsicologia da raça é fruto, vamos dizer, da minha ânsia de pensar, inventar e construir uma metapsicologia que vem primeiro de preocupações e inquietações clínicas. Quando se trabalha com uma metapsicologia geral, seja freudiana, lacaniana ou winnicottiana etc., pode-se “desescutar” questões relativas à raça, incluindo discriminações e vieses da colonialidade, daquilo que restou após as independências. Sendo a colonialidade uma organização de mundo e do trabalho com base numa hierarquização racial, e também uma enunciação: a ideia de que o único lugar capaz de produzir saber de forma estrita, rigorosa e séria é a Europa ou o Ocidente, e que outras fontes de saber são absolutamente desprezadas. Então, clinicamente, fui confrontado a várias questões de raça, de racismo, de migração, e me parecia que escutá-las a partir de uma metapsicologia geral, aliás, habitual, acabava “desescutando” formas de subalternização, formas de silenciamento. Em outras palavras: várias vezes, quando certos

posicionamentos de raça, gênero e classe são falados, não mobilizam nenhuma escuta. Esses posicionamentos e essas singularidades que querem falar ficam quase expulsos para fora do consultório. Considera-se que as questões que esses analisandos/as trazem, relativas a racismo, exclusão e precarização, não são questões psicanalíticas, mas sociais, e, portanto, a psicanálise não precisa escutá-las. A partir desses questionamentos clínicos, comecei a analisar a forma como a psicanálise tinha dado conta da raça e do racismo. Me parecia que o fazia unicamente em termos de teorias sobre o racismo de forma geral, ou sobre o sujeito racista do ponto de vista dos movimentos intrapsíquicos. O racismo foi definido como uma série de processos psíquicos, como, por exemplo, a identificação projetiva, que consiste em colocar aquilo que identifico em mim e não quero reconhecer no outro, excluindo e discriminando esse outro. Ou se fala de processos de desmentido, de recusa, ou, numa veia mais lacaniana, da fantasia pela qual o sujeito racista acha que o gozo próprio lhe foi roubado pelo racizado/a. Digo “racizado”, e posso explicar mais para frente, se vocês quiserem. O racismo estaria fundamentado sobre essa fantasia do roubo do gozo. Uma das representações dessa fantasia são, nos Estados Unidos, os linchamentos de homens negros acusados de terem estuprado mulheres brancas – enquanto os homens brancos obviamente interditam em si esse tipo de gozo, como sabemos todos, não é? Então, isso acaba ficando uma característica daquele negro perverso que vai roubar o gozo proibido pelo branco.

Me parece que o problema dessas metapsicologias é que, ao intrapsiquizar as questões do racismo, das discriminações e da raça, acabam por as despolitizar e as desistoricizar. Considero que o racismo é uma criação da modernidade europeia a partir do século xv, primeiro na Península Ibérica, e depois na invasão e colonização das Américas, com os massacres locais de populações autóctones e a deportação de quase 13 milhões de africanos e africanas escravizados/as. O racismo foi uma invenção dos europeus para justificar a

distribuição do trabalho e a hierarquização das populações. Uma invenção que tentava compatibilizar a distribuição atroz do trabalho com os valores cristãos de “amar ao próximo”, os valores democráticos de igualdade do Iluminismo, os valores da ciência, valores europeus que não se aplicavam às populações não europeias das colônias. Aliás, mesmo na Europa se aplicavam apenas à metade da população: unicamente aos homens, não às mulheres.

Então, a partir da história dos massacres da colonização, da história eurocentrada da raça nas colônias, tentei pensar em que contexto histórico, político, social, tinha nascido a metapsicologia freudiana. Ela apareceu no final do século XIX, no contexto daquilo que Foucault chamou de dispositivo de sexualidade, ou seja, uma obsessão da Europa pela produção de saberes sobre a classificação das sexualidades e sexuações. Isso deu lugar à patologização dos corpos dissidentes, e à normatividade do gênero e da sexualidade pela psiquiatria. Mas esse controle dos corpos foi também incentivado por muitas disciplinas, desde a literatura até a política, passando pela economia, filosofia etc. Aquilo que Foucault chamou de dispositivo de sexualidade é uma desmultiplicação gigantesca de saberes, de discursos sobre a sexualidade para classificar e fiscalizar os corpos, as sexualidades e os gêneros, e para produzir um corpo saudável: majoritariamente o corpo masculino, obviamente heterossexual, corpo da virtude sexual, do autocontrole. Esse modelo foi definido por distinção do corpo da histerica, pelo que Foucault chamou de histericização do corpo feminino, do corpo da criança masturbadora, e do corpo do perverso, cuja relação com a sexualidade é desgovernada. A psicanálise nasceu dentro desse contexto. Aquilo que Freud inventou, o sexual infantil, não se reduz, obviamente, ao dispositivo de sexualidade. Inclusive, na verdade, Freud o revolucionou, subverteu o dispositivo de sexualidade, criando o sexual infantil, e lhe dando um sentido totalmente diferente: não se trata de sexualidade no sentido restrito, mas de uma busca de prazer que não se limita à satisfação de uma



daí, então, minha hipótese de um dispositivo de raça que é anterior ao dispositivo de sexualidade, e a partir do qual este foi desenvolvido nas colônias e depois nas metrópoles

função vital. É o princípio de prazer-desprazer do inconsciente. Porém, por mais que o sexual infantil seja diferente do dispositivo de sexualidade, nasce nesse contexto do século XIX.

Fiz a hipótese de que esse contexto europeu de dispositivo de sexualidade foi, na verdade, cunhado primeiro nas colônias, com aquilo que chamei de dispositivo de raça. O dispositivo de raça é anterior, portanto, ao dispositivo de sexualidade europeu. O que construiu e caracterizou o corpo saudável, de virtude, corpo erguido como modelo no dispositivo de sexualidade, foi, primeiramente, a diferenciação racial, mais do que a sexual. O corpo modelo foi criado a partir da diferenciação entre o corpo branco do colonizador ou de seu descendente, e os corpos autóctones ou escravizados. Daí, então, minha hipótese de um dispositivo de raça que é anterior ao dispositivo de sexualidade, e a partir do qual este foi desenvolvido nas colônias e depois nas metrópoles.

Do mesmo jeito que o sexual infantil nasceu dentro do dispositivo de sexualidade europeu, fiz a hipótese de um racial infantil que surgiu dentro do dispositivo de raça, primeiro nas colônias. Esse racial infantil foi e continua sendo entrancado, obviamente, com o sexual infantil. Faço a hipótese de que o racial infantil seria não a busca de um extra de prazer que não se limita à satisfação de uma função vital, definição do sexual



*uso essa dupla
terminologia porque
as subjetivações brancas
ou percebidas
como brancas também
são produto
do racismo*

infantil, mas a busca, dentro de um sistema de hierarquia de populações, da sobrevivência, numa relação subjetiva e coletiva de subordinação, que não pode ser justificada por nenhuma naturalização dos corpos ou das culturas. Não se trata de prazer-desprazer, se trata de corpos que procuram primeiro sobreviver e, para tanto, têm que se submeter. É importante que isso não se reduza a qualquer naturalização de uma desigualdade dos corpos, que foi criada historicamente. Esse racial infantil foi, obviamente, próprio aos sujeitos racizados em regimes de racismo de Estado, como os regimes coloniais e escravizadores. Mas prevalece também nos regimes de racismo sistêmico e estrutural de hoje em dia. É próprio a sujeitos racizados, mas também a sujeitos brancos, porque a branquitude se define precisamente como um resultado do racismo. Esse não diz respeito somente a pessoas racizadas, por isso utilizo essa dupla terminologia: racizado e racializado. A racização é um termo criado por uma socióloga francesa, Colette Guillaumin. A racialização diz respeito a nós todes, pois ocupamos um posicionamento em relações sociais de raça, privilegiado ou dominado. A racização é uma racialização inferiorizante, negativa, discriminadora. Uso essa dupla terminologia porque as subjetivações brancas ou percebidas como brancas também são produto do racismo. Digo percebidas como brancas

porque a racialização é relacional, relativa, e vai mudando em termos de época, de lugar e de outros fatores – sendo inscrita, de forma interseccional, em outras relações sociais de poder: de gênero, sexualidade, classe, idade etc.

PERCURSO Temos duas questões em relação ao que está colocando. Você diz que o mito-simbólico do inconsciente racial redefine o sexual infantil a partir de uma relação de interseccionalidade. Existiria uma primazia do racial infantil sobre o sexual infantil? Como você pensa a pulsionalidade na metapsicologia da raça?

AYOUC Em termos de subjetivação, não tem nenhuma primazia. Em termos cronológicos, existe uma primazia no sentido de que o dispositivo de sexualidade europeu, segundo minha hipótese, antes de ser desenvolvido na Europa, nasceu nas colônias como dispositivo de raça e sexualidade, pois sempre teve, nas colônias, uma interconexão entre questões de racialização dos corpos e questões de sexualidade e sexualização dos corpos. Então, existe uma primazia à medida que a raça que foi vastamente invisibilizada nas metrópoles sempre esteve presente nas colônias e, quando esse dispositivo de sexualidade foi cunhado nas colônias, ficou interconectado com aquilo que chamo de dispositivo de raça. Porém, se olharmos para as colônias, não há realmente primazia cronológica: aparece se olharmos só para as metrópoles.

Agora, em termos psíquicos, em termos de subjetivação, não há primazia. Para pensar essa ideia, cabe retomar a noção de interseccionalidade, que foi cunhada sobretudo pelas afrofeministas brasileiras e estadunidenses, entre outras: elas propõem que as relações sociais de poder são sempre reconfiguradas uma pela outra. O fato de eu estar situado numa relação social de poder de gênero vai ser reconfigurado pelo meu posicionamento numa relação social de poder de raça, de sexualidade, de classe, e assim por diante. Tudo isso *hic et nunc*, no aqui e agora, nesse contexto em que estou. Ou seja, não existe nenhum determinismo, a operatividade interseccional dessas relações sociais de poder sempre se dá *num*

contexto particular, que lhe confere efeitos particulares. Portanto, penso que quando uma criança cresce dentro de tal ou tal contexto, e sou muito laplancheano aqui, sempre fica bombardeada por mensagens enigmáticas que vão arrastando elementos, tanto do sexual infantil como do racial infantil. Talvez também exista um “classial” infantil, mas confesso que não trabalhei diretamente sobre isso – a não ser que se considere que raça e classe vão muito frequentemente de mãos dadas.

Nesse processo, não existe primazia de nenhum desses fatores, são prescrições que vêm interseccionalizadas. É aquele sexual infantil que o adulto vai transmitindo na mensagem enigmática para a criança, que sempre vem interconectado com questões de raça, inconscientemente. Continuando nessa via laplancheana, existem códigos sociais para traduzir essa mensagem enigmática, são chamados de mito-simbólico por Laplanche. Esses códigos, historicamente criados, contingentes, podem salientar mais questões de gênero e sexualidade (como a “diferença entre os sexos”, o “Édipo”, a “castração”) ou outras relações de poder (dominante/dominado/a, branco/a/negro/a, colonizador/autóctone, mestre/escravo), dependendo do lugar e da época. Na verdade, esses códigos são sempre interseccionais, como dá para ver no mito da “horda primeva” e o “assassinato do pai” (gênero, sexualidade e raça).

PERCURSO Essa teoria sobre os códigos sociais e o mito-simbólico de Laplanche conversa de alguma forma com o contrato narcísico pensado por Piera Aulagnier?

AYOUCH Tenho que confessar que não conheço muito a teoria da Piera Aulagnier, li *A violência da interpretação* há muito tempo. Trabalhei mais com a teoria do Castoriadis – que não tem muito a ver com a teoria da Piera Aulagnier, além do fato que ele era marido dela! Mas lhes devolvo a pergunta: será que esse contrato narcísico proposto por Piera Aulagnier, que não sou competente para dizer o que é, dá para ser aproximado do pacto narcísico da branquitude da Cida Bento, em termos de raça?



*será que esse contrato
narcísico proposto por
Piera Aulagnier, que não sou
competente para dizer o que é,
dá para ser aproximado
do pacto narcísico da
branquitude da Cida Bento,
em termos de raça?*

PERCURSO É uma boa aproximação para pensar em termos de raça. O que também poderia conversar com a contribuição de inconsciente racial do Achille Mbembe, com a qual você trabalha em seus livros. **AYOUCH** Mbembe fala de inconsciente racial e do “devir-negro do mundo” para designar a precarização e desumanização dos corpos, aquilo que foi aplicado a negros e negras escravizados/as, uma transformação do corpo em mercadoria, em coisa descartável. A privação dos/as escravizados/as de direitos e privilégios que cabiam aos mestres, a total sujeição de corpos que serviam apenas para a extração, criou esse devir-negro. Os corpos negros foram submetidos a uma depredação ininterrupta e uma despossessão de si mesmos. Mbembe sustenta que isso está acontecendo hoje em dia de forma mais geral, nos fluxos de migração, fluxos dos/as trabalhadores/as do Sul Global tentando ir para outros lugares do próprio Sul Global ou do Norte Global. A planetarização do mercado, do neoliberalismo e do sistema financeiro, militar e tecnológico estende os riscos sistêmicos sofridos pelos/as escravizados/as negros/as a todas as humanidades subalternas. Portanto, considere que esse inconsciente racial teorizado por Mbembe para dar conta da morte simbólica do corpo negro, e, de forma mais estendida, dos corpos subalternos e precarizados do Sul, é um



*para Silvia Bleichmar,
quando essas regras, que
carregam a lei, são comunicadas
em uma família, de um adulto
para uma criança, transmite-se
a interdição, a proibição, mas
também toda a superexcitação
que vem junto*

componente atual do mito-simbólico. Sendo esse mito-simbólico o conjunto de códigos que servem para traduzir e simbolizar a mensagem enigmática. A partir dessa teorização do Mbembe, quis ver como esse mito-simbólico contém questões de raça, gênero, sexualidade e classe, sempre articuladas em oposições binárias. Em termos de raça, se trata da oposição entre corpos gloriosos e corpos absolutamente abjetos, uma distribuição que vai mudando segundo as épocas e lugares. É assim que resgato o Mbembe, não para pensar um inconsciente racial a-histórico ou que não esteja situado em um lugar e em uma época particular, mas um inconsciente construído, que assume o terceiro sentido do inconsciente segundo Laplanche, ou seja, o inconsciente do mito-simbólico. Não se trata de um conjunto de categorias universais situadas nas psiques, nem é o inconsciente como recalcado. É, como sustenta Laplanche, inconsciente como recalcante, como códigos, ferramentas com as quais as traduções da mensagem enigmática são feitas, sempre inscritos num contexto sócio-histórico particular. O inconsciente como produções históricas e sociais situadas.

PERCURSO Voltando à pergunta sobre a pulsionalidade em sua metapsicologia de raça...

AYOUC No que diz respeito ao pulsional, poderia desenvolver duas ou três coisas. A pulsão é

um ser mítico como dizia Freud, é uma metáfora. A pulsão e toda sua teorização, com as quatro características descritas por Freud, força, fonte, meta e objeto, são construções metapsicológicas para dar conta de movimentos psíquicos inconscientes. Não uso necessariamente essas construções freudianas. Nem me utilizo de modelizações lacanianas da pulsão, como aquela montagem que Lacan comenta, no Seminário Onze, me parece: a pulsão imaginizada como uma pluma relacionada com um dínamo de bicicleta que vai acariciando o ventre de uma mulher deitada em um sofá. Enfim, não uso esses modelos. Penso o pulsional como algo que é transmitido na mensagem enigmática, mais uma vez sendo um pouco laplancheano ou um pouco bleichmariano. Isso foi muito bem teorizado por Silvia Bleichmar, em seu lindo seminário chamado *La construcción del sujeto ético*. Ela analisa a forma como a lei está sendo transmitida em uma família – e considero a “lei” não como sistema de categorias transcendentais, transcendentais e a-históricas, mas apenas como conjunto de regras e normas sociais, das quais a família é um elo, através de suas normas de funcionamento. Para Bleichmar, quando essas regras, que carregam a lei, são comunicadas em uma família, de um adulto para uma criança, transmite-se a interdição, a proibição, mas também toda a superexcitação que vem junto. É aí que situo o pulsional. Ao passar regras, interdições, formas de pensar, agir e proibir, se transmite ao mesmo tempo uma excitação pulsional tremenda. Quando se diz: “Não faça isso, nessa família não se faz isso”, se transmite toda a fascinação e a excitação de fazer isso. Silvia Bleichmar dá esse exemplo: um pai fala para a filha, “Você não pode sair assim com essa saia, dá para ver a sua bunda”, para transmitir a regra “nessa casa, se usam saias compridas”. E o pai está dizendo também: “Eu estou olhando a sua bunda”.

Com a proibição, ele comunica igualmente toda a excitação que vem junto com o interdito. Acrescento que esse pulsional transmitido procede tanto do sexual infantil quanto do racial infantil. Ou seja, questões da sexualidade no sentido

estrito vêm definidas também por questões da racialização dos corpos. Ou ainda para dizê-lo de uma outra forma, questões de prazer-desprazer, que não são só da sexualidade no sentido estrito, mas do sexual-infantil, vêm sempre articuladas com questões de sobrevivência. Essa é a minha hipótese, que, obviamente, é uma construção provisória – e tem que ser considerada assim!

PERCURSO Você usa a formulação da pulsão de morte e pulsão de vida no seu pensamento?

AYOUCH Tal qual, não, mas daria para aproximar, de certa forma, pulsão de morte e pulsão de vida, por um lado, e racial infantil e sexual infantil, por outro lado.

PERCURSO O conceito de hibridez é fundamental no seu pensamento. Você poderia nos falar sobre ele? Como ele pode contribuir para o desenvolvimento da teoria psicanalítica na contemporaneidade?

AYOUCH Para mim, a hibridez é uma questão fundamental tanto teórica quanto pessoalmente. Eu me considero um produto da hibridez, ou pelo menos bastante híbrido em vários sentidos. Vindo do Marrocos, morando no Norte Global, na Europa, tendo vivido em seis países diferentes, com o coração no Brasil. A hibridez de ser de uma família que é, ao mesmo tempo, de filiação muçulmana e judaica. A hibridez é uma forma de desidentificação com um lugar só e com um único posicionamento, em termos de relações sociais de gênero e de sexualidade. Nem de um lado, nem do outro. Eu me identifico como homem, mas de forma não binária. A hibridez de ser considerado gay por pessoas heterossexuais e *queer* por gays. Essa é a minha hibridez, subjetivamente falando. E hibridez também na minha formação. Como disse antes, comecei fazendo estudos de filosofia e literatura inglesa, graduações, mestrados e doutorado sobre psicanálise e fenomenologia – Merleau-Ponty e Freud. Depois cursei psicologia, e segui as formações em psicanálise. Então, hibridez nesse sentido de várias misturas, várias “bastardizações” pessoais, disciplinares e indisciplinadas. Acho que



*falando de hibridez
em termos da psicanálise,
primeiro ela interveio
como prática, e vou retomar
a mesma palavra: foi uma
desbundada dada
na prática médica,
neurológica e psiquiátrica*

tentar atravessar fronteiras é meu sintoma. Fronteiras que, pela minha história pessoal, não podia cruzar tão facilmente com o único passaporte que tinha, como marroquino vindo do Sul Global – vocês sabem o que é isso, pedir um visto, autorizações, a circulação diferenciada entre Norte e Sul Global. Tentei, portanto, trespassar as fronteiras entre línguas e disciplinas.

Falando de hibridez em termos da psicanálise, primeiro ela interveio como prática, e vou retomar a mesma palavra: foi uma desbundada dada na prática médica, neurológica e psiquiátrica. Não se tratava mais de resolver questões psíquicas de forma somática ou com intervenções no corpo – quimioterapias ou a magnetização das históricas –, mas de escutá-las. Atender assuntos psíquicos de forma psíquica, a partir de um arcabouço psíquico. E esse psíquico implica muitas formações disciplinares, não só a psicologia. Em Freud, implica a literatura, a filosofia, a sociologia, a antropologia, a etnologia, e também as ciências exatas como a física, a termodinâmica, a biologia. Na própria escuta de Freud tem uma hibridez, assim como no deslocamento de sua posição de médico. E a hibridez teórica de todas essas ideias tomadas emprestadas de outras disciplinas acaba, isso é a minha hipótese, servindo de motor da teorização. Hibridez clínica na escuta, e disciplinar na teorização.



*temos aqui a ideia
de que hibridez
ou hibridação, misturas,
seriam uma degeneração
de um núcleo da raça
ou do pensamento. Uma recusa
do diálogo, das misturas, dos debates,
dos questionamentos por fora*

E sendo a psicanálise constituída por essa epistemologia de hibridez, levanto a hipótese de que programaticamente, para ela se manter psicanalítica, tem que continuar se hibridando. Para a psicanálise ficar psicanalítica, paradoxalmente, ela precisa não se engessar no eixo narcísico de uma discursividade teórico-psicanalítica única. Ela teria que se abrir a outras discursividades para se enxergar como discurso historicamente situado. A dificuldade é de conseguir discernir as formações discursivas do seu tempo, enquanto está precisamente participando delas. Nenhuma perspectiva pode ocupar uma posição de exterioridade, a-histórica, para escrever a história de seu próprio arquivo, isso é, se engajar numa discursividade paradoxal e operar uma não coincidência consigo mesma. A não ser que, para realizar essa saída do seu próprio discurso, uma perspectiva se confronte, de maneira interdisciplinar – e indisciplinada – às outras produções de saber da sua contemporaneidade. Qualquer disciplina vai retomando normatividades ou coisas majoritárias da sua época, do seu tempo, da sua geografia. Confrontando essa disciplina a outras disciplinas, dá para ver mais explicitamente essas formações discursivas não analisadas, não questionadas, não abordadas de forma reflexiva. É esta saída de si mesmo que considero, para a psicanálise, tanto estrutural, específica da hibridez que a constitui,

quanto programática, ligada à hibridação que ela pode almejar, de modo a abordar sua contemporaneidade. Por isso, quando escrevi o *Psicanálise e hibridez*, realizei uma hibridação atual da psicanálise com estudos de gênero, pós-coloniais e decoloniais.

PERCURSO Nessa hibridação da psicanálise, como resguardar sua especificidade?

AYOUC Eu responderia com uma pergunta: “Qual é essa especificidade do campo psicanalítico que fica ameaçado por uma hibridação?” É uma verdadeira pergunta. Quando se considera que a hibridação da psicanálise com outras perspectivas lhe faria correr o risco de perder sua especificidade, se teme uma *despurificação* da psicanálise? E qual é essa pureza da psicanálise? Acredito que esse aferramento a uma pureza é absolutamente situado historicamente e politicamente. Se inscreve, infelizmente, em uma longa tradição de reivindicação da pureza, inclusive da pureza racial. A ideia de que hibridez ou hibridação, misturas, seriam uma degeneração de um núcleo da raça ou do pensamento. Uma recusa do diálogo, das misturas, dos debates, dos questionamentos por fora. Uma espécie de fortaleza, tanto racial quanto intelectual, que tem que se defender da invasão exterior. Considero isso uma posição muito obsidional, de defesa contra o assédio (fantasiado) da fortaleza e dos inimigos exteriores. Essa pureza, que pode ser de um país ou de uma teoria, está, na verdade, em continuidade com uma tradição europeia e branca amplamente paranoica. Os brancos vão colonizar terras, se dão conta que podem ser minoritários nas colônias, e produzem essa fantasia obsidional: “Vamos ser cerceados, assediados e hibridados por inimigos exteriores, então temos que defender essa pureza!”. Infelizmente, isso está valendo ainda hoje em dia, nos movimentos de neofascismo atuais. Desenvolvem essa ideia de degeneração de uma população ou de uma civilização particular, ameaçada por hordas, estrangeiros, racizados, imigrantes etc. Isso vale tanto na Europa como na América Latina. Hoje em dia, na maioria dos países da Europa, desde a

Hungria até a França, passando pela Itália, Polônia, Inglaterra, Holanda, Alemanha ou Finlândia, os partidos de extrema direita ocupam o primeiro lugar na cena política, isso quando não estão já no governo. Na América Latina também. Vocês se salvaram com as últimas eleições presidenciais, mas metade do país continua sendo bolsonarista. No Chile, na Argentina, em El Salvador, os presidentes são da extrema direita, e nos Estados Unidos, obviamente. Em Israel, na Índia ou na Turquia também. Então, é um fenômeno mundial, ou seja, falar de pureza, de propriedade de um campo que fica ameaçado pela hibridação, tem um sentido histórico ainda vigente hoje em dia.

A especificidade do campo psicanalítico, para mim, se define sobretudo em termos de clínica. E em termos de clínica existem duas regras, os dois princípios da psicanálise. A primeira é a regra da associação livre: o inconsciente nunca se encara diretamente, tem que ser escutado a partir de uma liberação da fala, associando livremente, sem se censurar, para chegar a dizer coisas não sabidas. Aos poucos, as associações são cada vez mais inconscientes, e o/a analisando/a acaba, paradoxalmente, falando aquilo que não sabe. Essa associação livre é acolhida pela escuta flutuante do/da analista.

A segunda é a regra da abstinência do/da psicanalista: tentar ao máximo não colocar o próprio desejo no lugar do desejo do/da analisante. Procurar não dar soluções, por mais que seja com a melhor intenção do mundo. Se quero ajudar o/a analisando/a e proponho uma solução, estou ajudando a mim mesmo, a minha própria angústia, e acabo impedindo que a analisanda/o desenvolva o próprio desejo e a própria elaboração. Acredito que, para além dessas duas regras, não existe mais especificidade e rigor do campo, ou seja, o resto é literatura! O arcabouço teórico psicanalítico, a construção teórica psicanalítica – como dizia Freud – vem só em terceiro lugar. É um andaime, não é o prédio. É uma forma que pode caducar quando na clínica surgem questões que não foram pensadas por essa construção. Por isso, considero que a teorização psicanalítica é um



*procurar não dar soluções,
por mais que seja com
a melhor intenção do mundo.
Se quero ajudar o/a analisando/a
e proponho uma solução,
estou ajudando a mim mesmo,
a minha própria angústia*

mito metafórico. Acredito que hibridar a psicanálise – se continuarmos com essas duas regras da clínica psicanalítica – não a ameaça de nenhuma forma. O que ameaça, então? As idealizações e as crueldades do ideal que vêm de imposições, a meu ver, totalmente coloniais e imperialistas, de uma forma eurocentrada de praticar e teorizar a psicanálise. E, nesse sentido, o Brasil me ensinou muito, que é possível pensar de uma forma diferente, hibridada. Agora, em relação ao identitarismo e à identidade, a ideia de hibridar a psicanálise é uma tentativa de se desvencilhar dessa paixão identitária. Ou seja, que a psicanálise não se confunda com a identidade paranoica dela mesma, que possa ir mudando de acordo com as épocas e lugares.

PERCURSO Você critica tanto a identidade quanto os psicanalistas críticos aos movimentos identitários. Há um tensionamento entre a teorização sobre as identidades híbridas e a crítica ao identitarismo que deseja combater? Como você consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo: criticar a identidade e criticar os críticos do identitarismo?

AYOUCH É exatamente disso que se trata, o identitarismo e também a crítica ao identitarismo. Eu critico precisamente as críticas ao identitarismo no sentido de que são situadas histórica, social e



*o diferente sempre
é o outro – mulher, gay, lésbica,
pessoa trans, negro/a, árabe,
indígena. É como se o majoritário –
homem, branco, eurocentrado,
cis-hétero – não tivesse corpo,
nem identidade*

politicamente. Sei que esse fenômeno existe no Brasil também, mas é muito desenvolvido, hoje em dia, na França: a luta contra movimentos perigosamente “identitaristas” e “comunitaristas”, ou seja, movimentos *queer*, decoloniais, antirracistas. O identitarismo e comunitarismo funcionam como insultos na França, por serem uma forma de quebrar o pacto republicano, de sair do universalismo republicano. Sendo esse universalismo a ideia de que somos todos iguais, não faz sentido algum, portanto, falar de uma particularidade de gênero, sexualidade, raça, classe, porque seria sair do universal. E o sujeito francês é universal. Só que esse universal não deixa de ser a universalização de uma identidade particular, de um particularismo. Identidade essa majoritariamente masculina e, durante muito tempo, diria até bem recentemente, uma identidade obviamente heterocentrada, ciscentrada, branca e europeia, que vem de uma longa tradição religiosa cristã, e não judaico-cristã, o que é muito importante.

Abro esse parêntese porque isso me parece realmente importante: hoje em dia se fala de judeu-cristianismo como uma forma de redimir a longa tradição antissemita europeia e de fazer como se fosse a mesma cultura unida contra a “barbárie”, que seriam atualmente o Islã e os árabes.

Mas a barbárie foi, durante muito tempo, cristã, antijudaica e antissemita. Portanto, falar

de um judeu-cristianismo, que não existe, é uma produção política proveitosa. Apaga a história autenticamente antissemita da Europa cristã, invisibiliza a identidade judaico-árabe, sefardita e mizrahita, da África do Norte e do Meio Oriente, a favor de uma judaicidade embranquecida, entendida unicamente como asquenazita, e permite alterizar e des-civilizar povos árabes e/ou muçulmanos em nome de uma única civilização judaico-cristã ocidental – e obviamente branca! As extremas direitas europeias falam de judeu-cristianismo para demonizar as migrações do Sul Global, consideradas incompatíveis com a cultura europeia. Do mesmo jeito que o primeiro-ministro israelense evoca a defesa da civilização judaico-cristã para justificar o genocídio em Gaza, a colonização a cada dia mais estendida da Cisjordânia, a limpeza étnica do povo palestino e os crimes de guerra na invasão do Líbano.

Voltando à questão do identitarismo, como estava dizendo, o universalismo republicano é a universalização de uma identidade majoritária hegemônica. Eis aqui o verdadeiro identitarismo, que é mais pernicioso por ser invisibilizado. A posição identitária hegemônica pretende não ser uma “identidade”, pois se considera universal. Identidade caracteriza só os outros, que diferem dela: as mulheres, os gays, as pessoas racizadas. A posição masculina, branca, hétero, cis e eurocentrada, burguesa, porém, não é marcada. O diferente sempre é o outro – mulher, gay, lésbica, pessoa trans, negro/a, árabe, indígena. É como se o majoritário – homem, branco, eurocentrado, cis-hétero – não tivesse corpo, nem identidade. Aliás, é exatamente assim que funciona a ideologia. Para ilustrar, vocês se lembram que em janeiro de 2018, na posse do “coiso”, todos os discursos no Planalto mencionavam ideologia: “Esse governo, essa presidência, vai lutar contra a “ideologia de gênero”, “a ideologia marxista”, “a “subjugação ideológica”, “a “ideologização das crianças”, “as ideologias que destroem os valores e tradições”, “destroem as famílias”.

O que vale aqui é uma acusação da ideologia dos outros, equivalente à acusação de identitarismo. Só que o próprio funcionamento da ideologia é

exatamente esse, como o do identitarismo. É um processo altamente projetivo. A ideologia consiste precisamente em atribuir uma posição ideológica só ao outro, e invisibilizar o próprio posicionamento enunciativo. Se usa “ideologia” como acusação para desqualificar as posições dominadas minoritárias, e se eximir de qualquer posição ideológica. Ideológica é justamente aquela posição que pretende falar desde a neutralidade e a universalidade: não situada, sem corpo, sem identidade. Enquanto, vocês sabem mil vezes melhor do que eu, o bolsonarismo é uma ideologia masculinista, militarista, racista, misógina, homofóbica etc. Então, com o identitarismo, é exatamente a mesma coisa: atribui-se uma identidade aos outros e pretende-se falar de um lugar neutro, universal, fora do bulício social, sem identidade.

PERCURSO Vamos à clínica? Como você pensa a diferença entre a clínica do trauma e a clínica da subalternidade? Existe alguma congruência entre as duas? Como se dá o manejo da transferência desde uma perspectiva psicanalítica do poder e da subalternidade?

AYOUCH Tenho que começar dizendo que não sou de nenhum jeito especialista em clínica do trauma. Então, o que vou dizer é uma série de coisas um pouco evidentes, não muito elaboradas. Mas, vamos ver. Se falamos de clínica do trauma, consideramos a reação subjetiva a acontecimentos. Podemos pensar em duas tendências: o trauma como um evento terrível em si, e os microtraumas da constituição da subjetivação – como a sexualidade, o sexual-infantil, considerado traumático. Eu não escolho nenhuma das duas vias; opto por uma em que dá para pensar que o trauma é a reação do sujeito. Pode acontecer algo que, em si, é absolutamente aterrorizador e que não produza trauma, no sentido de que a recepção desse evento não causou tremenda violência. Usando a metáfora de Freud, nesse caso não houve um rompimento do pára-excitações. Da mesma forma que pode acontecer algo que podia parecer menor, mas que produziu um trauma precisamente na recepção do sujeito.



*em uma concepção
generalizada e vulgarizada,
o trauma ressoa hoje como
um tópico, uma verdade
compartilhada, incontestada,
que banaliza a intervenção
dos/as psicólogos/as
e psiquiatras no teatro
das guerras e catástrofes*

A diferença entre trauma e subalternidade é, talvez, primeiro, uma diferença política, apesar de acreditar que o pessoal é político e o psíquico também. É diferença política no sentido de que houve todo um uso do trauma, não necessariamente pela psicanálise, mas por muitas perspectivas humanitárias, psicológicas, psiquiátricas, que produziu uma clínica do trauma com subalternizações, pois colocou os sujeitos em uma posição de vítima, pela qual outros falam. Em uma concepção generalizada e vulgarizada, o trauma ressoa hoje como um tópico, uma verdade compartilhada, incontestada, que banaliza a intervenção dos/as psicólogos/as e psiquiatras no teatro das guerras e catástrofes, das violências extremas, bem como ordinárias. Em algumas ocasiões, tanto na perspectiva humanitária quanto na psiquiátrica, ao se discutir trauma e Transtorno do Estresse Pós-traumático, houve um silenciamento das próprias pessoas afetadas, que foram colocadas em posição de vítima e sobre as quais muitas instituições precisaram falar.

O trauma vira uma preocupação a qual se tem que testemunhar. E esse testemunho acaba modificando a subjetividade psíquica, afetando as pessoas como sujeitos políticos, na imagem que elas têm de si e transmitem, no olhar que elas recebem. O trauma tal como foi investido pelas organizações humanitárias e pelas administrações



*retomando a definição
psicanalítica de trauma
como recepção subjetiva de
um acontecimento, prefiro falar
de clínica da subalternização
para não me limitar
a uma abordagem individual,
separada, atomizada,
dessa recepção subjetiva*

que regem o estatuto de refugiado/a, o trauma como testemunho, produz a emergência de uma nova subjetividade política: a da vítima, que não fala, mas é falada. Isso é bem explicitado no livro de Didier Fassin e Richard Rechtman, *L'Empire du traumatisme*.

Portanto, aqui é uma certa concepção da clínica do trauma que produz subalternização. Eu defino a subalternização na esteira do Gramsci: o subalterno ou a subalterna não é só aquele/a que sofre de uma dominação, de uma opressão. É aquele/a que está radicalmente excluído/a da esfera da representação, que não tem acesso ao dizer, ao se dizer. Essa exclusão resulta na falta de acesso a uma enunciação de si e à singularidade da sua posição, pois a linguagem hegemônica trai a especificidade dessa posição. Então, eu uso a subalternização, para dar conta ou levar em conta muito mais a dimensão política da redução ao silêncio.

Além disso, e retomando a definição psicanalítica de trauma como recepção subjetiva de um acontecimento, prefiro falar de clínica da subalternização para não me limitar a uma abordagem individual, separada, atomizada, dessa recepção subjetiva. Uso a subalternização no sentido de que não se trata só de um processo intrapsíquico nessa recepção subjetiva, mas também de um contexto político que faz com que não se possa falar

de algumas coisas. O silenciamento é consciente e inconsciente. Seguramente por efeitos traumáticos, mas também por efeitos políticos de exclusão da fala, da linguagem e de possibilidades de elaboração. O que em si pode, à sua vez, provocar efeitos traumáticos.

O racismo e a raça geram uma clínica do trauma, mas também produzem subalternizações. Fabricam não possibilidades, não soluções sociais e coletivas de elaboração desses traumas, e isso vale como subalternização. Não há soluções coletivas no sentido de que uma sociedade atravessada por relações sociais de raça não dá apoio social aos sujeitos racizados. Não oferece, ou pouco oferece, possibilidades de elaboração da vivência do racismo.

Além disso, também há poucas soluções clínicas, pois a psicanálise majoritária não aborda esses traumas e não propõe possibilidades para a elaboração de seus efeitos. Bom, com exceção da vertente da psicanálise brasileira da qual falei antes. Esses traumas, de forma muito global, muito geral, não recebem um contexto de elaboração, não são levados à fala. Portanto, prefiro falar de subalternização, para insistir sobre a dimensão mais política e coletiva do trauma subjetivo.

Agora, na transferência, acredito que essa questão da subalternização é sumamente psicanalítica. É, mais simplesmente, a questão de *quem* pode falar, *em que termos*, *segundo que critérios* considerados como escutáveis no divã, no consultório psicanalítico. A psicanálise, pois, almeja uma escuta da hipersingularidade e tenta fazer com que um sujeito fale em voz própria, com as palavras próprias, com a enunciação própria, e que não seja falado, que não esteja só repetindo um discurso pelo qual é atravessado, agido, contado. Que possa chegar a uma posição de sujeito, para falar em nome próprio. Isso é absolutamente central no manejo da transferência.

Porque visamos, no manejo da transferência, a dois níveis – retomando aqui a concepção lacaniana da diferença entre transferência simbólica e transferência imaginária. Transferência imaginária é aquela posição do eu imaginário do

psicanalista. É uma posição de dois eus, analisando/a e analista, se olhando no espelho, cada um definido por posicionamentos narcísicos particulares cunhados social e psiquicamente, produzidos por designações sociais que têm efeitos psíquicos. Transferência simbólica é, como diz Lacan, quando o amor se endereça ao saber. Se a transferência participa da economia narcísica do sujeito, é somente na medida em que esse Imaginário é articulado por um Simbólico. A transferência simbólica não mobiliza o eu, mas o sujeito: aquele/a que recebe sua própria mensagem do Outro em forma invertida. Então, receber a própria mensagem de forma invertida implica poder falar, sair da posição de subalternidade.

No meu penúltimo livro, *A raça no divã*, proponho considerar a subalternização, no contexto do manejo da transferência simbólica, como o espaço onde ocorre a repetição de relações sociais de poder, gênero, sexualidade, raça e classe, interseccionalizadas. Repetição entre analisando/a e analista, repetição flutuante, que vai se movendo, se transformando, mas é repetição. Analisar a transferência simbólica é tentar ver em que estrutura simbólica, em que redes de troca, em que dispositivo, no sentido foucaultiano de discursividades verbais e não verbais, analistas e analisandos/as estão inscritos/as, e o que disso, na situação analítica, se repete ou se renova. Todo o trabalho de manejo da transferência, de interpretação da transferência, consiste em identificar como, nesse momento de interação entre analista e analisando, tem uma relação social de poder que está sendo repetida, e designá-la, em vez de agi-la. Como, então, poder comentá-la para fazer com que o analisando ou a analisanda *saia* dessa posição de subalternização?

Se trata de enxergar como uma relação social de poder produz silenciamento. Esse/a analisando/a está me dizendo alguma coisa, de uma certa forma, que eu posso escutar como uma tematização da relação social de poder que está acontecendo entre nós, de uma rede particular, simbólica, que está atravessando a enunciação entre nós. Se consigo identificar isso, posso



*proponho considerar
a subalternização, no contexto
do manejo da transferência
simbólica, como o espaço
onde ocorre a repetição
de relações sociais de poder,
gênero, sexualidade, raça
e classe, interseccionalizadas*

acompanhar esse analisando/a numa tentativa de sair desse lugar de silenciamento.

Vou dar um exemplo entre três mil, quinhentos e cinquenta três exemplos possíveis, mas vou retomar esse, que é o que me vem mais facilmente à mente. Se trata de um psicanalista estadunidense chamado Max Belkin. É um homem branco, abertamente gay, europeu instalado nos Estados Unidos, que recebe a Ana, uma mulher *chicana*, mexicana estadunidense, heterossexual, racializada e racizada. Em uma sessão, ela fala para ele: “Você me lembra o Kevin Spacey, um homem gay de aparência heterossexual”. Kevin Spacey é um ator gay que possui uma passabilidade, um “passing” heterossexual. No nível da transferência imaginária, aparecem duas posições muito imaginárias. Uma mulher racizada, heterossexual; um homem, branco, gay. São posições constituídas socialmente com efeitos psíquicos. É importante identificar essas posições imaginárias. Mas o que está acontecendo, que articula essas duas posições imaginárias no aqui e agora, quando ela fala para ele: “Você me lembra fulaninho, que é um homem gay de *passing* heterossexual”? Em um plano manifesto, ela está falando para ele: “Você é privilegiado no sentido de que está menos exposto à discriminação de sexualidade porque você parece hétero”. Pode, inclusive, ser uma forma de expressar a agressividade imaginária,



*eticamente, ao publicar,
corre-se o risco de engessar
o delírio do/a analista sobre o/a
analizando. Publicar é fixar
uma identidade do/a analisando/a.
Por mais que tentemos mascarar,
dissimular, anonimizar o caso, um/a
paciente sempre pode se reconhecer*

pela qual ela está designando a menor exposição à vulnerabilidade dele em termos de sexualidade. Ele poderia responder à transferência de forma imaginária, se desculpando e afirmando que, por ser abertamente assumido como gay, está sim exposto à vulnerabilidade. Também podia reagir de forma agressiva à microagressão que ela lhe endereçou. Mas ele observa a transferência simbólica, e a analisa de forma interseccional. Escuta a rede simbólica, a série de discursividades, o mito-simbólico que, nesse momento, conecta-o a ela. Ele repara que ela está falando, dentro da transferência simbólica entre eles, de coisas que dizem respeito a ela. Que ela tem uma maior exposição à vulnerabilidade em termos de gênero, como mulher, e em termos de raça, como mulher racizada.

E eis aqui uma forma de subalternização: ela não aborda a questão da raça ou do gênero de forma explícita, manifesta, pois essas questões foram subalternizadas. E ele escolhe escutar que, quando ela aborda questões que parecem dizer respeito a ele, ela está falando de questões relativas a ela, e que foram subalternizadas. Levantar a subalternização, no manejo da transferência simbólica, implica escutar o está sendo intercambiado, trocado entre eles. Do que se trata? Qual é a relação que está articulando as posições imaginárias de ambos/as, nesse momento particular? E como essa relação proíbe que sejam faladas

determinadas coisas quando são faladas outras? E como abrir um espaço para que essas coisas possam ser formuladas? Esse é um exemplo.

PERCURSO Essa situação foi um caso clínico escrito?
AYOUC Sim, está em um livro coletivo organizado por Max Belkin e Cleonie White, intitulado *Intersectionality and relational psychoanalysis. New perspectives on race, gender and sexuality*.

PERCURSO Esse é um tema que queremos abordar, pois você problematiza a questão da escrita dos casos clínicos. Gostaríamos de perguntar se a sua questão é com a publicação dos casos ou com a escrita propriamente dita. A ausência da escrita de casos clínicos não comprometeria a transmissão e a formação do analista?

AYOUC Muito obrigado por essa pergunta. A questão, na verdade, é muito complexa e não pretendo, obviamente, responder em nome de todos. Eu respondo desde uma posição muito pessoal e subjetiva. Publiquei casos clínicos há tempo e não faço mais. Mas, para responder à pergunta, se é uma questão de publicação ou uma questão de narração ou escrita: são ambas as coisas. Para mim, é uma questão tanto epistemológica quanto ética. Eticamente, ao publicar, corre-se o risco de engessar o delírio do/a analista sobre o/a analisando. Publicar é fixar uma identidade do/a analisando/a. Por mais que tentemos mascarar, dissimular, anonimizar o caso, um/a paciente sempre pode se reconhecer. Se o caso é bem descrito, o analisando/a, acredito, sempre acaba se identificando. E se reconhece como engessado, precipitado literalmente, retomando a metáfora química, vira a cristalização de uma coisa que estava fluida e que de repente se torna sólida. É uma prescrição que tem efeitos psíquicos. Não dou conta, não posso dar conta desses efeitos. Eticamente, não encontrei uma posição que me permitisse assumir esses efeitos, porque aconteceu, na literatura analítica, que analisandos/as se reconhecessem em casos publicados.

Epistemologicamente, acho muito difícil transmitir uma transferência a dois (ou a mais,

dependendo do dispositivo), numa escrita individual, solipsista, a não ser que digamos que são fragmentos do delírio próprio do/da analista. Acho pouco provável que uma escrita em uma única voz dê conta daquilo que aconteceu numa hibridação de duas psiques, de duas vozes. Me parece muito redutor e pouco representativo. A não ser que se fale diretamente: “Eu estou escrevendo sobre a minha própria transferência”. Na verdade, em termos lacanianos, se trata mais da contra-transferência, não da transferência, sendo essa provocada dentro da troca analítica. A contra-transferência, porém, é, como dizia Lacan, a soma de preconceitos do/a analista, o conjunto de representações conscientes e inconscientes do/a analista. O/A analista chega ao consultório com bagagens. Epistemologicamente, não encontrei a forma de ir além disso. Mas não quer dizer que outras pessoas não acharam; tem inventividades e formas de fazer, mas eu, pessoalmente, não encontrei e não me interessa tanto.

E há também um último aspecto: em termos político-epistemológicos, qual é a posição que adotamos nessa produção de saber? Ou seja, trabalhamos com pacientes, produzimos pesquisa e teorização em psicanálise. Será que podemos assumir uma postura extrativista nessa pesquisa? Postura que, durante muito tempo, foi a da pesquisa, por exemplo, na antropologia e na sociologia.

Hoje em dia, porém, costuma ter sempre um momento de devolução dos resultados. Essa pesquisa, que me serve como pesquisador, que ajuda em muitos níveis para minha carreira acadêmica, para o meu livro, e que extraí do terreno, tem que servir também a esse terreno. Caso contrário, perpetuo a postura colonial extrativista daquele que domina. É uma posição do *ego cogito* cartesiano: para conhecer, dominar e extrair, sem devolver nada.

Hoje em dia, em pesquisas participativas, na sociologia ou na antropologia, prevalece a ideia de que o trabalho tem que servir para o terreno também. Então, clinicamente, em termos de psicanálise, quando faço uma pesquisa psicanalítica e teorizo a partir de uma clínica, como serve ao/à paciente? Não estou sendo extrativista, só



*hoje em dia,
em pesquisas participativas,
na sociologia ou na antropologia,
prevalece a ideia de que
o trabalho tem que servir
para o terreno também*

extraindo elementos, mas não devolvendo nada? Servindo só a minha própria glória. Mais radicalmente, não daria para pensar uma escrita a quatro mãos, entre analisando/a e analista? Isso seria um estilo totalmente novo, um gênero bastante inédito. Para evitar essa dimensão de extrativismo, para evitar que o único ou a única que se beneficie da pesquisa psicanalítica seja o/a analista. Será que não daria para reconhecer uma construção comum, inclusive na escrita? Essa escrita a dois implicaria, portanto, analisar os efeitos transferenciais particulares que resultam dela.

PERCURSO Em junho do ano passado, durante o *Colóquio Brasileiro de Psicanálise: Diversidade, Identidade e Singularidade*, um ponto de vista psicanalítico, realizado na Embaixada do Brasil em Paris, houve uma manifestação de uma psicanalista francesa que parece ter dado voz a um manifesto publicado em 2019 no *Le Monde*, assinado por oitenta psicanalistas franceses, que denunciava o pensamento decolonial como uma ameaça totalitária. Logo em seguida, você participou de um grupo, o coletivo Cinema e Psicanálise nas Brechas, que lançou o manifesto intitulado “Por uma Psicanálise Decolonial” aqui em São Paulo, respondendo a essas colocações. Que argumentos você tem mobilizado na defesa de uma psicanálise decolonial? Seria correto pensarmos que estamos



*o Brasil tem
uma produção de fabulosa
criatividade, que tem tudo
para ensinar à velha Europa
e a outros lugares,
no que diz respeito
à psicanálise*

vivendo um recrudescimento do colonialismo? Somaremos isso à questão de como você vê o seu papel nesse debate na cena acadêmica francesa? **AYOUCH** Muito obrigado por essa pergunta. Bom, eu já falei várias vezes sobre o que aconteceu nesse colóquio. Queria deixar clara uma diferença: a resposta e a atitude dessa psicanalista não se referiram diretamente àquela coluna sobre o decolonial como narcisismo das pequenas diferenças, que foi assinada dramaticamente por oitenta psicanalistas franceses, em 2019. Ela não mencionou esse texto. Foi o manifesto decolonial da psicanálise que colocou em perspectiva a resposta dela e tentativas anteriores antidecoloniais, antiantirracistas. O problema é que o antianti acaba sendo colonial e racista, obviamente!

Ela falou muita bobagem e várias coisas errôneas, mas o pior foi como terminou a fala. Não vou retomar tudo o que ela disse, que era globalmente depreciativo daquilo que colegas brasileiros trouxeram da inventividade da psicanálise brasileira atual. Vou apenas contar como ela acabou o seu discurso. Ela terminou dizendo que não estava convencida da noção de colonialidade no inconsciente, de inconsciente colonial, que ela ia pensar sobre isso, para avaliar, apreciar, e comunicar depois se estava de acordo ou não. Foi uma maravilhosa manifestação do inconsciente colonial e da colonialidade no inconsciente: enquanto

ela estava desmentindo, na palavra, a existência da colonialidade no inconsciente, no ato estava manifestando-a. “Eu, a imperatriz europeia da psicanálise, vou avaliar as tentativas de vocês, pessoas do Sul Global, e julgar se a psicanálise de vocês é válida ou não.” Luminosa demonstração de colonialidade! Acho que, hoje em dia, sobretudo com as neofascizações atuais globais, uma colonialidade tremenda está sendo atuada e reforçada. E, no que diz respeito à psicanálise, acho que vocês brasileiros estão resistindo muito a isso. Muito. Não é o caso da psicanálise majoritária no Brasil, mas tem muitas vias da psicanálise que, sem se desfazer totalmente de uma herança europeia, a renovam, o que me parece mais interessante. Estão considerando, hoje em dia, que a psicanálise brasileira tem que ser pensada a partir de problemáticas próprias ao Brasil e de ferramentas próprias à história do Brasil. O que não quer dizer jogar fora toda a psicanálise de origem europeia, mas reler e reinventá-la a partir de um contexto local, de uma história local, de ferramentas locais, e isso me parece lindamente decolonial.

O que não foi aceito nesse colóquio, por mero imperialismo psicanalítico, é que esses/as psicanalistas não estejam mais olhando para a Europa como modelo, como farol que vai validar as produções locais. Não estão se submetendo mais ao longo cortejo de mestres em turnê que chegaram às Américas para divulgar a boa palavra da psicanálise europeia.

E o Brasil tem uma produção de fabulosa criatividade, que tem tudo para ensinar à velha Europa e a outros lugares, no que diz respeito à psicanálise. O modelo não é mais europeu, não é mais só do Ocidente, do Norte Global. Então, sim, tem uma colonialidade cada vez mais forte em termos de relações entre Norte e Sul Global, em termos de extrema direitização de regimes no mundo inteiro, mas tem resistências: tem essa resistência decolonial. E na psicanálise eu vejo, espero, fantasio um pouco, que essa resistência à colonialidade ocorre no Brasil.

E com respeito ao meu papel... eu não sei se tenho um papel! Demorei bastante para me

descolonizar pessoalmente. Como disse para vocês, sou marroquino e, quando cheguei à França, estava profusamente colonizado. Tinha sido educado em instituições francesas durante toda a minha infância e juventude, e cheguei à França com a ideia de que esse país era um farol de humanidades e democracia. Achava que a produção do saber tinha que ser eurocentrada e francocentrada. Demorei para me descolonizar, e provincializar, como dizia antes, essa fonte de saber e discursos.

Hoje em dia, assumo plenamente uma posição outra. Falamos de subalternização e eu também, na minha história, não podia falar em nome próprio. Tinha que falar em termos universais. Atualmente, pretendo falar a partir de um posicionamento que assumo inteiramente: o de um cara racizado na França, francês e marroquino, e brasileiro de coração! De educação francesa, mas não identificado com o padrão do Norte Global hegemônico, universalizador, por ter entendido que esse universal não existe.

A psicanálise que pretendo desenvolver, tanto na minha prática quanto na minha teorização, parte dessa localização, dessa situação da minha enunciação. Nesse sentido, ela é decolonial. Mas não pretendo aportar uma coisa particular para a França. O que quero dizer com isso é que quem quiser dialogar comigo, bem-vindes, e quem não quiser, tanto faz! (risos).

No Brasil, minha posição é bem particular. É a de alguém vindo do Norte Global, porque por enquanto moro na França, para falar de psicanálise decolonial no Brasil. Não será isso redondamente paradoxal? Contudo, tento fazer algo com esse paradoxo. Primeiramente, não pretendo ensinar nada à psicanálise brasileira e quero dizer de novo que tudo aquilo que aprendi sobre a descolonização da psicanálise veio do Brasil. Além disso, tenho uma posição desidentificada com a França, por isso não pretendo falar em nome dela. Sei, porém, que me inscrevo em estruturas de colonialidade quando vou a universidades, dou palestras e sou convidado como professor visitante.

Há uma estrutura de colonialidade entre Norte e Sul Global, mas pretendo me utilizar



*não pretendo ensinar
nada à psicanálise brasileira
e quero dizer de novo que
tudo aquilo que aprendi sobre
a descolonização da psicanálise
veio do Brasil. Além disso,
tenho uma posição desidentificada
com a França, por isso não
pretendo falar em nome dela*

da minha posição nessa estrutura para subvertê-la e, ao subvertê-la, tentar mostrar como podemos pensar diferentemente. Encontro aqui uma maravilhosa liberdade de pensamento e criatividade, aprendi muito com essa psicanálise brasileira, e pretendo devolver um pouco daquilo que recebi. Dom e contradom. Inventemos juntas!

PERCURSO Entendemos que você pensa a hibridação como uma ferramenta de luta decolonial. Porém, no Brasil esse conceito parece ter encontrado outros usos. No pensamento de Gilberto Freyre, por exemplo, os traumas e violências da escravidão teriam sido superados pela miscigenação interracial, inaugurando a democracia racial no país cuja figura síntese é o mulato. Nesse sentido, a hibridação não pode servir ao discurso colonial de ocultamento das violências e apagamento das diferenças?

Além disso, ainda sobre esse assunto, gostaríamos de saber sua posição sobre os debates atuais a respeito da identidade racial do pardo no Brasil. A defesa de uma autonomia dessa identidade racial híbrida tem sido muito criticada por membros do movimento negro, que acusam o potencial dessa nomeação de enfraquecer a luta contra o racismo no Brasil. O que você pensa sobre o assunto?

AYOUCH Vocês estão apontando precisamente o problema, e também a riqueza, desse conceito



*obviamente que a noção
de democracia racial
foi usada no sentido de uma
invisibilização da opressão,
da violência, mas, sobretudo –
e o que me parece tão importante,
senão o mais importante –
da força da resistência*

de hibridez e da forma como é usado. Eu retomei a categoria de hibridez do teórico pós-colonial indiano Homi Bhabha. Houve um movimento muito paradoxal e ambivalente na Índia e em muitas colônias, que foi o de colonizadores tentarem modelar colonizados e colonizadas à sua própria imagem. Mas as formas de retomar o mandato colonial sempre foram consideradas híbridas, bastardizadas, não puras, inferiores, cópias malfeitas. Os ingleses quiseram fundar uma elite indiana que servisse de intermediária entre a população indiana e os colonizadores. Essa elite era perfeitamente inglesa na forma de falar e de se vestir, mas era considerada como uma cópia falha, de certa forma. Os ingleses desprezavam essas cópias que não eram inglesas o bastante.

Homi Bhabha vira de cabeça para baixo essa hierarquia, dizendo que essas cópias são o lugar da hibridez, que ele chama de “mimicry”. A hibridez é o fato de o colonizado retomar o mandato colonial dando um passo ao lado, e assim subvertê-lo. Ou seja, a autoria e autoridade do mandato colonial ficam subvertidas por essa enunciação diferente. Essa elite indiana se apropria de elementos ingleses e os hibridiza. Inventa, assim, novidades que não estavam contidas no mandato colonial.

Para dar um outro exemplo bastante banalizado, o português. Os portugueses múltiplos falados no Brasil não são uma cópia falha do

português de Portugal. São uma invenção absolutamente potente, atravessada pelo tupi-guarani, por línguas iorubás, o pretuguês, e por mil outras influências que não existem em Portugal. Vão reinventando a língua léxica e semanticamente, mas também foneticamente. É uma hibridez que deu lugar a uma subversão do mandato colonial, criando algo muito mais rico do que aquilo que foi trazido pelo mandato colonial.

Agora, vocês têm razão. A hibridez pode ser usada, e isso foi também denunciado em Homi Bhabha por movimentos decoloniais, como uma figura de lenificação e pacificação do conflito. É a ideia de que, ao fim e ao cabo, a hibridação foi uma criação feliz, sem conflito nem violência. É muito importante reconhecer a violência quando falamos em hibridez, reconhecer toda a história de opressão e toda a história de resistência. Uso hibridez não no sentido de amenização e abrandamento da violência, mas no sentido de resistência que deu lugar à plena inovação.

Portanto, é preciso se descentrar daquele uso da miscigenação, tal como foi cunhada por Gilberto Freyre, na esteira das teorias eugênicas de branqueamento da raça no Brasil. Cabe também distinguir hibridez da noção de democracia racial que pretende, claramente, apagar totalmente as relações sociais de poder e de domínio de raça e de classe que atravessaram os cinco séculos da história brasileira. Obviamente que a noção de democracia racial foi usada no sentido de uma invisibilização da opressão, da violência, mas, sobretudo – e o que me parece tão importante, senão o mais importante – da força da resistência.

Então, se usarmos hibridez, que levemos em conta todos os movimentos de resistência: a criação de quilombos, a sabotagem das máquinas dos mestres, a permanência de culturas africanas e indígenas, e o florescimento das demais resistências. Hibridez, nesse sentido, não remete à miscigenação e à democracia racial, nem a qualquer apagamento das opressões. Para mim, democracia racial tem no Brasil um uso bastante parecido ao universalismo republicano na França. Visa apagar não só as diferenças, mas também as hierarquias.

Não é uma questão de diferenças entre pessoas; é uma questão de que a diferença é o lugar de uma relação de poder, e, portanto, de uma hierarquia. Que usemos hibridez, mas levando em conta a permanência de hierarquias. A hibridez, nesse sentido, visa precisamente virar de cabeça para baixo essas hierarquias.

Agora, pardo? Bom, amigos, não me sinto legitimado a responder a essa pergunta por não ser brasileiro. Então não sei, não tenho vivência de brasileiro no que diz respeito a essa questão de pardo ou negro. Segundo o que entendi, tem a questão da autopercepção e da autodesignação racial, sobretudo nos questionários e pesquisas. E tem a questão política da definição de si: pessoas identificadas como pardos e pardas hoje se definem como negros e negras em termos de reconhecimento político. Se bem entendi, se trata aqui da diferença entre negro e preto, o negro sendo uma reivindicação política, sobretudo contra a invisibilização e o branqueamento da população negra. Remete a toda a história de branqueamento própria da América Latina, sobretudo do Cone Sul, Argentina, Uruguai e

Brasil. Na Argentina, por exemplo, eles fingem que não têm afrodescendentes, que foram trocados por essa figura do *trigueño*. O *trigueño* seria uma mistura de branco, indígena e negro, e hoje não haveria mais afrodescendentes na Argentina. Sendo que tem, mas são invisibilizados. Então, pardo pode contribuir para essa invisibilização do negro. Declarar-se como negro é, em termos políticos, reverter essa invisibilização. Também pode ajudar a identificar discriminações: maioritariamente, o sujeito pardo é percebido muito mais quanto deficiência de branquitude (um processo de branqueamento inacabado, falido) do que quanto aproximação, realização de branquitude. Mesmo se, obviamente, dá para pensar que um sujeito percebido como pardo é menos exposto ao racismo do que um sujeito identificado como preto. É o que entendi, mas infelizmente, não acompanhei os debates a esse respeito – em particular aqueles relativos às comissões de heteroidentificação no que tange às cotas raciais. Desafortunadamente, faz dez anos que não moro no Brasil. Ainda não consegui cidadania brasileira, mas quem sabe um dia! (risos)

Misoginia, falha civilizatória?

Uma violência que urge ser exposta, cuidada

Realização Bruno Esposito, Gisela Haddad (coordenadora), Ivy Semiguem, Lucas Simões Sessa e Tânia Corghi Veríssimo

Alessandra Affortunati Martins é psicanalista, pesquisadora responsável (JP-Fapesp) na Cátedra Edward Saïd (Unifesp), colunista da Revista *Cult*, doutora em Psicologia Social e do Trabalho pelo Ipusp com pós-doutorado na FFLCH-USP, membra do Grupo de Trabalho em Filosofia e Psicanálise da Anpof e do SIPP e do Grupo de Estudos, Pesquisas e Escritas Feministas. Foi professora visitante na ZfL-Berlin e pesquisadora na University of London. É autora, entre outros, de *Breve história da carne* (Iluminuras, 2023).

Estevão Rafael Fernandes é professor associado da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Estudos Comparados sobre as Américas pela UnB, com período sanduíche na Duke University; pós-doutorado pela Brown University. Publicou, entre outros, *Gay indians in Brazil* (Springer) e *Descolonizando sexualidades* (Editora UnB). Coordena o GT “Antropologias Dissidentes e Indisciplinadas” da ALA, integra o International Indigenous Organ Donation and Transplantation Coalition e a Task Force on Indigenous Psychology da APA, e é parecerista da Wenner-Gren Foundation. No Brasil, é coeditor da revista *Novos Debates* (ABA), Pesquisador da Fiocruz-Rondônia e Secretário Regional da SBPC em Rondônia.

Felippe Lattanzio é psicanalista, doutor em estudos psicanalíticos pela UFMG, com estágio doutoral no CNAM/Paris. É autor de *O lugar do gênero na psicanálise* (Blucher), entre outras produções. É participante das Journées Internationales Jean Laplanche. Foi coordenador geral do Instituto Albam, tendo ganho o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PNUD, ONU Brasil). É professor da PUC Minas e na Casa do Saber. Membro fundador e docente do Travessias – Percursos em Psicanálise. É membro efetivo da Associação de Pesquisa Universitária em Psicopatologia Fundamental.

Tania Rivera é ensaísta, psicanalista, professora da UFF e da UFRJ. Doutora pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, com pós-doutorado na EBA – UFRJ e na UNSAM, Argentina. Foi professora visitante da Université Paris 8. Autora de, entre outros, *Arte e expressão, loucura e política* (n-1 e Ed. Sesc, 2023), *Psicanálise antropológica* (Artes e Ecos, 2020) e *O avesso do imaginário* (CosacNaify, 2013, prêmio Jabuti).

Alessandra Affortunati Martins
Estevão Rafael Fernandes
Felippe Lattanzio
Tania Rivera

Andrew Tate é um influenciador americano que se declara misógino. É réu por estupro, tráfico humano e exploração sexual de menores. Citado na série “Adolescência”, defende o que faz publicamente e, além de não ter sido preso, não se esquivava em vestir camisetas que disseminem essa violência, favorecendo a criação de sites em que são propagadas a machosfera e a pornografia. Algoritmos de redes sociais amplificam esse discurso, empurrando jovens para um funil de radicalização misógina que muitas vezes termina em defesa explícita do estupro. O rapaz que prestou depoimento sobre o estupro coletivo de sua colega vestia a camiseta com os dizeres regret nothing, como a se eximir de qualquer responsabilidade sobre seu ato. A impunidade e a espetacularização midiática mantêm a cultura que transforma violência sexual em entretenimento e/ou afirmação identitária.

Em 2025, o Brasil registrou o maior número de crimes sexuais dos últimos dez anos. 832 jovens menores de dezoito anos cometeram abusos sexuais. Tal como uma epidemia silenciosa, eles ou são vítimas de um ambiente de violência, ou influenciados por redes que disseminam o ódio.

A violência de gênero é uma pandemia silenciada e generalizada. Uma em cada três mulheres sofre violência física ou sexual ao longo da vida, seis em cada dez feminicídios são cometidos por parceiros íntimos ou familiares, uma em cada cinco meninas casa-se antes dos dezoito anos. No mundo, 245 milhões de mulheres sofreram violência por parceiros íntimos apenas no último ano – número que supera populações de países inteiros.

Gisèle Pelicot – que sofreu estupros organizados por seu ex-marido, caso que chocou o mundo e se tornou símbolo

123

PERCURSO 76 : p. 123-132 : junho de 2026

internacional da luta contra a violência sexual – transformou sua indignação em memória e denúncia. Ao tornar público o julgamento e recusar o anonimato, realizou um ato político: “Que a vergonha mude de lado”.

No livro *A cronologia da água* (2011), Lidia Yuknavitch relata o horror e a dor de ser abusada sexualmente por anos pelo próprio pai, o qual antes dela abusava da irmã mais velha, diante do silêncio de sua mãe, que buscava amortecer-se no álcool.

A misoginia explícita e os ataques à mulher são a ponta do iceberg de um mal-estar na civilização. O feminicídio se mantém há alguns séculos. A estrutura familiar e social tradicional, centrada na figura paterna como lei, não só resiste ao surgimento de um laço social igualitário, como tenta restaurar uma ordem patriarcal imaginária, incrementada pela ascensão da extrema direita global, que transforma a “família tradicional” em trincheira contra direitos das mulheres, ao mesmo tempo que acolhe em suas fileiras acusados de violência sexual – contradição que raramente é cobrada.

Por outro lado, se o feminismo interroga com força histórica e contundente homens mundo afora – e muitos deles em sua vida



a misoginia não é um desvio isolado. Trata-se de uma estrutura que desenhou o patriarcado como cerne dos processos civilizatórios. Hoje ela se retroalimenta pela impunidade, pelos algoritmos

pública palestram sobre tais desigualdades e injustiças – uma vasta maioria resiste em abandonar seu lugar “soberano” no patriarcado, inclusive em espaços inesperados como universidades ou instituições de renome.

Há que não se esquecer que a violência atinge as mulheres de formas diferentes. Nas mulheres negras, indígenas ou trans seus índices ultrapassam em muito a média.

A seção *Debate da Revista Percurso* convida a refletir livremente sobre o tema.

Alessandra Affortunati Martins

Ouvir e ver ou recusar e recalcar?

Perguntas feitas por uma psicanalista feminista

A misoginia não é um desvio isolado. Trata-se de uma estrutura que desenhou o patriarcado como cerne dos processos civilizatórios. Hoje ela se retroalimenta pela impunidade, pelos algoritmos, pelos ganhos monetários, pelo acúmulo de poder e pela espetacularização da violência. Como destaca o texto disparador deste Debate, do influenciador Andrew Tate – réu por estupro e exploração sexual – aos dados alarmantes do Brasil, que em 2025 teve o maior número de crimes sexuais da última década, passando pelo ato político

de Gisèle Pelicot e pela dor narrada por Lidia Yuknavitch, o cenário revela uma epidemia antes silenciada que agora está sob holofotes no palco das notícias. É necessário que essa forte luz sobre a violência contra as mulheres e o feminino não se apague. Enquanto o feminismo interroga-as sem cessar, a estrutura patriarcal resiste. Sabe-se que a violência atinge com ainda mais força mulheres negras, indígenas e *queer*. Eis o terreno sobre o qual este Debate se propõe a refletir.

Diante dessas evidências, quais perguntas a psicanálise deve colocar a si mesma e às esferas sociopolíticas? Como escutar o trauma sem repetir pactos e alianças entre irmãos e pais – simbólicos



*do lado da psicanálise,
convém examinar o porquê
de ela demorar tanto a se mover.
Não se tratou apenas de silêncios
e convivências. Muitos conceitos
teóricos e resistências institucionais
diante das articulações feministas
reiteraram violências, desigualdades
e opressões*

ou não – que silenciam e reproduzem atos exploratórios e violentos? E, finalmente, como a psicanálise pode contribuir para que a vergonha definitivamente mude de lado, sem recuar ou recusar a banalidade usual na qual é colocada a monstruosidade de tais violências, opressões e explorações?

Como costume dizer, sintomas histéricos foram e são tentativas semífracassadas de articulação política discursiva de mulheres exploradas materialmente e abusadas moral e sexualmente – essas são partes da verdade de sintomas queixosos de insatisfação e dores conversivas. Por isso, a vergonha, como Gisèle Pelicot fez questão de bradar, precisa mudar de lado.

Do lado da psicanálise, convém examinar o porquê de ela demorar tanto a se mover. Não se tratou apenas de silêncios e convivências. Muitos conceitos teóricos e resistências institucionais diante das articulações feministas reiteraram violências, desigualdades e opressões. Já louvamos e agradecemos à exaustão os nossos pais da psicanálise. Chegou o momento de fazer um outro passo de dança – um movimento não laudatório a eles, posteriormente reencarnados nos novos mestres que também reproduzem seus poderes espoliadores sob vestes fálicas.

Como já indiquei em artigo anterior, escrito na minha coluna da Revista *CULT*, quando Freud escreveu o caso Dora, em 1905, ele normalizou, em

muitos aspectos indesculpáveis, o que Ida Bauer (1882-1945) buscou narrar em análise: o absurdo de ter sofrido assédios e importunações sexuais aos quatorze anos por parte do senhor K., amigo de sua família que à época tinha cerca de quarenta anos. O pai apoiava a violência insistente para que pudesse seguir livre com a amante, esposa do senhor K. Ou seja, o pai de Dora entregava a filha adolescente ao marido da amante como moeda de troca para preservar seu romance extraconjugal. Dora recusou-se a servir de distração ao senhor de quarenta anos e acabou sendo levada pelo pai ao psicanalista – Freud. No pacto entre esses senhores, que igualmente se servem e estão a serviço da empresa patriarcal, o psicanalista ficou encarregado de resolver a “histeria” da moça e se esforçou para tanto – ela resistiu como pôde.

Alarmes ressoam: Epstein, Vercaro, Weinstein, Daniel Alves, Robinho, Polanski, Trump, Doca Street – uma lista tanto variável quanto interminável. Como analisa Shoshana Felman em *O inconsciente jurídico*, três julgamentos revolucionaram o sistema de jurisdição ocidental: 1) o de Adolf Eichmann em Jerusalém (1961), que introduziu a escuta do trauma e o testemunho da vítima como elemento central da verdade jurídica; 2) o de O.J. Simpson (1995), que mostrou tensões desse modelo em termos de gênero com o deslocamento das reivindicações legítimas por justiça em relação ao racismo da polícia de Los Angeles e do sistema de jurisdição norte-americano na defesa contra a acusação de feminicídio de Nicole Brown; 3) o terceiro, de Gisèle Pelicot (2024-2025), que acrescentou outra faceta ao conjunto histórico anterior ao tornar público o julgamento de estupro e abuso sexual e recusar o anonimato. Com esse procedimento de visibilidade, Gisèle inverte a moral e o status que regia a violência sexual.

Dopada pelo próprio marido, Dominique Pelicot, Gisèle foi estuprada por mais de dez anos. Seu marido usufruía de seu corpo junto com dezenas de outros homens recrutados na internet para abusar dela em estado totalmente inconsciente. Quando tudo veio a lume, Gisèle decidiu que a vergonha não era o seu lugar. Cinquenta e



um homens foram julgados por estupro. Figuras comuns, agentes do horror inimaginável. Em casos como esses, o Real tem autoria.

O que não pôde ser escutado na denúncia feita por Dora ainda no início do século xx não pode mais encontrar ouvidos moucos, especialmente entre psicanalistas que trabalham com a escuta e a verdade inerente aos sintomas. Fingir que não se ouve o que se ouve e que não se vê o que se vê é obra de recalques e negações – a psicanálise recorrerá agora às artimanhas que busca dissolver em sua clínica?

Estevão Rafael Fernandes

O ódio como norma: O que minhas filhas me ensinaram sobre misoginia

Seria hipócrita e covarde entrar pela porta da frente neste debate proposto pela Seção Debate da Revista *Percurso*, lançando mão de eventuais credenciais de pesquisador no campo do Gênero e da Sexualidade. Prefiro, em vez disso, entrar pela porta dos fundos, acanhado, despido da minha vaidade “latristica”, entendendo meu lugar de privilégio como homem cis-heteronormado. Escrevo como pai de duas meninas (uma a caminho), tendo consciência de que essa experiência me destruiu, mais do que me desconstruiu, de várias formas diferentes. Escrevo, ainda, sabendo que um dia uma delas talvez leia isto e é deste lugar de absoluto desconforto e insegurança que deito aqui algumas palavras. É, ainda, deste lugar que escrevo e confesso que tenho medo, muito medo, pelas minhas filhas. Ao ver como mulheres são violentamente tratadas, violadas, invisibilizadas e agredidas de tantas formas, vira e mexe me pergunto se falhamos como civilização.

Em primeiro lugar, sinto que não – ao contrário, cada vez mais me convenço de que este é, justamente, o próprio projeto civilizatório. Explico: os casos de violência, misoginia e machismo não são uma “falha na matrix” ou um erro sistêmico. Antes, o próprio projeto civilizatório

identificar a violência, nesse contexto, como desviante da norma, é protegê-la: ela é a norma em si e o próprio sistema. Os red pill não são um desvio, eles são a face mesma desvelada dessa estrutura excludente sobre a qual o mundo moderno/ocidental se baseia

sustenta essa estrutura patriarcal e nela se baseia. A modernidade não deve, assim, ser entendida como uma mera relação com o mundo (algo contingente), mas como a própria lógica subjacente que sustenta a normalização desses vários tipos de violência, uma vez que ela se funda na exploração e apagamento de corpos-outros para além do combo homem-branco-europeu-ocidental-hetero-cristão-etc. Há corpos historicamente matáveis, estupráveis e descartáveis, e o erro é supor que esse “historicamente” seja um passado morto e enterrado e não uma imanência.

Identificar a violência, nesse contexto, como desviante da norma, é protegê-la: ela é a norma em si e o próprio sistema. Os *red pill* não são um desvio, eles são a face mesma desvelada dessa estrutura excludente sobre a qual o mundo moderno/ocidental se baseia. A “machosfera”, com seus “maridos alfa”, sempre esteve lá, mas agora temos consciência dela. O que nos leva a um segundo ponto.

Compreender essa estrutura que normaliza a violência misógina é um deslocamento necessário para que a denúncia produza algo além de si mesma: os mecanismos que a (re)produzem partem da mesma lógica daqueles que deveriam contê-la. Refiro-me não apenas à certeza da impunidade dentro da perspectiva masculinista mas, também, de como as mídias sociais e os algoritmos funcionam como caixa de ressonância dessas



*o ponto é que essa nuvem
discursiva não paira simplesmente
no ar, de forma abstrata:
ela está presente em decisões
judiciais, currículos escolares,
conversas nos corredores
e botecos, no zapping
despretensioso nas redes sociais
antes de dormir*

ações: a morte de mulheres rende *likes*, *scrolling* e compartilhamentos. Há notícias recentes, por exemplo, de operadores do direito que normalizam, em suas decisões, o estupro de vulneráveis e o assédio, bem como de autoridades e policiais que agredem e/ou matam suas parceiras. Mais do que esses episódios em si, chamo a atenção para como eles evidenciam que agressores e cúmplices sistêmicos possuem *fan base* e apoiadores. O agressor e assassino de hoje é o deputado ou vereador de amanhã, a própria personificação do “cidadão de bem”, justamente porque há uma capacidade de articulação e mobilização algorítmica que sustenta um mercado, simbólico e financeiro, desde o qual matar mulheres rende engajamento e dinheiro.

Um terceiro elemento tem que ser dito: corpos diferentes são mortos também diferentemente. Se estamos falando da Modernidade como sistema, precisamos, da mesma forma, chamar a atenção para o fato de que essas violências não operam separadamente, mas articulam-se interna e constitutivamente com a dominação racial, territorial, espiritual e afetiva que organiza o mundo moderno-colonial. Isso tem, evidentemente, consequências diretas para a leitura da violência de gênero em suas múltiplas formas – inclusive como a imprensa a noticia: índices de feminicídio, estupro, abuso, assédio, *body shaming* etc. incidem

distintamente sobre mulheres negras, indígenas, interioranas e trans como uma expressão ainda mais evidente de como esse regime heterocolonial opera quando todas as suas dimensões se intensificam em simultaneidade. Não se trata, como poderíamos pensar interseccionalmente, de soma de opressões, mas de um sistema desde o qual (e para o qual) essas camadas operam concomitantemente, potencializando-se.

Machismo, homotransfobia, racismo... são faces de um mesmo sistema moderno-colonial, e tentar entender apenas uma dessas camadas é abrir mão de compreender como ele estrutura a si mesmo e como se articula com o ultraneoliberalismo e o conservadorismo. Aliás, não por coincidência, são esses justamente os círculos nos quais “gênero” é tema proibido. O neopentecostalismo radical, o fascismo moral e a necropolítica são contrapartes uns dos outros, e dessa nuvem discursiva saem *trends* que fazem apologia à agressão de mulheres, estupro corretivos (sic), “cura gay”, “ideologia de gênero” *et cetera*.

O ponto é que essa nuvem discursiva não paira simplesmente no ar, de forma abstrata: ela está presente em decisões judiciais, currículos escolares, conversas nos corredores e botecos, no zapping despretensioso nas redes sociais antes de dormir. É ali, no cotidiano, que essas violências se reproduzem e, gradualmente, deixam de nos chocar. Se é assim, o futuro parece pouco alvissareiro. É daí que volto às minhas filhas.

Como pesquisador, sei intelectualmente que há essa estrutura que (re)produz corpos descartáveis e matáveis e a compreendo justamente assim: intelectualmente, de um lugar distante, confortável, cômodo. A sociedade que mata mulheres é, para mim, como educador, uma abstração. Mas ela não é esse lugar apenas imaginado para milhões e milhões de mulheres. Ver minha filha dormindo no quarto ao lado, enquanto escrevo este texto, é uma cobrança assustadora: em que medida eu ajudo/ei a reproduzir esse mundo que ela vai atravessar? O que posso, efetivamente, fazer para romper esses ciclos e ensiná-la que ser vítima não é, afinal, uma opção? Longe dos holofotes, do Lattes, das

palestras e publicações, fora das bancas e dos púlpitos, o que devo fazer para que ela não se torne mais uma estatística, a ser citada por outro pesquisador ou pesquisadora alhures? A verdade é que tenho mais medo que respostas – o que me assusta ainda mais. Talvez esse medo seja o primeiro passo para sair desse meu lugar tão cômodo, afinal. Não tenho conclusão para oferecer neste texto. Tenho, sim, a obrigação de não fingir ter.

Fellipe Figueiredo Lattanzio

Rebaixamento do feminino, pornografia, redes sociais e primazia do falo: algumas faces de um problema

O recrudescimento da misoginia no mundo atual nos interroga sobre os supostos avanços civilizatórios de nossa sociedade. O nível de violência e de legitimação social entre pares que determinados atos detêm nos faz questionar se se trata de um protesto masculino que acentua violências diante dos avanços dos feminismos e das pautas identitárias ou se isso que se apresenta sempre esteve presente e agora ganha ambiente social favorável para se mostrar. De minha parte, aposto numa mistura dessas duas explicações para tais fenômenos.

Na primeira corrente, o papel da disseminação desenfreada da pornografia no imaginário sexual masculino me parece fator central e não suficientemente debatido. Uma investigação simples, seja entre nossos pacientes homens, seja entre outros círculos sociais, mostra que uma maioria esmagadora dos homens, por exemplo, se masturba quase que exclusivamente com estímulos da pornografia. E isso não somente entre jovens. Os roteiros típicos das cenas incluem estupro, pedofilia, *gangbang*, entre outros, e têm em comum a subjugação das mulheres como condição do prazer masculino. Temos uma porcentagem considerável dos homens em nossa sociedade que gozam com a condição de fantasiar o rebaixamento da mulher. Evidentemente, essas fantasias, quando alcançam proporções socialmente relevantes empurradas pelos algoritmos,



*numa era em que
o amortecimento de sensação
de realidade causado pela
imersão excessiva em redes sociais
se torna a tônica, a necessidade
de sentir-se vivo a partir
de tornar reais tais fantasias
aparece de forma crescente*

não são sem consequências reais. Afinal, o modo de fantasiar e de gozar a partir da fantasia, evidentemente, tem consequências sobre as formas de se relacionar, de amar e de agir no mundo. Um homem que fantasia com um esquete de um padrasto que “come” a enteada adolescente que o “provoca” (um roteiro até light diante do cenário atual) muito provavelmente terá alguma manifestação misógina ao longo da vida e algum problema decorrente disso. E esse homem está muito mais próximo do que muitos imaginam, pode ser seu pai, seu vizinho ou seu marido. (Peço desculpas pela descrição tosca, mas considero necessária para materializar o lado comezinho e cotidiano do que estou descrevendo).

Numa era em que o amortecimento de sensação de realidade causado pela imersão excessiva em redes sociais se torna a tônica, a necessidade de sentir-se vivo a partir de tornar reais tais fantasias aparece de forma crescente. É estarrecedor, por exemplo, o número que veio à tona recentemente de 64 milhões de acessos a vídeos de uma rede, apelidada de “academia do estupro”, na qual homens/maridos estupram suas esposas após as doparem e compartilham os vídeos entre pares. O que pareceria uma aberração perversa e minoritária choca ao atingir a cifra de milhões de usuários ao redor do mundo. É provável que alguém de nosso círculo pessoal sinta prazer acessando tais conteúdos ou similares.



*não é um fenômeno novo
a misoginia hoje tremendamente
explícita, seja como discurso nas redes
sociais e mercadoria de propaganda
na plataforma de políticos de extrema
direita, seja como atos cada vez
mais frequentes de assédio, agressão,
estupro e assassinato de mulheres
e pessoas LGBTQIA+*

A segunda corrente do raciocínio se liga a questões seculares e milenares, à construção do patriarcado e à negação do feminino subjacente a ela. Falemos de nossa própria disciplina, a psicanálise. Muitos de seus dogmas se fundam sobre a chamada primazia do falo: desde as descrições dos caminhos identificatórios de homens e mulheres até a chancela de estruturas psíquicas (neurose, psicose, perversão) a partir da incidência diferencial da lógica fálica e de suas significações simbólicas correlatas. O falo, em nossa disciplina, sela o destino psicopatológico dos sujeitos. Necessário, portanto, nos interrogarmos sobre as condições de sua prevalência. Seria ele aquilo que salta aos olhos como emblema da diferença sexual pela sua turgidez, como o Lacan d'*A significação do falo* propõe? Ora, teria esse fato mais potencial

Tania Rivera

*A misoginia é a base da lógica fálica –
e a psicanálise é a via para desmontá-la*

Não é um fenômeno novo a misoginia hoje tremendamente explícita, seja como discurso nas redes sociais e mercadoria de propaganda na plataforma de políticos de extrema direita, seja como atos cada vez mais frequentes de assédio, agressão, estupro

simbólico do que uma mulher que pare outro ser humano pela vulva? Ou do que o seio, protótipo do primeiro objeto de desejo em todas as teorias psicanalíticas? Para mim, é evidente que não. Sem alongar a interessante discussão, quero enfatizar que em nossa própria disciplina as marcas da dominação masculina são onipresentes. Não se trata de negar o alcance da lógica fálica na produção de subjetividades, mas antes de situar seu caráter defensivo, sua violência que anseia em apagar os traços daquilo que no feminino ameaça, de perceber que um primado de superfície sólida é também quebradiço, e assim achar suas fissuras. A liberdade subjetiva, a liberdade do ser humano, afinal, se mobiliza a partir do desbastamento das defesas (fálicas) do eu.

Concluindo (sempre) parcialmente este pequeno comentário, penso que estamos, ao mesmo tempo, diante de problemas contemporâneos ligados às redes sociais, à pornografia, à internet e seus algoritmos, bem como diante de protestos e negações milenares que construíram o patriarcado e a primazia do falo a partir do rebaixamento do feminino. Um caminho que se depreende dessas constatações é a necessidade de intervenções com os homens, em todas as esferas: desde prevenção e educação nas escolas até intervenções com homens autores de violência, passando por campanhas publicitárias, regulação do ambiente virtual, chegando aos nossos consultórios na lide com pacientes homens, nas nossas relações pessoais, na criação de filhos e no ato necessário de encarar os ecos disso em nossas próprias fantasias.

e assassinato de mulheres e pessoas LGBTQIA+. Não se trata de uma conformação subjetiva e um modelo de laço social próprios da atualidade. Nem tampouco de um subproduto acidental do modelo patriarcal hegemônico no processo civilizatório, uma rachadura pontual – e que se pode facilmente reparar – na arquitetura da sociedade dita ocidental, uma falha súbita que expressa um novo modo

de mal-estar na Cultura e nos convoca, nós psicanalistas, a explicá-la e elaborá-la na clínica e na pólis. A misoginia é o verdadeiro motor oculto do modelo patriarcal. E a psicanálise, a teoria e a prática que mais detidamente analisa sua construção, nas primeiras décadas do século xx, quebrando seus elementos constitutivos, ecoando seu léxico e dissecando sua gramática.

Afinal, o cerne da Psicanálise consiste precisamente na narrativa que articula a figura do pai como agente civilizatório a um enunciado violento por excelência – o complexo de castração. Como bem sabemos, este tem como fulcro a encarnação nos “não homens” de um lugar de desvalorização extrema – e não seria este o enunciado fundamental da misoginia? A obra freudiana demonstra com precisão que a gramática que proponho nomear “falopatriarcal” depende necessariamente da construção da figura do corpo “não fálico” como “estranho” ou “angustiante”, ou seja, como perigoso, justamente porque ele comprovaria o risco de que os outros corpos, supostamente fálicos, sejam igualmente castrados, e assim retirados do lugar de poder que os atributos patriarcais lhes garantiriam.

Freud não sacou tal arquitetura discursiva do bolso, em um ato de genialidade sobre-humana. Nela pulsam sua própria vida e autoanálise, seus sonhos e sintomas – que não poderiam estar isentos de marcação por sua posição sexuada, ou seja, de gênero, bem como em termos raciais e geopolíticos – mas também, fundamentalmente, sua clínica, ou seja, as associações, relatos e fantasias de seus pacientes. Ao aceitar a reivindicação por escuta das ditas históricas, ele fundou a psicanálise como uma espécie de teoria alteritária que, diferente das teorias filosóficas, reverbera elementos narrativos referentes a posições subjetivas distintas da sua. E aquilo de que tais pacientes se queixavam levava como se sabe, com altíssima frequência, ao relato de uma cena de estupro por parte do pai. Antes de rapidamente recobrirmos tal “etiologia paterna” (na expressão do próprio autor) pela “fantasia de sedução” edípica, ou ainda de substituímos a noção de “castração”



*ao aceitar a reivindicação
por escuta das ditas históricas,
Freud fundou a psicanálise como
uma espécie de teoria alteritária
que, diferente das teorias
filosóficas, reverbera elementos
narrativos referentes a posições
subjetivas distintas da sua*

por uma violência inerente à linguagem, creio que nossa posição como analistas nos obriga a reconhecer e sublinhar a materialidade cruel de tais significantes.

De fato, se eles se arquetizam como fantasias, isso não faz deles algo distinto da “realidade” construída socialmente. Pelo contrário, as fantasias são a explicitação mais contundente do mal-estar que é o eixo da cultura – e apontam nele, de maneira indubitável, a questão de gênero como operador básico. Elas mostram, ao longo de toda a obra freudiana, que cenas sexuentes constituem lugares sociais através da construção de figuras de corpo, e que tal organização em termos de “diferença sexual” edifica um esquema de hierarquia e subjugação de algumas pessoas, em benefício de outras. Isso me parece hoje, depois de longa releitura de Freud com tal hipótese em mente, extraordinariamente nítido na teoria, e desde muito cedo. Vou trazer apenas um trecho que explicita a crueldade como o verdadeiro motor de tal partilha do poder, dentre muitos outros que não poderei aqui comentar. Trata-se do modo como o autor caracteriza o “fálico” em termos minimalistas, em “Sobre as teorias sexuais infantis”, de 1908.

A centralidade do “pênis” é neste texto marcada pela excitação do órgão que acompanharia o verdadeiro trabalho do pensamento que dá origem às fantasias, e a ela estariam ligados



*não é surpreendente,
portanto, que o voto masculino
seja maioria na eleição de políticos
que se apresentam como
se estivessem acima de qualquer
regra básica de convivência ética,
e que seu projeto político conjugue
falicidade e genocídio, em vez
do bem-estar social*

"impulsos que a criança não sabe interpretar, obscuros ímpetos a fazer algo violento, a penetrar, a destroçar, abrir um buraco em algum lugar"¹. Me limitarei aqui a sublinhar com força o significante "destroçar", e a expressar a desconfiança de que a noção de "diferença sexual" talvez consista justamente na apresentação em ato de tal fantasia de abertura violenta de um buraco no "corpo outro". Devo ainda ressaltar que se a ameaça de castração é um operador importante na subjetivação das pessoas que têm acesso a tal tipo de gozo destroçador, é justamente por demarcar uma posição de (ainda) não castração, em comparação com tal corpo outro. A masculinidade hegemônica se edifica, de fato, sobre o frágil alicerce da fantasia de não castração, que deve ser constantemente reafirmada pela feminização em ato de outros corpos.

A violência perpetrada sobre o "outro corpo", ou seja, a violência de gênero, deve ser reconhecida, assim, como nada menos do que o sustentáculo da claudicante falicidade do "homem" – ou dos "homens", como propus chamá-los em texto recente, para melhor ressaltar que ela implica certa infantilização na relação com o patriarca (ou seja,

o pai idealizado). Não poderei aqui reexaminar *Totem e tabu* para sublinhar que o mito teórico freudiano postula a posição deste como o que inicialmente detém a posse de todas as mulheres (ou seja, as estupra) e expulsa os filhos para melhor exercer uma posição de exceção quanto ao contrato fundante da sociedade moderna. Nem poderei demonstrar – sempre segundo Freud – que tal contrato é efetuado justamente para tentar evitar que cada membro da fratria realize seu desejo, que consistiria, seguindo a identificação com o pai, em estar acima de qualquer lei ou ética, e por sua vez consumir todos os "outros corpos" como seus objetos.

Não é surpreendente, portanto, que o voto masculino seja maioria na eleição de políticos que se apresentam como se estivessem acima de qualquer regra básica de convivência ética, e que seu projeto político conjugue falicidade e genocídio, em vez do bem-estar social. Eles levam às últimas consequências a própria base da construção social, ou seja, o quase inquebrantável pacto entre os irmãos, a *broderagem*, que depende da reverência cega àquele que é alçado ao lugar do pai (o ato de seu assassinato levando à sua idealização como totem e ao que Freud denomina "obediência retardada", justamente). Eles – e os *red pills*, *incells* etc., seu exército no campo da propaganda – banalizam e propagam a violência para, paradoxalmente, melhor denegar a violência patriarcal de que são eles mesmos objetos. E assim demonstram que a masculinidade hegemônica é de natureza política. Sua arquitetura é a do exército e a da parada militar (como já indicava Lacan): ela consiste em uma condição de poder sempre precária e claudicante que se deve comprovar a todo instante diante dos irmãos e do "líder", o patriarca. E o modo mais eficaz para reafirmá-la é descarrilhar no "outro corpo" a cruel sanha destroçadora deste, certificando-se de que se trata de um corpo distinto do seu – e ao mesmo tempo exibindo-o e oferecendo-o ao Outro como uma espécie de vítima sacrificial.

Se assim sublinho, com força, a violência inerente à ordem falopatriarcal, não é para simplesmente acusar aqueles que se identificam como

¹ S. Freud, "Sobre as teorias sexuais infantis", in *Obras completas*, v.8: *O delírio e os sonhos na Grávida, Análise da fobia de um garoto de 5 anos e outros textos (1906-1909)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 402.

“homens” de serem necessariamente agentes de violência, mas sim para apontar o quão fortemente eles são dela objetos. A cena de feminização pelo pai é a condição de base da masculinidade patriarcal, e é para tentar dela se livrar, provando que não é (ainda) castrado, que o “homenino” a encena sobre o “outro corpo”, seja pelo estupro ou por modos infinitos de coerção, desvalorização e agressão de que nós, não homeninos, jamais deixamos de ser objetos na cultura. Aliás, o léxico de tal mecanismo é bem conhecido da psicanálise, desde Sándor Ferenczi: trata-se nitidamente de identificação com o agressor e da encenação da agressão sobre outres/as. Em uma ideia luminosa que decorreu da escuta de homens condenados por estupro, a antropóloga argentino-brasileira Rita Segato nomeia como “mandato de masculinidade” tal empuxo ao exercício da violência que feminiza corpos, e caracteriza a construção de tal masculinidade como uma verdadeira “pedagogia da crueldade”². Não terei espaço aqui para defender a ideia complementar de que o que a

gramática falopatriarcal nos oferece como posição hegemônica, a nós, não homeninos, não é outra coisa senão um *mandato de sacrificio*, no convite a que aceitemos encarnar supostamente a falta, em nome do pai em sua suposta grandiosidade.

Para concluir este rápido comentário, preciso ressaltar que dissecar a narrativa patriarcal não significa naturalizá-la. Pelo contrário, a psicanálise nos convida a tomar a idealização do patriarca e a violência fálica como sintomas a serem analisados, ou seja, quebrados e elaborados. E nos cabe hoje pôr a mão na massa, por assim dizer, da própria psicanálise, para reconhecer nela a abertura para a construção de outras arquiteturas – outros modos de masculinidade, assim como outras matrizes sexuentes que não têm em seu centro a binária construção da “diferença sexual anatômica”. Devemos fazê-lo tendo como base a escuta de tantos outros significantes que já circulam na cultura, em outros campos do pensamento, em nossas próprias vidas e, sobretudo, em nossa própria clínica.

2 R. Segato, *As estruturas elementares da violência*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. R. Segato (2016). *La guerra contra las mujeres*. Buenos Aires: Prometeo, 2020.

Veridiana, o normal e a razão

Camila Salles Gonçalves

Comentado por
Celia Blini de Lima e Julieta Jerusalinsky

Camila Salles Gonçalves é professora de Filosofia, doutora pela FFLC da USP, psicóloga pela PUCSP, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e do Conselho Editorial de Resenhas de *Percurso* – Revista de Psicanálise, autora de *Desilusão e História na Psicanálise de Jean Paul Sartre* e de outras publicações sobre Psicanálise e sobre Filosofia e Psicanálise.

Celia Maria Blini de Lima é psicanalista. Didata e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Mestre e doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Membro sócio-fundador da Associação Brasileira de Casal e Família. Autora de artigos e capítulos de livros na área clínica e de família. Psicanalista de casal e família.

Julieta Jerusalinsky é psicanalista, mestre e doutora em psicologia clínica (PUC-SP), fundadora do Instituto Travessias da Infância: Centro de Estudos Lydia Coriat/SP, assim como da REDE-BEBÊ. Autora de *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê* (2011); *Enquanto o futuro não vem: Psicanálise e clínica de bebês* (2022), entre outros.

DOI 10.70048/percurso.76.133-144

Veridiana levava uma vida *normal*. E acho que o problema era esse. Procurou-me a partir da indicação de uma amiga, que fora colega de faculdade e que ela considerava “lúcida”. Pelo jeito, tinha obtido a indicação, mais a partir de ter comentado que queria “fazer análise”, do que de uma solicitação que acompanhasse alguma conversa a respeito de sua vida privada. Entendi que ela não desabafava com pessoa alguma. A amiga, assim como outros amigos que interagiam na sua vida social, *fazia análise* e isso era considerado “normal”.

Na entrevista inicial, descreveu, com aparente objetividade, seu marido e filho e seu trabalho. Queixou-se de uma certa tensão e perguntou se eu achava que “devia fazer análise”. Respondi que não pensava que *devia* ou que *tinha que*, mas que o método psicanalítico poderia ajudá-la a se escutar em seus momentos de tensão e talvez a encontrar novos pontos de vista. Não fez mais perguntas. Combinamos horários e honorários.

A partir da primeira sessão, trouxe um tema que a preocupava: acreditava que não conseguia cuidar direito de sua casa e de seu filho de dois anos. Tinha uma empregada doméstica, a Guta, que havia trabalhado muitos anos para sua mãe, era “de confiança” e a “conhecia” muito bem, desde criança. Cuidava da casa e ajudava com o garotinho, que tinha uma babá, que Guta supervisionava com discrição.

Além de relatórios, Guta apontava para Veridiana as falhas na lista de compras do supermercado que a patroa fazia, assim como em outras providências da vida doméstica e nas instruções que ela dava para a babá. Falava a respeito, criticando-a, para ela mesma e diante da mãe dela, que morava perto. Lembrei-me da Madre Cristina, psicóloga, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, que dizia

133

PERCURSO 76 : p. 133-144 : junho de 2026

que sogra devia morar a duas conduções de distância. Veridiana não tomava condução. Tinha a suposta tranquilidade financeira da classe média alta. Acho que a madre estava meio errada. Pensei que nem sempre é a sogra que deveria morar mais longe.

Procurei espantar o óbvio para escutar o presente. Veridiana recebia as críticas e se esforçava para falhar menos. Nem tentava discutir, e nem parecia pensar nisso quando relatava os diálogos. Comentou, *en passant*, seu aumento de peso, de que não gostava, sem se lamentar de forma expressa, sem declarar intenção de emagrecer.

A angústia de Veridiana transparecia quando ela me perguntava se tal ou tal coisa era *normal*, ou se tinha *razão* em relação a alguma atitude, suposição ou comportamento. Quase sempre falava de coisas que tinha esquecido de fazer ou não tinha feito por ter outras prioridades. Repetia para mim os comentários ou conselhos da mãe, que teriam ocorrido depois de esta ouvir relatos feitos por Guta.

Um exemplo:

Veridiana: Minha mãe me disse que, se eu quiser ser boa mãe, não pode faltar nenhum legume da lista que ela me deu. Será que não consigo ser uma mãe normal?

Analista: Por que sua mãe faz essa lista?

Veridiana: A minha mãe é organizada, faz lista de quase tudo. Converso com a pediatra sobre alimentação, mas não escrevo...

Analista: Será que precisa?

Veridiana: Às vezes minha mãe me cansa... É tudo certinho, arrumado.

Analista: E a Guta fica conferindo?

Veridiana (rindo um pouco). É isso mesmo.

Analista: As mães não são iguais.

Não respondo diretamente a perguntas, mas a outras afirmações contidas na fala. É minha estratégia no uso do método. Também me detenho diante de algumas palavras. Mas, só muito depois, abri a discussão sobre a ideia de *normal*. Disse que não a estava julgando e nem poderia porque, para mim, *normal* era só uma curva estatística e que eu não sabia o que seria uma pessoa *normal*.



aos poucos parece
ter se dado conta do ridículo
e do absurdo de seu interesse pela troca
de informações entre Guta e a mãe.

Veridiana irritou-se: Mas você sabe o que eu estou querendo dizer!

Analista: Não sei direito. Você conhece aquela letra do Caetano, “de perto ninguém é normal”?

Veridiana, por assim dizer, dá-se por vencida. É inteligente e seu senso de humor parece ajudá-la a aceitar ou a conviver com minha falta de respostas formais ou óbvias.

Aos poucos parece ter se dado conta do ridículo e do absurdo de seu interesse pela troca de informações entre Guta e a mãe. Supus, e ainda suponho, que um mudo sentimento de culpa criava essa espécie de cegueira do cotidiano. Penso agora com mais nitidez a respeito da ironia dessa cegueira. Fabio Herrmann referia-se ao cotidiano como um véu, que disfarçava o absurdo da vida por meio da rotina. Para esse psicanalista e autor, nós, psicanalistas sem dúvida “devemos cuidar de não inventar um *cotidiano psicanalisável*, objeto-espelho de nossas próprias categorias”¹.

Quando Veridiana mencionou algum palpite da mãe sobre o filho, pedi que ela me falasse dele *com ela*, Veridiana, como era o jeito do menininho, como se expressava, como brincava...

Veridiana pareceu sair de uma relativa apatia, falando com prazer de seus diálogos com o filho, de palavras que ele inventava e reinventava, frases que usava, com ela e com o pai. Deu um exemplo divertido: um amigo do pai foi visitá-los na casa da praia (dos pais de Veridiana) e deu de presente para o garoto um brinquedo que ele adorou, uma escavadeira, com a qual ele podia cavar a areia, encher a caçamba do pequeno veículo, despejar, encher de novo etc. Lucas tinha corrido para a areia na frente da casa e ficado lá, entretido. Quando o rapaz se despediu, o marido



Veridiana se imaginava discutindo e brigando com a mãe e me perguntou se não era absurdo ficar pensando nisso, nisso que nunca ia fazer e se não era irracional ficar com essas ideias

de Veridiana chamou seu filho e disse: “Fala obrigado para o amigo do papai”.

O menino aproximou-se um pouco do alpendre, onde estavam os adultos, e gritou alegremente: “Obrigado para o amigo do papai!” E voltou correndo para a areia e o brinquedo.

Ri e Veridiana também. Comentou que ela e o marido também tinham achado muita graça. Ela e o marido, pelo que me contava, pareciam se entender bem com o filho e a respeito do filho.

Analista: Quando estão com ele, vocês não precisam de muita gente, não é?

Pareceu concordar e estar *à vontade*. Disse que ela e o marido não gostavam de passar fins de semana naquela casa de praia, mas que a mãe insistia e que o lado bom era que o filho curtia. Os avós não eram chatos com ele.

Numa sessão, Veridiana disse mais ou menos o seguinte: “Você trabalha com crianças... Por que perguntou minha idade (por telefone) quando marcou a entrevista comigo? Achou que eu tinha voz de criança?”

Analista: “De criança não, mas também trabalho com adolescentes. Se você fosse adolescente, precisaríamos falar sobre o limite da participação dos pais, o sigilo... Jamais conto as sessões para os pais.”

Ficou em silêncio, aparentemente pensativa. Esse curto diálogo ajudou-me muito em relação a uma de minhas dificuldades, a de diminuir a desconfiança de Veridiana em relação ao sigilo. Certa vez desconfiou, de repente, que nossa sessão estava sendo gravada.

Segundo minha memória, nossas sessões foram ficando mais interessantes, isto é, menos repetitivas. Veridiana contava mais sobre o filho e o marido, às vezes desabafava a irritação com a mãe obsessiva, a falta de vontade de ir para a casa de praia dos pais onde era tudo muito certinho, refeições nos horários... Mas o filhinho curtia os avós, o marido não se importava com a “mania de arrumação” da sogra. O pior é que não ficavam à vontade para ter vida sexual, apesar de esse ser um terreno em que o único palpite da mãe era que “nenhum casal tinha que falar de sua vida sexual para ninguém” (é óbvio que aí havia uma advertência para mim, consciente ou não).

Não excluo a metapsicologia da minha escuta, apesar de não incluí-la deliberadamente, de não me relacionar com analisando a partir de teorias. Mas ouvi que Veridiana estava interditando o campo da sexualidade e o risco de revelar fantasias que me dessem acesso a este.

Uma vez perguntei sobre sonhos e Veridiana disse que nunca se lembrava dos sonhos. Eu disse que mesmo que se lembrasse só de um pedacinho, podia me contar, se quisesse, porque poderia ajudar nas nossas conversas.

Às vezes, Veridiana se imaginava discutindo e brigando com a mãe e me perguntou se não era absurdo ficar pensando nisso, nisso que nunca ia fazer e se não era irracional ficar com essas ideias. Dei uma resposta meio pedagógica, disse que todos nós, *terráqueos*, imaginamos coisas que não fazemos e não vamos fazer.

Em outra oportunidade, acrescentei que *todos* temos um resto de pensamento mágico, seguido do medo de que as coisas que pensamos tenham efeito.

Aos poucos, Veridiana parecia curtir mais a própria vida. Emagreceu, gostava de escolher suas roupas. Falava com prazer sobre o filho e o marido. Este era um amor de fim de adolescência. Aceitou o pedido dela para se apresentar a seus pais, e assim ela pôde sair com ele e iniciar o namoro. Casaram logo depois que terminaram as faculdades e começaram a trabalhar. Viviam fazendo programas com amigos. Pelo retrato falado,

1 F. Herrmann, *Psicanálise do cotidiano*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997, p. 32.

tinham um relacionamento predominantemente gratificante.

Eu imaginava que o marido *sacava*, em algum nível psíquico, consciente ou inconsciente, que Veridiana tinha alguma espécie de culpa em relação à mãe e que ele tentava fazer com que ela se preocupasse menos, sem alimentar o assunto.

Como sugeri acima, a mãe chata não dava palpite no casamento. Um dia, como se já tivesse me contado ou como se eu soubesse desde sempre, Veridiana comentou o aborto que a mãe tivera antes de engravidar “dela”, dizendo que a Guta era muito querida na família porque ajudara muito a mãe dela nessa ocasião.

Analista: E você aprendeu a ser muito grata em relação à Guta.

Veridiana: É. E eu gosto dela, mas ela é muito chata.

Analista: Gosta também porque ela foi como uma mãe para a sua mãe.

Veridiana: É isso mesmo.

Imagino uma relação complicada de culpa, talvez inveja e reparação entre essas três mulheres, mas não dou um pio a respeito.

Analista: São chatas porque dão muitos palpites, não é?

Veridiana: É óbvio.

Calo-me.

Aos poucos, o assunto das críticas foi saindo de cena.

Veridiana estava insatisfeita com o trabalho. Considerava sua remuneração satisfatória, mas achava sua rotina muito sem graça. Admitiu que queria *ter feito* Letras, mas tinha achado que era uma faculdade muito fora da vida prática, *sem pés no chão e muita fantasia*. Na época em que escolheu a faculdade, para ela, pensar em *Letras* não era racional. E seu pai tinha concordado.

(Dei palpite.) Assinalei que talvez não fosse apenas uma questão de *racionalidade*, que havia profissionais sérios na área de literatura e que se tratava de uma formação que até incluía atividades bem úteis na “vida prática”, como aprendizagem de novas línguas e traduções. Disse que não iria fazer mal a ela reconhecer esse “gosto por Letras”.



é claro que fui levada a aceitar a substituição de sonhos por filmes e romances. Ajudaram-me textos de Freud sobre personagens de Shakespeare, às vezes retomados por outros pensadores da psicanálise

Cá entre nós, Veridiana trabalhava com números.

Acho que foi um bom tempo depois, que Veridiana começou a contar os romances que lia, os filmes a que assistia. Conversávamos a respeito de personagens. Assim como ela, eu comentava alguns traços destes, às vezes. Fantasias eróticas encontravam esse veículo e acho que tornaram mais prazerosas suas relações com o marido, que parece ter se mantido como objeto do desejo.

É claro que fui levada a aceitar a substituição de sonhos por filmes e romances. Ajudaram-me textos de Freud sobre personagens de Shakespeare, às vezes retomados por outros pensadores da psicanálise, com é o caso de Lady Macbeth, analisada por André Green. A pergunta deste autor, “Por que Lady Macbeth não dorme?” é do tipo que Veridiana pôde fazer, refletindo sobre personagens dos romances que lia. Parece que, nesse campo transferencial, quem praticava “psicanálise aplicada” era Veridiana.

Um belo dia, Veridiana iniciou um curso de fotografia (conhecido, a meu ver, de nível excelente).

Veridiana foi mudando de trabalho e desenvolvendo seu talento em fotografias artísticas. Lembra-me a pulsão de ver, *Sehenstrieb* (traduzida por alguns autores por *pulsão escópica*), atribuída por Freud a Leonardo da Vinci, e que teria voltado a predominar na existência do artista e inventor quando este saiu de uma depressão.

Foi na fase final da análise que, pela primeira vez, Veridiana me contou um sonho. Começou a narrativa, com a maior “naturalidade”, como se isso acontecesse durante todas as suas sessões.



sei que Veridiana, para alguns, seria normótica, palavra que dispensa definições e era usada por Pierre Weil, psicólogo que foi importante para a história das psicoterapias no Brasil

O sonho de Veridiana

Estava na casa da mãe, em São Paulo, abria um armário e havia “milhares” de coisas dentro de embalagens plásticas e ela queria tirar “as coisas” de dentro das embalagens mas não conseguia. Aparecia uma amiga que dizia que ela não devia perder tempo com isso e que iria fazer a maior bagunça. Desenlace suspenso. Em minha intervenção interpretativa, falei de duas ou mais personagens do sonho: uma queria ver, e talvez liberar, desejos, fantasias, criações artísticas; uma, que era prática, queria racionalizar o tempo, sem gastá-lo para desembrulhar a imaginação, e uma, que tinha medo da imaginação, medo de bagunçar tudo e perder o controle, imposto pela “mãe”.

Sei que Veridiana, para alguns, seria *normótica*, palavra que dispensa definições e era usada por Pierre Weil, psicólogo que foi importante para a história das psicoterapias no Brasil. Acho que a palavra facilita a apresentação de Veridiana, mas não a utilizo como diagnóstico.

Trabalhando na teoria psicanalítica sobre este caso e refletindo segundo a Teoria dos

Campos, de Fabio Herrmann (a meu ver, teoria que dá sequência às teorias psicanalíticas de Freud), penso que Veridiana, quando veio para a análise, vivia em um campo de vigilância disciplinar, de perfil paranoide inconsciente. Houve ruptura desse campo, não de repente, não num súbito insight, mas aos poucos. Parece que se rompeu o campo da família de excesso de ordem e, lentamente, passou a predominar o campo da pequena família prazerosa. Segundo o que apontam Fabio Herrmann e outros pensadores, não há um Eu único ou tesouro do Eu, que um analista ou o próprio sujeito possa encontrar.

Minha interpretação do sonho de Veridiana está de acordo com este pressuposto. É claro que Veridiana são os “milhares” de coisas presas, que ela quer desembrulhar.

Enunciar sentenças completas para meus analisandos não faz parte de meu jeito de trabalhar, que pretende se apoiar em textos, supervisões e palestras de Pierre Fédida, cuidando para não cair na tentação que, para mim também, pode advir da formação filosófica: “toda posição filosófica é antipsicanalítica. Toda terapia que se inspirar de uma posição filosófica fará sempre aparecer a morte”.

A filosofia só pode aprisionar a vivência das transferências, limitando-a por meio de definições e conceitos. Pierre Fédida prossegue: “pois a síntese conquistada dessa maneira nega as coisas contrárias ao acreditar ultrapassá-las. Então, o que se chama de síntese nada mais é que o sintoma”². Desembrulhar-se é o trabalho de Veridiana, na própria análise.

Comentários de Celia Blini de Lima

O que um dia vou saber, não sabendo eu já sabia.
[G. Rosa, Ave, palavra]

O que acontece com as pessoas acontece na relação – contexto para a existência, a transformação

e a construção de identidades. Como diria Fédida, duas pessoas juntas aprendem de si o que não sabiam, pois mesmo o analista muito analisado conhece de si uma boa parte, a outra fica por ser conhecida: é despertada ao longo de seus encontros com as pessoas, em situações da vida e com os seus pacientes.

1 P. Fédida, *Clínica psicanalítica – estudos*, São Paulo, Escuta, 1988, p. 46.

Acompanhar a dupla Veridiana e analista, como um “terceiro olhar” para esta experiência analítica, permite uma distância da situação emocional vivida pela dupla, em contínua experiência emocional e uma abrangência de visão, uma vez que estamos fora do encontro analítico. Essa posição permite o sonhar sobre o material apresentado, com o pensar “sentido” ou um pensar que pode dar um sentido; aquele olhar que não é apenas um pensar, inclui a intuição e a emoção que a aproximação transmitida suscita e inspira. Passa a ser, portanto, uma “razão” ampliada, para usar o tema oferecido pela narrativa clínica, que se coloca no campo da relação e que pode ser compartilhada.

Considero o *setting* analítico o campo de ressonâncias da vida psíquica, onde acontecem a transferência, a contratransferência, pensamentos formados por percepções e internalizações distorcidas, que insistem em permanecer e pressionar a vida psíquica. A análise permite colocá-los em circulação para que ganhem novos significados, uma significação que seja verdadeira para os dois. Por outro lado, o campo analítico é também o lugar que pode permitir que novos estados e experiências nunca vividos possam emergir, pois inaugura um continente de acolhimento, que pode nunca ter acontecido antes e que permite o inusitado (revelações, pensamentos inéditos, segredos, lembranças apagadas ...) que ali aparecem como um fato psíquico novo (Blini de Lima, p.4).

Na concepção de Trinca, “o analista torna-se um fator discriminante do contato com a realidade”, busca palavras que contenham significado emocional, auxiliando o analisando “a dar forma ao que antes era vivido como uma zona escura ou plana” (p. 76).

As reflexões que seguem, desejo que sejam um estímulo para uma leitura do material clínico, apenas “um sonhar sobre” o que aconteceu no encontro analítico.

Veridiana chega à análise, como a maioria de nós, sem saber qual seria seu motivo interno. Apresenta sua vida como *normal* e justifica que também é *normal* em seu grupo de amigos, fazer



*a fala nem sempre é usada para
comunicar algo do próprio sujeito, mas
pode ter caráter evacuativo ou servir
para preencher o vazio de si, afastar
uma dor e, em outras, distrair a analista*

análise. Ainda assim quer ouvir o parecer da analista a respeito, em busca de concordância. Aqui já explicita em que *lugar* pode colocar o analista, o lugar daquele que vai dar as respostas certas para suas perguntas ou dúvidas. O mesmo ocupado por suas interlocutoras frequentes, a mãe e Guta, referências para o que ela não sabe e para corrigi-la, através de questionamentos e críticas. Podemos observar, desde o início, a atenção da analista para tal modo de funcionamento que se repete na transferência. Em meu modo de pensar a psicanálise, o lugar da resposta não é o da psicanálise, eu diria que seu lugar é o inverso – desconstruir as certezas que o analisando nos traz, construir a capacidade dele de pensar suas incertezas e auxiliá-lo no interesse do conhecimento de si mesmo.

Importante lembrar que a fala nem sempre é usada para comunicar algo do próprio sujeito, mas pode ter caráter evacuativo ou servir apenas para preencher o vazio de si, ou para afastar uma dor e, em outras, distrair a analista. O cotidiano para Veridiana parece servir para isso, nos leva a cogitar um inexistir em si mesma, seguido de sentimentos de insegurança e irritação, como hipótese inicial. Quero lembrar Sapienza (2016) quando nos alerta para o fato de que nem sempre estamos diante de associações livres, mas de seu arremedo – as “dissociações livres”, que servem para afastar o analista de sua observação livre, aprisionando-o num discurso vazio, colocando-o num estado distante da atenção vigilante e da atenção flutuante, podendo chegar ao efeito de fazer naufragar a atenção do analista ao que seria primordial (p. 234).

A analista, sensível ao mecanismo de ser distraída com as queixas repetitivas de Veridiana,



a analista, usando com habilidade a proposta de abertura, num tema recorrente, aborda o tema do “normal”, que aparece desde o princípio da busca da análise

expressões de sua prisão ao seu cotidiano, coloca algo importante em suas palavras: “procurei espantar o óbvio para escutar o presente”. E aos poucos, vai se aproximando do que a paciente fala *en passant*: alguns de seus sinais de ansiedade, como o aumento de peso. A analista denota sua intenção de levar a paciente à descoberta de um mundo interno e de uma realidade psíquica, fazendo associações entre o que a paciente refere do mundo externo e como repercute em seu mundo interno.

Veridiana denota ser uma paciente que instiga bastante a analista a responder suas perguntas, função que ela felizmente recusa, colocando no campo a angústia da não resposta, abertura para a entrada da possibilidade de levar a paciente a pensar por ela mesma. Um momento que considero de presença da capacidade de *rêverie* da analista, por poder estar com a paciente sem responder, empaticamente, ajudando-a a respeitar o espaço para pensar uma resposta diante de uma questão, permitindo o aprender com a experiência emocional dentro da sessão. Pessoas intolerantes à dor e à frustração, diz Bion (1970) “sentem a dor, mas não a sofrem; assim não é possível dizer que elas a descubrem” (p. 26).

Cabe então à analista levar a paciente a aproximações dessa dor, que vem através de discursos muitas vezes distantes dela, mas que aparecem por indícios na fala – a irritabilidade, a repetição, a evasão ou a busca de respostas. E o cotidiano da vida, com suas chatices, serve bem a isso. A analista, usando com habilidade a proposta de abertura, num tema recorrente, aborda o tema do “normal”, que aparece desde o princípio da busca da análise, e o faz conduzindo-o para a ampliação

e para a investigação, lembrando a música que diz “de perto ninguém é normal”, do Caetano, para mostrar que o conceito pode ter mais de um sentido. A resposta da analista faz emergir a irritação da paciente, revelando seu querer ser compreendida de pronto.

Esse é um momento importante vivido nessa análise, permite associar a presença de uma angústia de separação, que segundo Klein pode reportar a estados de desamparo. Aqui, podemos perceber como a paciente usa a palavra – toma-a como se ela dissesse tudo e encerrasse um único entendimento. Essa abertura promovida pelo desencontro cria uma cesura, coloca a presença de duas pessoas separadas e, apesar da resistência da paciente, abre caminho para a expansão e até para despertar o senso de humor da paciente, ainda que dentro da ironia, expressão da agressividade.

Mantém-se até aqui a hipótese da analista de que “um sentimento de culpa criava essa espécie de cegueira”, e que a levava a preencher a conversa com questões do cotidiano das relações com sua mãe e Guta. Penso que esse conteúdo ocupa o lugar de afastar Veridiana de pensar, por ela mesma, sobre o que fala e se interessar pelo que sente. Por outro lado, é bastante comum que as pessoas cheguem assim à análise; o trabalho analítico é uma conquista da dupla, que pode ser alcançado ou não.

E como podemos observar no desenvolvimento da sessão, a analista segue nessa direção em busca de trazer o vértice psicanalítico, ao se aprofundar na experiência em busca das emoções da paciente e de novas escutas, como ouvir relatos de momentos de Veridiana com seu filho e também de desvendar o mistério da submissão, que a mantém presa à mãe e a Guta, pessoa de confiança da mãe. Essa relação de dependência de aprovação só cessa quando é possível a cada um sustentar-se em sua própria posição. Pode ser um indício da dificuldade da paciente de se separar delas e se responsabilizar pelo que pensa. Para realizar esse trabalho psíquico precisa muito da ajuda da analista, que encontra uma brecha para tal, ao ressaltar a narrativa de um encontro

de família: “quando estão juntos (ela e o marido) com ele (o filho) não precisam de muita gente”. Dessa forma abre a perspectiva de que ela se valorize, valorize a prioridade de sua família e vá percebendo seu modo de ser.

O despertar do olhar para si mesma nos mostra algo bem interessante: que a paciente ao questionar se a “analista trabalhava com crianças”, expande para algo sentido por ela mesma que agora vai ganhar significado, através da pergunta se a analista “achou que, ao telefone, a voz dela era de criança”. Aqui podemos pensar que estava havendo uma conexão entre o consciente e aspectos gravados no inconsciente. A entrada dessa pauta que revela suas fantasias abre espaço para a conversa sobre as relações assimétricas e privativas, que está presente em toda a narrativa, tema antes não possível pelo emaranhado das relações trazidas por Veridiana, que suscitavam possivelmente fantasias persecutórias – não estarem sós na sala ou de a analista estar gravando.

Podemos cogitar que o tema do terceiro para Veridiana pode ter sido de importância desde muito cedo na relação com os pais: ou se sentiu excluída, ou teve desejos fortes de excluir a mãe, entre outros, decorrendo daí sentimentos de ódio, dirigidos à dupla parental ou à mãe, consequência de suas vivências edípicas, que aparecem na relação transferencial com a analista. Esses ataques podem gerar ansiedade e culpa, como menciona Klein (1948). O “não ficar à vontade para viver uma vida sexual” que menciona pode estar ligado a esses sentimentos primitivos que, registrados pela experiência emocional, e retidos no inconsciente pela força da repressão, sofrem a ação das vicissitudes dos processos psíquicos: se deslocam para o presente e se apresentam disfarçados nas relações atuais ou nos sonhos em estados de sono ou vigília. As vicissitudes do trabalho onírico – conteúdo, condensação, deslocamento, proposto por Freud (1900) – estão presentes não só no trabalho onírico do sonho em estado de sono, mas apresentam-se também na fala (a palavra *normal*, que pode ser uma condensação, referida no discurso da paciente), nos sonhos em estado



*nesse caso, o próprio pensamento
é uma descarga emocional para
o sistema psíquico, mas não tem efeito
na realidade externa. A imaginação,
porém, muitas vezes, é nossa sorte*

de vigília (uso da imaginação, ou o pensar dentro) e nos servem muito para nos aproximar dos conteúdos implícitos na comunicação verbal.

Considero de importância os sonhos em estado de vigília, especialmente para pacientes que se recordam pouco dos sonhos sonhados à noite. Vemos aqui nesse relato como a paciente tem uma interlocução interna com a mãe, onde ela é capaz de responder com sua raiva aos comentários da mãe, chegando a discutir e brigar, como acontece no sonho dormindo, em que podemos realizar desejos barrados pela censura ou por medo da espontaneidade e da retaliação.

Nesse caso, o próprio pensamento é uma descarga emocional para o sistema psíquico, mas não tem efeito na realidade externa. A imaginação, porém, muitas vezes, é nossa sorte – cria um campo de experiências que nos prepara para a ação, ainda mais se for compartilhada com uma analista que acolhe essa revelação. Viver a raiva, para Veridiana, parecia não ser possível sem sentir medo, pois demonstrou medo até de sentir, novamente expressando sentimentos de perseguição. Nesse momento, com mais elementos podemos reforçar o que supôs a analista acerca de um possível sentimento de culpa inconsciente.

Quando emagrece, Veridiana nos leva a pensar que tem se interessado mais por si mesma, e que possivelmente houve para isso uma mudança psíquica, resultante de um processo analítico exitoso, que, à medida que segue, permite novas revelações e lembranças e cada vez mais associações livres, denotando o aumento de sua confiança na analista e na construção da intimidade. Entre seus relatos revela o aborto da mãe, cuidado e contido por Guta, o que acentuou sua relação de



*e, como uma coisa leva a outra,
esse novo caminho aberto
pela análise funda seu interesse
por fotografia, denotando valor
ao seu olhar pessoal*

submissão a suas críticas, expressa em palavras – “ela foi como uma mãe para minha mãe”, o que parece ter fechado sua boca. Instala-se assim uma dívida de gratidão eterna, por transmissão psíquica de mãe para filha, que parece ter construído essa aceitação de tudo que vem dela, ainda que não possa evitar que os sentimentos negativos em relação a suas atitudes apareçam em seu interior. Gratidão é um sentimento amoroso e bom de ser vivido, mas tem sua finitude; quando não, torna-se uma dívida eterna, um aprisionamento do eu. Por outro lado, é um sentimento bastante transformador, porque inaugura uma relação de reciprocidade e respeito.

Pudemos acompanhar na leitura da apresentação clínica que há um recorte da analista para algumas colocações da paciente, que se tornaram por ela selecionados como evidências tiradas da experiência vivida e da experiência emocional da dupla que permitiram correlações e conjecturas analíticas na condução dessa análise, o que certamente não penso valer como pontos fechados e que nos levem a pensar que “conhecemos Veridiana”. Correspondem a fatos selecionados ao longo de uma sessão, que permitem abertura e uma conversa que promove e amplia a capacidade de pensar da paciente, através do exercício de pensar, aguardar ou explicitar em palavras quando algo se apresenta. A analista se afasta da maneira de se comunicar dos objetos de relação com quem Veridiana se relaciona – uma comunicação crítica e que enquadra no certo e errado. Isso abriu para novos conteúdos, como a conversa a respeito de sua escolha profissional, que parece ir mais na direção de ser aceita pelos pais e longe de sua escolha pessoal, “seu gosto por Letras”. Essa abertura, muito útil, acolhida pela

analista, traz a literatura e leitura para dentro da análise, permite abrir mais o campo do sonhar da paciente, pelas identificações e desidentificações com os personagens, deixando transparecer o uso de sua capacidade simbólica. Às vezes, fazemos contribuições não analíticas, mas que funcionam como um incentivo e enriquecem o campo analítico, como foi essa, que permitiu a continuidade da conversa, destacando o individual de cada uma da dupla analítica.

A escolha de Letras, que traria mais aproximações ligadas à arte e à possibilidade de sonhar e fazer conexões internas – literatura, filmes, entre outras – talvez levasse Veridiana mais para perto de suas emoções, suas fantasias e sonhos. Se, naquele momento, não tivesse o preparo emocional para enveredar nos caminhos do desconhecido de si mesma, a escolha de uma profissão que se centra num mundo mais lógico, racional, pareceria mais protetor, uma proteção que não duraria para sempre, como não durou, mas que lhe concederia tempo para o amadurecimento para se aproximar de si mesma, dos seus desejos e do interesse pelo conhecimento da realidade psíquica.

E, como uma coisa leva a outra, esse novo caminho aberto pela análise funda seu interesse por fotografia, denotando valor ao seu olhar pessoal, afastando-a de sua profissão e do “campo da vigilância disciplinar”, representado por seus pais e por seus objetos internos censuradores, que despertavam uma persecutoriedade inconsciente contínua e persistente, como pudemos observar dentro e fora da situação analítica. Chega, ao final da análise, podendo até lembrar de um sonho bem interessante, que permite à analista perceber o campo novo de descobertas de Veridiana, a descoberta de um ser interior, se contrapondo ao seu modo de ser até antes de procurar a análise.

Como disse a analista à Veridiana, sempre teremos “milhares de coisas presas” para alcançar. Por mais que se abra caminho para o nosso interior, algo de infantil e desconhecido sempre nos habitará.

Gostei muito de sonhar essa experiência psicanalítica e compartilhar com a analista e os leitores

minhas conjecturas. Honrada com o convite, agradeço à analista deixar transparecer seu cuidado com a paciente, sua preocupação em não antecipar as suas descobertas intuitivas, que, compartilhadas num momento que pode ser recebido pela paciente, ganham o status de verdadeiras, pois nascem da experiência emocional da dupla. Fica possível observar no material o quanto suas intervenções promoveram à paciente autoconhecimento, a descoberta de uma realidade psíquica, ampliações na sua maneira de olhar para si mesma e para a vida.

Referências bibliográficas

- Bion W.R. (1977). *Two papers: the grid and caesura*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (2000). *Cogitações*. Trad. E.H. Sandler; P.C. Sandler. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1970/2006). *Atenção e interpretação*. 2. ed. Trad. P.C. Sandler. Rio de Janeiro: Imago.
- Fédida P. (1988). *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1900/1976a). A interpretação dos sonhos: primeira parte. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 4. Trad. W.I. de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1900/1976b). A interpretação dos sonhos: segunda parte e sobre sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 5. Trad. W.I. de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1926[1925]/1976c). Inibições, sintomas e ansiedade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. Trad. C.M. Oiticica. Rio de Janeiro: Imago.

Comentário de Julieta Jerusalinsky

Fazer análise ou como perfurar a achatada embalagem da normalidade

Há casos clínicos que colocam em cena um modo de sofrimento psíquico que não se caracteriza pela proliferação de sintomas frondosos impositivos do acontecimento da vida cotidiana e sim o achatamento da interrogação acerca do desejo, da fantasia e do sentido da vida no que esta possa ter de inventivo. Assim se apresenta Veridiana ao buscar tratamento: em uma “chata” embalagem de normalidade.

Sem angústia e sem ousadia de relançar as significações do viver, há quem viva a vida desde a lógica da adequação, com um discreto sucesso



*sem angústia e sem ousadia
de relançar as significações
do viver, há quem viva a vida
desde a lógica da adequação*

- Klein M. (1991a). Algumas conclusões teóricas relativas à vida emocional do bebê: 1952. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos: 1946-1963*, v. 3. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1991b). Sobre a teoria da ansiedade e da culpa: 1948. In *Inveja e gratidão e outros trabalhos: 1946-1963*, v. 3. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996a). Amor, culpa e reparação: 1937. In *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos: 1921-1945*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996b). Estágios iniciais do conflito edipiano: 1928. In *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos: 1921-1945*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1996c). O complexo de Édipo à luz das ansiedades arcaicas: 1945. In *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos: 1921-1945*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- Lima C.M.B. de (1993). *Uma intersecção na função analista-supervisor*. Trabalho apresentado no Doutorado da USP. São Paulo.
- Sapienza, A. (2016). *Reflexões teórico-clínicas em Psicanálise*. São Paulo: Blucher.
- Trinca W. (1983). *O pensamento clínico em diagnóstico da personalidade*. Petrópolis: Vozes.
- Veloso C. (1986). Vaca profana [Gravada por Caetano Veloso]. In - (ao vivo) [LP]. Rio de Janeiro: Philips.

em encaixar-se nos parâmetros de correção e performances de produtividade situadas desde a sociedade, bem como desde as expectativas dos que o amam “ou pensam que o amem” como nos diz Freud no caso da jovem homossexual acerca das demandas familiares que atravessam um tratamento.

Quando este tratamento é de um adolescente, essas demandas são diretamente endereçadas ao analista, tantas vezes situado transferencialmente em um lugar desde o qual precisará com estratégia esgrimir-se dos pedidos de adequação que objetificam o paciente a serviço dos familiares para propiciar uma abertura que poderá fazer o desejo do paciente advir e possibilitar-lhe um laço



*Freud coloca que é
nesse non sense que irrompem
verdades sobre o sentido da vida
daquele que os produz*

com o social e o relançamento de sua filiação de modo inventivo.

Quando se trata de alguém que demanda tratamento em idade adulta – com todas as ressalvas que esse termo coloca em cena, dado que o semblante de adulto não significa deixar de ser habitado pelo infantil – esses Outros encarnados comparecem desde a fala do paciente, já que seu tecido pulsional foi alinhavado no laço com aqueles que o cuidaram (pais, babás, professores) e que deixaram as mais profundas e decisivas inscrições para quem o paciente se tornou.

Alguns pacientes chegam a tratamento não com uma dor pungente, um traumatismo que irrompe, uma impossibilidade de elaboração que inibe. Mas desde uma chatice situada aqui, não como um julgamento da forma de viver de alguém depreciando-a como tediosa, afinal há diferentes modos de fazer da vida uma aventura, mas pelo achatamento de significações e de acontecimentos psíquicos que parecem aplainados, submetidos pela adequação a uma redução de relevos, rugosidades, reentrâncias, dobras ou espessamento decorrente da pressão das circunstâncias às quais alguém, muitas vezes até de bom grado, se submeteu.

Por que então alguém com um bom casamento, um bom trabalho, um bom filho, uma boa casa, com bons pais que a convidam a passar o final de semana em uma boa casa da praia e que a fazem herdeira inclusive de uma boa funcionária na administração doméstica poderia solicitar análise? Talvez por desconfiar de que haja algo a mais por trás dessa película de adequação que tantas vezes se chama de normalidade. Para o bem de quem? Pergunta Lacan no seminário da ética.

Normaloides: os chatos da razão

Na continua planície da normalidade em que se faz da vida uma lista de itens a preencher parece que nada *há de advir*, não há *aventura*. Talvez o pior da normalidade seja isso, que nem sequer seja um ponto inexistente e idealizado como média na curva e sim a total falta de curva ou relevo, um achatamento desde o qual se aniquila o *sinthoma* como aquilo que articularia, que daria significância e outorgaria a graça do relevo à vida de cada um. A normalidade como achatamento da relevância do viver em prol da adequação pode ser uma grave doença tantas vezes fomentada pela moral psiquiátrica.

Em tempos sociais nos quais os quadros nosográficos se tornam questões identitárias e em que a ideia de normalidade se erige como uma moral, é preciso recordar que Freud, além de situar os graves sintomas dos “doentes dos nervos”, situou a psicopatologia da vida cotidiana que, com seus sonhos, chistes, atos falhos e lapsos atravessa a vida corriqueira rompendo a razão.

Freud coloca que é nesse *non sense* que irrompem verdades sobre o sentido da vida daquele que os produz. Lacan depois arremata esta questão afirmando “sou onde não penso e penso onde não sou”. Inverte assim o *cógito* cartesiano situando junto a Freud que a sede do ser não é a razão e sim o inconsciente. Tais formações do inconsciente da psicopatologia da vida cotidiana se produzem desde a mesma lógica e percurso psíquico do que os graves sintomas. Assim a borda entre a normalidade e a psicopatologia é muito mais borrada do que pretende a moral psiquiátrica.

No entanto, podemos considerar que há *sintomas clínicos* que produzem obstáculos profundamente custosos na vida de alguém. Que se repetem como tropeços constantes no não elaborado. É o que Freud chamava de graves neuroses e que Lacan chama de *symptôme*, aos quais é possível dar um tratamento saindo da repetição desses sintomas clínicos tratáveis.

Porém há sintomas que produzem uma resposta do sujeito ao seu fantasma fundamental

dando a este uma solução que amarra a significância do viver. Isso é o que Lacan chama de *sinthoma* e que podemos situar como *sinthoma* de estrutura, dado que cumpre uma função nodal para quem se é articulando real, simbólico e imaginário.

O tratamento de Veridiana permitiu a ela interrogar a chatice controladora da mãe e da funcionária à qual se via submetida e identificada. Gostei muito do termo *normótica* proposto pelo autor/analista. Ele se assemelha ao que costumo nomear como *normaloides* enquanto aqueles que vivem à sobra da adequação, achatados pelas listas a preencher do que outros consideram uma “vida boa” sem poderem se perguntar pelo desejo que divide, desacomoda mas também coloca relevância no viver.

O tratamento de Veridiana permitiu curá-la do sintoma clínico da normalidade.

Despertar para o sonho

Antes da associação livre, em muitos tratamentos, há um longo caminho a percorrer, pois há pacientes que chegam sem uma experiência bastante anterior que é a de poder conversar com os mais próximos – cônjuges, familiares, amigos – sobre o que se sente e o que se pensa sobre a vida. Vidas que se vivem sem que se ponha em perspectiva a possibilidade da elaboração da experiência.

Veridiana chega assim, sem essa experiência de diálogo, na condição de não ter com quem

“desabafar” e, portanto, em uma vida vivida com sentidos abafados pelo imperativo da eficiente praticidade doméstica que parece encobrir dívida e culpa silenciadas em uma história transgeracional de mulheres que ocultam um aborto (Veridiana está também em meio a um jogo entre uma “madre superiora” e uma “funcionária” tal como a personagem do filme de Buñuel de mesmo nome – o que pode ter implicado por associação a escolha do nome fictício do caso).

Desde seus iniciais desabafos em análise vão aparecendo camadas, dobras, relevos dessa história, gostos esquecidos que passam a ser evocados. Surgem fantasias diurnas de brigas, são narrados junto a sua história passagens ficcionais de filmes e romances que reintroduzem o ficcional como articulador central para a construção da realidade de viver.

O desejo vai se desdobrando, até que se apresenta o sonho. Sonho que antes não podia ser sonhado, mas que ganha seu lugar endereçado na transferência. Sonha que quer abrir as embalagens. Comparece uma voz de curiosidade que a move a poder fazer alguma bagunça enquanto outra lhe impõe a manutenção da ordem, do recobrimento (encobrimento) dos conteúdos. Ela se divide deparada à ousadia de, ela mesma, começar a sair do embrulho para presente da demanda dos outros. E assim, sem retorno, se cura do achatamento da normalidade e começa a aventura em que algo surpreendente pode advir.

A tradução no meio do caminho

André Carone

Resenha de Janine Altounian, *A escrita de Freud: travessia traumática e tradução*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo, Blucher, 2025, 315 p.

Sonho com um homem que desaprende as línguas da terra até não compreender mais nada em lugar nenhum.
[Elias Canetti]¹

Por muito tempo pensei que minha dificuldade como escritora se devia ao fato de que eu escrevia em alemão, pois minha relação com a Alemanha é linguística, formada, como fui, por uma variedade de experiências e sentimentos de um lugar diferente. Eu venho da Áustria, um país pequeno que, para usar um eufemismo, vem tentando dar um passo para fora da história, mas que tem um passado avassalador e monstruoso.
[Ingeborg Bachmann]²

Nem sempre a linguagem e o trabalho de tradução estiveram em primeiro plano na longa história dos debates internacionais a respeito das traduções da obra de Sigmund Freud. A tradução era o elemento que barrava a vista, desencaminhava os leitores e por vezes colocava em risco uma certa perspectiva ou um certo vocabulário que corresponderia à própria essência da psicanálise. Para lembrar dois exemplos já afastados no tempo, recuperemos aqui

a posição adotada por Bruno Bettelheim em relação à *Standard Edition* inglesa, editada e traduzida por James Strachey: o elemento central da crítica de Bettelheim é justamente o suposto destaque concedido pelo tradutor “à ciência e à medicina” em prejuízo a uma “preocupação primordial com os problemas culturais e humanos, vistos como um todo, e com as questões da alma”³. Em outros termos: de acordo com essa leitura crítica, a tradução de Strachey nos impedia de enxergar aquilo que o texto de Freud realmente seria. Na verdade, para Bettelheim o trabalho de tradução só possui importância na medida em que representa um obstáculo para alguma *outra questão*, mas não possui um valor intrínseco. Essa perspectiva abre caminho para a solução mais frequente, que consiste na re-criação individual do tradutor ou da tradutora que assina um trabalho.

Um segundo exemplo: podemos afirmar que a crítica que Jacques Lacan dirige às traduções francesas publicadas até 1950 caminha em uma direção parecida, muito embora a sua orientação seja diferente. Numa passagem do célebre “Discurso de Roma”, Lacan faz menção a um leitor equivocado que acompanha uma tradução de Freud assinada por Marie Bonaparte, “a qual [ele] cita como um equivalente do texto freudiano”⁴. Este leitor teria sido desviado da correta compreensão de conceitos fundamentais para a psicanálise. Numa outra passagem desse mesmo texto, Lacan assinala como um dos problemas da conceituação em psicanálise o fato de que seus termos ainda conservavam “a ambiguidade da língua vulgar”⁵. Caberia, portanto, aos tradutores a tarefa de eliminar essas contaminações de significados para oferecer aos leitores uma articulação essencial dos significados no texto freudiano. Em resumo, no segundo exemplo o tema da tradução novamente adquire interesse apenas na medida em que sustenta uma certa concepção acerca da linguagem, mas não representa em si mesmo uma questão dotada de autonomia, que deva ser examinada a partir do seu próprio terreno e das suas próprias articulações. A crítica à tradução parece emanar de um outro território, no qual

1 E. Canetti, *Vozes de Marrakech*, p. 25.

2 I. Bachmann. *Wir müssen wahre Sätze finden: Gespräche und Interviews*, p. 63-64.

3 B. Bettelheim, *Freud e a alma humana*, p. 46.

4 J. Lacan, “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, in *Escritos*, p. 248.

5 J. Lacan, *op. cit.*, p. 241.

André Carone é professor do Departamento de Filosofia da EFLCH/UNIFESP.

DOI: 10.70048/percurso.76.145-148

os equívocos e as indeterminações da linguagem teriam sido depurados – como se o trabalho de tradução oferecesse apenas o erro e o desvio, e a crítica à tradução fosse anunciada em termos estritamente objetivos, como se ela própria jamais fosse norteadada por pressuposto algum.

A contribuição original de Janine Altounian não aborda a atividade do tradutor ou tradutora como um elemento secundário, que possuiria apenas um valor instrumental para a demonstração de teses ou princípios acerca da natureza da psicanálise, do seu humanismo ou do seu caráter científico, e em vez disso adota o trabalho com a linguagem como ponto de partida para a compreensão dos objetos da própria psicanálise.

O livro *A escrita de Freud – travessia traumática e tradução*, traduzido para o português por Claudia Berliner, é o resultado de diversos percursos que se entrelaçam. Em um plano mais imediato aparece o seu engajamento em um grandioso projeto de tradução e edição, as *Obras Completas* (*Oeuvres Complètes*) de Freud, publicadas em francês pela editora PUF sob a coordenação de Pierre Cotet e a direção geral de Jean Laplanche, no qual ela atuou como tradutora, revisora e responsável pelo trabalho de sistematização de toda a coleção. A preparação, a discussão, a tradução e a edição desse gigantesco trabalho compõem o cerne de todo o material exposto neste livro, mas nem por isso esgotam-no por completo: mais do que apresentar uma “defesa e ilustração”⁶ do projeto do qual participou, seu propósito consiste em “colocar à disposição do leitor francófono um corpus linguístico propício a formar uma opinião, até mesmo nas antípodas daquela aqui sustentada”⁷. Em outras palavras, este trabalho tem um compromisso fundamental com o material a ser traduzido e a língua alemã na qual “a psicanálise foi pensada e escrita”⁸ por Freud. Com esse propósito, o livro percorre uma série de exemplos de ordem semântica, sintática e estilística, ao mesmo tempo que expõe as traduções para o francês, mas sem desconsiderar os elementos presentes na paisagem mais ampla do texto original, e que nem sempre encontram o seu lugar

em uma tradução. A edição brasileira reproduz a íntegra das diferentes traduções francesas de cada citação, e também as traduz para o português, oferecendo assim um mosaico de citações que enriquece ainda mais o debate proposto por Altounian em sua edição original.

Este primeiro percurso, vinculado às atividades da psicanálise e da tradução, possui conexão com um outro percurso, de caráter duplamente biográfico: filha de sobreviventes do genocídio armênio, para quem o francês não representava propriamente uma língua materna, a autora parece inverter o percurso habitual nos debates sobre traduções ao enfatizar os desafios presentes no texto original, em vez de simplesmente comentar ou lamentar os famosos “problemas de tradução”: a queixa comum pela insuficiência ou estranheza das traduções é substituída por uma advertência que quer nos mostrar como deixamos de perceber aquilo que é escarpado ou deliberadamente estranho nas composições de um judeu herdeiro da diáspora, filho de um migrante que chega em meados do século XIX ao Império Austríaco, uma terra onde a família não possuía raízes, e que conviveu na infância com o tcheco e o iídiche e encontrou na língua alemã uma representação do poder e da cultura que não acolhia a sua origem. “Na verdade”, escreve a autora, “Freud trabalha a sua língua aproximando campos semânticos heterogêneos, como só consegue fazer quem integra em si horizontes estrangeiros uns aos outros”⁹. As referências constantes à tradução nas construções teóricas de Freud são bastante conhecidas: elas aparecem nas exposições a respeito da transferência analítica, nas correspondências entre imagem e palavra no sonho, na transposição de conteúdos inconscientes para o pré-consciente, nas correspondências entre o conteúdo manifesto e os conteúdos latentes que são revelados pelo trabalho de interpretação. Porém essas teses, antes de ganharem corpo como noções gerais, estão presentes no próprio texto de Freud: a transformação de significados, os deslocamentos, encobrimentos e correspondências dos quais a teoria *fala* são, antes de tudo, resultado de uma prática de escrita e configuração da palavra. Na perspectiva

de Janine Altounian, a imagem apaziguadora do escritor talentoso, vencedor do Prêmio Goethe e autor admirável que emprega um vocabulário simples e acessível, esconde a dimensão disruptiva e violenta a partir da qual Freud construiu a própria psicanálise: este talvez seja um resumo impreciso do propósito deste livro que pode, mesmo assim, servir como guia para um primeiro contato com as teses e com os exemplos que ele apresenta.

Um terceiro percurso se sobrepõe aos dois primeiros e nos apresenta a matéria essencial que é explorada: trata-se da passagem de uma língua para outra, uma transição que envolve o ato de traduzir e parece nos aproximar da natureza da própria psicanálise. A autora se serve do descentramento do exílio – a perda de uma primeira língua, de um ambiente e de um espaço comum – como um modelo para o descentramento da língua que está presente na escrita de Freud: contrariando essa leitura frequente que atribui ao criador da linguagem psicanalítica uma escrita fluente e acessível, ancorada no uso comum das palavras, ela se empenha em mostrar o quanto essa caracterização pode ser enganosa, mesmo ali onde ela parece ser manifesta e evidente. A maneira como este vocabulário se inscreve sucessivamente em diferentes registros, e as sucessivas conexões estabelecidas entre os radicais semânticos, os sufixos, os prefixos, as preposições, revelam uma prática de escrita que vira de ponta-cabeça a linguagem e transformam o seu significado tal como se passa em um tratamento, a exemplo da “subversão que o analisante efetua sobre a sua própria língua quando, mediante as palavras que ritmam a narração da sua própria vida, ele se reapropria dela”¹⁰.

Tais argumentos sempre estiveram presentes de alguma maneira em diversas leituras a respeito do vocabulário da psicanálise. Caberia lembrar ao menos o nome de Walter Muschg, crítico literário suíço de língua alemã que publicou um ensaio chamado “Freud como escritor” no ano de 1929 – antes, portanto, que Freud recebesse o tão citado Prêmio Goethe: o crítico chama a atenção para a forte presença das “inconstâncias da sonoridade presentes nos lapsos, nos sonhos, nos chistes” e para a maneira como este “irmão de Morgenstern e dos surrealistas executa o piano de quartos de tons da linguagem”; reconhece ainda que a escrita de Freud sabe acompanhar a “tessitura dos deslizamentos internos de consonâncias, ressonâncias e associações” e “a mais desvairada brincadeira com as palavras. Somente alguém que habitasse profundamente a linguagem seria capaz de escrever isso tudo”¹¹.

Mesmo assim, o reconhecimento da tradução e da linguagem de Freud como elementos que estão entranhados na construção do seu pensamento – e também da própria psicanálise, por consequência – vêm de longe e compõem em outros trabalhos. Como assinalamos anteriormente, o elemento novo nas investigações de Janine Altounian é a inversão de perspectiva: a linguagem ocupa invariavelmente o primeiro plano e não é a ferramenta que oferece acesso a algum conteúdo, pois ela própria é o conteúdo: “em Freud, a semântica do discurso se exprime na matéria-prima, na morfologia e na sintaxe do enunciado. Este é afetado em seus elementos constitutivos por um funcionamento interno que o marca com uma determinação analítica”¹². Noutras palavras, aqui o texto não serve como ilustração de uma concepção teórica: tudo se passa como se o texto entranhasse a própria concepção teórica e não estivesse separado dela.

Talvez seja mais simples ilustrar este argumento a partir de um exemplo concreto, retirado deste trabalho que lida do começo ao fim com amostras da atividade de leitura e tradução a partir do texto original. O artigo “Sobre lembranças encobridoras” investiga a formação de falsas

6 J. Altounian, *A escrita de Freud: travessia traumática e tradução*, p. 19.

7 J. Altounian, *op. cit.*, p. 17. Devo reconhecer que este é precisamente o meu caso. Como leitor interessado pela questão, sempre acompanhei com reservas e muito distanciamento as posições do grupo de editores liderado por Jean Laplanche, o que não me impede de apreciar a abordagem rica e por vezes perturbadora oferecida por Altounian.

8 J. Altounian, *op. cit.*, p. 25.

9 J. Altounian, *op. cit.*, p. 34.

10 J. Altounian, *op. cit.*, p. 123.

11 W. Muschg, “Freud als Schriftsteller”, in *Die Zerstörung der deutschen Literatur und andere Essays*, p. 559.

12 J. Altounian, *op. cit.*, p. 107.

lembranças infantis, que possuem uma nitidez enganosa e escondem a lembrança verdadeira sob a fachada de uma suposta lembrança, muitas vezes bastante convincente, que engana justamente por sua nitidez aparente. O termo *Deckerinnerung* (lembrança-cobertura, ao pé da letra) coloca em movimento este contraste entre algo que encobre (o recalçamento) e algo que fica encoberto (o conteúdo infantil por trás da falsa lembrança), sem contar o próprio trabalho de *des-coberta* que a análise dos exemplos leva a cabo. Pois o mesmo jogo entre descobrir e encobrir reaparece em *A interpretação dos sonhos* com outros trajes: na referência à historinha da “nova veste do Imperador”¹³ que antecede o comentário do Édipo Rei de Sófocles, a criança que veste a sua hostilidade com relação a uma pessoa ao sonhar com a sua morte, a definição do sonho como uma realização *travestida* (*verkleidete*) de desejo, um conteúdo do sonho que foi deformado por algum *revestimento* (*Kleidung*); temos ainda construções adjacentes que percorrem o texto de *A interpretação dos sonhos* e reforçam esta mesma noção (concreta e abstrata) da roupagem: velar/desvelar, embaralhar/desenvolver, tecer/entretecer, o tecido do sonho/o tecido de nossas teorias.

Não são poucas e nem secundárias as ramificações de significados abertas por estes poucos radicais semânticos: *Kleid* (vestimenta), *Deck* (cobertura), *Spinne* (tecido), *Webe* (trama). Além dos laços e conexões que estabelecem entre si na composição do vocabulário e do texto de Freud, elas formam um claro contraponto com a *Deutung*, isto é, com a atividade da interpretação, pois *deuten* está vinculado à nitidez (*Deutlichkeit*), à luz, ao esclarecimento e ao significado (*Bedeutung*) – ou, nos termos da teoria freudiana do inconsciente, ao elo estabelecido entre uma representação de coisa (inconsciente) e uma representação de palavra (pré-consciente). A aparição deslocada e deformada desses conteúdos na superfície do texto revela a que ponto a construção do texto de Freud está implicada na matéria abordada por ele: as alusões e os vestígios daqueles conteúdos inconscientes que o sonho e o sintoma levam até

a superfície da consciência estão figurados por palavras e conexões que aparecem de modo incompleto ou deformado na própria superfície do texto: a dinâmica do texto revela e encobre significados, não menos do que o trabalho de interpretação ou decifração que o texto de Freud apresenta a partir de exemplos sucessivos e caracteriza nos termos de uma linguagem teórica.

O projeto francês das *Obras Completas*, que está na raiz da escrita deste livro, adota como princípio o apegue “ao texto, nada além do texto, nada senão o texto”¹⁴ e faz uma defesa muito consistente de escolhas e estratégias que buscam preservar o caráter estrangeiro e anguloso da língua original, transportando para a língua de chegada (o francês, neste caso) a estranheza que as formulações sintáticas e as conexões semânticas da língua alemã provocam nos ouvidos de um falante que não conheça o idioma. O livro de Janine Altounian oferece para essa tese um complemento que pode ser apreciado mesmo por aqueles leitores que questionam os resultados objetivos do projeto da tradução francesa: para a autora e tradutora, uma tradução que não acompanha em alguma medida os aspectos materiais da língua de partida na verdade renuncia a falar sobre a experiência que estava em jogo para aquele que escreveu o texto original, e corre o risco de substituir este original por uma concepção puramente abstrata dos seus significados, como se ali a linguagem fosse mero acidente, um veículo entre muitos outros para uma certa mensagem. Essa opção abstrata, que geralmente acomoda o texto original dentro dos limites já conhecidos da língua de chegada, corre o risco de apagar a violência produzida pelo próprio ato da escrita e, no caso particular de Freud, a experiência de descentramento e descoberta de significados possíveis que são o resultado de um afastamento com relação ao seu próprio idioma, sem o qual a descoberta da psicanálise talvez não tivesse sido possível.

13 S. Freud, *A interpretação dos sonhos*, p. 282-284.

14 A. Bourguignon; P. Cotet; J. Laplanche; F. Robert, (1989). *Traduire Freud*, p. 14.

Anna Freud revisitada por Elisabeth Danto

clínica psicanalítica social e pedagogia psicanalítica comunitária

Mônica Guimarães Teixeira
do Amaral

Resenha de Elisabeth Ann Danto, *Anna Freud, a teoria tem seus prazeres*, São Paulo, Perspectiva, 2025, 435 p.

Em seu primeiro livro lançado no Brasil, em 2019, *As clínicas públicas de Freud – psicanálise e justiça social (1918-1938)*, a historiadora Elisabeth Danto¹ permitiu-nos conhecer o posicionamento firme de Freud², no período entreguerras, em defesa de uma psicanálise acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social. É nesse

contexto – da Viena Vermelha³ à República de Weimar⁴ – que proliferam, na Europa Central, clínicas públicas vinculadas aos Institutos de Psicanálise, impulsionadas pelo próprio pai da psicanálise. Observa-se, assim, um deslocamento em relação à ênfase inicial na “clínica privada solitária”, em favor de uma prática e de uma ideologia comprometidas com o bem-estar social e com as transformações exigidas pela sociedade no pós-guerra. Defendia-se, nesse horizonte, o papel do Estado não apenas no enfrentamento das desigualdades sociais, mas também na oferta de assistência pública em saúde – incluindo a saúde mental –, campo no qual a psicanálise passaria a exercer um papel fundamental.

A autora ressalta igualmente o papel de Anna Freud nesse processo, entusiasta dos novos rumos assumidos pela psicanálise, que acompanhava o “espírito de mudança” daquele período, ao adotar novas formas de pensar a sexualidade e ao defender a dimensão social da formação e da prática analíticas. Se de início dedicara-se ao trabalho em escolas experimentais com novas metodologias para a primeira infância, em seguida, engajou-se nas clínicas gratuitas, onde desenvolveu o trabalho analítico de crianças⁵.

Em seu novo livro, *Anna Freud, a teoria tem seus prazeres* (2025), E. Danto, igualmente entusiasta da inserção da psicanálise na saúde pública, acompanhará mais de perto a trajetória de A. Freud desde seus anos de formação como pedagoga, sua entrada na Sociedade de Psicanálise de Viena, na qual se tornou diretora do Instituto de Treinamento, em 1935, até seu ingresso no corpo docente em Yale Law School (EUA), onde expandiu suas ideias sobre psicanálise de crianças e adolescentes para o campo jurídico.

Nesta obra, E. Danto retira A. Freud da sombra do pai, como bem observa Marise Bastos no prefácio, ao evidenciar seu protagonismo em ações que podem ser consideradas até mesmo revolucionárias no campo da psicanálise. Tal protagonismo decorre de seu engajamento não apenas como pedagoga – papel pelo qual é mais frequentemente lembrada –, mas sobretudo como

1 Elisabeth Ann Danto é professora emérita do Hunter College, de Nova York, e especialista em História da Psicanálise e Justiça Social. Recebeu o prêmio Gradiva e Goethe pelo livro: E.A. Danto, *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*, São Paulo, Perspectiva, 2019.

2 Ressalta particularmente o discurso de Freud, em setembro de 1918, no V Congresso Psicanalítico Internacional, em que defendeu uma psicanálise atenta ao papel do Estado para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade social.

3 Viena ficou assim conhecida devido à política progressista vigente entre 1919 e 1934.

4 A República de Weimar, regime democrático instaurado pela social-democracia na Alemanha entre 1918 e 1933, caracterizou-se por uma Constituição avançada, amplas liberdades civis e o sufrágio universal, sendo interrompida com a ascensão de Hitler ao poder.

5 Situação que se modificou completamente com a ascensão do fascismo, quando passaram a predominar as perseguições e fugas da maioria dos analistas da Europa Central, ocasionando o fechamento dos ambulatórios e clínicas gratuitas ligadas às Sociedades Psicanalíticas.

Mônica Guimarães Teixeira do Amaral é psicanalista, membro efetivo da SBPSP, docente do Instituto Durval Marcondes e pesquisadora sênior da FEUSP.

analista das “populações marginalizadas e oprimidas”, cuja experiência clínica viria a inspirar, inclusive, pensadores como Frantz Fanon. A escuta dedicada de Anna Freud a refugiados, famílias em situação de vulnerabilidade, crianças separadas de seus pais e traumatizadas pela guerra, assim como seu trabalho institucional junto às sociedades psicanalíticas voltadas à promoção da saúde mental de populações excluídas do acesso aos serviços públicos, revelam uma dimensão de sua atuação ainda pouco conhecida e insuficientemente valorizada.

A autora considera que o advento da análise infantil, da educação progressista e da psicanálise comunitária que entraram em cena na década de 1920 formou os três pilares da carreira de A. Freud. Ressalta a importância dada por ela à intersecção entre psicanálise e educação, tendo se dedicado à formação de professores e pais, proferindo palestras e escrevendo artigos.

Durante a Viena Vermelha, Anna Freud e seus colegas promoveram um verdadeiro deslocamento do consultório particular para a escola pública, clínicas e centros de aconselhamento comunitários. Um trabalho importante no campo da educação foi sua atuação junto à escola experimental de Hietzing, durante cinco anos, desde 1927 (fechada pelos conservadores em 1932), que teve como professores Erik Erikson e Peter Blos, sempre guiados pelo olhar psicanalítico, cujo objetivo era promover a autonomia da criança. Constituiu-se, desse modo, um verdadeiro canteiro da teoria moderna, o qual, segundo Danto, teria inspirado inúmeras experiências libertárias de formação infanto-juvenil na Europa e nos EUA.

A autora menciona uma obra que pouco circulou entre os analistas brasileiros, de A. Freud e Burlinghan, *Young children in wartime: a year's work in a residential war nursery*⁶, cuja temática tratada é bastante atual, podendo até mesmo inspirar a formação de professores nas escolas infantis e de ensino fundamental ainda hoje no Brasil, sobretudo quando estas se veem atravessadas pela violência da guerra entre o tráfico, as milícias e a polícia, como vimos recentemente no Rio de Janeiro⁷.

A. Freud defendia uma análise infantil de dupla face perante os traumas de guerra e separações familiares, combinando observação direta e reconstrução em análise. Era preciso, segundo ela, reparar danos, evitar novos danos, fazer pesquisa por meio da observação *in loco* para se pensar sobre o desenvolvimento humano; e, por fim, propiciar uma formação específica para os analistas infantis.

Embora muito se fale da dimensão adaptativa da psicanálise proposta por A. Freud, em razão de sua ênfase nas dimensões educativa e social, Danto permite-nos conhecer os meandros de suas ideias e de sua prática em psicanálise infantil.

A. Freud, por exemplo, embora saliente as diferenças entre os métodos das análises infantil e de adulto, admite, no entanto, que não haveria uma oposição absoluta entre elas: “Seria mais apropriado dizer que na técnica de análise de adultos encontramos *vestígios* de todos os procedimentos que se mostram necessários com crianças” (p. 40)⁸.

Além disso, toda a sua preocupação com o desenvolvimento da criança está ancorada nas hipóteses da própria psicanálise freudiana acerca do desenvolvimento psicosssexual na infância, com base na qual procurará romper com a conceituação de normal e patológico vigente em instituições sociais, como escola, família, religião e justiça.

Propõe, nesse sentido, um escopo ampliado da psicologia infantil psicanalítica ao diferenciar o diagnóstico da neurose infantil das categorias diagnósticas adultas, criticando abordagens como a de Melanie Klein. Em vez de descrever sintomas a partir de modelos do adulto, ela investiga a psicopatologia infantil à luz do desenvolvimento psíquico normal, privilegiando a análise das causas, dos processos latentes e das interferências ambientais no desenvolvimento normal da criança. Para tanto, debruça-se muito mais sobre uma metapsicopatologia específica da psicologia infantil.

A contribuição dessa obra de Danto consiste justamente em trazer ao público as diversas dimensões desse escopo ampliado da psicologia infantil psicanalítica de Anna Freud, querendo dizer com isso que a autora ultrapassa os estudos

sobre os mecanismos de defesa, abrangendo educação, desenvolvimento, direitos da criança e psicanálise aplicada, além de trazer contribuições da psicanálise para a análise infantil. E ela o faz por meio da compilação de importantes textos de A. Freud precedidos de comentários introdutórios de cada uma das palestras e artigos selecionados cuidadosamente pela autora, permitindo-nos, desse modo, acompanhar suas ideias que foram distribuídas em sete capítulos: 1. análise infantil, 2. educação, 3. psicanálise comunitária, 4. a psicologia do ego e os mecanismos de defesa⁹ (este mais conhecido), 5. pesquisa, 6. desenvolvimento humano e 7. os direitos das crianças.

No capítulo 1, são tratados alguns temas interessantes da clínica infantil, como a especificidade da análise infantil, as tarefas da análise infantil e contraindicações da análise infantil. A autora apresenta as principais contribuições de A. Freud, para em seguida reproduzir quatro palestras de sua autoria, cuja maior contribuição, a meu ver, consiste no detalhamento dos casos clínicos, por meio dos quais explicita a especificidade da análise infantil, tratando de temas, como: preparação para a análise infantil, no qual demonstra como é preciso criar as condições para que a análise ocorra; os métodos da análise infantil, em que contrapõe a análise do adulto à análise infantil; o papel da transferência na análise de crianças, momento em que se posiciona contrariamente à abordagem kleiniana; análise infantil e a educação das crianças, onde evidencia o duplo papel da análise infantil, que deve comportar a dimensão educativa e clínica.

Os textos referem-se a conferências proferidas por A. Freud nos anos 1960, nos Estados Unidos, junto à American Association of Child Psychoanalysis, nas quais revisita seus esforços iniciais em Viena para ampliar a psicanálise em direção à análise infantil e à formação específica de analistas. Aborda o desenvolvimento de diferentes correntes da psicanálise infantil, como as de Melanie Klein e Winnicott, e destaca a criação de uma Associação Americana de Psicanálise Infantil independente, enfatizando a importância da observação direta e a pesquisa psicanalítica articuladas à formação clínica.

O capítulo 2 é inteiramente dedicado à Educação, contendo igualmente uma introdução de E. Danto, quatro palestras de Anna Freud e mais dois capítulos também de autoria desta última, um sobre os anos iniciais da educação e outro respondendo às perguntas de professores. Danto destaca a grande repercussão que teve na década de 1930, quando da publicação do livro de Anna Freud, *Psychoanalysis for teachers and parents*¹⁰, para a constituição das bases de uma pedagogia moderna, com base em um estudo sistemático da vida emocional e psíquica infantil oriundo de mais de cinquenta anos de observação de crianças, como noticiou o *New York Times* na época.

Movidos pelo desejo de explorar as potencialidades adormecidas das crianças e reprimidas pelos métodos tradicionais, Anna Freud e seus colegas esperavam, segundo Danto, contribuir para um mundo melhor. Nas comunidades da classe trabalhadora de Viena, nos Centros Infantis Municipais que ofereciam programas pós-escola, ouviam-se atentamente os ensinamentos de Anna Freud sobre o desenvolvimento infantil segundo a perspectiva psicanalítica.

A partir de 1952, Anna Freud revisa alguns dos princípios que orientaram seus trabalhos dos anos 1930, passando a enfatizar a análise dos professores, o manejo das transferências e contra-transferências e o profissionalismo na educação. Defende o aprendizado entre as próprias crianças e a criação de grupos multietários, experiência desenvolvida na Escola de Hietzing (1927-1932)¹¹,

6 A. Freud; D.T. Burlinghan, *Young children in wartime: a year's work in a residential war nursery*, London, George Allen & Unwin, 1942.

7 Refiro-me no caso à ação policial no Rio de Janeiro, realizada no dia 28 de outubro de 2025, cujo objetivo, segundo as autoridades policiais, era, em princípio, frear o avanço da facção do tráfico, que se autodenomina Comando Vermelho, resultando na morte de 121 pessoas, sendo quatro delas policiais.

8 A. Freud "Four lectures on child analysis", *The writings of Anna Freud*, v.1, International Press, 1974.

9 A. Freud, *The ego and the mechanisms of defense*, New York, Routledge, 1937.

10 A. Freud, *Psychoanalysis for teachers and parents: introductory lectures*, University of Ohio, Emerson Books, 1935.

11 Essa escola foi fechada com a ascensão do nazismo, em 1932.

período em que também se tornaram populares os cursos voltados à formação de educadores e assistentes sociais, dados particularmente por A. Freud e A. Aichhorn.

Esse período de otimismo foi gradualmente sendo substituído, segundo Danto, por um período pessimista nos anos que se seguiram particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, em que predominaram normas familiares patriarcais sob a égide do darwinismo social impulsionado pela ideologia fascista. Uma abordagem que acabou se refletindo no interior da própria psicanálise, dando lugar a uma compreensão da neurose, menos baseada em fatores sociais e mais em fatores inatos, constitucionais e parentais.

No capítulo 3, Danto mostra como, na Viena Vermelha do período entreguerras, A. Freud levou a psicanálise do consultório ao âmbito comunitário, articulando-a à educação. A criação do periódico *Zeitschrift für Psychoanalytische Pädagogik*¹², simultaneamente à expansão dos trabalhos no campo de uma *pedagogia psicanalítica* permitiu a ampla difusão de ideias e técnicas psicanalíticas entre os educadores urbanos durante cerca de dez anos. Ressalta, entretanto, que, após o confisco de seus exemplares pelos nazistas, restou muito pouco material disponível para consulta.

Danto relata ainda sobre outra importante iniciativa de A. Freud – Jackson Nursery –, que passou a atender bebês de famílias pobres, muitos deles de desempregados que mendigavam nas ruas de Viena no pós-guerra. Foi onde aperfeiçoou seu método de observação direta de bebês, ao mesmo tempo que sentiu necessidade de formar profissionais atentos às questões de classe e comunitárias. Daí ter introduzido na formação de analistas a visita a maternidades, clínicas de assistência social, educação infantil e tribunais juvenis, dentre outras instituições. Observe-se que nesse momento, a Sociedade de Viena se abriu para a formação de profissionais não médicos, considerando que a formação de analistas envolveria campos que iriam além da medicina, como “sociologia, literatura, história e cultura

em geral”, conforme declaração de A. Freud em uma carta dirigida a um futuro analista (p. 163).

O capítulo 4 aborda os estudos mais conhecidos de Anna Freud sobre a psicologia do ego e os mecanismos de defesa, destacando a relação pouco explorada desses estudos com a análise das defesas de caráter de W. Reich¹³. Embora tenha atuado em colaboração com Hartmann, sua concepção das defesas parece mais próxima da noção reichiana de “couraça de caráter”, enfatizando a importância da análise da resistência como condição para avançar na investigação da angústia, da história clínica e da gênese pulsional dos sintomas.

Ao investigar a adolescência, conforme bem observa Danto, A. Freud inicia sua abordagem a partir dos estudos sobre o Ego, apresentados pela primeira vez no Congresso Psicanalítico, em Lucerna, de 1934, e posteriormente publicados em *O Ego e o Id na Puberdade*¹⁴. Danto destaca que, nos anos 1950, as dificuldades no tratamento psicanalítico dos adolescentes eram atribuídas por A. Freud à insuficiente compreensão teórica da especificidade dessa fase, marcada por rápidas e simultâneas mudanças nos posicionamentos emocionais, o que exige uma adaptação particular da prática analítica.

No capítulo 5, explicita seu método de pesquisa sobre os primórdios da psique na infância, ao sustentar que seria importante ir além das “reconstruções em análise” e “coletar informações diretas” sobre o funcionamento primário da primeira infância como forma de contribuir para o progresso do desenvolvimento dos processos secundários.

Segundo Danto, seu método de pesquisa clínica, por meio da observação direta das crianças, é importante até hoje e funciona como padrão para coleta de dados clínicos sobre o desenvolvimento infantil, a saúde mental infantil e a dinâmica familiar.

Uma das fontes principais de estudos clínicos sobre a infância foi Jackson Nursery, que oferecia às crianças pobres de Viena o mesmo tratamento antes oferecido às de classe média;

mas talvez mais importante tenha sido o Instituto Hampstead Child Therapy Clinic, oferecido integralmente às crianças pobres, órfãs ou separadas de seus pais em razão dos bombardeios sofridos por Londres durante a Segunda Guerra Mundial. Essa instituição era financiada pelos Estados Unidos, que exigiam relatórios periódicos, os quais revelaram-se de grande valor por descreverem minuciosamente o funcionamento mental dessas crianças em situações-limite, bem como o tratamento analítico de adolescentes e de crianças com funcionamento limite.

Em suma, diversos aspectos da vida mental na infância e na adolescência foram investigados em um contexto de intenso sofrimento coletivo, imposto por uma guerra de proporções devastadoras. Tal empreendimento constituiu um esforço para confrontar a abordagem positivista da ciência, ao propor o que ela denominou como sendo uma pesquisa de ação fundamentada em pressupostos psicanalíticos, problematizando, assim, os riscos de uma pretensa neutralidade ou parcialidade na pesquisa.

No capítulo 6, Desenvolvimento humano, Danto nos apresenta os estudos feitos por A. Freud na década de 1960 sobre o que ela denominou “a criança inteira”. Com esse conceito de “criança inteira”, pretendia abranger “o universo interior do indivíduo, seu universo exterior e formas sutis de interação entre as duas esferas ao longo da vida” (p. 294). Com base nesse tipo de compreensão da criança, A. Freud constrói o conceito de linhas de desenvolvimento bem abrangentes e, sob o viés psicanalítico, propõe um olhar atento ao desenvolvimento do mundo interior, tomando em consideração a interação com o meio ambiente e as formas de organização libidinal. Ao mesmo tempo, instava os analistas

a adequarem sua técnica a essas linhas desenvolvimento de cada criança.

Foi com base nessa nova abordagem metapsicológica que A. Freud ampliou o escopo de atuação da psicanálise infantil, estendendo-a não apenas à educação, mas ao campo do direito. Danto também nos apresenta alguns textos fundamentais de A. Freud reunidos em três obras escritas em coautoria com docentes da Universidade de Yale, mais especificamente vinculados à Yale Law School, como o jurista Joseph Goldstein e o psiquiatra Alfred Solnit. Particularmente em seu texto *Beyond the Best interests of the child*, de 1973, A. Freud dará continuidade às suas ideias defendidas desde seus trabalhos junto às Hampstead War Nurseries, criadas em Londres para abrigar crianças refugiadas durante a Segunda Guerra Mundial, ou mesmo em sua defesa de uma educação comunitária durante o período da Viena Vermelha, momentos em que já apontava a importância do acolhimento psicológico para o bom desenvolvimento infantil.

Nos anos 1970, A. Freud posicionou-se contrariamente às concepções jurídicas patriarcais vigentes que privilegiavam a família biológica, defendendo a escuta da criança e o respeito ao tempo psíquico necessário para elaborar perdas, separações e vínculos com famílias adotivas ou substitutas. Atuou também na articulação entre psicanálise e sistema jurídico, influenciando tribunais juvenis, políticas de bem-estar social e decisões sobre acolhimento e adoção, sempre visando reduzir os danos psicológicos à criança.

Enfim, trata-se de uma obra de grande fôlego que foi capaz de fazer jus às iniciativas pioneiras de A. Freud no campo social, comunitário, educacional, jurídico e da clínica infantil, demonstrando tanto a sensibilidade social quanto clínica da autora, ao ancorar sua proposta de formação de analistas de crianças em uma abordagem metapsicológica específica, de acordo com o escopo ampliado da psicologia psicanalítica, tomando sempre em consideração a interação entre o meio ambiente e os modos de organização libidinal de cada criança.

12 A revista foi fundada em 1926 (publicada até 1937) pelo psicanalista alemão Heinrich Meng e pelo educador suíço Ernst Schneider, com o objetivo de disseminar as descobertas psicanalíticas entre os educadores.

13 W. Reich, *Character Analysis*. 3rd Enlarged Edition. Trans. by Vincent R. Carfagno, London, Orgonon Press, 1973.

14 A. Freud, “The Ego and the Id at Puberty” (Ch. 11), in *The ego and the mechanisms of defense*, New York, Routledge, 1937.

Rastros e restos da paixão e da loucura na clínica psicanalítica

Leda Maria Codeco Barone

Resenha de Berta Hoffmann Azevedo,
*Paixão e loucura nos limites da clínica
psicanalítica*. São Paulo, Blucher, 2025, 232 p.

Com *Prefácio* de Daniel Delouya, *Apresentação* de Juliana Lang Lima e *Orelha* de Renato Mezan, o livro de Berta reúne doze artigos nos quais nos apresenta o percurso desenvolvido pela autora ao longo de quinze anos de clínica e pesquisa teórica.

Segundo a própria autora, os textos pretendem dar conta de situações da *clínica-limite*, lugar em que modelos tradicionais no modo de lidar com a neurose e a psicose se mostram inoperantes. E por meio de vinhetas clínicas informa o objetivo buscado,

o livro se dedica a explorar os desafios da Psicanálise diante do sofrimento psíquico-limite. Trilha um percurso que alinhava perguntas clínicas com esboços de contribuições teóricas encontradas em Freud, em autores pós-freudianos e, também, nos teóricos da Psicanálise contemporânea (p. 25).

Objetivo este que a autora cumpre com maestria.

A escrita é clara e elegante nos diferentes trabalhos que, unificados, mostram coerência teórica e delicada perspicácia no tratamento da clínica. O fio que os une, num todo organizado, é a mescla que a autora urde entre paixão e loucura

revelando a diferença entre estas e as psicoses; suas origens, e o modo de escuta transferencial. A costura, nos diferentes capítulos, entre clínica e teoria imprime consistência às interpretações da autora, de modo a embasar as vinhetas clínicas que apresenta.

A importante diferenciação entre loucura/paixão e psicose é um ponto alto do livro porque leva o analista a modos diferentes de escuta. Desde lidar com a transferência enlouquecida, passional que exige do analista tanto criar mudanças na técnica que permitam acompanhar o sofrimento do paciente quanto a levar em conta possibilidades de sustentar destinos diferentes para ele. E nas palavras da autora: “conservar a diferenciação entre loucura, loucura privada e psicose é essencial para uma escuta mais ampla e complementar, capaz de captar tanto o erótico como a destrutividade radical, desobjetalizante” (p. 64).

São muitos os momentos, no livro, em que a autora se apoia na literatura para tecer suas reflexões a respeito da clínica de casos-limite. Num momento ela se serve do que faz a protagonista clariceana de *A paixão segundo GH*: ela se deixa tocar pela loucura e a atravessa. É desse modo que Berta considera ser o trabalho do analista em face à lógica do pensamento louco. Diz ela que o analista deve “caminhar ao seu lado, recebê-la com hospitalidade clínica e disposição imaginativa” (p. 24).

E são muitos esses momentos em que ela se serve da literatura. Mas é precioso para o leitor considerar a forma como o faz: a inclusão da literatura não é feita para enfeitar seu texto, mas como metáfora das paixões e loucuras do humano. E faz com leveza ao articular teoria, clínica e literatura com suas reflexões ou interpretações clínicas.

Sabemos que literatura e psicanálise operam no campo da linguagem, e ambas apostam na equivocidade e polissemia da palavra. Embora habitem espaços próprios, são dois saberes que se fertilizam mutuamente. No texto “O delírio e o sonho na *Gradiva*”¹, Freud afirma que os poetas e escritores criativos sabem mais da alma humana e que podemos muito aprender com eles. Ele nos diz no texto:

Leda Maria Codeco Barone é psicanalista, membro associado da SBPSP, doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP.

Mas os escritores são aliados valiosos e seu testemunho deve ser altamente considerado, pois sabem numerosas coisas do céu e da terra, com as quais nem sonha a nossa filosofia. No conhecimento da alma eles se acham muito à frente de nós, homens cotidianos, pois recorrem a fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência.

A apropriação que Berta faz da literatura em seu texto revela a ideia freudiana citada acima. Os escritores criativos são nossos aliados na ampliação do conhecimento das paixões e loucuras humanas, como também servem de interpretantes no nosso ofício cotidiano. Um bom exemplo encontramos no terceiro capítulo do livro, “Paixão e sofrimento: quando o objeto de desejo se transforma em objeto de necessidade”, no qual a autora aborda o apaixonamento em casos nos quais os contornos do Eu encontram-se fragilmente delimitados. Servindo-se de autores diversos, Berta nos traz relatos da clínica em que a literatura e a psicanálise se fertilizam. Assim começa o capítulo:

“Por que é que aquilo que faz a felicidade do homem acaba sendo, igualmente a fonte de suas desgraças?” (p. 40), pergunta-se o jovem Werther, na obra de Goethe. Annie Ernoux diz que a oportunidade de viver uma paixão é um verdadeiro luxo, mas quem lê seu livro, *Paixão simples*, percebe que é também *pathos*, sofrimento (p. 69).

Dois exemplos da clínica da autora, *Juan e Romeu*, um evitando e o outro se entregando de corpo e alma mostram destinos diferentes diante do apaixonamento. Juan procurando respostas para suas questões amorosas: “não se apaixonava, só elas, e isso era frustrante. Será que alguma vez nos seus cinquenta anos viveu uma paixão amorosa? ele se perguntava” (p. 70).

Já Romeu vai ao primeiro encontro com a analista levando a companheira “e comenta que

ficou imaginando o que a analista pensaria disso. O que supôs que a analista poderia pensar? (pergunta a analista). Que somos simbióticos, responde.”

Os dois exemplos acima aludem a caminhos diversos seguidos nos apaixonamentos, experiências, no dizer da autora, “de entrega que vulnerabilizam e podem ser intensamente ameaçadoras quando as bases da sustentação narcísica primária se mostram fragilizadas” (p. 69). Uns se esquivam do se entregar, e outros se aprisionam de modo a transformar o objeto de desejo em objeto de necessidade.

Também Fabio Herrmann² reconhece as trocas profícuas entre os dois campos: literatura e psicanálise. A importância que o autor atribui à potência *heurística* da ficção o leva a reconhecer a literatura como aliado útil ao trabalho do analista, seja na escuta clínica, seja na sua escrita. A escrita de Berta reconhece essa potência e a utiliza de modo exemplar em sua escrita.

Em outro campo, o da crítica literária, Wolfgang Iser³, se interroga sobre a potência da literatura para a compreensão do humano. Para investigar o que a literatura pode dizer acerca de nós mesmos, para compreender a autointerpretação humana que se faz por meio dela, o autor reconhece como necessário esboçar uma nova *heurística* que pudesse ser sustentada por disposições humanas e que, ao mesmo tempo, fossem constitutivas da literatura. Reconhece tanto na ficção quanto no imaginário esse fundamento, uma vez que os dois fenômenos existem como experiência humana – seja porque superamos o que somos por meio de mentiras e dissimulações, seja porque vivemos nossas fantasias durante os sonhos diurnos, nos sonhos e nas alucinações –, e são constitutivos da literatura. Creio que tais observações de Iser representam ótimo argumento para a aproximação destes dois campos: literatura e psicanálise, como bem faz Berta em seu livro.

Chama a atenção no livro a forma como a autora transita livremente, e com pertinência, por teorias provenientes de diferentes escolas

1 S. Freud. O delírio e os sonhos na *Gradiva*, in *Obras completas v. 8*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 16.

2 F. Herrmann, “A ficção freudiana”, in *A Infância de Adão e outras ficções freudianas*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002, p. 9-20.

3 W. Iser, “Teoria da Interpretação: reação a uma circunstância histórica”, in J.C.C. Rocha (org.), *Teoria da Ficção. Indagações à obra de Wolfgang Iser*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999, p. 19-33.

psicanalíticas. Isso confirma a proposta de Herrmann⁴ quando nos adverte que a segurança do método psicanalítico descoberto por Freud, a *escuta descentrada*, permite ao analista romper os limites estéreis entre as escolas e transitar por diferentes propostas teóricas. Permite também criar prototeorias provenientes da escuta clínica, que poderão, ou não, ser conservadas e se encaixar em direção a outras já consolidadas. Um exemplo disso é o que a autora chama de *captura no circuito da dor* (p. 83), ou outro mais adiante quando fala de *autocancelamento* (p. 178). Berta, no seu texto, cria interpretantes potentes para a compreensão dos casos analisados.

Além de trabalhar com autores contemporâneos, Green, Laplanche, Winnicott, McDougall, Aulagnier, entre outros, que tratam da problemática de interesse da autora para fundamentar a clínica nos casos-limite, chama a atenção do leitor o cuidado e a seriedade com que ela esmiúça a obra de Freud a fim de desvendar origens ou sementes de questões atuais. A relação ou articulações que a autora faz das propostas de Green e Freud ao redor do Narcisismo é preciosa e revela uma pesquisadora experiente da obra de ambos.

No capítulo dez, “Do silêncio ao testemunho: a recuperação do traumático em Édipo Rei como modelo clínico em Psicanálise”, Berta mais uma vez nos surpreende com sua perspicácia de investigadora, bem como nas articulações que faz de diferentes autores ao comentar o trabalho de um colega. No texto ela cita Hanna Arendt quando diz: “toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história” (p. 189). E em seguida propõe: “E não qualquer história, mas uma com a qual se possa viver” (p. 189).

Essas ideias colocam o analista num lugar preciso: o de testemunha. Sobre o analista como testemunha lembro J.M. Gagnebin⁵ quando propõe:

Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele viu com os próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração

insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não o repetir infinitamente, mas a ousar esboçar uma história, a inventar o presente.

Creio ser semelhante o papel do analista na clínica dos sofrimentos-limite quando parteja junto ao paciente os rastros e restos do indizível traumático, possibilitando a construção de uma história, uma narrativa, e que na escrita de Berta fica bastante evidente.

O texto de Berta nos coloca a questão: Por que o analista escreve? Claro que por diversas razões, mas quero ressaltar um que me parece precioso no texto da autora. O analista, sendo tantos em uma análise, por imposição da transferência, escreve para recuperar o nome próprio como nos ensina Pontalis⁶ numa entrevista dada ao *Jornal de Psicanálise*. Sendo tantos no calor da transferência, a escrita permite ao analista afastamento do *incêndio no teatro* e pensar no vivido, recuperando o nome próprio. E ao pensar por escrito, o analista se torna autor.

O livro de Berta afirma seu lugar autoral. O percurso de quinze anos de clínica e estudo teórico fazem da jovem analista uma autora de verdade.

Que seus leitores possam encontrar prazer e aprendizagem na leitura, da mesma forma que eu encontrei.

4 F. Herrmann. *Introdução à Teoria dos Campos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

5 J.M. Gagnebin, “Memória, história e testemunho”, in *Lembrar, escrever e esquecer*, São Paulo, Editora 34, p. 49-57.

6 J.-B. Pontalis, “Entrevista com J-B Pontalis”, *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 35, n. 64-65, p. 29-47, 2002.

Analista conversa com artistas sobre psicanálise

Sérgio Telles

Resenha de *Conversa infinita*, de Mariano Horenstein, São Paulo, Quina, 2025, 346 p.

Conversa infinita é a realização de um projeto pessoal do psicanalista argentino Mariano Horenstein, apoiado pela International Psychoanalytic Association (IPA). Ele entrevistou vinte artistas que falam sobre a fundamental importância da psicanálise em suas vidas pessoais e na criação artística.

O resultado é muito interessante especialmente pelo alto nível dos entrevistados, criadores de primeiríssimo time, mundialmente reconhecidos. Entre eles estão Marina Abramovic, Sophie Calle e Andrea Fraser, artistas conceituais performáticos de vanguarda; escritores como Paul Auster e Siri Hustvedt, Javier Cercas, J.M. Coetzee (Prêmio Nobel de Literatura), Hanif Kureishi, Juan Villoro e Sergio Blanco; pensadores como Julia Kristeva (também analista praticante), Slavoj Žizek, George Didi-Huberman e Alain Badiou; arquitetos como Peter Eisenmann (criador do Memorial do Holocausto em Berlim) e Daniel Libeskind (criador do Museu Judaico de Berlim); cantores e compositores como Jorge Drexler e Caetano Veloso; artistas plásticos como Anish

Kapoor (escultor) e Luis Gonçalves Palma (fotógrafo); e um cineasta, David Cronenberg.

Com exceção de quatro (George Didi-Huberman, David Cronenberg, J.M. Coetzee e Daniel Libeskind), que mesmo assim consideram a psicanálise um imprescindível instrumento de trabalho, os demais só passaram pelo divã.

A postura quase analítica de Mariano Horenstein é muito pertinente. Sem disputar o palco com seus brilhantes convidados, mantém-se no papel discreto de provocador que propõe questões instigantes a seus entrevistados: a) a psicanálise atrapalha a criatividade artística? (opinião frequente e equivocada que circula entre os artistas e que é vigorosamente afastada pelos entrevistados); b) como veem a relação entre narrativa e verdade, mentira, ficção, biografia, autobiografia, autoficção; c) como lidam com a transformação do particular pessoal em objeto estético que se abre para o social; d) como articulam totalidade e fragmento no trato da realidade?; e) veem semelhança na condição do artista e do estrangeiro? f) na arte, o que pode ser dito e visto, o que é impossível de dizer ou ver? g) que pensam do inconsciente, que permanentemente se esconde e se exhibe?

Como era de se esperar, cada um desenvolve a seu modo esses temas, além de fornecer outras informações inusitadas e surpreendentes.

Nesse sentido, talvez as mais impactantes delas sejam dadas por Caetano Veloso e Peter Eisenmann, ao dizerem ter feito longos períodos de análise com dois analistas simultaneamente, o que é inusitado e nos convida a pensar sobre o que teria levado esses analistas a admitirem uma condição tão distante dos parâmetros habituais.

A posição de excepcionalidade desses pacientes disporia os analistas a práticas que seriam impensáveis com os demais? Isso nos leva a uma questão mais ampla – de que forma a fama, poder e prestígio de um paciente impacta o narcisismo do analista? Essa condição monopolizaria sua contratransferência? A meu ver, nessas circunstâncias é possível que, por um lado, o analista fique gratificado, pois ter pacientes famosos e importantes reforça seu próprio narcisismo; desde que não tivesse

Sérgio Telles é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, parte do corpo editorial desta revista e autor de vários livros e artigos.

DOI: 10.70048/percurso.76.157-160

ele mesmo certa relevância e reconhecimento em sua área, não teria esse tipo de clientela. Por outro lado, seu narcisismo poderia ficar abalado ao se confrontar com a grandeza intelectual e criativa do paciente, deixando-o humilhado e diminuído, suscitando sua inveja, competitividade e destrutividade, desencadeando formações reativas compensatórias. Enfim, trata-se de uma situação especial, a ser analisada com cuidado, pois o risco de o analista ficar ofuscado pela notoriedade do paciente é grande, podendo levá-lo a condutas que não teria com um paciente “comum”.

Das entrevistas, talvez a mais “analítica” seja a de Hanif Kureishi. Ele fala sobre seu cansaço com entrevistas, pois é obrigado a dá-las infinitas vezes no trabalho de divulgação de seus livros, e de seus problemas pessoais, como a dificuldade que teve em lidar com seu pai, um homem frágil, um escritor fracassado, com quem não pôde estabelecer uma rivalidade edipiana e, sim, manter com ele uma atitude de proteção e cuidados. Reconhece que a psicanálise salvou sua vida ao livrá-lo da autodestrutividade. Diz ele: “A psicanálise não está na moda, mas está em toda parte” (p. 248).

Os escritores Siri Hustvedt e Paul Auster compõem um casal muito especial. Siri é uma incansável defensora da psicanálise e acaba de ganhar o Sigourney Award, importante prêmio anual para os que ajudam o progresso e a divulgação da psicanálise. É ela quem articula de forma mais clara o já mencionado preconceito dos artistas: “Esse mito de que a análise roubaria sua criatividade, de que se você encontra seus problemas neuróticos (essa parte profunda de si mesmo) não vai mais querer escrever, isso não tem nenhum sentido. O que a psicanálise faz é libertar os artistas para que façam o melhor trabalho possível, muito mais que bloquear” (p. 42).

Paul Auster, apesar de reconhecer sua curiosidade sobre a psicanálise, diz nunca ter pensado em se analisar, apesar das recomendações da mulher. O que é muito chamativo, pois o relato que faz do doloroso relacionamento com seu pai dá a entender o quanto ele teria se beneficiado com o procedimento. Tal impressão se fortalece ao se

tomar conhecimento do suicídio de seu filho único (fruto de seu primeiro casamento com a também escritora Lydia Davis), acusado pela morte, por negligência, de sua filha (neta de Auster), criança de 10 meses de idade. Essa tragédia ocorreu em 2022, posterior à data em que foi feita a entrevista publicada no livro. Mas, ao lê-la agora, é impossível não ligar as duas informações. Auster havia rompido com o filho anos antes, quem sabe ecoando o sofrido relacionamento com seu próprio pai.

Ocorrem dois interessantes lapsos durante as entrevistas. Um deles feito pelo próprio Horenstein (argentino), no encontro em Madri com Jorge Drexler (uruguaio), quando, ao fazer uma citação, confunde Cervantes (escritor espanhol) com Borges (escritor argentino). O lapso, registrado, mas não interpretado, talvez evoque questões identitárias nacionalistas e históricas disputas ligadas ao colonialismo espanhol. O outro lapso é mais revelador, foi feito na longa entrevista com Anish Kapoor, escultor muito bem situado no mercado, cujas obras valem milhões de dólares. No lapso, pretendia dizer – “Do ponto de vista do artista, a única coisa que se pode fazer é aceitar que o dinheiro *não é mais que outra ficção*”, mas, ao invés, disse: “Do ponto de vista do artista, a única coisa que se pode fazer é aceitar que o dinheiro *não é mais que uma perfeição*”. O lapso – extremamente revelador – evidencia esse grave problema para os artistas que fazem sucesso e ganham muito dinheiro: o lidar com a mercantilização inevitável da obra, o ingresso no sistema que desprezam, a inveja dos colegas, a culpa com o enriquecimento. Não por acaso, Drexler disse em sua entrevista: “Qualquer um pode sobreviver a um fracasso, mas poucos sobrevivem ao sucesso” (p. 168). Javier Cercas fala da imensa culpa frente ao sucesso (seus livros estão traduzidos em trinta idiomas e venderam milhões de cópias), o impacto que isso trouxe para si e para seus amigos, cujos ataques invejosos quase o enlouqueceram. Ele diz que a psicanálise o salvou do desastre.

Um tema recorrente explorado por Horenstein é aquele da relação entre verdade / ficção / mentira / transmutação da vida pessoal em obra

de arte / público e privado, relações entre biografia, autobiografia, autoficção. Algo que aproxima a literatura da psicanálise, pois esta tem uma dimensão narrativa que lhe é própria e que, a meu ver, apresenta duas configurações básicas. Na primeira, o paciente traz uma narrativa cristalizada de sua vida, que o analista desmonta para, junto com o paciente, reconstruí-la livre dos mecanismos que a distorciam, liberando assim a verdade de seus desejos. Na segunda, o paciente chega com uma narrativa caótica e fragmentada, cabendo ao analista montá-la, dando-lhe o sentido perdido. Nas duas modalidades, deparam ambos (paciente e analista) com o que é possível dizer, o que é indizível, o que é possível ver, o não visível, o inconsciente que permanentemente se expõe e se esconde.

No que diz respeito ao item ficção / realidade / verdade, a experiência mais interessante é a relatada pela fotógrafa e escritora Sophie Calle, cuja criação está calcada diretamente na realidade vivida transposta para a obra de arte. Paul Auster havia se inspirado na pessoa dela para criar um personagem em seu livro *Leviatã*, procedimento comum na produção de obras literárias. Como provocação, Calle então lhe propõe o processo inverso: Auster deveria escrever uma ficção sobre ela, a partir da qual ela (Calle) se encarregaria de *vivê-la*, ou seja, o que Auster escrevesse ficcionalmente a seu respeito, ela o realizaria, tornando assim a ficção em realidade vivida, rompendo a barreira entre as duas dimensões (ficção e realidade).

Como era de se esperar, praticamente todos os escritores se referem à questão ficção / realidade, que é central na escrita literária. Sergio Blanco ressalta que no divã cumpre enfrentar a *verdade* e não a *ficção*, muito embora a verdade possa surgir através da ficção. É necessário não confundir *ficção* com *mentira*, diz ele. Aponta ainda para a relação entre *trauma* e *trama*, a escrita vista como uma trama que procura recompor o que foi rompido pelo trauma. Blanco também nos revela a curiosa origem do termo *autoficção*, criado em 1977 pelo escritor francês Serge Doubrovsky, que o inventou quando dirigia o carro (auto) na estrada indo para o analista, inventando

ficções sobre si mesmo (autoficção: ficções sobre si mesmo escritas no auto para contar ao analista).

A relação entre a escrita e psicanálise é ressaltada por vários entrevistados. Cercas afirma: “Dizer que escrever é uma forma de terapia é um clichê, mas os clichês são clichês por dizerem a verdade. [...] É uma evidência: escrever é uma terapia e se relaciona com a psicanálise, serve para expulsar os seus demônios, para lhes dar forma” (p. 112).

George Didi-Huberman, que nunca fez análise, acredita que a escrita é uma autoanálise. Diz ele: “Quando escrevo, ainda que escreva sobre outras coisas, escrevo uma perpétua autoanálise, é muito importante para mim” (p. 145).

Destoando do grupo, duas entrevistadas confessam não ter tido boas experiências de análise. Marina Abramovic conta ter feito uma única tentativa numa terapia de casal em que sentiu que a terapeuta tomava partido de seu então marido. Sophie Calle, por sua vez, apresenta uma história mal contada que mereceria ser analisada. Diz ter ido ao analista por um equívoco de seu pai, que, preocupado com sua saúde, pedira indicação a amigos de um bom *generalista* (um clínico geral), e, sem se aperceber, lhe forneceram o nome de um “analista”. Mesmo assim, ela – que não pensava em procurar um analista – ali ficou por algum tempo. Como era um serviço público, sentia-se culpada pois julgava que sua vaga deveria ser ocupada por alguém mais necessitado. Mas, enquanto ali esteve criou histórias para contar para seu analista, que posteriormente publicou como livro, e acha que sua obra está profundamente marcada pela psicanálise.

A posição mais ambivalente do grupo é ocupada pelo grande arquiteto Peter Eisenmann, que foi casado com a filha do psicanalista que analisara o controvertido pintor norte-americano Jackson Pollock. Diz ele: “Minha esposa estava bastante perturbada, por ser filha de um analista. Os analistas são os mais doentes de todos e tentam curar a si mesmos através de outras pessoas, essa é minha teoria” (p. 171). Apesar de pensar assim, Eisenmann fez décadas de análise (longos períodos com dois analistas simultaneamente,

como já vimos) e encaminhou a segunda mulher e todos os filhos para o divã.

Outro tema proposto por Horenstein aos entrevistados é a posição enigmática da psicanálise entre arte e ciência. Sabe-se que a psicanálise não seguirá jamais pressupostos científicos objetivos e mensuráveis, mas isso não anula a verdade de seu saber, que deve ser avaliado por outros meios epistemológicos. Sua proximidade com a arte, comprovada mais uma vez no depoimento desses importantes criadores, aponta para

a inabalável verdade de seu saber difícil de aferir, mas tão indiscutível quanto a verdade que emana das obras de arte.

Os entrevistados dão tocantes depoimentos pessoais e falam com propriedade de suas criações. Uns poucos se perdem em confusas divagações tentando explicar algo que no fundo é inexplicável – a gênese de suas próprias criatividades. Mas talvez não seja justo cobrar do artista explicações sobre sua própria arte, ele já faz muito em produzi-la e nos presentear com ela.

Perversão e dissidência sexual na psicanálise hoje

a urgência de um debate
(re)atualizado

Júlia Rocha

Resenha de Caio Ferreira Romano,
Christiana Paiva de Oliveira e Paulo Roberto
Ceccarelli (orgs.), *Psicanálise e sexualidades:
quem fala de sexualidade hoje?*, São Paulo,
Zagodoni, 2025, 168 p.

*E por que haverias de querer minha alma / Na tua cama? /
Disse palavras líquidas, deleitosas, ásperas / Obscenias, porque
era assim que gostávamos. / Mas não menti gozo prazer
lascívia / Nem omiti que a alma está além, buscando
Aquele Outro. E te repito: por que haverias / De querer minha
alma na tua cama? / Jubila-te da memória de coitos e acertos.
/ Ou tenta-me de novo. Obrigá-me.*
[Tenta-me de novo – Hilda Hilst]

Na poesia, na prosa, nas mais variadas formas de discurso – a sexualidade possui um lugar especial à margem na sociedade. Marginal, à la Hélio Oiticica¹, esse tema sempre será, pois é do enigmático do Outro que falamos quando nos atrevemos a discutir o que é erótico, o que enseja o desejo e inflama a fantasia. Se por um lado discursos conservadores tentam empurrar o pensar sobre a sexualidade às margens, impondo limites à

linguagem e possibilidades restritas de expressão pulsional do desejo sexual, por outro há aqueles e aquelas que se abrem para reverberar aquilo que se pensa e diz sobre sexualidade hoje.

Foi com o intuito de se iniciar um diálogo essencialmente aberto que se estruturam os dois primeiros Congressos de Psicanálise e Sexualidades, realizados em 2024 e 2025. Com a proposta de se fazer um resgate radical daquilo que Freud já propunha como sexualidade humana nos primórdios da história do sujeito, ou seja, essencialmente perversa e polimorfa. O primeiro Congresso, realizado em 2024 na Universidade do Vale do Paraíba (Univap), reuniu diferentes pensadoras e pensadores do tema na contemporaneidade para responder à pergunta: Quem “dá” para falar de sexualidade hoje?

Com a missão de responder a essa pergunta, o Congresso, cujas ideias discutidas encontram-se reunidas no livro *Psicanálise e sexualidades: quem fala de sexualidade hoje?*, responde com maestria: qualquer pessoa fala de sexualidade hoje. Especialmente resguardando o nobre intuito psicanalítico de “fazer a palavra circular sem tanta repressão” (p. 14) para que se possa pensar a sexualidade sem amarras.

Com organização de Caio Ferreira Romano, Christiana Paiva de Oliveira e Paulo Roberto Ceccarelli, os artigos reunidos na obra atualizam (de maneira a tornar contemporâneo para a sociedade e para o sujeito particular) o que estava posto por Sigmund Freud em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905) – “sem sexualidade não há subjetividade nem civilização”.

Pensar a pulsão sexual como essa força que impele o sujeito ao outro, o organiza e desorganiza nas mesmas proporções e que busca de maneira insaciável aquilo que a sociedade permite satisfazer apenas de maneira parcial é o ponto de partida para se discutir temas fundamentais levantados tanto no congresso quanto no livro. Temas como pornografia, masturbação, prostituição e transgeneridade são abordados no livro de maneira aberta e sensível, ao mesmo tempo que trazem questionamentos já pensados inicialmente por Freud em seu questionamento sobre perversão. Afinal, qual

¹ A comparação se faz aqui devido ao histórico da obra do multiartista Hélio Oiticica, que transgrediu padrões artísticos e sociais na década de 1960, alcançando notoriedade nacional e internacional. A menção aqui específica refere-se à sua obra poética que entoia “seja marginal, seja herói” – um bordão largamente utilizado por contestadores da Ditadura Militar e, portanto, que ilustra a importância da dissidência na criação de uma sociedade democrática.

Júlia Rocha é bacharela em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, especialista em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e psicanalista em formação.

sujeito não experimentou a sexualidade perversa? Esse é o fogo que forjou a primeira edição do congresso – cujas apresentações finalmente estão disponíveis em formato escrito.

Já no primeiro capítulo, Paulo Ceccarelli atualiza a problemática da discussão sobre sexualidade pensando nas “mudanças discursivas, logo de poder, relativas às manifestações do sexual” (p. 17). Tais discursos se inserem na história do sujeito como moduladores de seu projeto identificador. Se por um lado essas mudanças são mais que bem-vindas, no sentido de tornarem mais perenes as manifestações sexuais que são lidas como “desviantes”, frequentemente são acompanhadas de seu oposto. Não há como negar na contemporaneidade um recrudescimento do conservadorismo dos que se sentem ameaçados pela possibilidade de se reviver o que uma vez foi experimentado enquanto sexualidade infantil – perversa e polimorfa. Como o próprio autor afirma, “conflitos sexuais sempre existiram, e sempre existirão” (p. 24), produzindo sintomas subjetivos e coletivos. O desafio está em permitir a desrepressão da sexualidade – uma vez que não é possível desrecalcá-la – em especial na escuta analítica.

No segundo artigo do livro, Orlando Hardt Junior e Christiana Paiva invocam a arte de Bosch, através da tela *O jardim das delícias*, para tratar do alargamento do conceito de sexualidade trazido por Freud e sua proposta de “expição” do reprimido. Nesse caso, n’*O jardim*, fica claro que essa “expição” (ou sublimação) está na vontade de espiar, de apreciar o erótico. Condizente com o que consta na teoria freudiana da sexualidade, para além da concepção de um Eu-pele que seria um grande órgão sexual e libidinizado, a arte erótica pode ser uma maneira de viver efetivamente a sexualidade, e não de necessariamente sublimá-la. Ao menos, é isso o que se pode alcançar caso esteja posto “um pensar erótico que seduza para a vida pulsional para que não seja edificado um saber entrelaçado às marcas tirânicas repressoras, que resultam em uma educação asséptica dentro de nós” (p. 37).

Podemos creditar mudanças significativas no pensamento psicanalítico sobre sexualidade e

gênero à teoria Queer. Abordada no capítulo escrito por Livia Toledo, a teoria Queer tornou-se um pilar fundamental para a desnaturalização do tradicionalmente apresentado como “normal”. Pensar o biológico como parte da sexualidade, não como definidor, é o caminho proposto nas teorias freudianas sobre a sexualidade – ou ao menos deveria ser. Pensar a cissexualidade e a heteronormatividade como o único destino possível de um sujeito é reflexo direto das relações de poder da nossa sociedade – relações estas que construíram uma ficção ao redor do sexual. Essa ficção, inclusive, contou com largo amparo científico, como mostra a autora, resgatando a ignorância acerca da sexualidade feminina por décadas antes que se pudesse conceber o correto funcionamento do clitóris como órgão gerador de prazer – para além da completa ignorância de que o corpo todo tem potencial erógeno. Dentre as tantas mudanças que podem ser propostas ao discurso psicanalítico a partir das considerações feitas pela teoria Queer, é a fundamentação de que “Anatomia não é destino” (p. 47).

A teoria Queer então nos convida a pensar além do binário, transpor as identidades, atravessar as normas que são dadas até para aqueles que estão fora da heteronormatividade (o que podemos nomear como homonormatividades e transnormatividades) (p. 47).

Sendo assim, quais seriam os verdadeiros perversos, provoca a autora, se não “os perversos no sentido de gozo com a crueldade e incapazes de reconhecimento da alteridade?” (p. 48).

Expandindo pergunta disparadora do congresso para “Quem dá pra ouvir falar de sexualidade ou gênero hoje?” (p. 50), Aurora Guimarães traz sua experiência enquanto analista para pensar as dimensões e os cuidados no acolhimento de pessoas trans na clínica psicanalítica. Como a autora bem assinala, esse acolhimento foi historicamente posto como um endereçamento de uma patologia, muitas vezes de uma psicose. Sobre isso a autora coloca:

Essa discussão é importante porque, quando uma pessoa trans experimenta seu corpo, estilo, identidade,

hormônios e sexualidade, é vista como um problema médico. Por outro lado, quando homens e mulheres não trans utilizam processos estéticos, fármacos e químicos, são vistos como cuidadosos com a própria aparência” (p. 51).

Isso acontece porque ainda resta na escuta psicanalítica “uma visão normatizante das vivências dissidentes” (p. 52). Disso resulta uma escuta pouco empática, interseccional e ativa, o que tira do analista uma responsabilidade com a luta por melhor qualidade de vida para todas as pessoas. Sem uma reflexão sobre a materialidade da condição do analisando, é realmente possível escutá-lo?

Trabalhando com o conceito de fantasia masturbatória, central para a teoria da sexualidade proposta por Freud, Caio Romano dá seguimento à discussão proposta pelo congresso. Segundo o autor, Freud propõe que o ato masturbatório é composto de duas etapas: a evocação fantasmática e a manipulação orgânica para satisfação. Um largo e perene contexto de repressão sexual faz com que o ato masturbatório seja muito frequentemente acompanhado de culpa – mais do que outros atos sexuais, o que já era sabido e também alça a relação do sujeito com a masturbação a um lugar de importância, importância para a psicanálise. O que também se soma enquanto rescaldo cultural e reflexão direta na clínica é o lugar da fantasia em um momento em que sujeitos têm tido dificuldade em elaborar representações e, portanto, têm buscado descargas pulsionais imediatas. Esse é o caso das neuroses atuais – o que faz com que o autor chame de neurastênica a masturbação com o único propósito de descarga e alívio.

No sexto capítulo, Alberto Ribeiro neto examina o legado de Robert Stoller para a psicanálise e a compreensão da pornografia como parte da experiência humana. Utilizando de métodos pouco convencionais de pesquisa para o campo psicanalítico, Stoller assumia a perversão como condição presente na vida de todos os sujeitos. Nesse sentido, qualquer expressão sexual não seria natural, senão construída – e “todo devaneio ou fantasia erótica seriam pequenas perversões

não colocadas em ato” (p. 71). Seguindo seu pensamento, a sexualidade é sempre contingencial e resulta de uma busca por sobrevivência psíquica de qualquer sujeito – seja ela considerada desviante, ou não. A despatologização do que é visto tradicionalmente como perverso é um avanço no debate sobre sexualidade, pois assume que aquilo que é vivido no campo erótico nada tem de natural ou óbvio, mas é sempre fruto de particularidades subjetivas e dos traumas individuais de cada um. A pornografia, enquanto devaneio publicado, poderia ressignificar esse trauma? Essa é a inquietação explorada nesse capítulo.

Dando continuidade ao debate sobre pornografia, o capítulo seguinte traz o relato de Dayana Gomes, conhecida na cena pornográfica como Lady Milf. Em seu relato, Lady Milf faz coro a muito do que é abordado nos demais capítulos do livro: os opostos entre vergonha e culpa, associados à sexualidade, e o fascínio e a curiosidade que o trabalho sexual pode despertar. Esses polos opostos precisam existir para que a sexualidade dita “normal” possa triunfar sobre os desvios. Explorando as nuances de seu trabalho (o que lhe pedem os clientes, como se dá a relação com eles e como esse mercado realmente funciona), Lady Milf ajuda a normalizar (e, portanto, despatologizar) uma via de satisfação sexual extremamente popular.

A temática do trabalho sexual (também chamado de prostituição e de muitos outros nomes devido a seu tabu) segue sendo explorada no capítulo seguinte. Christiana Paiva compartilha sua pesquisa com trabalhadoras do sexo e mostra como a prostituição ocupa esse lugar de “maldição” na sociedade, muitas vezes por estar atrelada ao desejo sexual feminino. A mulher que se interessa por sexo é maldita e está fora de seu lugar tradicional – e por isso é necessário que exista uma completa diferenciação entre a mulher puta e a mulher casta. Ademais, para que a própria prostituição possa existir, uma nova cisão deve operar, uma cisão que coloque a prostituta no lugar de objeto, não de sujeito. Se todas as mulheres um dia já foram chamadas de puta em sua vida, essa é uma cisão que pode operar a todas elas – o que aumenta o

lugar de vulnerabilidade das trabalhadoras sexuais. O corpo e a sexualidade femininos, permeados por cisões, são recobertos por não ditos. Assim, indaga a autora: “O que há nesse corpo que não pôde ser penetrado?” Como pode se posicionar a psicanálise frente a um debate que foi construído de maneira insuficiente em sua raiz?

O corpo da prostituta reaparece com centralidade na discussão trazida por Eliane Troia acerca das roupas das prostitutas que ocupam uma praça no interior de São Paulo. Ao trazer uma análise sensível sobre como se vestem essas trabalhadoras, Troia traz uma reflexão sobre como relações de poder modelam o revestimento desses corpos e qual tipo de conformação buscam essas mulheres na cena da prostituição. A partir do relato pessoal e surpreendente de cada entrevistada, a autora mostra como cada uma delas se adequa à sua clientela, performando identidades distintas quando estão na praça. Ao fugir do ideal de mulher sensual e socialmente desejada, essas mulheres contradizem duplamente aquilo que é delas esperado – ao ocupar o lugar de puta e ao fugir do padrão imagético socialmente posto. Assim,

[...] para *contradizerem* “apenas” o sistema, [essas mulheres] optam por não *contradizer* seus clientes modificando seus modos de representação para corroborar as demarcações sociais, tornando-as visíveis a qualquer pessoa que por ali passe (p. 119 – destaques da autora).

Dando espaço a mais um relato potente, o congresso pôde trazer Kika Medina, ativista do movimento Trans e trabalhadora sexual (ou puta, como ela mesma menciona) para compartilhar um pouco sobre sua história. Assim como no caso de Lady Milf, seu relato ajuda a desmistificar e despatologizar a prostituição e, indo ao encontro do texto de Aurora Camargo, também traz muito para pensarmos acerca do acolhimento de pessoas trans pela psicanálise. Como em outros capítulos do presente livro que abordam dimensões da vulnerabilidade social, algumas cenas se repetem: o não pertencimento imposto, o risco de violência e a violência real. Essas cenas são fruto

da hipocrisia (e, por que não, a perversão) de uma sociedade que insiste em vilipendiar o corpo daqueles e, principalmente, daquelas que desafiam normas impostas a fim de proteger uma suposta normatividade sexual e de gênero. A inquietação que se coloca no livro todo, mas que chega a seu ápice nos capítulos finais do livro é: como a psicanálise pode escutar esses relatos e não sentir sua urgência?

O livro termina com uma reflexão fundamental sobre corpo e cultura, elaborada por Francisco José Ramires – reflexão pensada em cima de sua novela *Nina ou as pequenas metamorfoses*, sobre vivências trans. Resgatando autores da literatura clássica e contemporânea, do Brasil e do mundo, Ramires vai pensando a constituição do corpo em diálogo constante com a cultura. De acordo com o autor, “[i]maginar o corpo a partir da noção de trama implica encontrar um caminho alternativo ao dualismo entre natureza e cultura, matéria e espírito” (p. 135). Não seria essa uma das inquietações princeps da psicanálise? A relação entre as emoções e o corpo conformam (e são conformados) na cultura a partir de cada momento histórico, no qual corpo e espírito tomarão lugares distintos (ou o mesmo lugar) a depender das configurações sociais – a criação de uma “trama da vida”. Não estaria, portanto, a identidade de gênero inserida nesse fazer da trama da vida?

Cada capítulo traz em si uma inquietação e uma provocação para o campo da psicanálise. Um convite a (re)visitarmos infinitas vezes aquilo que Freud já propunha no início do século xx ao pensar a sexualidade humana. Os dois primeiros Congressos de Psicanálise e Sexualidade, bem como esse livro, apontam caminhos para essa (re)visitação a partir de diferentes perspectivas. As palavras que no livro e nesses espaços circulam livremente sem dúvida caminham para a elaboração coletiva em cima de uma psicanálise radicalmente pautada na noção de que a normalidade é uma construção, e que a sexualidade e os desejos dos sujeitos são múltiplos e não encontram limites no biológico. A fantasia (não) é o limite.

Eu sei, mas mesmo assim... mas o psicanalista sabe?

Caio Ferreira Romano

Resenha de Vanessa Chreim, *Dimensões da Recusa*, São Paulo, Blucher, 2021, 352 p.

No início do desenvolvimento de meu projeto de mestrado em 2021, Fernanda Fazzio me indicou o livro *Dimensões da Recusa*, lançado recentemente e fruto do mestrado de Vanessa Chreim. Na época, li alguns capítulos, mas somente agora consegui me debruçar sobre sua leitura e apreciá-la devidamente. Com surpresa, me perguntei como ainda não havia uma resenha sobre esse livro, lançado há cinco anos, cujo efeito pode ser resumido em uma palavra: originalidade.

Logo na apresentação, uma citação nos instiga: “Procurando desmistificar o conceito de Recusa, tive uma surpresa: pensei que fosse um pedaço de gelo, mas não era nem um *iceberg*, e sim um continente” (p. 27).

No prefácio do livro, feito pela Elisa Ulhôa Cintra, ela conta que Chreim, nas aulas de

psicanálise, observava que o conceito de Recusa era escrito no canto inferior do quadro, como se não fosse importante (p. 13).

A Recusa¹ é um mecanismo de defesa no qual se rejeita uma percepção traumatizante, que é a ausência de pênis na mulher e, conseqüentemente, a possibilidade de castração. Ela provoca uma cisão no Eu, em que, paradoxalmente, a castração é recusada, mas ao mesmo tempo é aceita conscientemente. Ou seja, ela possibilita simultaneamente a admissão e não admissão da realidade (p. 23 e 24).

Em muitas aulas de psicopatologia psicanalítica, principalmente em uma visão estruturalista lacaniana, o conceito de Recusa era muito atrelado à perversão². Chreim nos convida a ampliar esse conceito para novas dimensões; a tirar a Recusa do canto inferior do quadro e a olhá-la com mais possibilidades.

O livro começa do início: o primeiro capítulo, intitulado *A Recusa em Freud e o modelo do fetichismo*, explora o desenvolvimento do conceito de Recusa na obra freudiana. Nele, já vemos a ampliação do conceito de Recusa. Chreim utiliza a atualização do conceito de castração, que vai além de diferenças anatômicas. A castração é uma representação, uma fantasia feita pelo psiquismo infantil a partir da ausência de pênis na menina. A falta do genital, envolvido na diferença entre os sexos, amplia-se para representantes simbólicos (p. 29 e 30).

Dessa maneira, a Recusa não trata somente da recusa da castração, mas da recusa da falta. Ocorre uma ampliação da recusa do genital feminino para a recusa da impossibilidade narcísica. Para uma conciliação teórica, Chreim faz uma separação entre complexo e angústia: “Parece-me adequado reservar o termo *Complexo de castração* para o âmbito das questões edípicas, mas a *angústia de castração* se expressa de formas muito variadas além do medo de perder um genital” (p. 30).

Isso ocasiona também uma ampliação do conceito, para além da perversão, nas palavras de Chreim: “Todas essas diferenças mencionadas serão alvo da ação da Recusa, não apenas na perversão, mas também em outros quadros clínicos” (p. 49). Afinal, a falta, a incompletude,

¹ Assim, como a autora, optei por escrever *Recusa*, com “R” maiúscula, quando se tratar do conceito.

² J. Dor, *Estruturas e clínica psicanalítica*, Rio de Janeiro, Taurus-Timbre, 1991.

Caio Ferreira Romano é psicanalista, mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Departamento de Estudos Psicanalíticos, membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (GBPSF) e aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Autor do livro *Psicanálise, cinema e amor* (2021) e coorganizador do livro *Psicanálise e sexualidades: quem fala de sexualidade hoje?* (2025).

a imperfeição, a impotência – que são simbolismos correlativos à castração – acometem a todos os seres humanos.

Na introdução, Chreim indica que o livro não precisa ser lido na ordem, ela recomenda que se leia o primeiro capítulo e depois que fiquemos livres para escolher os capítulos que nos interessem. Entretanto, devo dizer que li o livro na ordem e achei muito proveitoso, pois, como numa progressão aritmética, uma constante é acrescentada a cada capítulo.

No início, a Recusa é estendida para além de territórios edípicos, porém, é no segundo capítulo que esse território é desbravado, ao ser relacionada ao narcisismo. A constituição do ser humano é atravessada pela Recusa, *tanto pelos efeitos da castração (ligada à falta) quanto pela castração dos pais*. Quando essa defesa se exacerba, temos que: “A falta da mãe e a falta na mãe são duas facetas da castração contra as quais nos defendemos por meio da crença na mãe fálica, que encarna a onipotência e uma promessa de amor incondicional” (p. 81). A idealização é mantida pela Recusa como possibilidade, tanto na mãe fálica quanto no narcisismo da própria pessoa. Como se a pessoa pensasse: *Não há castração em mim, por isso minha mãe me ama, e não há castração na minha mãe*.

Como exemplo, Chreim utiliza o filme *La luna* (1979), onde, na relação mãe e filho, há uma mãe incastrável: “Caterina não admite a própria castração e tampouco tolera a castração de seu filho, afinal, qualquer insatisfação dele remete à insuficiência de sua mãe” (p. 83).

Apesar de em alguns casos a defesa se exacerbar, a autora ressalta a necessidade de um pouco de Recusa, na infância e ao longo da vida, caso contrário, o peso da morte e de nossa incompletude seriam insustentáveis.

No terceiro capítulo, a Recusa é relacionada à mãe fálica. Ao destrinchar a frase icônica *Eu sei, mas mesmo assim*, de Octave Mannoni, vemos as crenças e idealizações das crianças, e como isso ecoa nos adultos. E, não se enganem, isso inclui a todos: “Na vida adulta, há diversas experiências que permitem notar a sobrevivência da crença no falo

materno: são as superstições, o horóscopo, as coincidências, a telepatia, o xamanismo e até o prazer de ser bem enganado por um ilusionista” (p. 97).

No capítulo seguinte, o *Unheimliche* é relacionado à Recusa. Nele é trabalhada a sensação de irrealidade: “É muito difícil para o sujeito deparar com uma experiência que refute sua convicção e seu senso de realidade. Nesse sentido, Penot resgata as contribuições de Freud no tocante à *Unheimliche*, caracterizando-a como o primeiro sinal clínico da Recusa” (p. 118). Ou seja, a sensação de irrealidade ocorre quando a realidade interna se confronta com o mundo externo, tornando-se a manifestação de algo que foi clivado e recusado.

O quinto capítulo aborda *A Recusa na perversão*. Nele é enfim feita, de modo bem aprofundado, a exploração da Recusa como modo de estruturação psíquica defensiva da perversão. Utilizando autores como Aulagnier-Spaurani e Clavreul, Chreim explora o motivo do pavor da castração e sua impossibilidade de aceitação. Ao examinar a relação do perverso com a mãe, vemos que “há uma primeira Recusa, presente em todos nós, que diz respeito a não admitir que a mãe não é onipotente e autossuficiente. A segunda Recusa, presente essencialmente na perversão, diz respeito à não admissão de que a mãe deseja o pai” (p. 134). O não reconhecimento do desejo entre o casal parental torna a castração uma falta horrorificada, na qual, na falta, não se representa o desejo. Desse modo, sem o desejo da mãe pelo pai (e do pai pela mãe), só o que sobra no lugar do não pênis é uma ferida.

O capítulo segue ainda com explorações sobre o tema do fetiche e aprofundamentos sobre a cena perversa, além de utilizar como exemplo o filme *Prenda-me se for capaz* (2002) e explorar os limites e possibilidades do manejo clínico nos perversos.

O sexto capítulo tem como título *A Recusa e o desmentido*, e nele são exploradas as ideias de Sándor Ferenczi sobre o trauma. Nesse capítulo, Chreim diferencia dois tipos de Recusa: uma freudiana, trabalhada até esse momento do livro, e outra relativa ao trauma ferencziano, que

trata de uma recusa intersubjetiva: “Nesse sentido, consideramos que a Recusa intersubjetiva causada pelo desmentido se sobrepõe à Recusa intrapsíquica, ou seja, a realidade psíquica não apenas é recusada como é invalidada” (p. 158).

A Recusa primária é abordada no sétimo capítulo. Fundamentada nas teorias de Alan Bass, Chreim desenvolve a ideia da Recusa nos anos iniciais e, caso ocorra algum problema nesse primeiro período, resultará numa recusa primária atrelada à impossibilidade de diferenciação da alteridade. Todos os capítulos possuem exemplos de filmes para exemplificar as teorizações. Possuem também vinhetas clínicas e, em sua maioria, ampliações para situações culturais e sociais. Nesse capítulo especificamente, a exploração clínica do tema é feita através dos casos de “pacientes concretos”, aqueles com dificuldade de simbolizar: “[...], devido à Recusa, é justamente a função de elaboração e representação do sonhar e do pensar inconsciente que está inoperante” (p. 211). Desse modo, nesses casos, Chreim acrescenta: “A concretude ilustra muito bem a ação da Recusa, que não opera apagando o registro da diferença, mas perturba sua representação e sua formação de significado” (p. 212).

Essa teorização me lembrou de um caso em que o analisando tinha dificuldades simbólicas, tudo era muito literal. Em uma sessão eu disse que ele estava com problemas para ver algumas coisas para além de sua concretude. Na sessão seguinte ele me trouxe um exame de vista detalhado mostrando que a visão dele estava ótima.

Esse capítulo e o seguinte são os mais densos do livro. Antes deles, a leitura flui como numa agradável obra literária, não apenas pela bela escrita de Chreim, mas também pelos exemplos e vinhetas clínicas que fazem a leitura deslizar.

Também ressalto que, até esse momento da leitura, constato o quão interessante e original é a maneira como Chreim nos mostra a clínica e

a cultura por um outro prisma, pelo prisma da Recusa, nos lembrando a frase de Schopenhauer: “Portanto, a tarefa não é tanto ver o que ninguém ainda viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou naquilo que todos veem”³.

No oitavo capítulo são estabelecidas conexões entre o objeto transicional e o objeto fetiche: “são duas manifestações do mesmo processo de defesa – a Recusa – em um leque que abarca aspectos constitutivos e patológicos, protetivos ou destrutivos” (p. 225). Em ambos os casos é trabalhado o espaço paradoxal entre admissão e não admissão da castração, entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Entretanto, o objeto transicional deve ser temporário, em algum momento ele deve ser abandonado. E, caso isso não aconteça, ele pode se tornar um objeto fetiche: “Então, a depender das relações com o ambiente, a Recusa pode desenvolver uma acepção patológica e transformar o objeto transicional em objeto fetiche” (p. 229).

Assim, ambos fazem parte de dimensões da Recusa, porém:

O objeto transicional representa o *reencontro* entre mãe e bebê perante a ausência, e é nesse sentido esperançoso que ele será usado como defesa ante as angústias despertadas pelo desmame. Já o objeto fetiche se origina nas experiências de desilusão precoce ou de perturbação do campo da ilusão e constrói-se a partir da admissão e da não admissão da dor, da invasão, do abandono, do terror, do engano, da mentira e da decepção vividos nas relações com os objetos primários (p. 230).

Se os capítulos sete e oito são mais densos e metapsicológicos, os capítulos nove e dez são essencialmente clínicos. O capítulo nove trata da falta de esperança. No caso de traumas profundos, a consciência da continuidade do ser é destruída, então se instaura uma Recusa da utopia. Nela, não existe a perspectiva de uma vida melhor, e o analisando se recusa a sentir esperança.

Nessas situações a pessoa se fecha para o mundo: “O objeto falhou quanto à sua função de permitir a transformação da falta em um motor que renova a procura por objetos substitutos, de

3 No original: “Therefore the task is not so much to see what no one has yet seen, so much as to think what no one has yet thought in that which everyone sees”. A. Schopenhauer, *Parerga and Paralipomena: Volume 2*, The Cambridge Edition of the Works of Schopenhauer, United Kingdom, Cambridge University Press, 2015, p. 101.

modo que a recusa sustenta a convicção do paciente de que nenhuma forma de ligação levará a um resultado positivo” (p. 261). Nesses casos, a Recusa protege a pessoa de um novo trauma, porém também a aprisiona.

Esse capítulo me fez rememorar um analisando que se encaixa exatamente na descrição feita por Chreim. Meu analisando, por vezes, dizia: “Não se engane, Caio, nada é tão ruim que não possa piorar”. Dessa maneira, vemos na teorização de Chreim: “na Recusa da utopia, o paciente se defende de sentir esperança” (p. 262) ou, de modo mais clínico, “a certeza de perder aniquila o desejo de querer ganhar” (p. 263).

Ainda no capítulo nove, Chreim aprofunda o tema relacionando-o às agonias e a morte psíquica teorizadas por Winnicott. É um psiquismo moribundo, onde ocorreu uma morte interna. São “casos em que o aparelho psíquico sofreu tantos traumatismos que o paciente vive, porém parte de seu psiquismo está necrosado” (p. 264). Nessas situações: “A defesa maníaca e o medo do colapso são expressões dessa Recusa da morte psíquica e da desesperança, em que o sujeito se defende de sua realidade psíquica insuportável” (p. 264).

Além de Winnicott, a autora também dialoga com Green, Bollas e Figueiredo para seus desenvolvimentos. E nos casos clínicos apresentados nesse capítulo: “[...] podemos reconhecer a função defensiva da Recusa: a vivência é interrompida no meio do caminho, de modo que o acontecido é registrado, mas não pode ser pensado” (p. 280). A Recusa impede a representação do colapso ocorrido devido à agonia ser vivenciada em uma situação de abandono. Dessa maneira, esses casos exigem do analista esforço e implicação, para poderem transformar agonia em representação, trauma em passado, e morte em esperança.

O capítulo dez, intitulado *O analista, a Recusa e o enquadre*, faz claramente uma referência ao texto de Green intitulado *O analista, a simbolização e a ausência no enquadre psicanalítico*. Nesse capítulo é explorada a Recusa do analista. Chreim escreve sobre a necessidade de o analista possuir um enquadre interno (conceito teorizado por Green) que

“permite tolerar e processar as intensas cargas que o processo de análise mobiliza” (p. 292). É o enquadre interno do analista que viabiliza a função simbolizante na dupla analítica, porém isso requer que o analista seja capaz de elaborar “as inúmeras frustrações, projeções, invasões, destruições, dominações e tantos outros efeitos inconscientes da relação com seu paciente” (p. 294). É necessário um analista vivo, que sinta, pois, em alguns casos, esse é o único modo de comunicação e, posteriormente, simbolização; principalmente “quando se trata da escuta de elementos pré-verbais, que evocam ruídos, imagens e sensações, é o enquadre interno do analista que serve de tela” (p. 294).

O jogo entre analista e analisando muitas vezes exigirá a elasticidade por parte do analista. Nesses casos, ele deverá incluir o enquadre como tema do atendimento, para que assim seja possível trabalhar com as resistências e as angústias do analisando. Esse movimento trata de uma ampliação do *setting*, no qual a relação transferencial contratual precisa ser adaptada, recombina e reconstruída em diversas situações: “Por isso é importante essa transposição conceitual de *setting* para enquadre, uma vez que leva em conta as propriedades transicionais desses elementos que dão contorno à relação analítica: eles são objetivos e também subjetivos e devem ser escutados como aspectos da transferência” (p. 299). Caso isso não ocorra, a Recusa poderá entrar em ação.

Vemos através desse desenvolvimento que o enquadre analítico “permite a confluência de diferentes temporalidades: o que aconteceu, o que faltou acontecer, o que está acontecendo” (p. 301), para que na transferência isso seja atuado (*enactment*). Por conseguinte, a partir da contratransferência, cabe ao analista representar o que não é possível no analisando por causa da Recusa. Ou seja, através de vestígios de elementos pré-verbais, o analista evoca, em seu plano imaginário, algo da realidade psíquica do paciente que está se repetindo. Desse modo, veremos “o aspecto transicional da Recusa em ação, transformando em realidade aquilo que estava ausente, mas potencialmente presente” (p. 305).

O último capítulo é um *bônus track*, intitulado *Pandemia de Recusas*, e escrito em coautoria com Fernanda Fazzio. Esse capítulo é uma leitura precisa de como a Recusa trabalhou – e também foi necessária – na pandemia do coronavírus de 2020/2021.

A pandemia explicitou algo que já estava em curso: a forma como a Recusa tem se imbricado na cultura e, atualmente, faz parte dela. Entretanto, na pandemia ela cresceu, se fazendo necessária sua defesa antitraumática: “Embora seja um mecanismo de defesa constitutivo e inerente ao viver, a contemporaneidade tem prolongado e perpetuado a ação da Recusa, podendo levar a uma asfixia e a um enrijecimento do psiquismo, que produzem adoecimentos” (p. 316).

O negacionismo, no qual um quer destruir o pensamento do outro, foi uma manifestação da Recusa na pandemia. Nesse fenômeno, por causa da impossibilidade do conflito psíquico, elimina-se o diferente. “É isso o que caracteriza a Recusa, esse duelo contra a realidade inadmissível.

Quando se combatem as diferenças, resta a intolerância” (p. 320).

A má administração e desamparo do então presidente Jair Bolsonaro piorou a situação para um desmentido mundial. Não houve união, não houve empatia, em um momento extremamente traumático. A ciência foi deslegitimada, e o que já era ruim no Brasil tornou-se muito pior.

O livro termina com uma avaliação do momento cultural da época em que foi lançado (2021). Apesar de ser um momento difícil, Chreim mistura verdade e esperança, sendo essa sua assinatura durante todo o livro, misturar teoria e técnica, subjetivo e social, escrita técnica e escrita literária e, talvez o mais importante, o comum e o original: a Recusa como algo que está em nós, nos é inerente, e ao mesmo tempo uma novidade, trazendo uma sensação de *como isso não foi pensado antes*; ou, nas palavras de Marcel Proust, em *Em busca do tempo perdido*: “A única viagem verdadeira, [...], seria, não partir em busca de novas paragens, mas ter outros olhos”⁴.

4 M. Proust, *Em busca do tempo perdido*, v. 1, 2 e 3. 4. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016, p. 2033.

A dor e a delícia: mulheres pioneiras da psicanálise

Janaina Namba

Resenha de Fátima Caropreso e Renata Udler Cromberg (orgs.), *Mulheres pioneiras da psicanálise: uma antologia*, Belo Horizonte, Autêntica, 310 p.

Na prática médica ocidental, o método clínico é o instrumento que permite estabelecer a ligação entre a teoria e a prática. Ao munir-se de um conjunto de doutrinas e empregar o raciocínio clínico, o médico torna-se capaz de elaborar tanto o diagnóstico quanto ao prognóstico. O método é, portanto, o recurso cognitivo ordenador do conhecimento, o que pressupõe mecanismos próprios de atividade do pensamento que, operando por análises e sínteses, é capaz de articular determinadas categorias teóricas como entre as partes, da parte com o todo, com múltiplos etc.¹

Ao mencionar as palavras de Ivan Frias, do livro *Doença do corpo, doença da alma: medicina e filosofia na Grécia clássica*, em sala de aula, não consegui deixar de mencionar também o percurso da psicanálise, cujo ponto de partida não fora apenas o encantamento de Freud com Charcot, na Salpêtrière, e a cooperação com Breuer pouco tempo depois que Freud voltara da França, mas sobretudo o método de investigação na sua clínica médica que subvertia os cânones da investigação

médica de sua época. Se o método de investigação clínica é uma herança hipocrática, Freud fez desse método o fundamento da psicanálise.

Emma Eckstein, que abre o livro *Mulheres pioneiras da psicanálise*, organizado por Fátima Caropreso e Renata Cromberg, além de figurar no famoso sonho de Irma como paciente e ser um elemento fundamental para a formulação da teoria da sedução, enquanto uma pioneira da psicanálise, terá um papel fundamental ao esclarecer sobre alguns aspectos da sexualidade na educação infantil. Ao publicar o livro *A questão sexual na educação infantil*, em 1904, expõe problemas relevantes quanto às posições social e moral das mulheres e das crianças quebrando o tabu ao abordar as questões sexuais na educação da criança. Emma Eckstein é uma das nove mulheres apresentadas no livro, que desde os primórdios da psicanálise participam ativamente tanto na estruturação teórica quanto na atividade de sua prática. São elas Emma Eckstein, Sabina Spielrein, Margarete Hifering, Eugenia Sokolnicka, Barbara Low, Hermine Hug-Hellmuth, Lou Andreas-Salomé, Karen Horney e Ruth Mack Brunswick.

Logo no prefácio, Klara Naskowska nos diz que, “com exceção de Ruth Mack Brunswick, norte-americana da nova geração, as mulheres incluídas nesta antologia todas as outras eram psicanalistas europeias da primeira geração, nascidas entre 1860 e 1880” (p. 9). Ou seja, todas elas dialogavam de maneira mais ou menos direta com Freud e com o círculo tão fortemente masculinizado dos primórdios da psicanálise. Mas nem por isso se deixaram intimidar e se calar.

Esse livro mostra o percurso muitas vezes tortuoso, e até mesmo torturante, dessas psicanalistas, como no caso da própria Emma, que passou por uma cirurgia desastrosa dos cornetos nasais, por indicação de Fliess e Freud, pois poderia tratar-se de uma “neurose nasal reflexa”; como nos conta Simanke, que faz a apresentação dessa pioneira, teve por consequência “hemorragia, infecção, fratura óssea e o esquecimento de uma gaze na região operada” (p. 28). Foram

Janaina Namba é professora do Departamento de Filosofia da UFSCar, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e autora de *Expressão e linguagem: aspectos da teoria freudiana* (Blucher).

muitas as intercorrências que deixaram sequelas e deformidades faciais permanentes.

Temos conhecimento de um percurso interrompido precocemente no caso de Sabina Spielrein, que aos 57 anos foi levada por tropas nazistas alemãs para o “Desfiladeiro das Cobras, em Rostov sobre o Don”. Lá fora assassinada juntamente com suas filhas Renata e Eva, em 1942. Apesar da pouca idade, nos diz Cromberg, que apresenta a autora, Sabina “nos deixa um devir como força instituinte”. Ela fora “três vezes guerreira”, ao tecer costuras entre a psiquiatria, a neurociência e a educação, “preservou a psicanálise como força imanente e central dos desdobramentos de suas criações” (p. 89).

A organização do livro realizado por duas pesquisadoras da psicanálise mostra um estudo cuidadoso e aprofundado de cada uma dessas mulheres psicanalistas. Mas como dizíamos no início, um traço marcante dessa seleção é mostrar como essas mulheres em plena consonância com a construção da psicanálise pensavam e trabalhavam a investigação clínica como um método, no sentido hipocrático.

O desenvolvimento teórico e clínico de cada uma delas é bastante particular. Vejamos alguns deles.

Lou Andreas-Salomé, em 1921, em *Narcisismo como dupla direção*, mostra outro viés pelo qual pode ser abordada a teoria freudiana do narcisismo: “Rastrear, tão longe quanto possível, tão profundamente quanto seja factível, as circunstâncias vitais ocultas: é disso que se trata a psicanálise freudiana” (p. 221). E por isso coloca em destaque a “dupla face essencial” do narcisismo, isto é, o momento em que remonta ao estágio anterior à “consciência do eu – o do persistente sentimento de identificação com o todo, da renovada fusão com o todo enquanto meta fundamental da libido” (p. 221). A sua construção teórica é ilustrada com o exemplo de um menino que,

a seu ver, apresenta o sofrimento com muita clareza. Esse menino, diante do conflito interno do eu nascente, introduz um companheiro invisível “cujo contorno físico ele tirou de um livro ilustrado, no qual um jovem alegre aparecia saltando em direção a crianças que estavam enfeitadas com flores: ‘o Maio chegou’” (p. 223).

Com igual clareza e discernimento, anos depois Ruth Mack Brunswick escreve, em colaboração com Freud, um texto que foi publicado apenas em 1940, sobre a fase pré-ediariana do desenvolvimento da libido, para a qual a autora chama bastante atenção. Não somente porque envolveria uma renúncia ao complexo de Édipo, pois “o uso do termo ‘sexualidade pré-ediariana’ parece despertar certa lealdade a esse complexo, como se sua validade estivesse sendo ameaçada” (p. 282), mas também estaria criando um espaço para outros complexos como, por exemplo, o de castração. Além disso, voltar a atenção para a fase pré-ediariana permitiria entrar em contato com as diferenças do desenvolvimento sexual feminino e masculino. Ao longo da vida, diz a autora, “três grandes pares de antíteses existem ao longo do desenvolvimento da libido, misturando-se, sobrepondo-se e combinando-se, nunca coincidindo totalmente” até que um substitua o outro. Viriam a ser esses, “(1) o ativo-passivo; (2) o fálico-castrado e (3) o masculino feminino” (p. 285).

Assim como Lou Andréas-Salomé, Ruth Mack Brunswick também observa que a relação de exclusividade entre mãe e filho/a se estabelece como uma fusão e, portanto, seria ela o protótipo de todas as outras relações amorosas posteriores. Sua suposição é de que o corpo da criança que é fonte de um imenso prazer anárquico e espalhado (o perverso polimorfo, segundo Freud a propósito desse momento autoerótico), nunca pode ser plenamente saciado, pois não possui um objetivo específico ou, como diria Renato Mezan, se comporte como um prazer preliminar que não se completa com o prazer final, tal qual um orgasmo².

Margarete Hilferding apresenta, na Reunião Psicanalítica de Viena de 11 de janeiro de 1911, a conferência *As bases do amor materno*. Nessa

1 I. Frias, *Doença do corpo, doença da alma: medicina e filosofia na Grécia clássica*, p. 15-16.

2 R. Mezan, *Freud: A trama dos conceitos*, 4. ed, São Paulo, Perspectiva, 1998, p. 135.

conferência mostra a “ausência do amor materno” que muitas vezes “se exprime pela recusa em amamentar a criança ou intenção de não ficar com ela” [...] Ou ainda pode “se expressar por atos diretamente hostis em relação à criança; o que pode conduzir ao infanticídio e, ser de sevícias exercidas sobre a criança” (p. 71). Hilferding nos diz que a relação de amor da mãe com a criança não é inata, ao contrário só ocorre após a amamentação, ou após os primeiros contatos dessa mãe com seu bebê. Isso quer dizer que, se por um lado, as possíveis representações feitas pela criança a propósito de sua relação com a mãe seriam a de fusão e serviriam de protótipo para suas

relações futuras, por outro a mãe pode não amar sua criança, como ainda pode vir a maltratá-la.

A ousadia foi bem vista por Freud, uma vez que a “oradora” havia empreendido um estudo psicanalítico de um tema que havia sido sustado de ser investigado pela convenção.

Ainda que não tenhamos destacado todas as pioneiras nesta resenha, o destaque foi justamente apresentá-las como verdadeiras investigadoras clínicas, e que, portanto, atuaram na prática enquanto faziam teoria. Deixemos, assim, para o leitor o prazer da leitura dessas mulheres que desafiaram e ampliaram seus limites de tempo e de espaço.

Autores deste número

Alessandra Affortunati Martins

R. Henrique Schaumann, 1180 ap. 64
05413-010 São Paulo SP

Amanda Watson Martins

R. Bennet, 991
05464-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 997.003.709
amandawatsonm@gmail.com

André Carone

R. Castro Alves, 318/164
01532-000 São Paulo SP
Tel.: (16) 992.428.976
andre.carone@unifesp.br

Camila Salles Gonçalves

R. Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 46 cj. 38
04544-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3739.4464
camila_salles@uol.com.br

Celia Blini de Lima

Tel.: (11) 999 721-166

Estevão Rafael Fernandes

R. João Pedro da Rocha 2378 ap. 202
76820-888 Embratel Porto Velho RO
estevão@unir.br

Felippe Lattanzio

Av. Afonso Pena, 3924 sala 309 Cruzeiro
30130-009 Belo Horizonte MG
felipelattanzio@gmail.com

Gláucia Faria da Silva

R. Ernesto de Oliveira, 400 ap. 62A
04116-170 São Paulo SP
Tel.: (11) 996.860.144
glaufaria@live.com

Janaina Namba

Av. Angélica, 2503 cj. 37
01227-200 São Paulo SP
jnambapimenta@gmail.com

Júlia Rocha

R. Fradique Coutinho, 531 ap. 54G
05416-914 São Paulo SP
Tel.: (11) 994.962.380
olijulia.rocha@gmail.com

Julieta Jerusalinsky

julietajerusalinsky@gmail.com

Kadichary Garcia Ivassaki

Av. Conceição, 367 ap. 41
02072-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 963.812.386
kadicharyivassaki@gmail.com

Leda Maria Codeco Barone

R. Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 46 cj. 38
04505-000 São Paulo SP
Fone (11) 982.762.200
ledabarone@uol.com.br

Lia Pitliuk

R. Lincoln Albuquerque, 299 cj. 231
01231-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.925.643
lia.internet@gmail.com

Mara Caffé

R. Patápio Silva, 155 ap. 41
05436-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.508.895
maracaffe@uol.com.br

Marcelo N. Viñar

in memoriam

Marcelo Soares da Cruz

R. Monte Alegre, 616 ap. 61
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 998.051.392
marceloscruz@gmail.com

Maria do Carmo Vidigal Meyer
Dittmar (Lila)

R. Jericó, 255 cj. 93
05463-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.704.699

lilavmd@gmail.com.br

Mônica Guimarães Teixeira
do Amaral

R. Maranhão, 598 cj. 61
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 983.718.656
monicagta@hotmail.com
monicagta@usp.br

Nelson Ernesto Coelho Júnior

Al. Lorena, 1359 cj. 52
01424-005 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.013.575

ncoelho@usp.br

Sérgio Telles

R. Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253.5767
setelles@uol.com.br

Tania Rivera

R. Teixeira de Melo, 53 ap. 703
22410-010 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 994.147.319

Teresa Pinheiro

R. Visconde de Pirajá, 437 sala 504
22410-003 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 981.588.768
teresapinh@gmail.com

Thamy Ayouch

thamy.ayouch@gmail.com

Equipe da revista

Conselho Editorial

Carolina Kimie Moriyama

R. Inácio Pereira da Rocha, 142 sl. 307
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 981.472.863
ckmoriyama@gmail.com

Claudia Monti Schonberger

R. Haddock Lob, o 846 cj. 604A
01414-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 997.088.038
claudiajustimonti@gmail.com

Cleusa Pavan

R. Padre Machado, 24 casa 01
04127-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 996.976.700
cleusapavan@gmail.com

Eugênio Canesin Dal Molin

R. Oscar Freire, 1513 cj. 92
05409-010 São Paulo SP
Tel.: (43) 999.941.227
eugeniodcm@gmail.com

Marcia Regina Bozon de Campos

R. Joaquim Antunes, 727 cj. 122
05415-012 São Paulo SP
Tel.: (11) 991.575.069
marciarbozon@gmail.com

Maria Aparecida Kfourir Aida

R. Jericó, 255 sl. 86
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 996.590.380
mkfouriaida@gmail.com

Maria do Carmo Vidigal Meyer
Dittmar (Lila)

R. Jericó, 255 cj. 93
Tel.: (11) 999.704.699
05435-040 São Paulo SP
lilavmd@gmail.com

Maria de Lourdes Celeiro Costa

Av. Paulista, 509 cj. 05
01311-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.712.485
lourdescosta@uol.com.br

Marina Bialer

R. João Ramalho, 257 cj. 24
0500-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 982.797.951
mbialer@hotmail.com

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
anapatitucci@hotmail.com

Antonio de Almeida Neves Neto

R. Joaquim Antunes, 490 cj. 22
05415-001 São Paulo
Tel.: (11) 999.900.584
anevesnt@gmail.com

Cristina Parada Franch

R. João Moura, 647 cj. 103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4386
crisfranch@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan Cardoso

R. Inácio Pereira da Rocha, 142 cj. 305
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032.1385
deborah@santacruz.g12.br

Silvio Hotimsky

R. Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Grupo de Debates

Bruno Esposito

R. Sergipe, 401 cj. 304
01243-906 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.639.376
brunoespo@gmail.com

Gisela Haddad (coordenadora)

R. Batataes, 391 cj. 131
01423-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 996.111.245
giselahad@gmail.com

Ivy Semiguem

Av. dos Autonomistas, 896, Torre 02 cj. 2701
06020-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 948.208.635
ivy.souza@gmail.com

Lucas Sessa

R. Apiacás, 756, sl. 31
05017-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 982.250.656
lucas.sessa@gmail.com

Tania Corghi Veríssimo

R. Manuel da Nobrega, 76 cj. 903
04001-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 994.081.518
Tan.verissimo@gmail.com

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa

R. Amália de Noronha, 114
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.725.970
biatmendes@uol.com.br

Paula Peron

prperon@uol.com.br

Sérgio Telles (coordenador)

R. Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253.5767
setelles@uol.com.br

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves

R. Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 46 cj. 38
04544-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3739-4464
camila_salles@uol.com.br

Elisabeth Antonelli

R. Monte Alegre, 428 cj. 53
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-1703
bethantonelli@uol.com.br

Janaina Namba (coordenadora)

jnambapimenta@gmail.com

Lia Novaes Serra

R. Jericó, 193 cj. 26
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 994.401.475
lianovaesserra@gmail.com

Sérgio Telles

R. Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253.5767
setelles@uol.com.br

Susan Markuszwover

R. Luis Anhaia, 59
05433-020 São Paulo SP
Tel.: 3062.5224
susanmark@uol.com.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na revista *Percursos* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos deverão ser encaminhados ao Conselho Editorial através do e-mail do Departamento de Psicanálise: <depto.depsicanalise@sedes.org.br>.

1.1. Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor.

♦ **PÁGINA 2:**

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês. Nesta segunda página também devem figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços, e a data de envio do artigo para a revista.

Em todas as páginas devem constar o número da página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

1.2. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

1.3. Artigos enviados fora das normas da revista serão devolvidos sem serem avaliados, podendo ser reencaminhados mediante adequação às mesmas.

2. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;

Sérgio Telles – setelles@uol.com.br;

Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;

Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;

Lia Novaes Serra – lianovaesserra@gmail.com

Elisabeth Antonelli – bethantonelli@uol.com.br

2.1. As resenhas enviadas para publicação, sempre originais e inéditas, deverão observar as seguintes especificações:

♦ **PÁGINA 1:**

Deverá conter o título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo:

Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p.

Incluir também o número de caracteres e até seis palavras-chave da resenha (não é necessário apresentar resumo ou abstract).

Em todas as páginas devem constar o número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

Na última página deve constar o nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

2.2 As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

3. Todos os artigos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos, que poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres.

Todas as resenhas serão analisadas pelo Conselho Editorial de Resenhas.

Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

4. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percursos*:

- ♦ **DESTAQUES:** O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- ♦ **INTERTÍTULOS:** Colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- ♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:** Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.
- ♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS:** Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque.
- ♦ **CITAÇÕES:** Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica (ver tópico 5 para mais detalhe sobre as notas). As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

5. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleich-

mar e C. Bleichmar, "Os pós-kleinianos: discussão e comentário", in *A Psicanálise depois de Freud*, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico e página.

♦ ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* n. 11, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, p. 70; terceira citação, Neder, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Neder, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

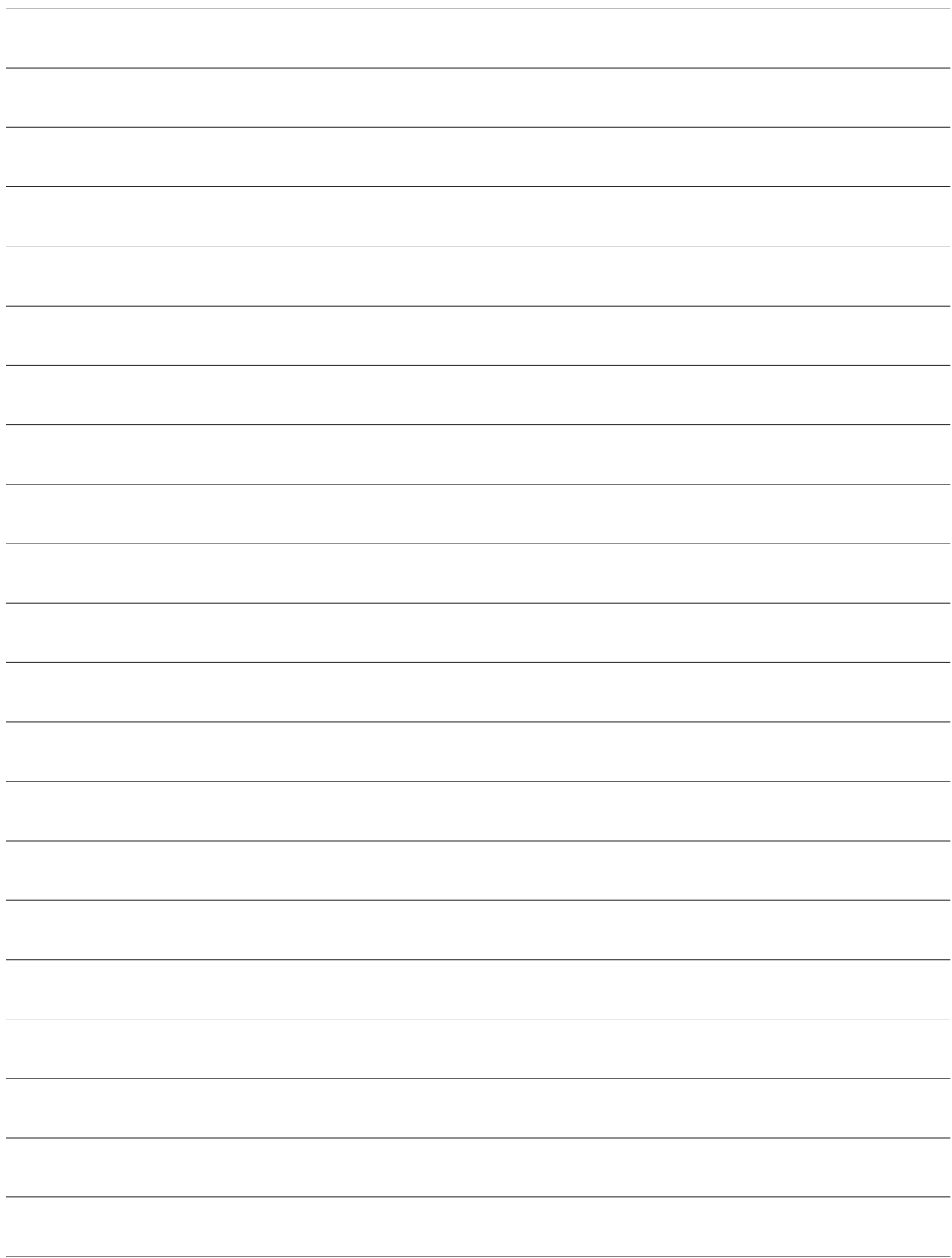
♦ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

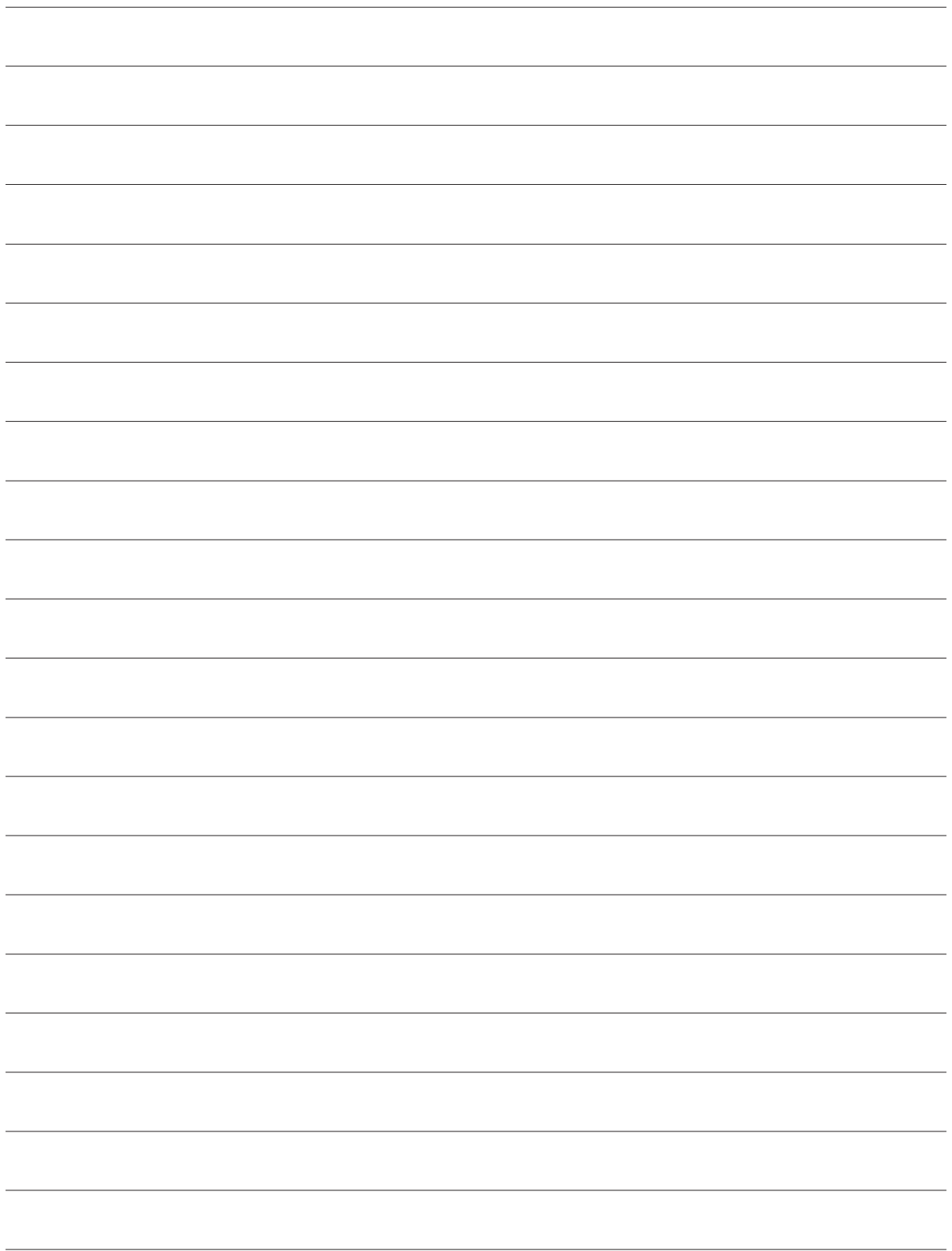
Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: **Levisky D.** (2007). *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo; **Mezan R.** (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

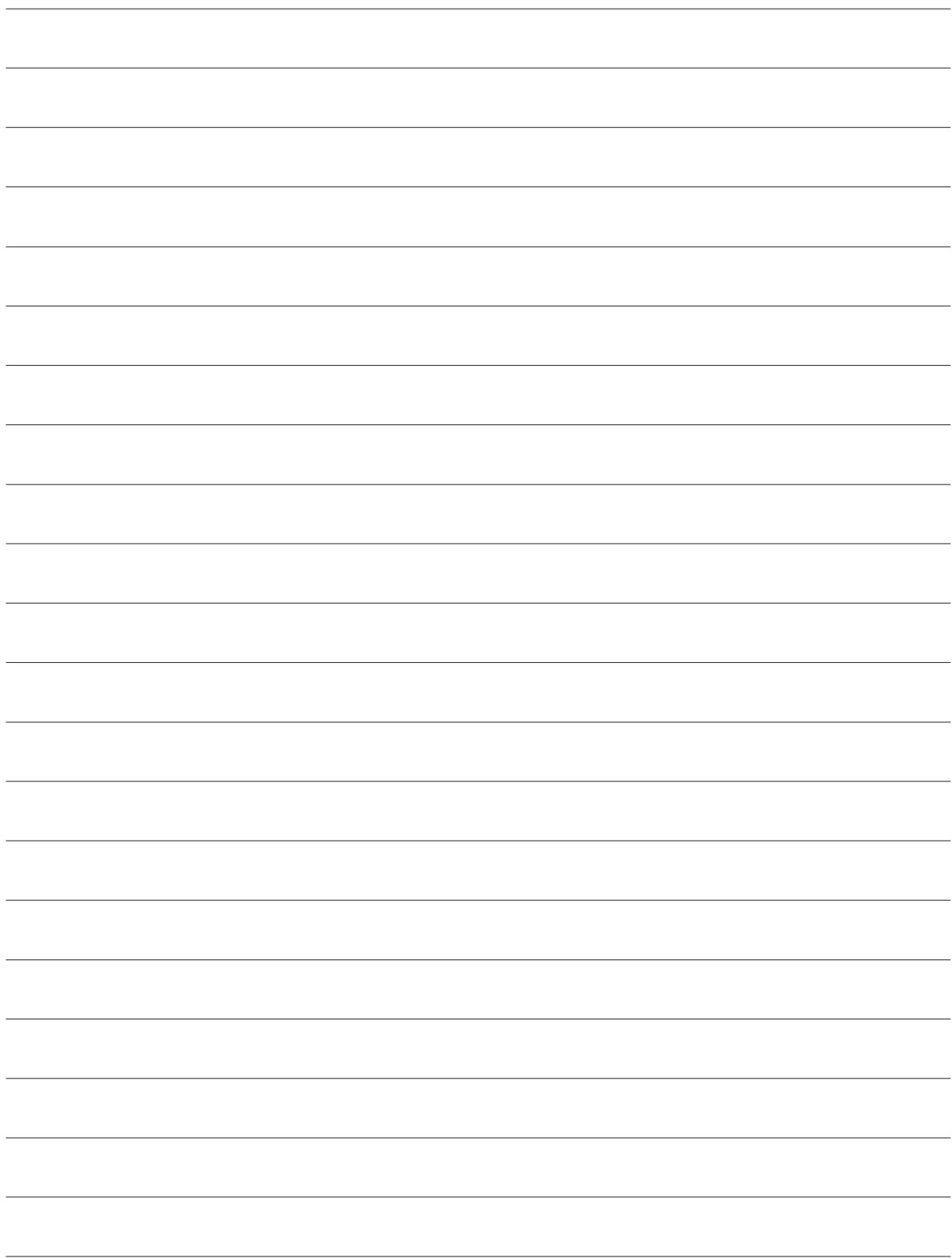
6. Uma vez publicado, cada autor receberá um exemplar do número em que o trabalho figura. Também receberá por e-mail o arquivo do seu texto no formato em que é apresentado na revista, e o arquivo da capa do número. Isto lhe permitirá imprimir separatas e a capa do respectivo número.

7. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

[illegible]







Para assinar *Percurso*

- ✦ **Assinatura anual:** R\$ 220,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
- Sociedade Civil Percurso*
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____ DATA: ____/____/____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE RES.: () _____ COM.: () _____

CIC: _____ RG: _____

E-MAIL: _____

Mastercard: nº val.: /

Visa: nº val.: /

AmEx: nº val.: /

Quantidade de Parcelas: 1 2 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em São Bernardo do Campo SP, em julho de 2026,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

METAPSICOLOGIA E HISTORICIDADE

TEXTOS Lo primitivo: un comienzo que nunca termina [Marcelo N. Viñar] Pensando con Freud en el siglo XXI: yo y el otro en la formación analítica [Marcelo N. Viñar] Angústia e trabalho psíquico em Freud como vetores da escuta em psicanálise [Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)] A experiência do tempo, o mundo interno e a ternura [Teresa Pinheiro] Poder morrer: um trabalho de Eros [Gláucia Faria da Silva] Feminismo decolonial e psicanálise: caminhos de hibridação [Mara Caffé] Identidade, ilusão e alteridade: Winnicott, Freud e o debate identitário contemporâneo [Marcelo Soares da Cruz] Christopher Bollas: um pensamento antifundamentalista na psicanálise [Lia Pitliuk] Sustentando a implicação: desafios e possibilidades da postura ética em Winnicott e Masud Khan [Amanda Watson Martins + Nelson Ernesto Coelho Júnior] Escrita e experiência psíquica: simbolização, grameamento e clínica [Kadichary Garcia Ivassaki] ENTREVISTA Híbrido, indisciplinado e brasileiro de coração [Thamy Ayouch] DEBATE Misoginia, falha civilizatória? Uma violência que urge ser exposta, cuidada [Alessandra Affortunati Martins + Estevão Rafael Fernandes + Felipe Lattanzio + Tania Rivera] DEBATE CLÍNICO Veridiana, o normal e a razão [Camila Salles Gonçalves + Celia Blini de Lima + Julieta Jerusalinsky] LEITURAS A tradução no meio do caminho [André Carone] Anna Freud revisitada por Elisabeth Danto: clínica psicanalítica social e pedagogia psicanalítica comunitária [Mônica Guimarães Teixeira do Amaral] Rastros e restos da paixão e da loucura na clínica psicanalítica [Leda Maria Codeco Barone] Analista conversa com artistas sobre psicanálise [Sérgio Telles] Perversão e dissidência sexual na psicanálise hoje: a urgência de um debate (re)atualizado [Júlia Rocha] Eu sei, mas mesmo assim... mas o psicanalista sabe? [Caio Ferreira Romano] A dor e a delícia: mulheres pioneiras da psicanálise [Janaina Namba]